

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

Ano XX — Janeiro/Junho de 1959 — N.º 77/78

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

Órgão oficial do Conselho Nacional de Estatística
da Sociedade Brasileira de Estatística, editado trimestralmente
pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Diretor responsável: **HILDEBRANDO MARTINS DA SILVA**

Secretário: **VALDEMAR CAVALCANTI**

AV. FRANKLIN ROOSEVELT, 166 — TELEFONES { Redação — 52-3605
Assinaturas — 42-7142

Assinatura anual: Cr\$ 80,00

S U M Á R I O

GIORGIO MORTARA	
MÉTODOS PARA O CÁLCULO DE ÍNDICES DA INTENSIDADE DO COMÉRCIO INTERNACIONAL	1
LOURIVAL CÂMARA	
NOVA CONTRIBUIÇÃO AO VOCABULÁRIO ESTATÍSTICO	8
GILBERT ÉTIENNE	
POPULAÇÃO DA ÍNDIA	19
INFORMAÇÕES GERAIS	
Estatísticas Mundiais de Educação (Baugnee Lin) — Aspectos Revelados pelo “Anuário Estatístico das Nações Unidas” ..	31
ESTUDOS & SUGESTÕES	
Estatística, Instrumento de Gestão Industrial — JEAN MOTHE	36
BIBLIOGRAFIA	41
ATRAVÉS DA IMPRENSA	
Italianos na Indústria de São Paulo — Estatística na Atuação Pedagógica — Estatística e Progresso	46
LEGISLAÇÃO	
Resoluções da Junta Executiva Central	53
REPORTAGEM	
XIX Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística ..	85
RESENHA	105
Atividades da JEC — São Paulo e o Censo de 1960 — O Lions Clube e o Recenseamento de 1960 — Censo Experimental de Brasília — XXIII Aniversário do IBGE — Atividades do Instituto Joaquim Nabuco — População da Capital Paulista — Núcleo de Planejamento Censitário — Pequenas notícias	

GIORGIO MORTARA

MÉTODOS PARA O CÁLCULO DE ÍNDICES DA INTENSIDADE DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

No curso de pesquisas de economia aplicada pode apresentar-se a necessidade de dispor de índices estatísticos da intensidade do comércio internacional entre dois países, calculados com base no valor deste comércio ¹

Essa intensidade pode ser medida com critérios diferentes, segundo os objetivos da pesquisa. A referência à população dos dois países é tão óbvia e usual que se tornaria supérfluo ilustrá-la mediante o seguinte exemplo, se este não tivesse que servir de ponto de partida para ulteriores desenvolvimentos

No ano de 1956 — a que se referem todos os dados que serão aqui expostos e elaborados —, o comércio internacional entre a França e a Alemanha Ocidental atingiu o valor de 1 055 milhões de dólares, isto é, de 23,60 dólares por habitante da França (com 44,7 milhões de habitantes) e de 19,98 dólares por habitante da Alemanha (com 52,8 milhões de habitantes)

Este cálculo fornece informações úteis, mas não indica a intensidade comparativa das trocas franco-alemãs no quadro geral do comércio internacional de cada um dos dois países, ou no quadro especial das suas trocas internacionais dentro de dada área de comércio

Para se obter um índice da intensidade relativa dessas trocas no quadro do comércio mundial dos países, pode-se proceder da maneira seguinte

O comércio internacional da França ascendeu a 10 097 milhões de dólares, isto é, a 3,80 dólares por habitante do resto do mundo (com 2 655,3 milhões de habitantes), seu comércio com a Alemanha correspondeu, como foi dito acima, a 19,98 dólares por habitante deste país. A razão $19,98 : 3,80 = 5,26$ indica que a intensidade do comércio francês com a Alemanha, medida em relação à população desta, é mais de cinco vezes maior do que a que se teria se o comércio da França com o resto do mundo estivesse distribuído uniformemente entre os diversos países, em proporção às respectivas populações

De outro lado, o comércio internacional da Alemanha ascendeu a 13 792 milhões de dólares, isto é, a 5,21 dólares por habitante do resto do mundo (com 2 647,2 milhões de habitantes), seu comércio com a França correspondeu a 23,60 dólares por habitante deste país. A razão $23,60 : 5,21 = 4,53$ indica que a intensidade do comércio alemão com a França, em relação à população desta, é quatro

¹ Veja-se, por exemplo, BANK OF INTERNATIONAL SETTLEMENTS, *Twenty-eight Annual Report*, Basile, 1958, págs 149 e 150

vêzes e meia maior do que a que se teria se o comércio da Alemanha com o resto do mundo estivesse distribuído uniformemente entre os diversos países em relação às respectivas populações

O método aplicado no exemplo agora exposto foi adotado para o cálculo de índices da intensidade do comércio internacional entre os países do Mercado Europeu Comum. Constam da tabela I as bases deste cálculo: isto é, os dados sobre a população de cada país e do resto do mundo, e sobre o comércio internacional total de cada país em valor absoluto e em média por habitante do resto do mundo.

O valor do comércio entre cada par de países do MEC consta da primeira coluna da tabela II e sua razão com o número de habitantes, da segunda coluna. A terceira coluna dá o índice de intensidade, calculado pela razão entre esta média especial por habitante e a correspondente média geral constante da última coluna da tabela I.

Tabela I

Elementos para o cálculo dos índices de intensidade do comércio internacional entre pares de países no quadro do comércio internacional mundial

PAÍSES	POPULAÇÃO		COMÉRCIO INTERNACIONAL	
	Do país (Milhões de hab.)	Do resto do mundo (Milhões de hab)	Total (Milhões de dólares)	Por habitante do resto do mundo (Dólares)
Alemanha	52,8	2 647,2	13 792	5,21
França	44,7	2 655,3	10 097	3,80
Holanda	10,9	2 689,1	6 622	2,46
Bélgica-Luxemburgo	9,2	2 690,8	6 364	2,37
Itália	48,3	2 651,7	5 325	2,01

Visando o presente estudo a expor e discutir métodos e não fatos, não convém entrar na análise dos resultados do cálculo. Cumpre, entretanto, salientar as grandes diferenças que se encontram entre os índices da intensidade das trocas entre os diversos pares de países, como também as diferenças, em alguns casos bem notáveis, entre os dois índices da intensidade das trocas do país *a* com o país *b*, calculados, respectivamente, no quadro do comércio internacional de um e no do outro (por exemplo Itália e Holanda, 5,48; Holanda e Itália, 1,01; França e Bélgica-Luxemburgo, 19,88; Bélgica-Luxemburgo e França, 6,56)

APLICANDO o mesmo método, podem-se calcular índices da intensidade das trocas entre dois países em determinada área particular de comércio. Justamente este problema propuseram-se os redatores do relatório do Banco Internacional de Basileia (citado na nota 1), considerando um grupo de onze países europeus, isto é, os cinco do MEC (Alemanha Ocidental, Itália, França, Holanda e Bélgica-Luxemburgo) e seis outros (Reino Unido, Noruega, Suécia, Dinamarca, Áustria e Suíça).

O comércio internacional da França com os demais países deste grupo ascendeu a 3 694 milhões de dólares, isto é, a 18,47 dólares por habitante destes países (que contam, em conjunto, 200,0 milhões de habitantes). A razão $19,98 \cdot 18,47 = 1,08$, entre o valor médio, por habitante da Alemanha, do comércio franco-alemão e o valor médio, por habitante do resto do grupo, do comércio internacional da França com os demais países do grupo, indica que em relação à população, a intensidade das trocas da França com a Alemanha fica apenas levemente superior à intensidade média das trocas da França dentro do grupo considerado.

Tabela II

Cálculo de índices unilaterais da intensidade do comércio internacional entre pares de países no quadro do comércio internacional mundial

PARES DE PAÍSES	Valor do comércio entre os 2 países (Milhões de dólares)	Valor médio por habitante do 2.º país (Dólares)	Índice de intensidade para o 1.º país*
Alemanha e França	1 055	23,60	4,53
Alemanha e Holanda	1 170	107,34	20,60
Alemanha e Bélgica-Luxemburgo	816	88,70	17,02
Alemanha e Itália	685	14,18	2,72
França e Alemanha	1 055	19,98	5,26
França e Holanda	287	26,33	6,93
França e Bélgica-Luxemburgo	695	75,54	19,88
França e Itália	324	6,71	1,77
Holanda e Alemanha	1 170	22,16	9,01
Holanda e França	287	6,42	2,61
Holanda e Bélgica-Luxemburgo	1 115	121,20	49,27
Holanda e Itália	120	2,48	1,01
Bélgica-Luxemburgo e Alemanha	816	15,45	6,52
Bélgica-Luxemburgo e França	695	15,55	6,56
Bélgica-Luxemburgo e Holanda	1 115	102,29	43,16
Bélgica-Luxemburgo e Itália	114	2,36	1,00
Itália e Alemanha	685	12,97	6,45
Itália e França	324	7,25	3,60
Itália e Holanda	120	11,01	5,48
Itália e Bélgica-Luxemburgo	114	12,39	6,16

* Calculado pela razão entre o dado da coluna anterior e o dado para o 1.º país da última coluna da tabela I

De outro lado, o comércio internacional da Alemanha com os demais países desse grupo ascendeu a 6 995 milhões de dólares isto é, a 36,45 dólares por habitante destes países (que contam, em conjunto, 191,9 milhões de habitantes). A razão $23,60: 36,45 = 0,65$ entre o valor médio, por habitante da França, do comércio franco-alemão e o valor médio, por habitante do resto do grupo, do comércio internacional da Alemanha com os demais países do grupo, indica que, em relação à população, a intensidade das trocas da Alemanha com a França é inferior de mais de um terço à intensidade média das trocas da Alemanha dentro do grupo.

Confrontando os resultados dos cálculos expostos neste parágrafo com os dos cálculos constantes da tabela II, vê-se que, ao mudar da área de comércio à qual se estende o cálculo, podem variar fortemente os índices da intensidade das trocas entre dois países

PARA tornar mais claro o método que foi aplicado convém traduzi-lo em fórmulas

Representando-se por $C(a, b)$ o valor do comércio entre os países a e b , por $C(a, ra)$ o valor do comércio entre o país a e todos os demais países do mundo, ou do grupo considerado, inclusive b , por $C(b, rb)$ o valor do comércio entre o país b e todos os demais países do mundo, ou do grupo considerado, inclusive a , por $P(a)$ a população de a e por $P(ra)$ a população do resto — a respeito de a — do mundo ou do grupo, por $P(b)$ a população de b e por $P(rb)$ a população do resto — a respeito de b — do mundo ou do grupo, os índices da

intensidade do comércio internacional entre os dois países, como os que foram calculados acima, são dados pelas fórmulas seguintes:

para o país *a*:

$$\frac{C(a, b)}{P(b)} \cdot \frac{C(a, ra)}{P(ra)} = I(a); \quad (1)$$

e para o país *b*

$$\frac{C(a, b)}{P(a)} \cdot \frac{C(b, rb)}{P(rb)} = I(b). \quad (2)$$

O Banco Internacional de Basileia seguiu um processo apenas aparentemente diverso, calculando as razões seguintes:

para o país *a*

$$\frac{C(a, b)}{C(a, ra)} \cdot \frac{P(b)}{P(ra)} = I(a), \quad (3)$$

e para o país *b*:

$$\frac{C(a, b)}{C(b, rb)} \cdot \frac{P(a)}{P(rb)} = I(b) \quad (4)$$

Por via diferente, esse processo leva a resultados idênticos

É CLARO que a população é apenas uma das referências que podem ser adotadas para a determinação da intensidade do comércio internacional entre dois países. Entre as outras referências possíveis e convenientes, salienta-se a renda nacional, que foi também considerada no relatório do Banco Internacional de Basileia.

Para esta referência, e para outra qualquer diversa da referência à população, aplica-se o mesmo método de que foi dado exemplo acima. Pode servir como ilustração, com referência à renda nacional, o próprio caso do comércio franco-alemão no quadro dos onze países acima especificados.

Além dos dados já aproveitados, devem ser levados em conta os da renda nacional, isto é: França 53 100 milhões de dólares; outros dez países, 174 000 milhões; Alemanha, 45 800 milhões de dólares; outros dez países, 181 300 milhões.

Seguem-se os cálculos para a França:

Comércio com a Alemanha em relação à renda nacional desta 1 055 milhões de dólares em relação a 45 800 milhões, isto é, 2,30 dólares de comércio para 100 dólares de renda;

Comércio com os dez países em relação à sua renda nacional total: 3 694 milhões de dólares em relação a 174 000 milhões, isto é, 2,12 dólares de comércio para 100 de renda.

A razão 2,30: 2,12 = 1,08 indica que a intensidade do comércio da França com a Alemanha, avaliada conforme o presente critério, fica apenas levemente superior à intensidade média do comércio da França com os dez países.

Eis, agora, os cálculos para a Alemanha:

Comércio com a França em relação à renda nacional desta: 1 055 milhões de dólares em relação a 53 100 milhões, isto é, 1,99 dólares de comércio para 100 dólares de renda;

Comércio com os dez países em relação à sua renda nacional total: 6 955 milhões de dólares em relação a 181 300 milhões, isto é, 3,86 dólares de comércio para 100 de renda.

A razão 1,99: 3,86 = 0,52 indica que a intensidade do comércio da Alemanha com a França, avaliada conforme o presente critério, atinge apenas a metade da intensidade média do comércio da Alemanha com os dez países.

Os cálculos anteriores foram efetuados segundo fórmulas paralelas às (1) e (2); seus resultados coincidem com os que obteve o Banco Internacional de Basileia aplicando fórmulas paralelas às (3) e (4).

ADOTANDO-SE outras referências que fôrem julgadas significativas (como poderia ser, em alguns casos, a superfície territorial), podem-se calcular outros índices da intensidade do comércio internacional entre dois países, sempre mediante a aplicação de fórmulas paralelas às (1) e (2) ou às (3) e (4).

Cumpra observar que, em todos os casos, êste método dá *dois* índices da intensidade do comércio entre os países *a* e *b*, um dos quais mede a intensidade em relação ao comércio de *a* com o resto do mundo ou de dado grupo de países, enquanto o outro a mede em relação ao comércio de *b* com o resto do mundo ou do grupo

A significação dêstes índices, que podem ser chamados *unilaterais*, é clara. Torna-se difícil, pelo contrário, atribuir uma precisa significação econômica a um índice único, *bilateral*, do comércio entre *a* e *b*, que todavia pode ser desejado para fins de síntese e de comparação. Uma determinação empírica de um índice dêste tipo é fácil: basta calcular uma média dos dois índices unilaterais, e, como êstes são os valores de razões, convém preferir a média geométrica.

Note-se que o problema da escolha de uma ou outra média tem escassa importância prática quando os dois índices diferirem pouco entre si. Assim, no cálculo anterior de índices da intensidade do comércio franco-alemão no quadro mundial, foram obtidos os valores, não muito diferentes, de 5,26 para a França e de 4,53 para a Alemanha, cuja média geométrica é 4,881 e cuja média aritmética é 4,895, valores muito próximos um do outro.

Mas em outros casos a diferença entre a média aritmética e a geométrica não fica mais desprezível, como se pode verificar pelos próprios exemplos expostos na tabela III. Nessa aplicação, apesar das notáveis diferenças entre as médias correspondentes dos dois tipos, a ordem dos pares de países segundo a intensidade das trocas fica pouco diferente nas duas séries de índices, desde o máximo do comércio entre a Holanda e a Bélgica-Luxemburgo até os mínimos entre a Holanda e a Itália e do entre a França e a Itália, mas esta concordância aproximativa não é necessária e poderá não se verificar em outras aplicações.

Tabela III

Índices bilaterais da intensidade do comércio internacional entre pares de países no quadro do comércio internacional mundial

PARES DE PAÍSES	ÍNDICES DE INTENSIDADE	
	Média geométrica	Média aritmética
Alemanha e França	4,88	4,90
Alemanha e Holanda	13,62	14,81
Alemanha e Bélgica-Luxemburgo	10,53	11,77
Alemanha e Itália	4,19	4,59
França e Holanda	4,25	4,77
França e Bélgica-Luxemburgo	11,42	13,22
França e Itália	2,52	2,69
Holanda e Bélgica-Luxemburgo	46,11	46,22
Holanda e Itália	2,35	3,25
Bélgica-Luxemburgo e Itália	2,48	3,58

É óbvio que, para o cálculo de um índice bilateral, a escolha da média não fica limitada à geométrica e à aritmética, não há, porém, razão teórica para se recorrer a outros tipos de média.

UMA elegante solução do problema do cálculo de um índice bilateral da intensidade do comércio entre dois países, pela qual fica eliminada a escolha entre as diversas possíveis médias de índices unilaterais, foi proposta e experimentada pelo Serviço de Estudos da "Banca d'Itália".

Com base na observação de que cada habitante do país *a* pode dar lugar a trocas com cada habitante do país *b*, calcula-se um índice bilateral do co-

mércio entre os dois países dividindo o valor d'êste comércio pelo produto dos respectivos números de habitantes

Por exemplo, os 1 055 milhões de dólares de trocas franco-alemães, divididos pelo produto das populações dos dois países (França, 44,7 milhões; Alemanha, 52,8 milhões), dão o índice (por comodidade de escrita, multiplicado por 1 milhão) de 0,45, enquanto os 1 115 milhões de dólares de trocas entre a Holanda e a Bélgica-Luxemburgo, divididos pelos produtos das populações (Holanda, 10,9 milhões, Bélgica-Luxemburgo 9,2 milhões), dão o índice (igualmente multiplicado) de 11,12. Análogamente obtêm-se os seguintes índices para os demais pares de países: Alemanha e Holanda, 2,03; França e Bélgica-Luxemburgo, 1,69; Alemanha e Bélgica-Luxemburgo, 1,68; França e Holanda, 0,59; Alemanha e Itália, 0,27, Bélgica-Luxemburgo e Itália, 0,26, Holanda e Itália, 0,23; França e Itália, 0,15

Em consequência do próprio critério de cálculo, êste tipo de índice bilateral acentua — talvez excessivamente — as diferenças existentes na intensidade das trocas entre os diversos pares de países. O índice do comércio entre a Holanda e a Bélgica-Luxemburgo, por exemplo, resulta, por êste critério, 74 vezes maior do que o entre a Holanda e a Itália, enquanto nos cálculos da tabela III fica apenas 20 vezes maior pela média geométrica e 14 vezes maior pela média aritmética

Efetuada o cálculo do índice bilateral pelo critério agora exemplificado, pode tornar-se conveniente ou necessário deduzir d'êles índices unilaterais, para se apreciar a intensidade das trocas com referência, respectivamente, a um ou ao outro dos dois países considerados

Para êste fim, podem-se calcular as razões entre o índice bilateral da intensidade do comércio entre os países *a* e *b*, e, respectivamente, o índice bilateral — calculado conforme o mesmo critério — do comércio entre o país *a* e o resto do mundo ou do grupo, e o índice bilateral do comércio entre o país *b* e o resto do mundo ou do grupo

Usando-se os símbolos já acima aplicados, pode-se descrever o cálculo d'êstes índices unilaterais pelas fórmulas seguintes

$$\text{para o país } a$$

$$\frac{C(a,b)}{P(a)P(b)} \cdot \frac{C(a,ra)}{P(a)P(ra)} = \frac{C(a,b)}{C(a,ra)} \cdot \frac{P(b)}{P(ra)} = I(a), \quad (5)$$

$$\text{e para o país } b$$

$$\frac{C(a,b)}{P(a)P(b)} \cdot \frac{C(b,rb)}{P(b)P(rb)} = \frac{C(a,b)}{C(b,rb)} \cdot \frac{P(a)}{P(rb)} = I(b) \quad (6)$$

Chega-se, assim, a resultados idênticos aos que foram obtidos pelo método exposto no início d'êste estudo para o cálculo de índices unilaterais. Esta coincidência é importante, porque mostra que êsse método — cuja aplicação é representada pelas fórmulas (1) e (2), ou (3) e (4) — fica coerente não somente com o cálculo indireto do índice bilateral como média dos dois índices unilaterais, mas também com o cálculo direto, descrito acima, do índice bilateral

A propósito d'êste último método de cálculo, pode-se observar que êle dá índices apropriados para a comparação das intensidades das trocas entre diversos pares de países, mas não para a apreciação da intensidade relativa das trocas entre dois países no quadro mundial ou em determinada área de comércio. Para se obterem índices desta intensidade relativa, torna-se preciso passar do índice bilateral, diretamente calculado, para os índices unilaterais das fórmulas (5) e (6) e depois calcular uma média d'êles, voltando-se, assim, ao método inicialmente ilustrado no presente estudo

QUEM achar que, na igualdade de tôdas as demais condições, as trocas num mercado tendem a variar proporcionalmente à população poderá preferir outro critério para o cálculo de índices da intensidade do comércio entre dois países, pondo em relação o valor d'êste comércio com a soma das populações dos dois países (considerados, assim, como um único mercado). Um índice da intensi-

dade relativa para o país *a* poderá ser obtido dividindo-se essa razão pela razão entre o comércio total deste país com o resto do mundo ou do grupo e a população total do mundo ou do grupo, inclusive a do país *a*. Um índice análogo poderá ser calculado para o país *b*. Surgirá então, mais uma vez, o problema da síntese dos dois índices por uma média.

Um ensaio do cálculo destes índices, exposto na tabela IV, refere-se aos pares de países do MEC que foram considerados na tabela II.

Tabela IV

Outro cálculo de índices bilaterais da intensidade do comércio internacional entre pares de países no quadro do comércio internacional mundial

PARES DE PAÍSES	Comércio entre os 2 países por habitante (Dólares)	ÍNDICES DE INTENSIDADE * PARA	
		o 1º país	o 2º país
Alemanha e França	10,82	2,12	2,89
Alemanha e Holanda	18,37	3,59	7,50
Alemanha e Bélgica-Luxemburgo	13,16	2,58	5,58
Alemanha e Itália	6,77	1,32	3,44
França e Holanda	5,16	1,38	2,11
França e Bélgica-Luxemburgo	12,89	3,45	5,46
França e Itália	3,48	0,93	1,77
Holanda e Bélgica-Luxemburgo	55,47	22,64	23,50
Holanda e Itália	2,03	0,83	1,03
Bélgica-Luxemburgo e Itália	1,98	0,84	1,01

* Calculados com referência aos seguintes valores médios por habitante do mundo, em dólares, do comércio internacional de cada país: Alemanha, 5,11; França, 3,74; Holanda, 2,45; Bélgica-Luxemburgo, 2,36; Itália, 1,97. A população do mundo foi estimada em 2 700 milhões de habitantes.

Os índices calculados conforme este critério ficam inferiores, em geral, aos calculados conforme o primeiro critério exposto no presente estudo (por exemplo Holanda e Bélgica-Luxemburgo, 22,64, em comparação com 49,27; Bélgica-Luxemburgo e Itália, 0,84, em comparação com 2,36); mas nem mesmo esta desigualdade se verifica constantemente, e a graduação dos diversos pares de países fica diferente segundo os dois critérios de cálculo do índice de intensidade. Parece preferível o primeiro deles; todavia foi julgado oportuno dar também um exemplo da aplicação do segundo.

SE fôr aceita a convenção pela qual se define distribuição uniforme do valor do comércio internacional de um país a sua distribuição proporcional às populações dos diversos mercados, não parece que possam ser opostas sérias objeções ao cálculo dos índices unilaterais segundo as fórmulas (1) e (2) ou (3) e (4).

Ao índice bilateral, calculado como média dos dois índices unilaterais, pode-se objetar que tem significação duvidosa quando ficarem nêles sintetizados dois índices muito diferentes entre si. Nos exemplos da tabela III, o índice 11,42 do comércio entre a França e a Bélgica-Luxemburgo é a média geométrica de 6,56 e 19,88. o segundo destes valores é triplo do primeiro. E, estendendo-se a aplicação, encontrar-se-ão sem dúvida casos de diferenças relativas bem maiores entre os dois termos da média.

O recurso ao índice unilateral fica justificado pela vantagem da síntese que êle oferece, mas será sempre aconselhável não esquecer o exame dos índices unilaterais dos quais êle foi deduzido.

LOURIVAL CÂMARA
(Do Instituto Interamericano de Estatística)

NOVA CONTRIBUIÇÃO AO VOCABULÁRIO ESTÁTISTICO

ATENDENDO à cordial solicitação do Instituto Interamericano de Estatística, externamos, a seguir, nossa opinião pessoal acerca dos equivalentes, em português, de expressões ou termos estatísticos encontrados na literatura técnica anglo-americana

Da relação de termos que nos foi enviada, limitamo-nos a comentar aqueles cuja tradução, sugerida pelo IASI, não encontra nossa aprovação, total ou parcial

Julgamos de nosso dever louvar, sem reservas, esse extraordinário esforço da Secretaria-Geral do IASI, no afã de aperfeiçoar, constantemente, o *Vocabulário Estatístico*

Em mais de uma oportunidade, aqui, manifestamo-nos contrários — como o fizemos em vezes anteriores — à tradução de termos artificiais, resultantes de contrações cômodas no idioma de origem (p ex “plim”, decorrente da “probability limit”, ou “tel-va”, conseqüente a “relative variance”, “probit”, nascido da fusão entre “probability” e “unit”), ou de termos de “slang”

Num dicionário, a inclusão desses espécimes ficaria bem, porque haveria a devida explicação das condições do respectivo nascimento. Num vocabulário, entretanto, não há essa possibilidade, pois se deve assinalar o termo estrangeiro, sem quaisquer esclarecimentos, e o correspondente no vernáculo

Professores dos mais eminentes no Brasil — Milton da Silva Rodrigues, da Universidade de São Paulo, Jessé Montello, João Lyra Madeira, Jorge Kingston e Oscar Póto Carreio, da Escola Nacional de Ciências Estatísticas — so icitados pelo IASI, devem opinar a respeito, e, certamente, cuidarão desses aspectos

Nosso pronunciamento é o que se segue

Acceptance inspection Temos utilizado “inspeção para fim de aceitação”, ou, simplesmente, “inspeção de aceitação”. Não se compreende, entretanto, a tradução proposta “contrôle de aceitação”, pois o que visa, mercê da inspeção, é verificar se as unidades, ou peças, inspecionadas, recaem, ou não, no intervalo de aceitação

Age-sex adjusted rate Traduzimo-la por “taxa ajustada segundo a idade e o sexo”. Não se trata de “coeficiente”, conforme sugerido

Age standardized rate Usamos “taxa padronizada de idade”

Aging of population “Envelhecimento demográfico”, emboia a expressão “envelhecimento da população” faça jus a cadeia de primeira fila. Cuidoso é que o termo “população”, nitidamente do campo demográfico, onde é restritivo, esteja perdendo terreno, dia a dia, no campo estatístico, onde “população” concerne a um conjunto de unidades de qualquer natureza. Estamos com os que empregam “população” no sentido genérico de Estatística. Diga-se, de passagem, que foi atribuída a R A Fischer (1922) a introdução do termo “population”, nesse sentido, quando, em verdade, foi William Sealy Gosset (“Student”), em 1908, quem o usou pela primeira vez

Allocation of sampling units Mesmo em inglês, a expressão acertada é “allocation of sample units”, isto é, “repartição das unidades da amostra”

(geralmente entre os L estratos da população) É totalmente contraindicado o uso de "distribuição" porque não existe, no caso, qualquer *distribuição* no sentido estatístico. Há, sim, uma repartição da amostra de n unidades, segundo

especificado critério, entre os L estratos, $n = \sum_{i=1}^L n_i$. É ponderável, outrossim, o

térmo "partilha" Mas, "repartição" está plenamente vulgarizado

Allowance number of defects A tradução proposta "percentagem de peças defeituosas", não é feliz. Trata-se, no caso, do "número permitido de peças defeituosas", ou de defeitos. Não nos parece feliz, outrossim, usar *tolerância*, porque esse termo, em contróle e em aceitação, tem acepção bem definida.

Appraisal of protection Houve evidente equívoco na tradução proposta. Trata-se de "avaliação da proteção"

Asymmetrical test Eis uma tradução em tôrno da qual se digladiam os puristas do vernáculo e os estatísticos. Aquêles se apegam a "prova assimétrica", enquanto estes, a "teste assimétrico", aportuguesando, assim, o *test*. É fora de dúvida, porém, que, em Estatística, há diferenças substanciais entre "prova" e "teste". Usamos, diariamente, "seqüência de provas", "provas repetidas", "número infinito de provas", ao tempo em que nos referimos a "teste de significância", a "teste de hipóteses", ao "teste de Behrens-Fisher" etc. Há marcante distinção entre o conteúdo de "prova" e o de "teste". Ainda que sob protestos dos camoneanos, usamos "teste assimétrico", entendível por todos que falam a linguagem estatística. Já "prova assimétrica" é de boa cêpa lingüística, mas, estatisticamente, não faz sentido.

Average sample number Temos usado, como tradução, do ASN, "número médio da amostra". Convém esclarecer que se cuida, no caso, de uma função (ASN Function), cuja expectância, ou "número médio", é determinada, em análise seqüencial, para fins de decisão.

Balance confounding É pacífico, no Brasil, no ensino de Planejamento Experimental, o uso do termo "confundimento", para exprimir "confounding". Assim o fazemos na Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Isto pôsto, "balance confounding" corresponde a "confundimento equilibrado".

Balance differences Expressão comum à amostragem sistemática. Temos empregado "diferenças equilibradas".

Base weight Essa expressão, bastante familiar na construção de números-índice, tem sido traduzida por "ponderação de base", significando o peso da situação (ou período) de base.

Best fit Traduzimo-la por "melhor ajustamento". Não se trata, como a tradução sugerida de "optimum fit". O "melhor ajustamento" é expresso por uma medida, ou seja, pela medida do ajustamento ("goodness of fit").

Birth-death ratio "Razão entre nascimentos e óbitos"

Causal factors "Fatores causais"

Census underenumeration O fenômeno ocorre, quando, numa operação censitária, não se investigam as N unidades que compõem a população. Neste sentido, não existe, a rigor, uma subenumeração, pois as N unidades da população $P = (u_1, \dots, u_N)$ podem estar devidamente enumeradas (no cadastro, nas listas de campo) sem que, todavia, se vejam totalmente indagadas. Neste sentido, repete-se, há uma "deficiência de coleta censitária". Se, entretanto, não se integraliza o cadastro das N unidades da população P , e a operação é processada com base nesse cadastro incompleto, há uma "incompleta cobertura censitária".

Census underestimation A expressão original merece reparos. Suponha-se uma população $P = (u_1, \dots, u_N)$, da qual se vai investigar, por exemplo a distribuição da variável X . Duas soluções, em princípio, podem ser utilizadas: a) indagam-se as N unidades de P , para a obtenção das determinações, X_i , de X tem-se o censo, b) indagam-se $n < N$ unidades, determinando-se e seleccionando-se n em obediência a princípios rígidos de probabilidades tem-se a amostragem.

Se o objetivo da pesquisa é a média de um parâmetro θ , de X , pode-se graças à teoria da estimação, empregar, no segundo exemplo, adequado estimador θ^* e, então, estimar θ , com a precisão requerida ou desejada.

A estimação fundamenta-se nos resultados da amostra. Num censo, não há estimação ou se examinam as N unidades, com os cuidados requeridos, e os resultados são exatos, ou se examinam $N' < N$ unidades, e os resultados censitários são inexatos.

Há incongruência pois, na expressão “subestimação censitária” Opinamos, por isso, pela sua extirpação do vocabulário

Checking total “Total de verificação” Além de ser a expressão usada, mantém-se coerente com “fôlha de verificação”, “lista de verificação”, “dados de verificação” etc .

Child-woman ratio “Razão entre crianças e mulheres”.

Chunk sampling Não sabemos se, antes de nós (1951), alguém utilizou a expressão, hoje corrente, de “amostragem de conveniência” que nos parece adequada. É expressão transitória, já de vela à mão, porque, em Amostragem, o “chunk” não pode ser levado a sério, em termos de técnica. Cremos que isto ocorrerá, igualmente, em inglês, onde o vocábulo “chunk”, introduzido, parece, por Hansen, vem definindo, dia a dia. Lembramo-nos que, numa feita, perguntamos ao Professor Deming. “What’s a chunk?” e êle, calmamente, apesar de tão çioso na precisão de suas respostas, nos disse. — “It’s a chunk”

Compensating error “Erro de compensação” Tipo de erro com a média nula

Completeness (of data) Eis um termo que nos tem feito meditar. Usamos, desde 1952, “integralidade dos dados”, embora reconheçamos que se trata de expressão à procura de melhor substituto. “Completidade dos dados” pode ser examinada. Diz-nos o Professor Mário Barreto, com a sua autoridade no vernáculo, que “completidade” é de boa formação familiar, possuindo credenciais para ingresso nos salões mais rigorosos. O hábito, porém, nos tem mantido fiéis a “integralidade”

Component analysis “Análise das componentes”, e não “análise de composição”. A observação se estende às demais expressões em que surge “component” Expressões ocorrentes em análise da variância

Computation sheet “Fôlha de cálculo” é o comumente empregado “Fôlha de cômputo” não vicejaria entre nós

Confluence analysis Também é pacífico o uso de “análise de confluência”

Consistent estimator O IASI propõe, em boa companhia, “estimador consistente”, e, desacompanhado, “estimador coerente”. Fomos dos que — talvez seduzidos pela comodidade da tradução direta — empregaram, em aula e no livro, “estimador consistente”. O tempo, porém, nos sugeriu melhor exame da matéria, e chegamos à conclusão de que, de fato, “estimador consistente” não traduz o conceito fisheriano de “consistent”. O que bem caracteriza a condição de “consistency” é a convergência estocástica. O estimador θ^* é “consistente”, se converge em probabilidade, ou estocasticamente, para o parâmetro θ , quando $n \rightarrow \infty$. Então, “consistent estimator” é, a rigor, um “estimador convergente”: essa, a tradução que temos respeitado ultimamente, porque nos parece a mais precisa

Continuous frequency function O problema, aqui, não está na tradução, mas na impropriedade de expressão original, sob certo aspecto. Tem-se utilizado, entre os anglo-americanos e entre os franceses, “frequency function” para indicar, indistintamente, uma função de frequência, ou uma função de probabilidade. Não os parece aconselhável essa prática. Numa função de probabilidade, não há *freqüência*. Fazemos, por isso, nítida distinção entre:

- a) função de frequência, isto é, a função que descreve o comportamento da variável estatística, através dos seus valores realmente observados;
- b) função de probabilidade, ou seja, a função que descreve o comportamento da variável aleatória Y , $f(Y)$,
- c) função de frequências acumuladas, no sentido usualmente empregado,
- d) função de distribuição, $F(Y)$, que concerne à variável aleatória Y

Respeitadas essas observações, é lícito dizer-se “função de frequência da variável contínua X ” Como, também, em situação diferente, “função de probabilidade da variável contínua (ou discreta) X ”

O que importa, é não confundir “função de frequência” com “função de probabilidade”

Correction for bias. Tem-se pretendido, quase que *manu militari*, impor o monstrego “biés” na literatura técnica brasileira. Curioso é que os que ensinam Estatística, os que aprendem Estatística, os que escrevem livros de Estatística, ou o desconhecem ou o repelem, com justificados motivos. O usual é “tendenciosidade”. Por que, pois, essa tendenciosidade de impingir um termo que não é estatístico, nem fala português? Assim, “correction for bias” é “correção da tendenciosidade”.

Vale a oportunidade para esclarecer que o termo "tendenciosidade" não é nosso, como se disse alhures. Foi introduzido, no Brasil, segundo nos parece, pelo eminente Professor Jorge Kingston, em 1947. Estamos à vontade, pois, para defender, calorosamente, um vocábulo que não é filho nosso.

Critical level of significance "Nível crítico de importância", conforme sugerido, não é pacífico, no Brasil, o uso de "nível crítico de significância".

Cross section of a population Propõe-se, no original, "secção no espaço de uma população", onde se empregam três vocábulos com acepção precisa sob certos aspectos. "secção", "espaço" e "população". Já nos referimos, antes, ao conceito estatístico da palavra "população". Quanto a "espaço", entende-se, em Estatística, o conjunto dos conjuntos possíveis espaço das amostras, espaço das decisões etc. Secção, por sua vez, tem conteúdo inequívoco. A tradução proposta, de conseguinte, pode dar margem a dúvidas. Faz-se preferível, pois, não estereotipar essa expressão.

Curtailed sampling Trata-se, a nosso ver, de expressão acidental, que poderia ficar à margem do Vocabulário. Se se quiser, todavia, incluí-la, seu correspondente é "amostragem truncada".

Density function É usual "função de densidade" (no campo probabilístico) não apenas em português, como em espanhol, francês e em outros idiomas.

Dependent events Usam-se, indistintamente, no Brasil, "acontecimentos dependentes" e "eventos dependentes".

Deterministic (model, process) "Modêlo determinístico", "processo determinístico", no sentido oposto a "modêlo estocástico", "processo estocástico".

Double-tailed test Na Escola Nacional de Ciências Estatísticas, usamos, sem discrepância, "teste bilateral".

Duplicate sample Propõe-se, no original, "amostra dupla". Mesmo em inglês, há distinção entre "duplicate sampling" (ou "sample") e "double sampling".

A "duplicate sample" ocorre em diversificadas situações, entre as quais, por exemplo, quando, dado um cadastro, determinadas unidades populacionais se apresentam mais de uma vez, quebrando, assim, a condição de equiprobabilidade da seleção. Corresponde, neste caso, a "overexposure", e impõe o tratamento preliminar da correção de tendenciosidade, como, ainda, o emprêgo de técnicas especiais, quando essa correção não é efetuada *a priori*.

Ainda em inglês, "duplicate sample" é, algumas vezes, empregado no sentido de "amostra interpenetrante".

Já a "double sampling" (primeiramente focalizada por Neyman, em 1938) — onde não há duplicação do tamanho da amostra, mas, bem ao contrário, redução nesse tamanho, donde a impropriedade, também, da designação na literatura anglo-americana — o problema é de ordem muito diferente. Temos, por isto, evitado o uso de "amostragem dupla", que seria a tradução de "double sampling". Preferimos "amostragem bifásica".

Quando a "duplicate sample", empregamos "amostra equívoca", — quando se verifica o exemplo dado acima — porque cada unidade da população $P = (u_1, u_2, \dots, u_N)$ não é inequivocamente definida por um, e somente um, número de ordem, $i = 1, \dots, N$; numa experiência aleatória uniforme cada unidade populacional u_i , passaria a ter, paradoxalmente, probabilidade diferente de $1/N$. No outro exemplo, também focalizado, cuida-se de interpretação de amostra.

End corrections Expressão a ser suprimida, dada a variedade de situações em que se vê empregada. Ora, alude à correção de valores extremos; ora, à correção na tendência de uma série temporal; ora, à correlação serial. Não encontramos fundamento para justificar a permanência, na literatura técnica do Brasil, de uma expressão sem conteúdo preciso no idioma em que nasceu e vive.

Equally likely events "Acontecimentos (ou eventos) "equiprováveis" Também "igualmente prováveis".

Error variance Essa expressão se acha, com efeito, bastante difundida no inglês. Seu sentido preciso, porém, é de "variância dos resíduos", ou "variância residual". Usamos, invariavelmente, "variância residual".

External variance "Variância externa", quando empregada no sentido de Deming: variância entre unidades primárias.

Factorial experiment "Experimento fatorial". Não se trata de uma "experiência", mas de um "experimento".

Fixed over-all sampling fraction "Prescrita" (ou "fixa") fração geral de amostragem". As duas traduções propostas ("fração permanente" e "amostra-

gem global”) não encontram receptividade Não há uma “fração permanente”, mas uma fração geral de amostragem que é prescrita, ou fixada, em razão de motivo relevante, geralmente ligado ao custo econômico da pesquisa De outro lado, não entendemos, sinceramente, o que é “amostragem global”

Fixed sample “Amostra de tamanho fixado” (ou “de tamanho prescrito”) Não existe “amostra fixa”, nem “amostra invariável”, conforme se propõe A amostra é o resultado de uma experiência aleatória é uma variável aleatória, portanto

Follow-up interview (census) “Entrevista complementar” Há notar, porém, que a entrevista complementar não ocorre, apenas, numa operação censitária, mas, também, nas pesquisas por amostragem O parentético “census”, conseqüentemente, deve ser eliminado

Frame (of a survey) Dada uma população P , constituída de N unidades elementares $P = (u_1, u_2, \dots, u_N)$, entende-se, em sentido restritivo, por “frame”, o conjunto das unidades de observação que compõem a população P Em alguns casos, o “frame” é a própria população de N unidades elementares, noutros, essas N unidades elementares são conglomeradas em M unidades compostas, noutros, ainda, da população de tamanho N , excluem-se N_i unidades, permanecendo, pois, $N - N_i = N'$ Em qualquer dos exemplos dados — como em muitos outros que poderiam ser citados — resulta uma “população de trabalho” sobre a qual se vai projetar a pesquisa é o terreno, por assim dizer, pronto para a construção O “frame” é, dessarte, a “população de trabalho” (cadastro, mapa, etc.)

Não se pode confundir a “população de trabalho”, ou “frame”, com “plano de levantamento”, conforme a proposta do original O “plano de levantamento” é uma conseqüência da “população de trabalho”, como o edifício o é em relação ao terreno Mas, edifício e terreno não são cousas equivalentes

Freehand method Diz respeito, geralmente, ao traçado, a mão livre, da tendência numa série temporal Usamos, por isso, “traçado a mão livre”, pois não há um “método”, rigorosamente

Frequency-moments Propõe-se “momentos de freqüência”, que nos parece pouco feliz Seja uma variável X , com N determinações (X_1, X_2, \dots, X_N) , distribuídas essas em h classes, possuindo cada classe a freqüência f_i ($i=1, 2, \dots, h$) Entende-se por *momento* (caso de uma variável do tipo discreto),

$$M_k(X) = N^{-1} \sum_{i=1}^h (X_i - a)^k f_i,$$

onde a é uma constante qualquer (usualmente, zero ou a média aritmética de X) e k é a ordem do momento, ($k = 0, 1, 2, 3, 4, \dots$)

Os momentos dizem respeito, pois, à variável X Dizemos, portanto, “momentos de uma distribuição de freqüências”, porque, aí, está implícito que são os valores de X distribuídos segundo freqüências

Fringe benefits Não encontramos motivos ponderáveis para manter essa expressão num vocabulário estatístico

Grid sampling Trata-se de uma particularidade da amostragem à base de áreas, posta em prática, pela primeira vez, se não nos enganamos, por Mahalanobis, em Bengala, na Índia, em 1937, quando de suas pesquisas sobre a produção de juta

Temos projetado pesquisas nessas condições, e sempre nos referimos a “amostragem à base de áreas”, uma vez que a unidade de amostragem, no caso, é inequivocamente definida um retângulo, ou um quadrado, ou uma “rede” de retângulos etc

Gross correlation “Correlação bruta”

Games theory “Teoria dos jogos”, como usualmente se emprega Nunca, porém, “jogo equitativo”, que é cousa muito diferente

Half-invariant “Semi-invariante” É pacífico

High contact Traduzimo-la por “contacto de ordem elevada”, como os franceses o fazem

Hypothetical population Conforme as circunstâncias, pode ser “universo”, ou “modelo” ou “população-limite” Genêricamente, entretanto, pode dizer-se “população hipotética”, com algum sacrifício de precisão, mas, também, sem erro grosseiro

Identifiability O problema da “identificabilidade” ocorre na estimação de parâmetros, através de sistemas de equações aleatórias Daí, o uso, parece

que pacífico, de "sistema parcialmente identificável", ou "totalmente identificável", conforme o caso

Illegitimate birth-rate "Taxa da natalidade ilegítima"

Incompleteness (of data) Veja-se o que escrevemos acêrca de "completeness". Portanto, "não integralidade", ou "não completude" Vale ressaltar que "exaustividade" e "inexaustividade", agora sugeridos pelo IASI, merecem um lugar ao sol

Inconsistent statistics Veja-se "consistent" Conseqüentemente, "estatísticas não convergentes" (no sentido estocástico).

Independent frequency "Frequência teórica", como usado pelos franceses, não nos parece feliz, em face do seu emprêgo comum, em contraposição a "frequência observada". No caso, a característica primordial é a da independência. Creemos, por isto, que "frequência independente" é a mais adequada

Independent increments No caso de processos aditivos, "incrementos independentes".

Independent trials "Provas independentes".

Index of reliability Mesmo em inglês, se não nos enganamos, a expressão é "reliability coefficient", que se deve a Spearman: sua medida (usual em Psicologia) é dada pelo coeficiente de correlação entre os resultados de aplicações do mesmo teste Traduzimo-la, pois, por "coeficiente de fidedignidade". É empregada, ainda, em Biologia: aqui, diz respeito ao inverso de uma função do intervalo de confiança

Indifference-level index number A expressão é registrada no dicionário de Kendal e Buckland, como sinônimo de "número-índice de Konüs". Não há motivos, segundo o pensamos, para se substituir esta última, que já se acha bastante vulgarizada

Inefficient statistics Propõe o IASI "estimativa do parâmetro não-eficiente", que se não credencia à nossa aprovação Primeiro, porque a eficiência é pertinente a uma variável aleatória (estatística) e não a um parâmetro, que é uma constante de especificada população Segundo, porque "estimativa de um parâmetro" é sinônimo de "estatística" A expressão, portanto, correspondente em português (por sinal, empregada sem maiores discussões) é "estatística não eficiente", melhor, aliás, do que "estatística ineficiente"

Inflation factor São usados "fator de elevação", "fator de inflação", "fator de ponderação", "inflator", quando no sentido de inverso da função de amostragem Usamos "inflator"

Inherent bias Trata-se de expressão com diversificados e numerosos sentidos, e respeita à tendenciosidade na estimação, na observação, no observador etc. A "inerência" é presente a qualquer desses tipos de tendenciosidade Por que, pois, dizer "tendenciosidade inerente ao observador", quando "tendenciosidade do observador" (isto é, "inerente ao observador") não dá margem a dúvidas? Opinamos, portanto, pelo cancelamento da expressão

Interviewer bias "Tendenciosidade do entrevistador" (ou "do agente") No Brasil, por influência da designação oficial dos quadros de pessoal, usa-se o apelativo "agente" como sinônimo de "entrevistador" Nas aulas e nos livros, todavia, o termo "agente" é desconhecido

Inverse sine transformation (e outras) Trata-se de expressões que devem pertencer a um dicionário de Matemática Se se incluírem essas, no dicionário de Estatística, outras, de Matemática, também devem aparecer, e o "Vocabulário Estatístico" adquirirá o vulto da Enciclopédia Britânica

Legit Específico da Genética Vale, aqui, a observação anterior

Limit information methods Utilizam-se, em Econometria, "limited information methods", na estimação de parâmetros São os "métodos de informações limitadas", porque não se utilizam todas as informações disponíveis

Line of equal distribution. "Linha de equidistribuição"

Linear constraint "Restrição linear".

Linear systematic statistics Melhor será dizer-se "estatística sistemática linear".

Loading (factor loading). Temos empregado "fator de ponderação"

Logistic process Simplesmente, "processo logístico".

Logit Este neologismo inglês — criado com inspiração numa relação logística — pode ficar à margem, porque perfeitamente dispensável No próprio inglês, faz, ao que parece, pequenas aparições

Loop plan. Não cremos que o Professor Deming continue a respeitar esse apelido doméstico, que é criação sua, dado à estimação da variância de um estimador, num esquema de amostragem sistemática. Por que dar registro civil a "Betinho", "Nicota" e outras designações familiares?

Martingale Nos cinco idiomas mais comuns, não existe tradução. No alemão, "martingaler prozess", no francês e no inglês, "martingale"; no espanhol e no italiano, "martingala". No Brasil, os professores de Probabilidades vêm usando "martingala". Respeitamos o critério

Minimax estimation "Estimação pelo princípio do minimax".

Modified exponential curve. "Curva exponencial modificada".

Most stringent test Temos usado "teste minimax", visto que êle, em última instância, consiste na minimização duma diferença máxima.

Net reproduction rate "Taxa líquida de reprodução".

Nonnull hypothesis "Hipótese não nula".

Nonorthogonal data "Dados não ortogonais"

Non-parametric inference "Inferência não paramétrica"

Nonprobability sample "Amostra não probabilística" Como toda amostra, no campo estatístico, é necessariamente probabilística, temos utilizado (especialmente em *Noções de Amostragem Estatística* e em *Introdução à Técnica da Amostragem*) simplesmente "amostra", entre aspas, para denotar que se não trata de amostra.

Nonsense correlation "Correlação ilusória"

Normal probability curve. "Curva normal de probabilidades".

Observable variable. A tradução proposta, "variável de observações", não é feliz. O que a expressão inglesa significa, é referente a uma variável X , cujas determinações X_i , podem ser observadas numa pesquisa. Trata-se, a rigor, de uma "variável observável". Apesar do eco, preferimos a expressão proposta, sob pena de se lhe dar substitutivo longo: "variável capaz de ser observada".

Observational error. Trata-se de "erro de observação". Kendall e Buckland dão a entender que esse erro ocorre apenas, nas pesquisas por amostragem, quando, em verdade, êle ocorre igualmente nos censos.

One-sided test "Teste unilateral".

Open-end class "Classe aberta" (à direita, à esquerda).

Optimum statistics. "Estatísticas ótimas", respeitando-se aí, com rigor, o conceito de "estatística" e o de "ótimo", segundo comentários anteriores

Order of stationary "Ordem de estacionariedade" (quando em processo estocástico)

Orthogonal design "Planejamento ortogonal".

Outliers Na linguagem comum da Amostragem, usa-se a expressão "valores anormais", a qual, embora certa no que tange à significação, pode gerar dúvidas em relação ao adjetivo "anormais", que poderia, inclusive, ser interpretado como "não normais", o que se não compadece ao sentido de "outliers". Cremos que "valores de exceção", ou "valores excepcionais" explicam bem o termo inglês.

Over-all estimate O IASI não propõe o equivalente em Português. A rigor, trata-se de expressão desnecessária, quando se visa à estimativa de um parâmetro, no caso de uma população estudada como um conjunto. Quando, todavia, essa população é examinada em função de subconjuntos (na estratificação, por exemplo), a "over-all estimate" se impõe. Cabe, pois, a expressão "estimativa geral".

Over-all sampling fraction Também não há proposta de equivalente português. Temos empregado "fração geral de amostragem".

Over identification A exemplo do que propusemos precedentemente, "sistema com excesso de identificação".

Parameter point Não há referência à expressão, na relação de termos apresentada pelo IASI. É usual, porém, e, no português, traduzida por "ponto paramétrico".

Partially consistent observations. Comentou-se, linhas atrás, o verdadeiro sentido do "consistent", de R. A. Fisher, que é o de "convergente", estocasticamente. Então, "observações de variáveis parcialmente convergentes"

Patch (ou *contour level*) Quando empregado no sentido que Mahalanobis lhe deu, trata-se de "conglomerado classificado", porque os valores X_i , da variável X , que compõe o conglomerado, pertencem a uma "classe", considerado esse termo, aqui, com a significação que possui na Estatística e na Matemática

Partition of chi square “Partição de qui-quadrado”.

Patterned sampling “Amostragem sistemática”.

Plaid square É possível que o criador da expressão — de uso no planejamento experimental — se houvesse inspirado nos “quadriculados” de tão conhecido padrão de fazenda escocesa

Plot No caso particular do planejamento experimental, “canteiro de experimentação” Genéricamente, “unidade de experimentação” (ou de observação). O “talhão”, proposto, é usual em Portugal, mas não no Brasil

Plotted data Já se está generalizando, entre nós, o emprêgo de “locar”, como tradução de “to plot”. Assim, “locação de pontos”, “dados locados” etc

Point binomial “Distribuição binomial”.

Point bivariate distribution. “Distribuição bidimensional de variáveis discretas”

Point density Sabe-se da inadequacidade de se falar em “densidade”, referentemente a variáveis do tipo discreto. Dessa maneira, não há amparo na expressão “point density”, que deve ser: substituída “probabilidade da determinação X_i (ou do valor, ou do ponto) da variável discreta X ”. Ou, em síntese, “probabilidade de $X = X_i$ ”, ou, ainda, “ $p(X = X_i)$ ”.

Pooling of classes (ou of sum squares). “Agregação” (de classes ou de somas de quadrados) Também se tem empregado “fusão”, embora sem ressonância

Predicated variable Magnífica expressão introduzida por Kendall, para substituir, na análise de regressão, a inadequada “variável independente”, desde que inexistente independência, ai, quer no sentido estocástico, quer no funcional Temos empregado, como equivalente, vernáculo, “variável de regressão”

Predictive decomposition Embora essa expressão seja encontrada na literatura anglo-americana (referente à análise das séries temporais), mais comum é “Wold’s decomposition”. Já tivemos oportunidade de usar “análise elementar de Wold” primeiro, porque se trata de uma análise, com a separação dos elementos deterministas e não deterministas, segundo, porque se deve o método a Wold

Preference-field index number Veja-se “indifference level index number”, ou seja, “número-índice de Konüs”.

Price-compensation index. “Índice de Laspeyres-Konüs”.

Probability-moment “Momento de uma função de probabilidades”, ou “momento de uma distribuição de probabilidades”. Veja-se, a respeito, neste trabalho, “frequency-moment”

Probability rate Elimine-se

Probit (e derivados) Já no inglês, “probit” é termo artificial inventado, decorrente da fusão de “probability unit” Não pode, portanto, haver tradução. Ou se adota, comodamente, o neologismo “próbite”, como sugerido pelo IASI, o que se não coaduna ao espírito do vernáculo, ou se deixa o termo à margem, por dispensável, o que nos parece mais aconselhável. A traduzir “probit”, há que fazê-lo, também, em relação a “plim” (limite em probabilidade), a “rel-va” (variância relativa) etc.

Process-average fraction defective “Média percentual das unidades com defeito, em decorrência da fabricação”.

Processing error “Erro de elaboração”

Product-moment Houve evidente equívoco na tradução do IASI, “correlação dos momentos-produto” Talvez se explique esse equívoco por uma associação de idéias: é que a covariância, que participa do coeficiente de correlação, é um “momento-produto”, para usar a designação de Karl Pearson Mas “momento-produto” é inadequado, em nosso entender Trata-se, com efeito, do momento de uma distribuição n-dimensional

$$\mu_{h, k, \dots, v} = \int_{\mathbb{R}} \int_{\mathbb{R}} \int_{\mathbb{R}} (x_1 - \mathbb{E}x_1)^h (x_2 - \mathbb{E}x_2)^k \dots (x_n - \mathbb{E}x_n)^v dx_1 dx_2 \dots dx_n$$

É preferível, parece-nos, dizer-se “momento (com origem em) de uma distribuição bidimensional, tridimensional, n-dimensional, segundo as circunstâncias

Proportional sampling A expressão é usada na estratificação, quando se utiliza fração constante de amostragem Usamos, indistintamente, “amostragem proporcional”, “amostragem com fração constante nos estratos”, e “amostragem de Bowley”, recaindo nossa preferência nesta última.

Quad Não há, segundo nos parece, em português, um termo capaz de exprimir “quad”. O “quad” — na amostragem à base de áreas — é a unidade elementar, ou seja, o menor quadrado em que a variável tem determinação significativa. Poder-se-ia, pois, sugerir, no vernáculo, “unidade elementar de pesquisa”.

Quadratic response Como a “response”, neste caso, é uma reação, propomos “reação quadrática”, para significar que as manifestações da reação se ajustam a uma função do segundo grau.

Racial likeness (coefficient of) Trata-se de assunto superado desde a estatística D^2 , de Mahalanobis.

Random error “Erro aleatório”. Daí, “erro de amostragem aleatória” como equivalente a “random sampling error”.

Random walk “Trajeto aleatório”, a despeito do uso generalizado de “passeio aleatório”.

Randomisation “Aleatoriedade”. Daí, “teste de aleatoriedade” como correspondente a “randomisation test”.

Recursive system “Sistema recorrente”.

Reduction of data A expressão de R. A. Fisher é, em português, traduzida por “sistemização dos dados”.

Reference set “Conjunto fundamental”.

Refusal rate Não se trata de “taxa de rejeição”, que possui definição precisa em controle e em inspeção, mas de “taxa de recusa”. Diz respeito à recusa, por parte do informante selecionado, à prestação de informações.

Regular unbiased critical region “Região crítica, regular, não tendenciosa”.

Relaxed oscillation Não se trata de uma “suavização” das oscilações, mas, depois da crise, de uma paliativação das mesmas, para, em seguida, ocorrer o recomeço do processo. Pode-se, pois, falar em “oscilações reduzidas”.

Reliability coefficient “Coeficiente de fidedignidade”.

Repeated survey Em trabalhos anteriores, usamos a expressão “pesquisa repetida”, a qual, reconhecemos, não é feliz. “Repelir” é “fazer outra vez”. No caso, porém, há uma sutileza: a pesquisa é renovada em períodos diferentes, embora com os mesmos instrumentos de coleta, com o mesmo tamanho da amostra, mas com *unidades diferentes* em cada operação. Achamos, por isso, que “pesquisa renovada” é mais consentâneo.

Replicated sampling Nova sutileza se impõe aqui. Não se trata de “repetição”, nem de “renovação”, mas de “repliação”, ou, como sugere o IASI, de “reiteração”. Pode-se dizer, portanto, “amostragem replicada” ou “amostragem reiterada”.

Response time distribution “Distribuição, segundo o tempo, da reação”.

Restricted randomisation “Aleatoriedade restrita”.

Rotation sampling “Amostragem com rotatividade”.

Rough estimate “Estimativa bruta”, ou “estimativa grosseira”. A expressão, a rigor, não existe, pois não há estimativa “bruta”. Toda estimativa é lapidada, desde que tem um erro definido ou explicitado. O emprêgo de “estimativa bruta” vem sendo mal feito, dada a confusão entre estimativa (resultado de uma experiência aleatória) e “avaliação”, que é um número produzido por subjetivismo ou, mesmo, por processo cujo erro não pode ser identificado.

Sample container “Recipiente da amostra”. O adjetivo “amostral”, que aparece em diversos termos propostos pelo IASI, deve, a nosso ver, ser substituído por “da amostra”.

Sample estimate, sample statistic A exemplo de “rough estimate”, não há dificuldade na fixação dos correspondentes em português, mas no legítimo entendimento de ambas as expressões “Sample estimate” e “Sample statistics” constituem redundâncias: não há estimativa que não decorra de amostragem, e necessariamente de amostragem. Da mesma forma, uma “estatística” resulta de uma amostra, desde que estatística é a estimativa de um parâmetro. O emprêgo indevido de “estimativa”, como sinônimo de “avaliação” ou “palpite”, e o de “estatística”, como qualquer “dado estatístico”, não são suficientes para integrar um vocabulário que pretende ser do mais elevado nível técnico.

Sample survey “Pesquisa por amostragem”.

Sampling bias “Tendenciosidade da amostragem”.

Sampling inspection “Inspeção por amostragem”.

Sampling interval “Intervalo da amostragem”.

Sampling on successive occasions “Amostragem em períodos sucessivos”.

Sampling “Amostragem”, ao invés de “amostra” ou “amostral”, como sugerido

Sampling reliability “Fidedignidade da amostragem”.

Sampling with (ou without) replacement (Amostragem com (ou “sem”) reposição”

Saturation Tem-se usado (na análise fatorial) “saturação”, porque se trata, de fato, da “saturação” da variável.

Screening inspection “Inspeção total” ou “inspeção exaustiva”

Self-renewing aggregates “Agregados auto-renovados”.

Serial lag correlation “Correlação serial defasada”

Series-Seriation-Seriola Termos criados na Itália, sem maiores repercussões na atualidade, quando empregados com o sentido que os contemporâneos de Gini lhes dão

Simultaneous estimation “Estimação simultânea” (referente à estimação de $n \geq 2$ parâmetros através dos mesmos lados observados).

Single-factor theory “Teoria de um fator comum” (na análise fatorial)

Single-tailed test “Teste unilateral”.

Slippage test Não conhecemos o equivalente vernáculo, e cremos que seria difícil engendrã-lo, desde que a expressão original abona um jargão. O “slippage test” concerne a testes de significância pertinentes à verificação da homogeneidade de médias quando se suspeita da existência de um erro sistemático. Já nos temos manifestado contrários à inclusão, num vocabulário técnico, de termos restritivos, ou de “slang” de outros idiomas.

Smooth (to) ‘Regularizar’ Não há “ajustamento”, a rigor

Specification bias “Tendenciosidade na especificação de . . .”

Split-half method “Método do desdobramento da unidade de experimentação”

Squariance Há vinte anos, mais ou menos, introduziu-se esse termo na literatura estatística norte-americana. E pensamos que, além do seu criador, ninguém mais o usou. Continua-se a empregar “soma dos quadrados dos desvios a partir da média”. Deixemos, pois, que “squariance”, “deviance” e alguns raros outros membros da família chefiada por “variance” desapareçam por inanição.

Strenght of a test Temos usado “eficácia de um teste”

Sub-group confounded “Confundimento com subgrupos”

Survey “Pesquisa”

Sympathy effect “Tendenciosidade do informante”

Systematic “Sistemático”

Tail area of a distribution “Área compreendida entre a origem e a ordenada tal”

Tantiles A família dos “is” está repleta de membros à procura de emprêgo percentis, decis, quartis, sextis etc. Por que mais este, que a Itália nos quer forçar à adoção? Deixemo-lo por lá.

Temporally homogeneous process “Processo estocástico sujeito a parâmetro temporal”

Test “Teste”

Three dimensional lattice “Rede tridimensional”

Tightned inspection “Inspeção intensificada”

Time comparability factor “Fator de comparabilidade no tempo”

Time lag “Defasagem”

Time reversal test “Teste de reversão no tempo”

Tolerance number of defects “Número tolerável de peças defeituosas”

Translation parameter “Parâmetro de locação”

Trough “Ponto mínimo” (numa série temporal)

Truncation ‘Truncamento’

Type bias “Tendenciosidade no promédio” é específico

Ultimater cluster “Conglomerado final”

Unbiased error “Erro não tendencioso” Faz-se de mister dedicar duas palavras à expressão, tanto à anglo-americana quanto à luso-brasileira. Nada obstante à multiplicidade de sinônimos de “erro”, no linguajar de todo dia, “erro” possui, em Estatística, acepção bastante restritiva. Erro é a diferença entre um valor observado, x_i , e o real valor da mesma variável, X_i , no mesmo

ponto i . Se se simboliza por ε o erro, então, neste caso particular, $\varepsilon = x_i - X_i$. Ora, a observação x_i pode ser tendenciosa, ou não. No primeiro caso, ε é um erro tendencioso; no segundo caso ε é um erro não tendencioso.

Uniformly best constant risk estimator “Estimador minimax da função de risco”

Uniformly better decision function “Função de decisão uniformemente melhor” (ou seja quando a função de risco é menor)

Unique factor Não se trata, como sugerido, de “fator específico”, mas de um “fator comum”

Unit normal variate Variável normalmente distribuída com média nula e variância igual a um. Usa-se, simplesmente, “variável normal reduzida”

Uni-stage sampling Na Amostragem, seja a de unidades elementares, seja a de áreas, seja a de sólidos, a norma é um estágio (ou uma etapa) de trabalho: selecionadas as n unidades — através de uma experiência aleatória — dentre as N ditas que constituem a população $P = (u_1, \dots, u_N)$, procede-se a respectiva observação. A subamostragem, a amostragem com $r \geq 2$ estágios, ou etapas, constituem exceções, que se impõem quando, em face de circunstâncias imperativas, não se faz possível, ou aconselhável, adotar o esquema do estágio único, ou de etapa única.

Se a norma, portanto, é a “uni-stage sampling”, parece razoável dar-se designação específica às exceções, e não à regra.

Embora de uso restritivo, pelos motivos expostos, a expressão “uni-stage sampling” pode ser traduzida por “amostragem de estágio único” (ou de “etapa única”).

Up-cross Temos usado “recesso” como equivalente a “down-cross”, e “acesso”, para significar “up-cross”.

Upward bias Seja θ^* um estimador de θ . Se $E(\theta^*) > \theta$, então a tendenciosidade $t = E(\theta^*) - \theta$ é maior do que zero — tem-se, pois, “upward bias”, ou “tendenciosidade positiva”. Se $E(\theta^*) < \theta$ a tendenciosidade $t < 0$ há, pois, “downward bias” ou “tendenciosidade negativa”.

Validation Se o vocábulo “consistência” não estivesse sendo utilizado em lugar de “convergência estocástica” (como tradução menos adequada de “consistency”, de R. A. Fischer), ter-se-ia feliz equivalente para “validation”. O termo “validação” é respeitável, a nosso ver.

Working mean Usam-se, indiferentemente, “média suposta” e “média de trabalho”.

Weight bias “Tendenciosidade ponderal” ou “tendenciosidade de ponderação”.

Weighting factor “Fator de ponderação”. Nunca, porém, “fator de saturação”, como sugerido.

Zone “Zona”, ao invés de “região”.

GILBERT ÉTIENNE

POPULAÇÃO DA ÍNDIA

PERSPECTIVAS DEMOGRÁFICAS E ALIMENTARES

O PROBLEMA da subsistência nos países subdesenvolvidos e com forte crescimento demográfico motivou numerosas pesquisas de caráter geral, bem como debates por vezes intensos. O INED consagrou recentemente a este assunto grande parte do Caderno 27 "Terceiro Mundo, Subdesenvolvimento e Desenvolvimento". Esses trabalhos de caráter geral e teórico já podem ser completados com observações experimentais sobre determinados países. A observação só pode indicar tendências, porque as estatísticas desses países são incertas e as coletas variam de um para outro ano.

A Índia é um dos mais interessados campos de observação, pela sua importância e pelas suas dificuldades econômicas. "Population" já havia dedicado um artigo a esse país, pouco depois da proclamação de sua independência.¹ Gilbert Étienne, doutor em Direito, diplomado pela Escola de Línguas Orientais, residente na Índia há vários anos, mostra aqui os resultados obtidos em dez anos e compara as perspectivas demográficas e alimentares no curso de uma geração.

Em todo estudo sobre um país como a Índia, demografia e economia estão a tal ponto ligadas que é impossível apresentar uma idéia precisa de uma ou de outra sem abordá-las simultaneamente, determinando seus efeitos recíprocos. De que serviria, por exemplo, encarar as mudanças da população se não as ligarmos ao problema fundamental da alimentação? Do mesmo modo, nenhuma investigação dos progressos da agricultura tem sentido se se omitem as flutuações demográficas? Tentaremos pois confrontar as variações da população indiana com as da produção alimentar.

Tal estudo comporta probabilidades inevitáveis e os números que daremos não são, por vezes, rigorosos. Indicam, no entanto, a ordem de grandeza dos problemas e fixam limites que nos parecem razoáveis.

I — DADOS DEMOGRÁFICOS

Recenseamento de 1951, Natalidade e Mortalidade

O ANO de 1921, data-pivô da demografia indiana, marca o fim dos grandes golpes que, sob a forma de epidemias e fomes,² impediram ou atrasaram o crescimento da população. Esta aumentaria a partir do início do regime britânico (fim do século XVIII), porém epidemias e fomes readquiriram tal intensidade, notadamente entre 1891 e 1921, que a população só cresceu de 12,2 milhões ao atingir 248,1 milhões.³ Durante os trinta anos seguintes a população aumentou de 113 milhões.

Trabalho reproduzido, "data venia", da revista "Population", do Instituto Nacional de Estudos Demográficos, da França, n.º 4, ano 12 (outubro/dezembro de 1957). Tradução de Maria Helena Mighevich.

¹ Meile, Pierre — "La population de l'Inde" *Population*, n.º 1, janvier-mars, 1948, pág. 127-146.

² Excetuando a fome de Bengala de 1942-1943, que eliminou cerca de 2 milhões de habitantes.

³ R.-A — Gopalswamy, *Census of India*, 1951, pág. 122 e seguintes, Register General for India, 1953.

Deve-se semelhante crescimento a diversos fatores progressos da higiene, luta mais eficaz contra as fomes, natureza mais clemente, de onde provém uma ligeira melhoria das colheitas

Chegamos, assim, ao primeiro recenseamento da Índia independente que, incluindo Cachemira e Jammu, contava então 361 milhões de habitantes. As taxas de mortalidade e de natalidade, para 1 000 habitantes, evoluíram como se segue

ANOS	MORTALIDADE		NATALIDADE	
	Estimativas	Registro (est. civ.)	Estimativas	Registro (est. civ.)
1891-1901	44,4	—	46	34
1901-1911	42,6	—	48	37
1911-1921	48,6	34,3	49	37
1921-1931	36,3	25,3	46	33
1931-1941	31,2	23,0	45	34
1941-1951	{ 27 31 }	19,4	{ 40 43 }	27

Os resultados de estado civil são de interesse limitado, pois parte das mortes e dos nascimentos não estão registrados. Por outro lado, na Índia Britânica, os principados ligados à coroa por tratados dispunham de vasta autonomia administrativa e nenhum possuía serviço de estado civil, como as províncias administradas pelos ingleses. Essas lacunas obrigam o uso de estimativas.

Até o período 1931-1941, reproduzimos as de Fingsby Davis, em *Population of India and Pakistan*, Princeton 1951, págs 33, 36, 62 e 69. Para o período 1941-1951, a primeira linha indica as estimativas oficiais (*Census of India*, págs 79, 80, 183 e 187), a segunda as de Coale e Hoover. São eles de opinião, por nós acatada, de que a baixa aparente de natalidade e mortalidade de 1931-1941 a 1941-1951 (*Census*) é devida principalmente à diferença dos métodos de estimação utilizados por Fingsby Davis e pelo *Census*. Nenhum indício permite patentear esse fenômeno, tal como deixa supor o recuo de 45 a 40%. São, por conseguinte, os números da segunda linha que, parece, devem ser conservados:

Eis, por outro lado, a esperança de vida ao nascimento desde 1891

	<i>Sexo masculino</i>	<i>Sexo feminino</i>
1891-1901	23,6	24,0
1901-1911	22,6	23,3
1911-1921	19,4	20,9
1921-1931	26,9	26,6
1931-1941	32,1	31,4
1941-1951	32,4	

É difícil a comparação das taxas de mortalidade dos países onde as mortes são mal registradas. No entanto, mesmo feitas tôdas as retificações, parece que as da Índia estão entre as mais elevadas que existem.

Previsões — No relatório sobre o recenseamento de 1951, foram publicadas as previsões de população para os três próximos decênios, partindo desse recenseamento

	<i>Hipótese A</i>	<i>Hipótese B</i>
	<i>(em milhões)</i>	
1951	361,3	361,3
1961	407,1	411,9
1971	458,5	469,7
1981	527,6	535,5

O método de cálculo é simples: os números da coluna *A* correspondem a uma taxa de crescimento idêntico para cada decênio à taxa média do período 1921-1951. Na coluna *B*, a taxa de crescimento para cada decênio é semelhante à do período 1941-1951 (*Census*, 1951, pág. 179).

O relatório sobre o recenseamento atinge igualmente outros resultados, aliás com poucas diferenças, por um método pouco mais complicado: o cálculo toma os Estados de Madras, Madhya Pradesh e Uttar Pradesh e determina separadamente a evolução demográfica por sexo e por idade de 1921 a 1951.

Conservando a taxa média de crescimento do período 1921-1951, prossegue a projeção até 1981. Se a taxa média de crescimento desses três estados é aplicada a toda a Índia, atinge-se em 1981 a 515,7 milhões de habitantes.

A ordem de grandeza indicada por esses diferentes cálculos poderia ser aceita por ocasião da publicação do relatório sobre o recenseamento (1953), porém os acontecimentos e as pesquisas que tiveram lugar desde então nos obrigam a respeitá-la.

Evolução possível da taxa de mortalidade

A ALTA mortalidade indiana, mesmo comparada à da maioria dos países subdesenvolvidos, dá a entender que um mínimo de esforço, no campo da higiene, trará progressos apreciáveis. A ciência permite suprimir rapidamente, por meios modestos, os "flagelos mortais seculares". O exemplo do Ceilão é rico de ensinamento. muitas campanhas de DDT fizeram desaparecer a malária quase totalmente, donde a seguinte evolução demográfica:

A população passou de 5 700 000, em 1937, a 8 300 000, em 1954, e a taxa de mortalidade teria caído de 24,5% em 1935-1939 para 10,4% em 1954.⁴

Auxiliados pelo crescimento da natalidade (de que falaremos mais adiante), os cingaleses multiplicam-se ao ritmo elevado de 2,8% por ano, ao passo que o da Índia é 1,3 a 1,5%.

Resultados iguais são mais fáceis de se obter num país pequeno como o Ceilão do que na grande extensão indiana (3 milhões de quilômetros quadrados), em que centenas de milhares de cidades só são acessíveis por jipe ou por carro-de-boi. Naquele país, os progressos da higiene pública, ainda que limitados, terão repercussão importante sobre a taxa de mortalidade.

No seu esforço de modernização, a Índia dedica grande importância aos cuidados com a saúde e diversas moléstias são enérgicamente combatidas, em particular a malária, tão mortífera quanto no Ceilão. Baseado nas experiências cingalesas, há um plano que em 1961 deverá colocar a malária na lista das moléstias secundárias.

Em 1951, esta causou, no mínimo, um milhão de mortes por ano e 100 milhões de indianos, ou seja, cerca da terça parte da população, foram atingidos.⁵ Numerosas equipes antimaláricas operam atualmente em vastas regiões, onde cidades inteiras foram dedetizadas. Segundo o relatório sobre o segundo plano quinquenal (1956-1960) [pág. 544], no primeiro ano, a luta foi levada a termo numa superfície que contava com cerca de 60 milhões de habitantes maláricos. Vinte milhões foram curados.

Destruindo não só os mosquitos anófeles como outros parasitas, o DDT suscitará novos progressos gerais da higiene.

Depois da malária, citemos a tuberculose, 2,25 milhões de pessoas são atingidas, devendo ela suprimir 500 000 vidas humanas por ano (sem dúvida, muito mais).

No final do primeiro plano quinquenal, em 1956, 70 milhões de pessoas tinham sido examinadas e 25,5 milhões vacinadas com BCG. No decorrer do segundo plano, toda pessoa com menos de 25 anos devia ser examinada e vacinada, se necessário.⁶

Ao lado da luta direta contra as moléstias, é preciso assinalar as medidas indiretas de saneamento das aldeias e zonas urbanas. Nos programas dos "Community Projects" (Sistema de desenvolvimento rural em comum), um lugar de destaque é destinado à salubridade das aldeias: as vizinhanças dos poços são asseadas, envidam-se esforços para cobrir os esgotos, as casas são com mais

⁴ *Economic Survey of Asia the Far East*, 1954 e 1955, respectivamente pág. 81 e 67, Nações Unidas, Bangkok.

⁵ *Government of India — First Five Year Plan*, pág. 500, New Delhi, 1952.

⁶ Sem haverem desaparecido completamente da Índia, as moléstias epidêmicas como a peste, o cólera, o tifo foram fortemente reprimidas nos últimos trinta anos, a ponto de só se registar fraca incidência sobre a taxa de mortalidade.

frequência caídas ou revestidas de argamassa. Nas cidades a luta contra os casebres prossegue lentamente, pois se necessita de meios financeiros muito maiores que as vacinas em massa de BCG ou as campanhas de DDT, porém se esboça neste sentido um movimento com possibilidades de ampliar-se

A análise desses diferentes fatores nos leva a concluir que a taxa de mortalidade deve baixar muito mais rapidamente do que prevê o serviço de estatística, segundo o recenseamento de 1951. Só a volta das calamidades assinaladas entre 1891 e 1921 poderia contradizer essa afirmação

Contra as epidemias e notadamente contra qualquer nova forma de moléstia para a qual não existia vacina, a Índia continua vulnerável, como demonstrou a epidemia de gripe na primavera de 1957. Em menos de duas semanas, um surto epidêmico de influenza, felizmente benigno (daí um número ínfimo de mortes) espalhou-se de Madras a Bombaim, Calcutá, Delhi e por conseguinte em numerosas zonas rurais. O número de pessoas atingidas pela gripe foi tão elevado que oito dias bastaram para paralisar a vida de Bombaim. Deixaram de comparecer ao trabalho um terço dos estivadores, mais da quarta parte dos 250 000 operários de usinas têxteis, metade dos empregados das PTT, cerca de 30% dos motoristas de ônibus e de 15 a 60% dos efetivos das empresas privadas. A rapidez dos meios modernos de comunicação, o número sempre crescente de pessoas que viajam, o fato de milhões de famílias indianas viverem num só cômodo (donde a impossibilidade das medidas de isolamento) explicam a rapidez com que se propagou a epidemia

A eventualidade de fomes é, em compensação, muito mais accidental. Não é totalmente impossível que ainda se produza em zonas restritas por causa de condições atmosféricas particularmente más

Porém, como ainda veremos, o domínio agrícola parece excluir a eventualidade do alastramento de fomes através de vastas regiões, a ponto de afetar a taxa de mortalidade

Ademais, muitos países, como os Estados Unidos, dispõem de enormes reservas de cereais, que poderiam ser rapidamente distribuídas através da Índia, para estancar um princípio de catástrofe

Perspectivas de mortalidade

NESSAS previsões, o relatório do recenseamento de 1951 baseou-se numa redução muito fraca da taxa de natalidade. Existirá uma hipótese mais razoável? Poderemos encarar, à parte, uma redução suficiente da taxa de natalidade que compense a redução da taxa de mortalidade, atrasando dessa forma o crescimento demográfico?

Havendo limitado nosso estudo ao período 1951-1981, já poderemos opinar por um crescimento da população, apoiando-nos sobre os cálculos de Léon Tabah⁷. Tomando por ponto de partida diferentes hipóteses de mortalidade e de natalidade e considerando diversas variações lentas e rápidas da fecundidade, esse autor observa que "os fenômenos demográficos modificam-se lentamente e que uma população de intenso crescimento vive longo tempo desse impulso"

Abordemos o problema sob outro ângulo, examinando as possibilidades atuais de uma vasta campanha propagadora do uso de meios anticoncepcionais

Desde o lançamento do primeiro plano quinquenal (1951-1956) o governo indiano declarou-se favorável à limitação de nascimentos, porém perduram divergências quanto aos meios. Nehru e uma vasta equipe de economistas e demógrafos indianos e estrangeiros preconizam o emprego de métodos anticoncepcionais, enquanto que outros, como a princesa Amritatram, nessa ocasião ministro da Saúde, limitam-se a admitir o método Ogino. Esse ponto de vista, semelhante ao da Igreja Católica, inspira-se nas idéias do Mahatma Gandhi. Este último não admitia senão um só método: a continência entre os esposos

Em novembro de 1953, quando foi publicado o relatório sobre o recenseamento de 1951, travaram-se fortes debates na imprensa e na opinião pública. Desde então, acusou-se uma nítida evolução: os discípulos de Gandhi inclinaram-se diante da dura realidade. O governo do Estado de Bombay, que, no outono de 1956, rejeitara uma subvenção do governo central em favor da planificação das famílias, acaba de rever sua política e aceitar os auxílios de Nova Delhi

⁷ Tabah, Léon — "Le problème population-investissement-niveau de vie dans les pays sous-développés" in "Le Tiers Monde", cahier n.º 27 de "Travaux et Documents" de INED, Paris, 1956, PUF

O segundo plano quinquenal prevê⁸ a soma de 50 milhões de rúpias (375 milhões de francos franceses) destinadas a limitar o número dos nascimentos, 300 clínicas urbanas e 2 000 rurais deveriam ser abertas a fim de propagar a planificação das famílias. Esses estabelecimentos aconselharão os casais, fazendo ao mesmo tempo pesquisas sobre os métodos mais adequados na prevenção de nascimentos.

Simultaneamente, a propaganda, em favor dos meios anticoncepcionais, faz progressos, pelo menos, nas grandes cidades. Em Nova Delhi, cartazes luminosos recomendam o uso, enquanto que surgem artigos nos mostruários dos múltiplos vendedores ambulantes que povoam as ruas de Bombaim.

Numerosos inquéritos oficiais, assim como as repetidas observações que já fizemos, permitem afirmar que, no conjunto, as famílias não se opuseram a limitar o número de filhos. Ricos ou pobres, os indianos verificam o peso que representa uma prole numerosa. O Hinduísmo e o Islamismo⁹, principais religiões, por mais que dêem importância à família não proibem formalmente a prevenção de nascimentos. O Mahatma Gandhi opôs-se muito mais em nome das razões morais do que doutrinárias.

A limitação efetiva de nascimentos é atualmente praticada pelas classes abastadas e médias, fração mínima da população, porém as massas não podem realizá-la, por causa da ausência de informações concretas e de meios.

Como lançar uma campanha que atingisse rapidamente 558 000 aldeias da Índia, cuja maioria está distante de estradas de rodagem e ferrovias? Esse obstáculo não é intransponível, mas trata-se de uma obra que se estenderá por vários decênios, apesar de todos os esforços governamentais.

Decididamente, a limitação de nascimentos, daqui a 1980, apenas poderá evitar uma elevação da taxa de natalidade em favor dos progressos da higiene. Vimos os efeitos destes sobre a taxa de mortalidade; e não devemos esquecer os que exercem sobre a natalidade.

Na ausência de medidas em favor da planificação das famílias, a taxa de natalidade, por mil, evoluiu no Ceilão,¹⁰ como se segue:

1935-1939	35,7	1953	39,4
1950	40,4	1954	36,2
1951	40,5	1955	37,9
1952	39,5	1956	35,5

Não existem, provavelmente, na Índia, estatísticas que forneçam o número de crianças nascidas mortas, nem o de abortos, dos quais encontramos numerosos casos. Os únicos dados disponíveis têm por objeto a mortalidade infantil no período 1941-1951, entre 100 crianças nascidas vivas, 15 morriam antes de atingir 1 ano.¹¹ Este total, que se apóia nos registros civis, não consideram as mortes sobrevindas pouco tempo depois do nascimento e deve ser considerado como inferior à realidade. S. P. Jean, atuário do recenseamento de 1951, fornece os algarismos 15 e 24 e Coale e Hoover, 20 e 25.

O deficiente estado de saúde não deixa de ter relação com os casos de esterilidade, que também poderão diminuir graças aos progressos da higiene.

Enfim, é preciso citar as viúvas que usualmente não contraem novas núpcias. O fato de que essa regra será cada vez menos observada contribuirá a aumentar a natalidade.

Não podemos aderir à opinião de J. de Castro, segundo a qual uma nutrição melhor reduzirá a fecundidade fisiológica. Diversas experiências a contradizem (*Canadenses Franceses do Século XIV*, Hutterites, etc.).

Pesquisas mais recentes — Não havendo constatado, senão, uma fraca redução da fecundidade, entre 1951 e 1981, as previsões feitas, segundo o recenseamento de 1951, são, sob esse aspecto, aceitáveis. As que se referem à mortalidade têm, em compensação, todas as chances de ser ultrapassadas pelos progressos da higiene, que serão sensivelmente superiores aos do período 1921-1951.

Um estudo recente apóia esse ponto de vista. Trata-se do trabalho de Ansley G. Coale e Edgar M. Hoover.¹²

⁸ *Government of India — Second Five Year Plan*, pág. 554, New Delhi, 1956.

⁹ Imã Ghazali, uma das maiores autoridades do Islam (século XI), é particularmente tolerante, pois considera como "coisa permitida" o "coito interruptus", em seu *Livre des bons usages en matière de mariage*, pág. 89, trad. Bercher et Bousquet, Maison Neuve, Paris 1953.

¹⁰ *Anuaire Statistique des Nations Unies*, 1956, pág. 615, ONU, New York, 1957, e *Bulletin mensuel de statistique*, ONU, août 1957.

¹¹ *Census*, pág. 188.

¹² *Prospects for population growth and their implications for economic development in India* 1956/86, Princeton University, september 1956.

A evolução da mortalidade é, segundo esses autores, condicionada por dois fatores a supressão da malária e o progresso geral da higiene

Em 1961, a malária deverá estar quase eliminada.

Com base na experiência cingalesa, deduz-se que as zonas da Índia atualmente maláricas (5/9 da população) veriam suas taxas de mortalidade baixar de 11%

Um melhor estado sanitário geral, luta contra a poluição das águas potáveis, limpeza dos vasos sanitários, vacina de BCG, etc, afetarão igualmente a taxa de mortalidade. A incidência desses progressos foi calculada com base nos resultados registrados em diversos países pobres, que dispõem de estatísticas demográficas relativamente exatas e que já alcançaram progressos sensíveis no domínio da higiene. São, entre outros: Formosa, período 1906-1938, Jamaica 1921-1946, Ceilão, 1921-1946 (por conseguinte antes do lançamento das campanhas antimaláricas), Chile, 1920-1940, Portugal, 1941-1951

Finalmente, os autores consideram, para a mortalidade, uma só hipótese, tolerando uma baixa geral até 1981, que se traduz por um prolongamento da média de vida de 32,3 anos em 1951 a 53,3 anos em 1981. De 1981 a 1986, a baixa de mortalidade, já moderada, findará. Essa hipótese pode parecer surpreendente, pois a média de vida de 52,3 foi já ultrapassada em numerosos países pouco desenvolvidos. Ela parece supor uma agravação das condições econômicas ou então uma improvável interrupção dos progressos da higiene após a destruição da malária e de algumas outras doenças epidêmicas

A evolução admitida por Coale e a de Hoover afasta-se assim consideravelmente da evolução-padrão descrita por L. Henry e R. Pressat¹³ para os países subdesenvolvidos

<i>Ano inicial</i>	<i>Henry e Pressat</i>	<i>Coale e Hoover</i>
0	33,0	32,2
5	35,4	37,8
10	37,6	43,4
15	39,8	46,4
20	41,9	49,4
25	43,9	50,8
30	45,9	52,3
35	47,8	52,3

A baixa de mortalidade, admitida por Coale e Hoover, a principio mais rápida que o normal, diminuía em seguida, fixando-se por fim

Para a fecundidade, Coale e Hoover emitiram três hipóteses

— alta fecundidade fecundidade constante, até 1986,

— fecundidade média a fecundidade baixaria de 50% entre 1966 e 1986,

— baixa fecundidade baixando de 50% a partir de 1956 até 1986

Essas hipóteses são por demais imperfeitas e não se apóiam sobre uma lei determinada. Além disso, não está precisado se a evolução admitida aplica-se à fecundidade em geral ou à fecundidade por idade

Qual dessas três hipóteses é a mais aceitável? As razões evocadas acima obrigam a eliminar a terceira. Quanto às duas outras, parecem fixar limites superior e inferior aproximativos. Seja como for, os resultados do cálculo são os seguintes (população total em milhões de habitantes excluindo Jammu e Cachemira)

		1951	1956	1966	1976	1986
I	Alta fecundidade	357	384	473	601	775
II	Fecundidade média	357	384	473	569	634
III	Baixa fecundidade	357	384	458	531	589

Taxa de natalidade (p 1 000)

		1951	1956	1966	1976	1986
I	Alta fecundidade	43,2	42,8	40,9	40,0	40,0
II	Fecundidade média	43,2	42,8	40,9	28,2	24,0
III	Baixa fecundidade	43,2	42,8	33,8	26,8	23,4

¹³ *Le Tiers Monde, Sous-développement et développement* Cahiers n° 27 des "Travaux et Documents" de l'INEO, pag 194, Paris, PUF

Taxa de mortalidade (p 1 000)

I	Alta fecundidade	31	25,6	18,1	15,2	14,3
II	Fecundidade média	31	25,6	18,1	14,2	13,4
III	Baixa fecundidade	31	25,6	17,1	14,4	14,3

Se tirarmos a média entre as hipóteses I e II chegamos ao total de 630 milhões de indianos em 1981, em lugar dos 527 e 535 milhões propostos pelo *Census* de 1951. A margem é apreciável, porém os diferentes argumentos até aqui emitidos nos inclinam a dar crédito a Coole e Hoover.

Assinalemos, por outro lado, os resultados próprios da Índia e do Paquistão tomados em conjunto, os cálculos de L. Henry e R. Pressat, sobre os países subdesenvolvidos e comparemo-las, em índices, aos de Coole e Hoover para a Índia.

	Coole e Hoover (Índia)		Henry e Pressat (Índia e Paquistão)	
	Fecund const	Fecund média	Fecund const	Fecundidade com baixa imediata e rápida
1955 ou 1956	100	100	100	100
1960 ou 1961	110,5	110,5	110	110
1965 ou 1966	123	123	121,5	120
1970 ou 1971	139	136	135	129
1975 ou 1976	156,5	148	151	139
1980 ou 1981	177	157	170	149
1985 ou 1986	202	164	192	159

Os resultados de Coole e Hoover são um pouco superiores, devido à hipótese de uma redução bastante rápida da mortalidade.

Em todo caso, êsses cálculos mostram que a população da Índia pode dobrar nos próximos trinta anos, se a fecundidade não baixar. Seja como for, um crescimento grande de população deve ser previsto, ao menos durante uma geração.

II — PRODUÇÃO AGRÍCOLA

SEM a pretensão de fazer o histórico da agricultura indiana na primeira metade do século, convém ressaltar as grandes linhas.

Como se sabe, os britânicos não permaneceram inativos e a Índia e o Hindustão lhe devem bons trabalhos de irrigação; somente a barragem de Sakkar, sobre o Indus (Paquistão), irriga uma superfície superior a toda aquela regada pelo Nilo, no Egito. Em Uttar Pradesh (Índia do Norte), 50% das terras são alimentadas por diversos sistemas de canalização. No Sul o delta de Cauvery é disposto de forma a irrigar 520 000 hectares.¹⁴

A crise aguda de 1951 — Todavia, por apreciável que seja, o esforço empreendido fica muito aquém das necessidades de uma população que cresceu de 27% entre 1920 e 1941, enquanto que a superfície cultivada só aumentou de 8%. O terreno médio para cada cultivador diminuiu de 15% entre 1891 e 1940.¹⁵

Por si sós, êsses números inspiram o receio de que o nível alimentar tenha sido alterado. Todavia, dispomos de outro índice: por volta de 1880 o império das Índias (excluindo a Birmânia, então ligada à Índia) exportava em média 1,2 milhão de toneladas de cereais por ano. Entre 1905 e 1910 êsse volume baixou a 520 000 toneladas. A partir de 1920, cessam as exportações, devendo a Índia comprar cereais no exterior para manter a escassa dieta de seus habitantes.

Partindo de 160 000 toneladas, entre 1920 e 1925, as importações sobem até 1,4 milhões de toneladas em 1940.¹⁶

Entre 1941 e 1951, o frágil equilíbrio é rompido e o nível da alimentação atinge o ponto mais baixo.

A consumação por dia e por habitante de 1 970 calorias e 56 gramas de proteínas, antes da guerra, caíra de 1 951 a 1 620 calorias e 42 gramas de proteínas.¹⁷

Como explicar essa queda? Independentemente da monção, de que tornaremos a falar, diversos fatores intervêm: para a produção alimentar, a divisão

¹⁴ Cf. L. Dudley Stamp, *Asia*, pág. 284, 320-321, Methuen, Londres, 1950.

¹⁵ Davis, Kingsley, *op. cit.*, pág. 207.

¹⁶ *Census of India*, 1951, pág. 164 e 166.

¹⁷ *Annuaire Statistique des Nations Unies*, 1955, pág. 299.

do império, em 1947, prejudicou bastante a Índia. Reunindo 19% da população do ex-império, o Paquistão herdou 32% das terras irrigadas, 27,5% dos arrozais e 30% das plantações de trigo

Além disso, os progressos da agricultura foram mínimos no período 1941-1951. As conseqüências da guerra, as condições desordenadas em que a Índia e o Paquistão obtiveram sua independência, não facilitaram a expansão agrícola. Enfim, não esqueçamos que durante esse decênio a população aumentou de 44 milhões

Progresso da agricultura a partir de 1951

QUANDO a Índia lançou seu primeiro plano quinquenal, em 1 de abril de 1951, os horizontes estavam carregados de nuvens e a preocupação número um era a produção alimentar. Com um nível de nutrição próximo da fome, foi necessário a tudo recorrer para ultrapassar a quota de alarme.

Quanto aos seus objetivos e realizações, o plano para a produção alimentar apresentou os seguintes resultados (em milhões de toneladas)

PRODUTOS	Produção básica	Objetivos 1955/1956	REALIZAÇÕES				
			1951/1952	1952/1953	1953/1954	1954/1955	1955/1956
Arroz	23,2	27,2	21,0	22,5	27,8	24,5	26,8
Trigo	6,3	8,3	6,1	7,4	7,9	8,8	8,3
Outros cereais	16,5	17,0	15,8	19,3	22,6	22,4	19,5
Leguminosas	8,0	9,1	8,3	9,1	10,4	10,9	10,2
Total	54,0	61,6	51,2	58,3	68,7	66,6	64,8
Outros vegetais	5,08	5,48	4,93	4,66	5,29	6,24	5,6
Açúcar	5,62	6,32	6,00	5,92	4,42	5,76	(1) 5,86

(1) *Eastern Economist*, annual n 1956, pág. III; Nova Delhi; dez 1956

Assim, no conjunto, o plano foi realizado e mesmo largamente ultrapassado. Contudo, é necessário considerar as circunstâncias atmosféricas, muito más em 1951 e bastante favoráveis em 1954.

Os progressos realizados são devidos a dois fatores: extensão das superfícies cultivadas, graças à irrigação e melhoria da produtividade.

O plano propôs-se a ganhar 7 milhões de hectares irrigados e o objetivo foi quase atingido. Resultado considerável, em oposição aos 6 milhões de hectares ganhos, pelo governo britânico, nos cem últimos anos.¹⁸

No que concerne às terras irrigadas que representavam 15% da superfície cultivada (20 milhões de hectares sobre 132 milhões), a percentagem quase passa de 20%.¹⁹

No domínio dos rendimentos, embora não se possa acompanhar seus progressos de tão perto, é evidente certa melhoria. Ao mesmo tempo que se estende o uso dos adubos químicos, os projetos de desenvolvimento em comum ("Community Projects") começam a modernizar as técnicas rurais e a realizar melhor seleção das sementes.

Esses esforços explicam, em parte, os resultados obtidos, porém as flutuações das colheitas não correspondem à continuidade do trabalho empreendido.

Apesar de seu começo de modernização, a agricultura é e continuará a ser ainda, longo tempo, muito sensível às boas ou más condições climáticas. O nível extremamente baixo de 1951 é devido a condições catastróficas, o recorde de 1953-1954 explica-se por uma excelente monção: chuvas bem distribuídas, vindas no momento propício, abundantes e sem excesso.

Nos anos seguintes a natureza foi menos generosa e graves inundações prejudicaram as colheitas de numerosas regiões.

¹⁸ *Census 1951*, pág. 198.

¹⁹ *First Five Year Plan*, pág. 220.

Essa fragilidade da agricultura é uma fonte de instabilidade para toda a economia do país, tanto mais angustiante quanto, por sua vez, o processo demográfico continua insensível aos caprichos das monções. As melhorias de 1953-1954 foram lentamente comprometidas pelas colheitas mediocres que se seguiram. A produção alimentar de base conseguiu acusar ligeiro ganho de + 1,4 milhões de toneladas em 1956/1957; desde a primavera de 1957 várias regiões da Índia, Bengala e Bihar, em particular, não têm cereais. Seria exagerado falar de verdadeiras fomes, porém existe novamente uma séria crise alimentar que o governô se esforça por dominar aumentando suas importações.

Outro elemento característico da agricultura indiana é a baixa produção alimentar por habitante: enquanto os 600 milhões de chineses, em 1955, dispuseram de 182 milhões de toneladas de produtos alimentares de base,²⁰ os 380 milhões de indianos contentaram-se com 66,6 milhões. Nessa base, a quantidade de alimento, por habitante, seria, em pêso, inferior à da China em 40%. Esse resultado, certamente muito aproximado, indica a amplitude do esforço a emprender para chegar a alimentar decentemente as massas indianas em plena multiplicação.

III — ALIMENTAÇÃO

DESDE muitos anos, a alimentação repousa principalmente sobre "foodgrains", isto é, cereais e diversas formas de leguminosas; eis as disponibilidades alimentares, em quilogramas ou litros, para cada habitante, por ano.²¹

	Cereais	Batatas	Açúcar	Legumes Secos	Leite	Carne	Gorduras e Óleos
1934-1938	143	8	13	18	65	3	2
1952-1953	120	10	12	20	45	1	3
1953-1954	135	13	10	22	45	2	4
1954-1955	127	12	14	22	44	1	4

Para chegar a uma alimentação mais equilibrada, o segundo plano quinquenal (1956-1961) prevê a renovação de 200 000 hectares de pomares e a plantação de árvores frutíferas em 80 000 hectares novos. A produção de conserva de frutas e legumes deve passar de 20 000 a 50 000 toneladas.²²

Números tão modestos não podem afetar, de maneira profunda, a alimentação de uma população, que cedo contará com 400 milhões de almas.

Leite e carne — Os laticínios prometem mais? A Índia possui o mais importante rebanho de gado do mundo. Em 1951, era estimado em 198 milhões de cabeças (inclusive búfalos); porém o gado é de baixo teor qualitativo, a terça parte, pelo menos, é considerada como indesejável. A produção média de leite, por animal, é de cerca de 185 litros por ano (Holanda, 3 600, Estados Unidos, 2 250 litros). A produção leiteira atual situa-se próximo de 18 milhões de toneladas e o governô espera aumentá-la de 30 a 40%, em 10 ou 12 anos.

Poder-se-ia, por conseguinte, contar com uma melhoria geral da alimentação, porém a multiplicação da raça humana não é a única a comprometer o desenvolvimento econômico, a dos bovinos é também alarmante. Um grupo de peritos chegou, em 1954, à conclusão de que se a matança do gado bovino fôsse interdita em toda a Índia (atualmente, só uma parte dos Estados aplicaram tal lei) o rebanho multiplicar-se-ia numa taxa de quase 6% ao ano. Na ausência de outras estimativas, essas servem para indicar que os bovinos se reproduzem muito rapidamente, pois as matanças autorizadas, em diversos Estados, só atingem fração limitada do gado.

Tal rebanho é de valor econômico e nutritivo muito baixo, pois é impossível alimentá-lo convenientemente. Em Uttai Pradesh, um dos maiores Estados, os recursos em forragens permitiriam a alimentação normal apenas para 58% dos bovinos. Impedindo a melhor alimentação das vacas, a proliferação bovina retarda o aumento da produção leiteira.²³

Resta, assim, a solução freqüentemente proposta pelos observadores estrangeiros: por que não comem, os indianos, suas vacas? Parece-nos inútil argumentar sobre essa questão. O hábito de respeitar as vacas, símbolo da fecundidade, está fortemente enraizado na mentalidade tradicional hindu. Isto, talvez,

²⁰ *Economic Survey of Asia and the Far East*, 1955, pág. 87, Bangkok 1956.

²¹ *Annuaire Statistique*, 1956, pág. 305.

²² *Second Five Year Plan*, pág. 272-273.

²³ Para o problema sobre bovinos, cf. *First Five Year Plan*, pág. 280 e *Second Five Year Plan*, pág. 283-285.

venha a mudar porém, o processo será longo e ultrapassará o período aqui considerado

Outros produtos animais — Deveríamos ainda falar da atividade pesqueira (parte dos hindus que não comem carne consomem peixe), tratar da questão dos carneiros (38 milhões de cabeças), das cabras (47 milhões) Nem de um lado nem de outro chegaríamos a conclusões mais positivas Encontraríamos, novamente, um obstáculo onde de comum a religião influencia os hábitos

Em conclusão, forçoso é nos restringirmos aos produtos alimentares básicos: arroz, trigo, milho, leguminosas Seu desenvolvimento será o índice mais seguro das melhorias conseguidas no domínio da alimentação, no decorrer dos próximos decênios

Nível alimentar — Antes de abordar as perspectivas da produção, tentemos precisar o estado atual da nutrição segundo o número de calorias consumidas Apesar de todos os nossos esforços, não conseguimos chegar a um resultado preciso, diversas estimativas opõem-se, segundo umas, o consumo quotidiano por habitante seria de 1 800 calorias em números redondos, segundo outras seria de 2 000 ou mesmo 2 200

A diferença, ainda que importante, apresenta-se em limites de afastamento bastante próximos, de maneira a situar-se entre condições nitidamente insuficientes (1 800 calorias) e quase um mínimo inaceitável, mas um tanto tolerável nas presentes condições

Eis, segundo o Anuário Estatístico das Nações Unidas, de 1956, as disponibilidades alimentares por pessoa e por dia, em calorias e proteínas:

	TOTAL	CALORIAS (% de origem animal)	PROTEÍNAS (gramas)
1934-1938	1 970	8	56
1949-1950	1 620	7	42
1952-1953	1 710	6	47
1953-1954	1 900	6	51
1954-1955	1 850	6	50
Austrália (1954)	3 160	42	88
Turquia (1955-1956)	2 670	8	87

A título de ilustração, foram indicadas as cifras correspondentes a um país desenvolvido e a um subdesenvolvido

Por outro lado, o relatório da FAO, de 1956, dá para a Índia, 1 840 calorias por cabeça e por dia, em 1953-1954.

Essas estimativas nos foram confirmadas pelo "Central Food Technological Research Institute" de Mysore, que apresenta para 1956 o consumo médio de 1 700 a 1 800 calorias por dia e para as classes abastadas, o consumo de 2 500 calorias por dia

Em compensação, lemos no "Second Five Year Plan" (pág. 260) que "o consumo atual em calorias é de 2 200 e deverá ser de 2 450 em 1960-1961"

Havendo submetido essas divergências a V N Patwardhan, diretor do "Nutrition Research Laboratories, Indian Council of Federal Research", de Coonor, sul da Índia, recebemos as cifras seguintes (5 de junho de 1957) concernentes ao consumo por dia e por habitante, em gramas

Cereais e leguminosas	473,7
Óleos vegetais	14,74
Açúcar	37,42
Leite	128,71
Batatas	13,32

O que resulta em 2 070, por dia, cifra um pouco inferior à realidade, pois não considera frutas, legumes, ovos, peixes e carnes (vimos que esses alimentos têm um lugar limitado na dieta dos indianos) V N Patwardhan baseou seus cálculos num crescimento demográfico de 1,3% por ano

Havendo igualmente proposto a questão ao Dr K C K E Raja, diretor do "Demographic Teaching and Research Centre", de Bombaim, recebemos resposta um tanto semelhante Considerando um crescimento demográfico de 1,5% por ano, o Dr Raja chega a 1 990 ou 2 000 calorias por habitante

Que escolher entre essas estimativas? Consideramos como por demais otimista a do relatório sobre o segundo plano quinquenal Ao ver a Índia e seus

habitantes custa-se crer que seu nível alimentar seja superior ao dos japoneses (2 165 calorias em 1953-1954).

Não podendo escolher entre as cifras 1 800 e 2 000 calorias, propomos tomá-las como limites superior e inferior

Perspectivas alimentares de 1951 a 1981 — Apesar dessas imprecisões, a melhoria da situação alimentar de 1951 a 1956 está fora de dúvida. Considerando a produção e as importações (4 milhões de toneladas em 1951 e 755 000 em 1955),²¹ o total dos produtos alimentares básicos aumentou de 20%, só crescendo a população de 64%

O segundo plano prevê um novo incremento de 10 milhões de toneladas de cereais e leguminosas, aos quais se deviam acrescentar 6 milhões de toneladas importadas, nesses cinco anos. Em cifras redondas, teríamos o aumento global do poder de consumação de 17%²²

Baseando-se nos cálculos de Coale e Hoover, a população indiana poderia contar cerca de 424 milhões de habitantes em 1961, o que representa aumento de 10,4% em relação a 1956. O nível de alimentação por cabeça progrediria portanto de 6,6%, o que nos forneceria, retomando os dois limites citados mais acima, uma consumação compreendida entre 1 920 e 2 130 calorias em 1961

Seria arriscado adotar essas previsões para períodos posteriores ao segundo plano quinquenal. Devemos, em compensação, mencionar as possibilidades de desenvolvimento agrícola após essa data, assim como seus limites

IV — PROGRESSOS POSSÍVEIS ATÉ 1981

I REMOS agora rever os dados demográficos agrícolas e alimentares para tentar medir os possíveis progressos da alimentação, por pessoa

Progressos devidos à irrigação — Em 1951, os técnicos agrícolas fixam como objetivo dobrar a superfície irrigada em quinze ou vinte anos, o que resultaria em 20 milhões de hectares. O primeiro plano ganhou cerca de 7 milhões, o segundo prevê 8,4 milhões, e podemos admitir igualmente que pelos fins do terceiro plano quinquenal, em 1966, o objetivo terá sido alcançado

1951-1956²³ 7 milhões de hectares; 3,7 milhões de toneladas ("foodgrains")

1956-1961 8,4 milhões de hectares, 4,2 milhões de toneladas ("foodgrains")

Para o terceiro plano, resta uma possibilidade de incremento de cerca de 3 milhões de toneladas de produtos alimentares de base, correspondendo a 5 milhões de hectares.

Progressos suplementares poderão ser realizados após 1966, no entanto, não sendo infinita a sua elasticidade, os ganhos arriscam-se a diminuir, após essa data.

Melhoramento das rendas e novos alimentos — A irrigação, isoladamente, contribui para aumentar as rendas; ademais só consideramos aqui os progressos devidos a melhores métodos de cultura, a uma escolha mais judiciosa de sementes, ao uso intensivo de adubos químicos

No que diz respeito ao trigo, a FAO²⁷ supunha, em 1946, que se poderia aumentar o rendimento por hectare de 30%, em dez anos. De agora a 1961, parte dessa percentagem será realizada e por conseguinte incluída nos objetivos do plano. Se nessa data a Índia chegar, como é previsto, a 10,5 milhões de toneladas de trigo, haverá uma margem de aumento da ordem de cerca de 2 milhões de toneladas

Passemos ao arroz: desde alguns anos introduziu-se na Índia o método japonês que, no arquipélago nipônico, produz grandes rendimentos. Em 1956, os arrozais cobrem 30 milhões de hectares. As primeiras experiências indicam que o método japonês produz na Índia um ganho suplementar de 1 200 quilogramas por hectare²⁸. Nesse andar, devia ganhar-se em dez ou quinze anos mais de 30 milhões de toneladas de arroz. O resultado prático arrisca-se, todavia, a ser menos elevado, pois resta saber se todos os arrozais da Índia se prestarão ao método japonês

²¹ Para essas cifras e as seguintes, cf *Second Five Year Plan*, pág. 100 e 252.

²² A fim de conter o começo de uma crise alimentar surgida em 1956-1957, os técnicos agrícolas esforçam-se por estabelecer os objetivos do plano. Em face das dificuldades que este enfrenta, não é certo que o consigam

²³ Para essa tabela cf *First Year Plan*, pág. 210 e *Second Year Plan*, pág. 210 e *Second Year Plan*, pág. 268-269

²⁷ Cf David Annoussanny, *Enquête sur les perspectives démographiques de l'Union indienne*, pág. 201 e seguintes. Tese não publicada, da Universidade de Montpellier, 1954

²⁸ Declaração do Dr P. S. Deshmukh, Ministro da Agricultura, feita em 12 de novembro de 1956

Devemos, agora, citar outro alimento, absolutamente novo. Em fevereiro de 1957, o governo indiano convidou o técnico Charles Hummel, do Instituto Alimentar de Mysore, a fim de estudar um produto sintético muito promissor. Trata-se de um alimento, rico em proteínas e em vitaminas, composto de uma mistura de mandioca, massa de amendoim e farinha de trigo. O primeiro poderia ser facilmente introduzido em larga escala, na Índia, em lugar do arroz e do trigo. Contém, por hectare, três vezes mais amido do que cada um desses dois cereais. Quanto à massa de amendoim, não falta na Índia, pois atualmente, grande parte não é utilizada, depois da respectiva colheita.

Até 1981 — Nessas bases, e levando em conta uma ligeira melhoria no consumo do leite, das frutas e legumes, das carnes e peixes, parece plausível que na Índia dobre sua produção alimentar nos próximos vinte e cinco anos, de acordo com a hipótese que emitem Coale e Hoover. Contudo, seria ainda necessário manter o ritmo previsto de desenvolvimento. Ora, atualmente, o plano 1956-1961 progride penosamente, pela dificuldade de mobilizar meios de financiamento.

Um aumento de 100% da produção alimentar melhorará o nível de consumo por cabeça, pois o crescimento da população não ultrapassará 75 a 80%. No entanto, no problema a resolver das bocas a alimentar e dos sacos de cereais é à demografia que cabe a última palavra. Se a natalidade pode ser reduzida e a progressão da população diminuída, a Índia tem chances de atingir, em 1981, o nível quase normal de 2 500 calorias por habitante. Se, ao contrário, a taxa de natalidade permanecesse mais ou menos constante, o mínimo disponível, sem ser catastrófico, seria medíocre. O problema fixar-se-ia, então, depois de uma geração, sobre efetivos mais elevados.

BAUGNEE LIN

ESTATÍSTICAS MUNDIAIS DE EDUCAÇÃO

Foi Lord Kelvin, o famoso cientista britânico, que disse: "Quando se pode medir aquilo de que se fala e dar-lhe expressão numérica, é possível ter algum conhecimento do fato, mas quando não é possível medi-lo nem dar-lhe expressão numérica, o conhecimento que se tem do mesmo é escasso e insatisfatório"

Hoje em dia, não é possível a qualquer pessoa bem informada dispensar os fatos e as cifras referentes aos assuntos educacionais e culturais não só da sua pátria, mas também dos outros países e do mundo em geral. O desconhecimento nesses assuntos não é necessário, desde que estatísticas mundiais sobre educação e atividades correlatas são regularmente compiladas e publicadas por um dos departamentos especializados das Nações Unidas, a saber, a Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas (UNESCO) cujas atividades são exercidas em cooperação com as repartições nacionais em mais de 80 países.

Vejamos alguns exemplos das espécies de informação estatística fornecidas pela organização educacional mundial. Sabe-se que o número de adultos existentes no mundo que não pode ler nem escrever em qualquer língua chega a 700 milhões? Isso implica uma percentagem mundial de analfabetismo de cerca de 44%. É claro que a percentagem de analfabetismo varia muito de país para país, indo de menos de 1% em alguns países europeus a mais de 95% entre certas populações africanas. Só no Hemisfério Ocidental existem cerca de 45 milhões de analfabetos adultos, havendo dez países tendo cada qual de 1 a 15 milhões de analfabetos.

Calcula-se que haja cerca de 860 milhões de crianças e jovens no mundo, entre as idades de 5 e 19 anos. Dêsse número, apenas 30% mais ou menos se

acham matriculados em escolas primárias e cerca de 7% em escolas secundárias e estabelecimentos de grau mais elevado. Os 63% restantes não estão matriculados em qualquer espécie de escola. Além disso, essa população em idade escolar está aumentando numa proporção de 15 a 20 milhões por ano, devendo em 1970 atingir a uma cifra superior a 1 bilhão. Estarão os países do mundo preparados para dar facilidades escolares convenientes a essas gerações que aumentam cada vez mais?

Em muitos países, onde a educação é compulsória até à idade de 14 ou 15 anos, quase 100% das crianças nessa idade freqüentam atualmente a escola. Dos rapazes e moças entre 15 e 19 anos de idade, a proporção dos que freqüentam escolas varia de 10% a mais de 90%, mas não há mais de seis ou sete países em que essa proporção se eleve a mais de 50%.

Entre todas as crianças e jovens matriculados em qualquer espécie de escola no mundo, digamos, cerca de 330 milhões, quase quatro quintos são encontrados em vários tipos de escolas primárias e apenas um quinto em escolas secundárias ou de grau mais elevado. É interessante notar, todavia, que entre os 10 milhões de estudantes que cursam escolas de grau mais alto no mundo, cerca de 165 000, ou seja 1,6%, estudam fora do seu país de origem.

É impossível dar cálculos globais das despesas totais com a educação em todos os países, mas as cifras publicadas pela UNESCO mostram que, no mínimo, 30 países gastam 2,5% ou mais da receita nacional total com a educação. Isso se refere exclusivamente às despesas *públicas* com a educação, isto é, despesas feitas pelos governos nacionais ou locais, excluídas as consideráveis quantias gastas por organizações particulares e pelas famílias, para

as quais não se encontram estatísticas que abranjam tudo.

Voltando aos assuntos relativos à educação, mas fora do setor das estatísticas escolares, podemos notar que há mais de 400 000 bibliotecas públicas no mundo. Doze países pelo menos comunicaram a existência de mais de 5 000 bibliotecas públicas em funcionamento em cada um deles. Só a União Soviética possui 150 000 bibliotecas públicas com um número total de quase 600 milhões de volumes. Essas cifras não abrangem outras categorias importantes de bibliotecas, tais como as nacionais, as universitárias, as escolares e as bibliotecas especializadas de todos os tipos. Entre as mais importantes bibliotecas nacionais, podemos citar a Biblioteca do Congresso, nos Estados Unidos da América, com um total de quase 11 milhões de livros e folhetos e 25 milhões de outros documentos, a Biblioteca do Estado Lenine em Moscou, com cerca de 9 milhões de livros e 11 milhões de outras peças, a Biblioteca Nacional de Paris, com um total de 6 milhões de livros impressos; o Museu Britânico de Londres, com 5 milhões de livros e volumes de jornais encadernados, a Biblioteca Pública do Estado Saltykov-Scedrin, de Leningrado, com quase 5 milhões de livros e 7 milhões de outras peças, e a Biblioteca Nacional da Dieta do Japão com o total de quase 5 milhões na sua biblioteca central e em 31 filiais.

A produção mundial de livros e outras publicações não-periódicas em 1957 foi calculada em cerca de 315 000 volumes diferentes, dos quais cerca de 45% foram produzidos na Europa, 25% na Ásia e 20% na União Soviética. Este último país publica anualmente cerca de 60 000 livros diferentes, dos quais uma média de 45% representa publicações para distribuição gratuita e 55% são colocados à venda. Os outros países de maior importância como produtores de livros são o Japão, com uma produção média anual de 25 000 livros, o Reino Unido, com cerca de 20 000, a Índia, com cerca de 18 000; a República Federal da Alemanha, com cerca de 16 000; os Estados Unidos da América, com cerca de 13 000 e a França, com cerca de 12 000. Esses dados se referem apenas ao número de livros diferentes publicados, sem levar em conta a tiragem de cada qual dos livros.

Cerca de 25 000 livros são traduzidos anualmente, mais de 4 000 deles na União Soviética e mais de 2 000 na Alemanha, abrangendo tanto a República Democrática quanto a República Federal. Outros países com mais de 1 000 traduções cada um em 1956

foram a Itália, a França, a Tcheco-Eslováquia, o Japão, a Holanda, a Romênia, a Espanha e a Polônia. Mais de metade de todas as traduções publicadas em 1956 foram feitas do inglês e do russo, mais de 20% do francês e do alemão. Os autores traduzidos com maior frequência em 1956 foram Lenine (331 traduções), Júlio Verne (143), Leon Tolstói (134), Gorki (107), Spillane (104), Shakespeare (89), Tchekov (84), Marx (81), Jack London (77) e Stalin (73). Deve-se notar, contudo, que no caso dos autores russos o número de traduções compreende as publicadas nas várias línguas da União Soviética. Constituindo uma classe à parte, a Bíblia foi traduzida 99 vezes durante 1956 em 17 países.

O número de jornais publicados no mundo pode ser calculado em mais de 35 000, dos quais cerca de 8 000 são diários e 27 000 são não-diários. Os jornais diários abrangem cerca de 5 000 matutinos e 3 000 vespertinos. A circulação total de todos os jornais diários é de cerca de 250 milhões, o que representa uma média de quase 91 jornais para cada grupo de 1 000 habitantes do mundo. Os países que têm a maior circulação *per capita* de jornais diários são o Reino Unido (573 por 1 000 habitantes), a Suécia (462), o Luxemburgo (435), a Finlândia (420), o Japão (400), a Islândia (390), a Nova Zelândia (390), a Bélgica (383), a Austrália (381), a Dinamarca (376), a Noruega (374) e os Estados Unidos (337).

Na produção de filmes de longa metragem para cinemas, os oito primeiros países do mundo, cada qual com uma produção de mais de 100 filmes de longa metragem em 1956, são os seguintes: Japão (514), Estados Unidos (337), Índia (286), Hongkong (227), França (129), Alemanha (123), Reino Unido (108) e Itália (103). Deixando de parte Honkong e a Alemanha, cuja produção de filmes de longa metragem nos primeiros anos que se seguiram à guerra foi relativamente menos importante, os outros seis países produziram um total de mais de 13 000 filmes no período entre 1946 e 1956. Dêsse total, mais de 30% foram produzidos nos Estados Unidos, cerca de 20% na Índia e no Japão, cada um, e cerca de 10%, cada um, no Reino Unido, na Itália e na França.

O número de receptores de rádio no mundo pode ser calculado em cerca de 315 milhões, ou uma média de 115 receptores por 1 000 habitantes. Cerca de metade dos receptores de rádio do mundo se encontra na América do Norte, cerca de um quarto na Europa e quase um décimo na União Soviética. Nos Estados Unidos da América há quase 900 receptores de rádio por 1 000

habitantes, ao passo que no Canadá há mais de 500 e na União Soviética cerca de 150. Há no mínimo 25 países com 200 ou mais receptores por 1 000 habitantes.

Quanto à televisão, o mais novo veículo de comunicação coletiva que se está desenvolvendo rapidamente, calcula-se que em julho de 1957 havia 64 milhões de aparelhos de televisão em funcionamento no mundo, dos quais cerca de 45 milhões, ou seja 70%, são encontrados só nos Estados Unidos. Apenas outros quatro países tinham mais de um milhão de aparelhos de televisão em funcionamento em 1957: o Reino Unido (7,5 milhões), o Canadá (2,5 milhões) e a República Federal da Alemanha (1,2 milhões). De acordo com os últimos relatórios ou cálculos,

há mais de meio milhão de aparelhos em funcionamento no Brasil, no Japão, na França e na Itália, e mais de 200 000 aparelhos na Bélgica, na Holanda, em Cuba e no México.

O leitor que estiver interessado em estatísticas mundiais de qualquer dos assuntos mencionados acima deverá consultar a última edição de *Fatos e cifras fundamentais estatísticas internacionais relativas à educação, à cultura e às comunicações coletivas*, bem como os relatórios dos vários inquéritos sobre educação, bibliotecas, produção de livros, circulação de jornais, televisão e outros assuntos especiais, publicados pela UNESCO. Todas as publicações da UNESCO podem ser obtidas com os distribuidores nacionais nos diferentes países.

ASPECTOS REVELADOS PELO “ANUÁRIO ESTATÍSTICO DAS NAÇÕES UNIDAS”

As agências AFP e UPI distribuíram à imprensa, em fins de março, uma notícia desenvolvida acerca de alguns dos mais interessantes aspectos sobre os quais o “Anuário Estatístico das Nações Unidas”, referente a 1958, fornece dados. A notícia aborda os tópicos a seguir reproduzidos:

Alimentação, moradia e outros itens — Comeu-se, bebeu-se e fumou-se no mundo mais em 1958 do que em 1957, anuncia o “Anuário Estatístico” publicado pela ONU. O aumento da produção mundial dos produtos alimentícios é de três por cento. A Ásia produziu 19 por cento dos recursos em víveres a mais do que em 1957, enquanto o resto do mundo registrou um aumento de 2 por cento.

As despesas com alimentação constituem a parte mais importante das despesas de consumo privado nos trinta países que forneceram estatísticas a esse respeito. Nos países menos avançados, esse item participou com cerca de metade das despesas efetuadas no curso do ano passado, 57 por cento em Gana e na Coreia, 50 por cento em Honduras e no Ceilão.

Por outro lado, o conjunto das duas despesas (alimentos, de um lado, e tabaco e bebidas, de outro) entra na proporção de 71 por cento nas despesas totais de consumo privado na Nigéria.

Entre os países europeus, as despesas de alimentação vão de 29 a 34 por cento na Suécia, na Noruega, no Reino Unido, na Bélgica, nos Países Baixos e no Luxemburgo, de 35 a 36

por cento na Áustria, na França e na Irlanda, de 40 por cento na Finlândia, e de 46 por cento na Itália.

O conjunto alimentos-fumo-bebidas representa na Dinamarca 27 por cento do total das despesas de consumo privado, 25 na Austrália, 24 nos Estados Unidos e 23 no Canadá.

Na maior parte dos países, as despesas de alimentação são imediatamente seguidas, pela ordem de grandeza, pelas do vestimento. Estas superaram as despesas com o fumo e bebidas em todos os países, salvo na Irlanda, no Panamá e no Reino Unido. As despesas com roupas ultrapassam também as da moradia em todos os países, salvo na Bélgica, no Canadá, na República Dominicana, no Peru, no Panamá, em Porto Rico e nos Estados Unidos.

Em razão do controle dos aluguéis, a proporção da renda consagrada a esse item decresceu consideravelmente desde 1938. Essa porcentagem diminuiu de $\frac{3}{4}$ na Itália, de metade na Irlanda e na Noruega e de um quarto na Suécia e no Reino Unido.

As estatísticas relativas ao ano passado deixam transparecer que a porcentagem das rendas consagradas à moradia subiram de 3 a 6 por cento, este ano, na França, na Áustria e na Dinamarca. Essa proporção é de 15 por cento no Canadá e de 13 por cento nos Estados Unidos.

As despesas com moradia são inferiores ou iguais às com o fumo e bebidas em todos os países, salvo na Bélgica, no Canadá, no Chile, no Equador, em Israel, na Coreia do Sul, no Panamá, no Peru e nos Estados Unidos.

Receitas e despesas — Prosseguindo, o “Anuário” diz que, na maior parte das repúblicas latino-americanas, particularmente na Argentina, no Brasil e no Chile e na Venezuela, os últimos cálculos indicam que continuam aumentando tanto as receitas como as despesas, o que reflete principalmente a inflação

Assinala, depois, que no caso da Venezuela, o aumento das despesas que se calcula para 1959 será ocasionado principalmente por inversões feitas com fins de capitalização

Em 1958, os gastos de defesa continuaram aumentando na América Latina, exceto na Colômbia, onde houve uma redução substancial. Revela o anuário que o imposto indireto vai aumentando sua contribuição no total que os países latino-americanos recebem como contribuições

Sobre o caso específico do Brasil, observa o anuário que, no orçamento calculado para 1958, foram decuplicadas as tarifas alfandegárias sobre a importação, como consequência das novas tarifas “ad valorem” impostas em relação com o sistema do câmbio múltiplo

As receitas e despesas de 1958, contra as de 1957, aumentaram também na maioria dos países da América do Norte e da Europa Ocidental.

População mundial — Havia 2 795 milhões de homens em 1957 contra 2 493 milhões em 1950 — acrescenta o “Anuário Estatístico da ONU”

O crescimento anual da população mundial é de 1,6 para 100. Em 1930, havia apenas 2 013 milhões de homens e, em 1920, apenas 1 810 milhões

56 por cento dos homens vivem na Ásia (não incluída a União Soviética). A Europa, onde a população é a mais densa, é o Continente de mais franca natalidade. O aumento é apenas de 0,7 por cento. Ao contrário, a Oceânia, que é a região de mais fraca densidade, povoa-se rapidamente 2,2 por cento.

A população diminuiu na Alemanha Oriental (0,9 por cento por ano), em Berlim Oriental (1,3 por cento) e na Irlanda (0,5 por cento). A mortalidade infantil diminuiu em vários países entre 1948 e 1957. Ela passou nas ilhas Maurício de 186,2 para 75,1, por mil; no Chile, de 147 para 117,2, na Romênia, de 142,7 para 82,1; na Guatemala, de 117,4 para 100,5; na Polônia, de 111,1 para 76,9

Todavia, em diferentes países a mortalidade infantil aumentou em 1957

em relação a 1956. Na Tcheco-Eslováquia, passou de 31,4 para 33,4; na Itália, de 48,8 para 49,8; no Luxemburgo, de 36,8 para 38,6; na Espanha, de 61,7 para 63,7, e na Iugoslávia, de 98,3 para 101,7

O país que, em 1957, conheceu o índice mais baixo de mortalidade infantil foi a Holanda (17,2) seguida pela Suécia, 17,4, Austrália, 21,4, Suíça, 22; Romênia, 23,9; e a Nova Zelândia, 24,3.

Veículos motorizados — O número mundial de veículos motorizados é hoje duas vezes e meia maior do que era em 1938, precisa o “Anuário Estatístico da ONU”

Entre 1938 e 1957, foram sobretudo os produtos manufaturados que aumentaram em quantidade em todo o mundo. Se a produção mundial (não incluídas a União Soviética, a Europa Oriental e a China Popular) quase duplicou, a fabricação dos produtos manufaturados aumentou de 150 por cento, ao passo que as matérias-primas somente aumentaram de 40 por cento. Os minerais (dos quais sobretudo o petróleo) entraram na maior parte, nesse aumento. Parece que a produção agrícola não conheceu progressos rápidos

Aparelhos receptores de rádio — Há, no mundo, 335 milhões de postos receptores de rádio, inclusive os alto-falantes ligados aos sistemas de redistribuição radiofônica

Em 1957, 168 milhões desses aparelhos se encontravam na América do Norte, dos quais 150 milhões nos Estados Unidos, mais de 120 milhões na Europa, inclusive a União Soviética. Este último país informou que possuía 29,6 milhões de aparelhos, dos quais 22,2 milhões eram alto-falantes ligados a um sistema de redistribuição radiofônica. Em 1957, para mil habitantes, havia 72 aparelhos de rádio na América do Norte, 229 na Oceânia, 194 na Europa, 98 na América do Sul, 16 na África e 120 no mundo tomado em sua totalidade

Televisão — No que se refere aos aparelhos de televisão, calculava-se seu número em 64 milhões, no fim de 1957. 50 milhões se encontravam na América do Norte, 12,5 milhões na Europa, 700 000 na Ásia, 700 000 na América do Sul e alguns milhares na África e na Oceânia. O número de aparelhos de televisão por 1 000 habitantes é de 198 na América do Norte, de 20 na Europa e de 5 na América do Sul. O número de aparelhos de televisão nos diferentes países é o seguinte: Estados Unidos, 47 milhões; Reino Unido, 7,76 milhões;

Canadá, 2,7 milhões; União Soviética, 1,324 milhões; República Federal Alemã, 1,22 milhões; França, 683 000; Itália, 674 000; Japão, 650 000; Brasil, 350 000; Cuba, 300 000 e México, 300 000.

A produção mundial de papel para jornal passou, no curso dos dez últimos anos, de 7 530 000 toneladas métricas para 12 150 000 toneladas métricas, havendo um aumento de 61 por cento. No Canadá, principal produtor de papel para jornal, a produção passou de 4 520 000 toneladas métricas, em 1948, para 5 803 000, em 1957. Durante esse ano, os Estados Unidos entram com 50 por cento no consumo mundial do papel para jornal, ao passo que o Reino

Unido chega apenas, em segundo lugar com 8 por cento

Transportes — Os transportes, durante o mesmo período, conheceram o desenvolvimento mais espetacular. As linhas aéreas mundiais (não incluídas a União Soviética e a China Popular) operaram, em 1957, sobre distâncias nove vezes mais longas que em 1938. A frota mercante mundial (não incluídas a Europa Oriental, a União Soviética e a China Popular, cuja tonelage aumentou de 65 por cento, transportou mais de duas vezes a mais de frente. Enfim, as estradas de ferro transportaram duas vezes e meia mais mercadorias

JEAN MOTHE

ESTATÍSTICA, INSTRUMENTO DE GESTÃO INDUSTRIAL

A PARTIR de 1955, numerosas sociedades industriais francesas procuraram, no mercado de mão-de-obra, estatísticos matemáticos. Praticamente, o número de empregos oferecidos ultrapassou largamente o de estatísticos disponíveis. O fenômeno merece ser assinalado, pois é absolutamente novo, já que o estatístico, na França, fôra um especialista bastante menos-prezado durante longo tempo.

A inversão da tendência, nesse domínio, é tão clara, que é normal indagar-se quais as razões dessa mudança de atitude. Como é possível que o estatístico, tão desprezado pelos práticos, tenha bruscamente se tornado um especialista tão procurado? A resposta a essa pergunta só pode ser dada em função de certas observações teóricas sobre o próprio caráter do raciocínio estatístico.

POR QUE ESSA IMPORTÂNCIA CRESCENTE DA ESTATÍSTICA?

O HOMEM inclinou-se naturalmente a resolver os problemas que lhe impõe a natureza por ordem crescente de dificuldade.

Examinando um fenômeno, ele procurou definir as causas e para isso tentou estudar isoladamente a influência de cada causa possível.

O próprio princípio de experiência de laboratório é o de não experimentar simultaneamente senão um fator ou um pequeno número de fatores, tendo em vista precisar a sua influência sobre os resultados observados. Daí, aliás, a expressão que surge constantemente no decorrer dos estudos secundários: "e assim por diante".

Ao fim das experiências de laboratório, é em geral, bastante simples caracterizar matematicamente as influências reveladas. Em outras palavras, os resultados obtidos ajustam-se freqüentemente sem grande dificuldade a modelos teóricos funcionais.

A lei de Mariotte fornece ilustração bastante clara desse processo.

Se examinarmos em temperatura constante a evolução do volume de um gás em função da pressão a que esse gás é submetido, observam-se as coordenadas "pressão e volume", cujos pontos representativos, num gráfico, designam claramente um ramo de hipérbole.

Pode enunciar-se sem nenhuma dúvida:

$$p \cdot v = \text{constante}$$

À medida, porém, que o homem defrontou problemas mais complexos e menos organizados, os recursos da análise clássica foram postos em xeque. Isso se deu particularmente cada vez que ele defrontou problemas práticos que escapavam às condições experimentais de laboratório.

Um exemplo elementar desse estado de coisas é o da regulação de uma máquina-ferramenta, digamos, de um torno mecânico. Se em dadas condições de regulação retiram-se algumas peças, depois da usinagem, e medem-se suas quotas, verifica-se que essas quotas estão longe de serem idênticas. Se variarmos, então, a regulação, observam-se resultados cujos pontos representativos sobre um gráfico formam uma mancha mais ou menos dispersa, tornando-se difícil a correspondência com um modelo matemático funcional.

Essas circunstâncias explicam por que na indústria, homens de formação científica, freqüentemente acabaram opondo a teoria à prática: "A realidade, concluíam, ultrapassa largamente o quadro de nossos pobres modelos matemáticos. E diante da complexidade dos fenômenos encontrados, a experiência, a intuição, o bom senso, são instrumentos, de resto, igualmente eficazes".

Somente há pouco tempo é que os práticos descobriram a existência de uma ciência nova adaptada ao estudo de fenômenos complexos encontrados na prática, ciência cujo modelo matemático não é outro senão o cálculo das probabilidades de origem mais antiga.

A estatística, pois que é dela que se trata, autoriza o estudo de resultados marcados por fortes flutuações, influenciadas por fatores perturbadores incontroláveis. Permite, com efeito, seriar uma flutuação total, à parte

* Extraído da revista "Vie et Productivité", N° 15, 3° trimestre de 1958, Paris. Tradução de Maria Helena G. Miglievich.

dessa flutuação, provocada pelos fatores sôbre os quais incide sua atenção e pela flutuação residual devida aos fatores incontroláveis Autoriza, assim, o estudo da influência das primeiras, independentemente das segundas

Daí decoire a importância crescente que ela adquire na indústria como em muitos outros domínios A título ilustrativo, os exemplos que se seguem são destinados a precisar a extrema variedade de seu campo industrial de aplicação

UM CAMPO INDUSTRIAL DE APLICAÇÃO
EXTREMAMENTE VASTO

EXAMINAREMOS primeiramente um problema estritamente técnico: o da espessura dos papéis destinados ao enrolamento dos cabos elétricos

Foram estabelecidas normas para certa classe de papel Elas especificam, como se segue, as operações de controle:

1° — Examine cada um dos rolos de papel recebidos

2° — Em cada caso, desenrole a extremidade livre do rôlo, num comprimento determinado, depois traçar três linhas paralelas A, B, C, no sentido do desenrolamento; as linhas A e C no máximo a 5 cm das extremidades da fôlha, a linha B em qualquer posição intermediária

3° — Marcar sôbre cada uma das linhas A, B, C a espessura, em pontos distando um dos outros 20 cm, depois calcular a média das espessuras relativas a cada uma das linhas

4° — Considerar conveniente o rôlo se as três médias das linhas caem no intervalo 69-79 μ e se a diferença entre a mais alta e mais baixa das três médias não excede de 40% a média geral, ou seja, cêrca de 3 μ

A idéia, na origem dêsse processo operativo, é evidente

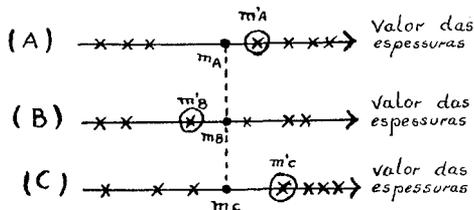
Os normalizadores quiseram considerar o fato de que nenhum rôlo de papel poderia apresentar uma espessura invariável em cada um de seus pontos Portanto, destacaram no sentido do comprimento, a espessura média suscetível de ser observada sôbre uma linha

dada e, no sentido da largura, as flutuações da espessura média suscetíveis de serem registradas de uma a outra linha, em vista de controlar, de uma parte, as médias lineares e de outra a dispersão dessas médias

Examinando, do ponto de vista estatístico, os resultados obtidos sôbre um certo número de rolos recusados, uma curiosa anomalia foi todavia posta em evidência Percebeu-se que diferenças superiores a 3 μ entre médias observadas (e portanto conduzindo à recusa) não eram realmente a expressão ainda que pouco real das médias verdadeiras.

Para compreennder o fenômeno, é necessário aqui um parêntese

Consideremos uma linha e a infinidade das medidas de espessura suscetíveis de serem assinaladas sôbre a linha em questão; os resultados dessa infinidade de medidas forneceriam uma informação completa sôbre as espessuras do papel ao longo da linha considerada: sua média constituiria, à parte, uma média verdadeira



Ora, é essa média que os normalizadores se esforçam por colher operando seis medidas Porém, não procedem nessas condições senão num só desdobramento e, por conseguinte, mesmo se as médias verdadeiras m_A, m_B, m_C são idênticas, as médias observadas $m'A, m'B, m'C$ podem diferir em consequência da amostragem por seleção Observar as diferenças entre $m'A, m'B, m'C$ não é forçosamente significativo de uma diferença real das verdadeiras médias m_A, m_B, m_C

A técnica que permite determinar se as diferenças entre $m'A, m'B, m'C$ significam uma diferença real entre as m_A, m_B, m_C chama-se *análise da variância* Aplicada, por exemplo, a um rôlo recusado, conduz às seguintes observações:

	(A)	(B)	(C)
Medidas	73	69	77
	72	69	72
	73	73	76
	74	72	78
	71	73	71
	73	71	76
Médias	$75 - \frac{14}{6}$	$75 - \frac{23}{6}$	$75 +$

$$\text{Diferença máxima} = -\frac{23}{6} = -3,9$$

demonstra que, considerada a importância da dispersão observada no interior de cada uma das linhas, a diferença entre linhas não é significativa

A anomalia assim manifestada é evidentemente muito importante. Ela mostra que os normalizadores, querendo prevenir-se contra uma diferença de espessura média — no sentido da largura — superior a 3μ , editaram regras que podem levá-los a recusar uma mercadoria absolutamente conforme às suas especificações. Existe pois, realmente, na própria norma, uma incoerência

Observando as coisas de mais perto, percebe-se que as condições a impor, de um lado às médias de linhas e de outro lado à diferença entre essas médias estão na realidade ligadas e que a incoerência posta em evidência baseia-se em terem os normalizadores fixado estas e aquelas especificações, não considerando absolutamente essa ligação e, portanto, antinômicas. A partir do momento em que se determina fixar às médias reais das linhas um intervalo de tolerância $69-79 \mu$ e à diferença máxima entre médias reais de linha um valor 3μ , é preciso fixar a diferença máxima entre médias observadas a 8μ .

Assim, portanto, no caso presente, a estatística permite restabelecer sobre bases coerentes uma normalização defeituosa. Nestas condições, é claro que ela conduz à supressão de perdas econômicas resultantes da aceitação de mercadorias defeituosas ou da recusa de mercadorias. Aí está, entre muitas, uma das suas contribuições

COMO A INTRODUÇÃO DE UM PONTO DE VISTA ESTATÍSTICO PODE MODIFICAR OS DADOS DE UM PROBLEMA COMERCIAL

De forma diversa, examinaremos agora como a introdução de um ponto de vista estatístico pode modificar completamente os dados de um problema comercial. Nós nos referimos ao que se convencionou chamar "teste de preferência"

Consideremos um determinado tipo de produto atualmente no mercado, por exemplo, barras de chocolate, e coloquemo-nos na situação de um chocolateiro desejoso de lançar no mercado uma nova marca

O chocolateiro pode evidentemente, "in abstracto", fiar-se em seu novo produto, prover os varejistas e lançar uma campanha publicitária incitando o público a comprá-lo

Agindo assim, só passivamente ele poderá apreciar, pelos resultados, a importância de seu sucesso ou de seu fracasso

Como as operações de fabricação, de distribuição e publicitárias são muito caras, é todavia pouco provável que nosso chocolateiro — se fôr evoluído — proceda dessa forma

Ele preferirá, antes do lançamento de seu produto, analisar o seu mercado potencial. Entre as numerosas análises a que será conduzido, uma delas consistirá, particularmente,

em prever as preferências eventuais dos futuros consumidores de seu novo chocolate.

A fim de determinar essas preferências, pode-se supor a seguinte experiência:

Começar-se-á por colocar, em embalagens rigorosamente idênticas, diferindo somente por duas letras ou números de identificação de igual valor psicológico, por exemplo *M* e *R* — de um lado barras de um chocolate de grande difusão e de outro barras do novo produto

Isso feito, esforçar-nos-emos (omitimos as dificuldades que isso provoca) por compor uma amostra de consumidores, tão representativa quanto possível do conjunto de consumidores eventuais

Os inquiridores irão então submeter a cada uma das pessoas que constituem a amostra, uma barra de chocolate de cada tipo, indagando sobre a preferência

No decorrer das entrevistas, observar-se-á, por exemplo:

53% das respostas em favor do novo chocolate,

47% das respostas em favor do antigo chocolate, admitindo, para simplificar, que todos os inquiridores tenham feito uma escolha e esse resultado será explorado entre outros

Esse tipo de inquérito está cada vez mais difundido, havendo os industriais franceses verificado, no decorrer desses últimos anos, a grande eficácia de uma informação tão objetiva quanto possível. Há, porém, uma restrição

INSTABILIDADE DA "ESFERA CONSUMIDORA"

É EVIDENTE, com efeito, que agindo assim, referimo-nos teoricamente a um esquema de urna. Em outras palavras, considera-se que os consumidores são representados numa urna por esferas brancas (preferência para *M*) e pretas (preferência para *R*); faz-se uma amostragem dessa urna e descontam-se nessa amostragem as esferas brancas e as esferas pretas.

Ora, se refletirmos, notamos que no esquema de urna a cor das esferas é perfeitamente estável, enquanto que, solicitando à esfera consumidora anunciar, por si mesma, a sua cor, não se é capaz de afirmar que a cor apresente a mínima estabilidade

Para analisar a existência de tal estabilidade, esquemas mais aperfeiçoados devem ser considerados

A título de exemplo, iremos orientar nosso inquérito "chocolate" segundo o plano experimental elaborado por Vessereau, engenheiro-chefe das manufaturas do Estado:

Imaginemos que, em lugar de submeter aos consumidores objeto da amostragem uma só dupla barra de chocolate *M* e *R*, submeteram-lhe cinco duplas de barras *M* e *R* e outra de barras idênticas de um terceiro chocolate, digamos *T*

Se examinamos, primeiramente, os resultados obtidos, só a partir da dupla *M* e *R*

verificamos que um só consumidor pode responder de seis maneiras diferentes:

— preferindo 5 vezes <i>M</i>	0 vezes <i>R</i>
— " 4 " "	1 " <i>R</i>
— " 3 " "	2 " <i>R</i>
— " 2 " "	3 " <i>R</i>
— " 1 " "	4 " <i>R</i>
— " 0 " "	5 " <i>R</i>

Admitamos então que, havendo 654 pessoas participadas da experiência, se obtiveram os seguintes resultados:

Preferências		
Para <i>M</i>	Para <i>R</i>	
5	0	45
4	1	117
3	3	200
2	3	171
1	4	96
0	5	25
		654

Observamos 1 731 respostas em favor de *M* e 1 539 em favor de *R*, ou seja, 53% de respostas em favor de *M* e 47% em favor de *R*; basta, porém, voltar-se à tabela precedente para verificar que os resultados devem englobar um

grande número de respostas "ao acaso" que não significam preferências afirmadas. Sobre 654 inquiridos, depois de cinco ensaios, 200 escolheram três vezes *M* e duas vezes *R*.

O cálculo das probabilidades permite determinar o conteúdo da tabela precedente, na hipótese de escolha estritamente ao acaso. Demonstra-se como se segue:

Preferências		Número teórico de respostas
Para <i>M</i>	Para <i>R</i>	
5	0	20
4	1	102
3	2	205
2	3	205
1	4	102
0	5	20
		654

Praticamente, somente uma parte dos consumidores, tendo escolhido cinco vezes *M* ou cinco vezes *R*, como também só uma proporção muito fraca dos consumidores tendo optado quatro vezes por *M* ou quatro vezes por *R*, pode portanto ser considerada como dotada de preferências assinaladas.

Isso é confirmado pelo exame dos resultados obtidos pela prova T. Esses resultados, com efeito, apresentam-se como se segue:

CONSUMIDORES QUE COMETERAM	CONSUMIDORES QUE ENCONTRARAM DIFERENÇA ENTRE OS DOIS PACOTES IDÊNTICOS							
	Forte		Médio		Fraco		Nulo	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
0 inversão	17	24	26	37	24	34	3	5
1 »	74	35	80	37	55	26	4	2
2 »	136	37	130	35	100	27	5	1

Cerca de quarenta consumidores, não tendo cometido inversão (isto é, tendo escolhido cinco vezes *M* ou cinco vezes *R*), consideraram-se em dúvida pelo fato de encontrarem uma forte média diferente entre barras idênticas.

Em compensação, alguns consumidores estáveis, porém desafortunados, devem figurar entre os que fizeram uma inversão, não havendo uns sessenta deles caído na cilada da experiência de prova.

Sem insistir nos detalhes desse estudo, a observação, já evidenciada, satisfaz aos nossos propósitos. Graças a um plano de experiência elaborado, faz-se notar não só 53% de preferências por *R*, mas 80% no mínimo de indiferentes reais.

Comercialmente falando, tal informação muda completamente os dados do problema.

MÉTODO DE "CORRELAÇÃO PARCIAL" UM CASO CONCRETO

O TERCEIRO e último exemplo de que trataremos concerne igualmente ao campo comercial. Digamos "por acidente", pois os casos de

aplicação da estatística são numerosos, estando no domínio técnico como no comercial.

No quadro de uma estratégia comercial de empresa somos induzidos a despendar somas consideráveis para a publicidade em massa, a publicidade direta, a promoção de venda e a venda propriamente dita. Ora, a distribuição de um orçamento global entre esses diferentes gastos, torna-se necessário dizer, é efetuada na maior parte do tempo de forma puramente intuitiva. O ideal nessa matéria seria, evidentemente, dispor de uma receita qualquer que permitisse proceder-se a tal distribuição de maneira a tornar máxima — "a priori" — a eficácia das despesas empenhadas. Porém, no atual estado de coisas, esse ideal é simplesmente hipotético.

Isso quer dizer que se está completamente desarmado diante de tal problema? Talvez não é o que iremos ver.

O caso concreto a que nos referiremos não pode ser completamente esclarecido, por motivos que o leitor compreenderá facilmente. Poderemos, todavia, esquematizar da seguinte maneira:

Uma empresa está indiretamente interessada na venda de dois produtos A e B . Ora a venda desses produtos é essencialmente da alçada do varejista, não dependendo diretamente da empresa em questão. Verificado o interesse que representa para ela a venda dos produtos A e B a empresa considerada aceita, todavia, grandes sacrifícios financeiros para desenvolvê-la, o que a leva, no decorrer dos últimos anos, de um lado a levantar grandes despesas de publicidade e de outro a encarregar-se das equipes de venda que operam por conta dos varejistas.

Assim sendo, a empresa em questão se pergunta, ao fim de certo tempo, a fim de aumentar a eficácia das somas despendidas, para que lado deverá particularmente dirigir seus esforços: publicidade ou equipes de venda.

Em outros termos, examinando a evolução crescente das vendas totais dos produtos A e B , ela se pergunta se essa evolução é devida particularmente à influência de sua publicidade ou de suas equipes de venda.

"A priori", tal problema é extremamente complexo, pois a evolução observada, no caso de A como no caso de B , depende não somente da publicidade e das equipes de venda, mas de muitos outros fatores, e não se vê em princípio como distinguir as respectivas influências desses fatores.

A estatística permite, no entanto, responder à questão. Conduz o raciocínio como se segue:

Consideremos a evolução das vendas do produto A na hipótese da influência de um determinado fator F_1 . Consideremos de outro lado as vendas regionais de A , no decorrer de um exercício: na medida em que o fator F_1 se impõe com mais ou menos intensidade de uma região a outra deve-se verificar — se ele influi efetivamente sobre o nível das vendas — a correlação entre essa intensidade e o volume das extrações observadas na região.

Praticamente, pois, o teste da influência de F_1 sobre A pode ser realizado pela tendenciosidade de um estudo de correlações baseado sobre os dados regionais (tornados comparáveis, por si mesmos).

Sendo assim, o problema proposto torna-se muito complexo, pois na escala de uma determinada região o fator F_1 não é o único a intervir. Designando por F_1 , F_2 , F_p , os fatores suscetíveis de influenciar regionalmente o nível das extrações, a correlação entre esse nível e F_1 não tem sentido enquanto não for possível eliminar a influência de F_2 , F_p .

A estatística permite transpor a dificuldade com o emprego do que é conveniente chamar correlação parcial.

Sem insistir sobre as características teóricas desse método, digamos somente que ele permite calcular coeficientes de ligação entre A e F_1 de um lado e A e F_2 de outro, etc., indicativos das ditas ligações, independentemente, em cada caso, dos outros fatores. Esses coeficientes são, em valor absoluto, tanto mais vizinhos de 1 quanto nítidas as ligações e tanto mais vizinhas de 0 quanto elas forem imprecisas.

No caso presente, os principais fatores suscetíveis de influenciar as vendas regionais dos produtos A e B foram, "a priori", diagnosticados como se segue:

F_1 = equipes de vendas

F_2 = publicidade

F_3 = índice regional de riqueza

F_4 = taxa da construção

Que traduzem os coeficientes de correlação obtidas?

1 Que a ação das equipes de vendas, se é eficaz para B , não o é para A .

2 Que a publicidade, ao contrário, é eficaz para A e não o é para B .

3 Que a lei das rendas decrescentes que decorrem do fato de os centros serem tanto mais bem equipados em A e B quanto mais ricos são os mesmos, se aplica muito mais em detrimento de A que de B .

4 Que o desenvolvimento da construção favorece muito mais B do que A .

Por mais superficial que seja esse estudo, como vemos, permite tirar ensinamentos bastante interessantes, quanto aos ajustes a serem levados à ação comercial da empresa considerada, para aumentar, em termos iguais, sua eficácia.

A FORMAÇÃO DOS ESTATÍSTICOS

As poucas páginas precedentes não pretendem esgotar o assunto das contribuições da estatística à indústria.

Desejamos somente que esses três exemplos anedóticos façam nossos leitores compreenderem que o campo industrial das aplicações estatísticas é imenso e que é a causa básica do movimento de idéias que se esboça em favor dessa nova disciplina.

Antes de encerrar definitivamente esse enunciado, devemos, todavia, voltar a observações feitas no decorrer de sua introdução. Mostramos, com efeito, que a partir de 1955 o número de empregos industriais oferecidos aos estatísticos ultrapassou igualmente o de estatísticos disponíveis. Significará isso que a formação de estatísticos, na França, é descuidada?

Não acreditamos. No decorrer desses últimos anos, sob o impulso do professor G. Darmais, o Instituto de Estatística da Universidade de Paris empreendeu um esforço considerável em matéria de ensino.

Atualmente, os cursos do mesmo Instituto que se dirigem essencialmente a estudantes do nível de licença cobrem praticamente a totalidade dos domínios da aplicação da estatística.

Foi criado ao mesmo tempo, à margem do Instituto, o Centro de formação dos engenheiros e pessoal para as aplicações industriais da Estatística, Centro esse destinado a formar práticos industriais.

O Centro mantém à disposição das empresas três tipos de cursos sob a forma de treinamento de 15 a 20 dias. Em três anos de funcionamento, formou mais de 400 engenheiros. A infra-estrutura já está organizada.

Bibliografia

Gumbel, E J — STATISTICS OF EXTREMES — Columbia University Press, New York, 1958, XX + 375 págs.

O DESENVOLVIMENTO da Estatística tem-se concentrado, até recentemente, no estudo da distribuição normal, do comportamento dos valores centrais, na análise dos fenômenos freqüentes. Em muitos casos, porém, o que importa são os valores extremos e os fenômenos raros.

Já os astrônomos tinham, em meados do século passado, procurado estabelecer critérios para o aceite ou a rejeição de uma observação extrema. A distribuição de Poisson permaneceu uma curiosidade até que Bortkiewicz mostrou sua significação estatística e sua importância. A esse autor se deve o primeiro estudo dos valores extremos, em 1922. Depois, os progressos nesse campo se aceleraram, graças aos esforços de R. A. Fisher, Tippett, von Mises e outros, cumprindo destacar, como um dos pioneiros e dos mais esforçados contribuidores, o Professor Gumbel, da Universidade de Colúmbia, autor do presente trabalho.

No estudo dos valores extremos, procura-se responder a dois tipos de questões: 1) quando se pode considerar uma observação individual, numa amostra extraída de uma distribuição suposta conhecida, como excedendo o que razoavelmente se poderia esperar?; 2) a série de valores extremos, obtidos em amostras sucessivas, exibe um andamento que se possa considerar como regular?

Pela enunciação desses problemas, vê-se que as aplicações da teoria são as mais várias e as mais importantes, na época tecnológica em que vivemos.

Os mais antigos problemas atinentes aos valores extremos se referem às enchentes. Nas economias primitivas, a água era utilizada na irrigação, e a rede fluvial como principal sistema de comunicações. Era preciso que as barragens, os canais, as obras de regularização dos rios, fossem projetados

levando em conta as precipitações máximas. Na época hodierna, através da construção de usinas hidrelétricas, a água se tornou uma das fontes principais de energia. Finalmente, importa resguardar a vida e a propriedade de terceiros contra os perigos causados pelas inundações.

As variáveis decisivas são, nesses casos, os valores extremos. Outros exemplos se encontram a cada lado, como no estudo do flagelo das secas, das quedas de geleiras, dos máximos e mínimos da pressão e temperatura atmosféricas, etc.

Os problemas de determinação da carga de rutura dos materiais, tão fundamentais no projeto das estruturas, envolvem o estudo dos valores extremos. A fratura de metais, têxteis e outros materiais sujeitos a tensão, é uma variável aleatória, e sua análise se torna mais difícil em virtude da progressiva deterioração do material sob impactos sucessivos. Tais conhecimentos têm sido utilizados na elaboração de códigos de obras, na engenharia naval, na aeronáutica, na geologia e em vários outros setores.

Destarte, é de se receber com aplausos o aparecimento de uma obra como a do Professor Gumbel, em que a matéria é sistematicamente desenvolvida, pondo à disposição dos estudiosos o essencial da teoria e da prática.

O A inicia o trabalho com a exposição de métodos não-paramétricos, passando ao estudo de certos tipos de distribuições e à construção da teoria assintótica. Desde o início, introduz dois conceitos pouco usuais na estatística corrente, que são a "função de intensidade" e o "período de retorno", tomados da prática de engenharia.

Passando ao estudo da distribuição exata dos extremos, examina dois tipos de distribuições iniciais ilimitadas, o tipo exponencial e o de Cauchy, os quais têm comportamento diferente quanto aos extremos. Um terceiro tipo compreende certas distribuições limitadas.

O estudo da distribuição assintótica dos extremos é feita, preliminarmente, para o tipo exponencial, com aplicações imediatas à teoria das enchentes A segunda e a terceira distribuições assintóticas, válidas para o tipo inicial de Cauchy, são expostas, mostrando o A que certas fórmulas de engenharia referentes a fratura de metais nelas encontram a sua explicação No último capítulo, trata de funções de extremos, sua agregação linear ou por quociente, constituindo um capítulo original, embora ainda com limitada aplicação prática.

Cumprе assinalar que o assunto dos valores extremos foi objeto, entre nós, de uma tese apresentada à Escola Politécnica de São Paulo, em 1954, pelo Professor R A da Silva Leme, sob o título "Os extremos de amostras ocasionais e suas aplicações à engenharia"

O trabalho do Professor Gumbel, é, porém, na literatura inglesa, o primeiro a versar sistematicamente a matéria Procurou ele manter um nível elementar, de modo a possibilitar a sua leitura por pessoas possuindo apenas noções de análise estatística, e, sobretudo, acompanhando-o de numerosos exercícios e freqüentes exemplos de aplicações técnicas É uma obra que se recomenda, por todos os títulos, aos nossos estatísticos e engenheiros

JORGE KINGSTON

Burgdoerfer, Friedrich — WELTBEVÖLKERUNGSA TLAS — — Editora Falk Verlag, Hamburgo, 1958

HÁ dois anos apareceu a primeira parte da obra do Dr Friedrich Burgdoerfer, decano dos demógrafos alemães, a qual apresentou a distribuição da população de toda a Europa, da Europa Central, dos Países Costeiros do Mediterrâneo, da África e dos Estados Unidos da América do Norte

Usando bolinhas como símbolos da densidade, ao invés de círculos, o autor consegue mostrar naqueles mapas, de forma feliz e nítida, as diferenças enormes que existem, mesmo em áreas relativamente pequenas, entre a densidade e a rarefação dos habitantes nos países e grupos de países estudados

No ano passado o Atlas foi concluído com cinco mapas continentais dedicados à América do Norte, América do Sul, Ásia, Austrália e Nova Zelândia, aparecendo, afinal, como coroação da excelente obra, um mapa mundial na escala 1 45 000 000 Em face deste mapa mundial, que mostra, de maneira clara, o mau aproveitamento do espaço terrestre e a má distribuição de seus habitantes, demógrafos e geógrafos, sociólogos e geopolíticos hão de perguntar se não existe algo de ridículo nas febris tentativas dos políticos e engenheiros no sentido de investigar outros planetas e, se possível, conquistá-los

A publicação da segunda parte, em época bem posterior à da primeira, deve-se, principalmente, ao fato de vários países importantes, como por exemplo, a China e a Rússia, não terem participado do censo mundial da população em 1950, que forneceu elementos básicos relativos à grande maioria dos países No entanto, a não participação de todos naquela operação censitária não compromete seriamente o valor dos mapas, principalmente porque, em alguns casos, dados mais recentes e não muito afastados do ano de 1950 foram oficialmente estimados, como aconteceu justamente com a União Soviética, que divulgou uma avaliação oficial para 1-4-1956 Seja lembrado, de passagem, que todos os demógrafos dedicados à pesquisa e comparações internacionais tiveram de lidar com dificuldades daquela ordem, a partir do sueco Sundbaerg, pioneiro no assunto

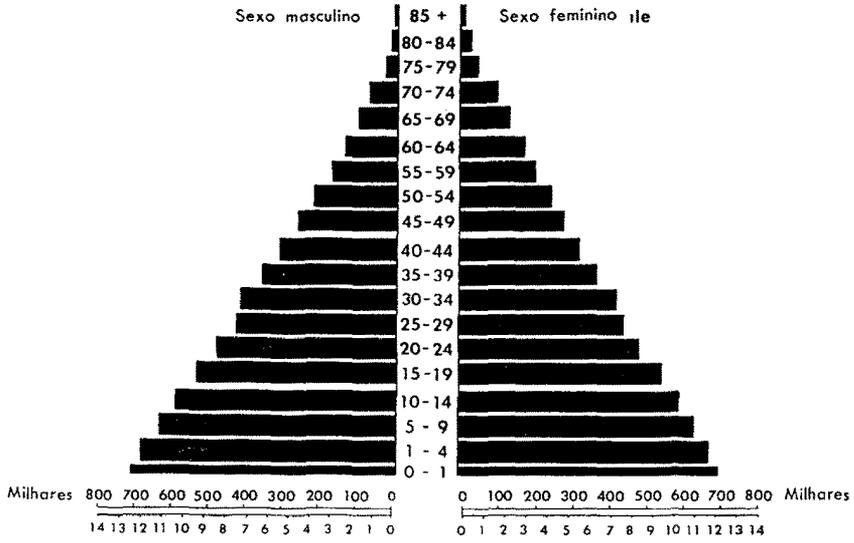
Além dos mapas organizados com cuidado e minuciosidade enormes e executados com toda a competência técnica por famosa casa editora, o Atlas apresenta, para grande número de países importantes e continentes inteiros, estudos da estrutura e do desenvolvimento demográficos, sem falar dos numerosos mapas especiais Dêstes últimos, por exemplo, constam quatro para as Américas Sulina e Central, mostrando a população das maiores unidades administrativas da América do Sul e da América Central, bem como a população e localização das cidades de mais de 20 000 habitantes nas mesmas Américas

Dos referidos estudos descritivos, citemos, nesta altura, uma comparação significativa do aumento da população Norte Central e Sul-Americana, de 1650 até 1950.

<i>Continentes</i>	1650	1750	1800	1850	1900	1930	1950
			(em milhões de habitantes)				
América do Norte	1,0	1,3	5,7	26	81	135	168
América do Sul						75	111
América Central	12,0	11,1	18,9	33	63	34	51

ALEMANHA - 1910

Classes de idade (em anos)



Proporção de cada grupo de idade, por mil habitantes, segundo o sexo

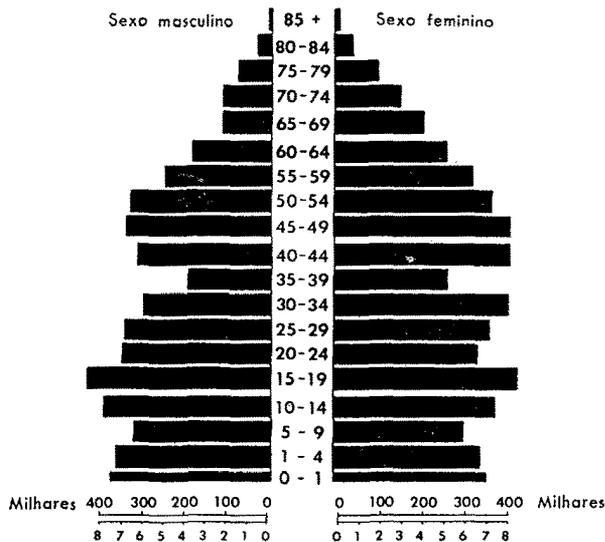
Total de habitantes em 1-12-1910: 57 798 427, dos quais 28 489 846 do sexo masculino e 29 308 851 do sexo feminino

①

F. Burgdorfer Welt Bevölkerungs Atlas

REPÚBLICA FEDERAL ALEMÃ - 1954

Classes de idade (em anos)



Proporção de cada grupo de idade, por mil habitantes, segundo o sexo

Total de habitantes em 31-12-1954: 49 763 400, dos quais 23 406 500 do sexo masculino e 26 356 900 do sexo feminino

②

F. Burgdorfer Welt Bevölkerungs Atlas

O confronto patenteia de maneira impressionante as diferenças dos ritmos do povoamento nas diversas partes do Novo Mundo, povoamento êsse que quase marcou passo durante os primeiros 150 anos para depois se acelerar, principalmente a partir de meados do século passado, e em medida muito mais forte no Norte do que no resto do continente. Êste fato sugere a lembrança das mutações que se verificaram durante o mesmo período, no palco da política internacional, mostrando, ainda, como a vida moderna transcorre com rapidez cada vez maior. Na antiguidade e na Idade média, os povos líderes precisavam de muito mais tempo para galgar as posições predominantes, conservando-se depois nesses lugares privilegiados durante séculos inteiros.

URSS, total
Rússia pròpriamente dita

Merecem, também, interêsse especial, já pela significação intrínseca, já pela novidade, alguns dados relativos à União Soviética. O total da população da URSS foi estimado, para 1-4-56, em 200,2 milhões, dos quais cabem 156,7 à Europa e 43,5 à Ásia. O desenvolvimento, nos últimos anos, apresenta-se da seguinte forma:

	1939	1956
URSS, total	191,7	200,2
Rússia pròpriamente dita	107,9	112,6

O aumento relativamente modesto deve-se naturalmente às perdas enormes que o país sofreu durante a segunda guerra mundial. Muito surpreendente é o crescimento das grandes cidades e das respectivas populações. Eis as principais informações relativas a êsse aspecto:

	Número de grandes cidades		População das grandes cidades (Milhões)	
	1939	1956	1939	1956
URSS, total	89	135	29,1	42,9
Rússia pròpriamente dita	55	86	19,2	28,5

Tal crescimento se afigura espantoso. Recorde-se que em 1950 os Estados Unidos possuíam 106 grandes cidades que englobavam a população de 44 milhões. Por mais antagônicos que sejam os sistemas econômicos e políticos dos dois grandes países, nesse ponto o desenvolvimento segue o mesmo rumo e, ao que parece, na União Soviética ainda com maior veemência. Resta, no entanto, a pergunta se tais resultados merecem ou não aprovação, se constituem vantagem real para os respectivos povos.

Cumprê ainda mencionar que as resenhas demográficas sôbre os diversos países vêm enriquecidas, em muitos casos, pela representação gráfica da composição dos povos por sexo e classes de idade, na sua forma clássica de pirâmide. Também os resultados brasileiros de 1950 aparecem assim apresentados. Em comparação com a modalidade usual dessas pirâmides, as de Burgdoerfer consignam duas escalas: uma para aferição dos números absolutos, outra para os valores por mil que cabem, na população total, a cada sexo e às diversas classes de idade. Para mostrar a utilidade prática da inovação engenhosa, reproduzem-se aqui as duas pirâmides referentes à Alemanha de 1910 e 1954, respectivamente. A primeira apresenta a distribuição do total de 57 798 427 habi-

tantes, correspondente ao antigo Reich, e a segunda, a composição dos 49 763 400 habitantes da República Federal no após-guerra.

Sem descer a uma análise mais detida das diferenças que os dois gráficos revelam, convém apontar dois aspectos o primeiro, de ordem mais formal, é a inovação das escalas, que permite o confronto justo entre populações cujos totais divergem, um do outro, em quase 20%. O segundo condiz com o mérito da questão. Enquanto que a população da antiga Alemanha mostra uma aproximada equivalência numérica dos dois sexos (28,5 milhões de homens contra 29,3 milhões de mulheres), a Alemanha de 1954 acusa 23,4 milhões de homens contra 26,4 milhões de mulheres. *Sapienti sat!* A uma estrutura quase modelar do organismo populacional, em 1910, corresponde, nove anos após a segunda guerra mundial, uma distribuição por idades que é, à primeira vista, seriamente patológica. Os efetivos nascidos durante as duas carnificinas são bastante atrofiados. Assim os tremendos flagelos das guerras não só atormentam os que assistem ao próprio cataclismo, mas deixam vestígios profundos no futuro, imediato e remoto, de conseqüências talvez não menos sérias do que os danos sofridos no momento da catástrofe.

JOÃO JOCHMANN

ASSOCIATION INTERNACIONALE DE LA SÉCURITÉ SOCIALE — "Revue Internationale d'Actuariat et de Statistique de la Sécurité Sociale" — N° 1, 1958, premier semestre, Bruxelles

Sob os auspícios da Associação Internacional da Seguridade Social, com sede em Bruxelas, Bélgica, foi dada publicidade ao n° 1 da "Revue Internationale d'Actuariat et de Statistique de la Sécurité Sociale", correspondente ao primeiro semestre desse ano. Surge esta publicação como resultado das recomendações formuladas pelos participantes da Primeira Conferência Internacional de Atuários e Estatísticos da Seguridade Social, levada a cabo naquela cidade, em novembro de 1956, no sentido de ser editada uma revista consagrada ao estudo das técnicas concernentes a essas matérias.

A primeira parte da revista inclui assuntos de interesse geral, referentes à atuária e à estatística da seguridade social, encontrando-se aí farto noticiário sobre congressos, conferências e seminários. A segunda parte, essencialmente técnica, compreende artigos firmados por especialistas de renome, dos quais 2 escritos em francês, 3 em inglês, 1 em alemão e 1 em espanhol, cada qual com um resumo nos quatro

idiomas citados. Assina o artigo inicial, intitulado "Considérations sur les Régimes Financiers de L'Assurance Sociale", o conhecido técnico brasileiro Professor João Lyra Madeira.

PUBLICAÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

No curso do semestre janeiro-junho de 1959, o Conselho Nacional de Estatística editou e distribuiu, através da Diretoria de Documentação e Divulgação, as seguintes publicações:

Flagrantes Brasileiros, ns 12 e 13, monografias municipais de Nilópolis, Itaguaí e Macaé (Rio de Janeiro), Corumbá (Mato Grosso), Camaçari, Valença e Ituberá (Bahia), Tocantinópolis (Goiás), Belo Horizonte e Minduri (Minas Gerais), Nova Petrópolis, Caxias do Sul e Antônio Prado (Rio Grande do Sul), Sobral (Ceará), Garanhuns e Caruaru (Pernambuco), Barreirinhas (Maranhão), Joinville (Santa Catarina) e Japaratinga (Sergipe), *Revista Brasileira de Estatística*, ns 73-74 e 75-76; *Revista Brasileira dos Municípios*, n° 41-42, *Boletim Estatístico*, ns 64 e 65, *Resoluções da Assembléia Geral de 1958*; *Resoluções da Junta Executiva Central, 1958*, *Normas de Apresentação Tabular*, e *Finanças Municipais* (separata da *Revista Brasileira dos Municípios*).

ITALIANOS NA INDÚSTRIA DE SÃO PAULO

Não se pode negar, nem sequer obscurecer a influência italiana em São Paulo. Ela se manifesta por toda parte nos tipos físicos, na linguagem, nos costumes, na alimentação, na música, na literatura, enfim, em tudo aquilo que constitui as formas de expressões exteriores e interiores de um povo. Embora tenhamos outras nacionalidades convivendo conosco, como espanhóis, portugueses, árabes, judeus, etc., nenhuma conseguiu impregnar-se tanto em nossa vida como a italiana. Tal fato se deve naturalmente à quantidade, pois sempre representou a mais elevada porcentagem da imigração estrangeira e também ao desenvolvimento que adquiriu entre nós, espalhando-se pelos campos e pelas cidades, entre todas as classes e camadas sociais. Daí que nos outros Estados, quando se fala em São Paulo, associa-se imediatamente a influência italiana. Assim, existem pessoas que acreditam que aqui só se fala italiano ou que seja esta a língua mais difundida, superando mesmo a nacional. Em 1932, por ocasião da chamada Revolução Constitucionalista, no Nordeste, os mais inescrupulosos aliciadores de recrutas, diziam tratar-se de uma revolta de italianos que queriam tomar conta de São Paulo.

Mas, por outro lado, quantos são os que tendo estado aqui de passagem apenas, não se recordam mais tarde com saudades da mulher paulista, em cuja beleza encontra os traços das filhas da Itália, ou dos pratos típicos saboreados, como a pizza, a macarronada, a polenta e outros! Mesmo o tão propalado dinamismo paulista é atribuído a uma herança da laboriosidade

peninsular. O assunto é fascinante e está à espera de um estudioso que o desenvolva, o que constituiria, aliás, valiosa contribuição sociológica à nossa formação. Nossa contribuição aqui é bem mais modesta e limitada, cingindo-nos apenas a lembrar alguns aspectos da contribuição italiana no domínio de nossa industrialização.

O mais completo inquérito sobre nossas atividades industriais no passado foi realizado por A. F. Bandeira Júnior, em 1900. Sobre o total de 165 empresas catalogadas pelo autor citado, mais de quatro dezenas pertenciam a italianos, contando-se muitas delas entre as maiores do ramo. Compunham-se de fiações e tecelagens, fábricas de calçados, de massas alimentícias, de bebidas, de móveis, etc. Em sua maioria, era de recente fundação, pois contava no máximo com dez ou quinze anos de existência. Entre estas firmas precursoras, já encontramos nomes que se tornaram tradicionais em nosso parque manufatureiro, como Matarazzo, Crespi, Fracalanza e Siciliano. Outros nomes desapareceram, porém os empreendimentos por eles criados sobreviveram sob propriedades ou direções diferentes. Muitos desses nomes tradicionais em nossa indústria também servem hoje para denominarem ruas ou praças de nossa cidade.

O primeiro Recenseamento nacional teve lugar em 1920 e acusava, para São Paulo, a existência de 4.145 estabelecimentos industriais, dos quais 1.446 pertenciam a italianos, com capital empregado de 537.817 contos, cabendo 35.273 contos às empresas italianas, dando trabalho a 83.900 operários em conjunto, sendo que nas fábricas

pertencentes a italianos trabalhavam 8 487 operários

Por aí se vê que a participação italiana já era considerável em nosso movimento fabril

O grande impulso, todavia, recebido pelo parque manufatureiro nacional e particularmente o paulista, refletido nos números acima, foi durante a Primeira Guerra Mundial. Somente em São Paulo, entre os anos de 1915 e 1919, foram criados 5 936 novos estabelecimentos

O segundo Recenseamento nacional realiza em 1940 e não menciona dados referentes às indústrias italianas no Estado de São Paulo, mas para todo o país, dos quais, certamente, cerca de 70 por cento localizavam-se em nosso Estado. O capital realizado nessas empresas somava então 127 298 000 cruzeiros. Os ramos mais destacados eram na época os referentes à produção alimentícia, de madeira e afins, têxteis, metalúrgica e papel e papelão, abarcando dois terços, mais ou menos, do capital realizado

Esta constitui a primeira etapa, por assim dizer, da participação italiana no desenvolvimento industrial do nosso Estado. Era a contribuição do imigrante que para aqui vinha sem recurso algum, trazendo apenas o seu espírito de iniciativa, sua vontade de trabalhar e sua força juvenil. Graças, no entanto, a um esforço continuado e persistente no trabalho e na poupança, conseguia pequeno capital com que iniciava diminuta atividade artesanal que, desdobrando-se com o correr dos anos se transformava em fábrica, às vezes até numa grande empresa ou mesmo num conjunto de empresas e de ramos industriais, como é o constituído pelo grupo Matarazzo

A etapa seguinte, que é dos nossos dias, não consiste mais no trabalho do imigrante pioneiro, mas na vinda de investimentos de importantes empresas com sede em Milão, Turim, ou Roma, aqui instalando filiais. O montante desses investimentos somava, até 1957 a 6 851,7 milhões de cruzeiros, empregados sobretudo na indústria de borracha, de cimento e construções, têxtil,

máquinas e automóveis, química e farmacêutica, papel, alimentos e outros. Dessa forma, as mais renomadas firmas italianas, como Snia Viscose, Fiat, Montecatini, Cinzano, etc., estão representadas no Brasil, e particularmente em São Paulo

Foi, sobretudo, durante e após a Segunda Guerra Mundial que esse movimento de capitais se desenvolveu entre nós, tendo já adquirido notável vulto e que tende a crescer ainda mais

A busca de São Paulo para sede de tais empreendimentos se explica não somente por se encontrar aqui a maior quantidade de imigrantes italianos, o que facilita as relações, como sobretudo por ser o nosso Estado o mais importante centro industrial do país, o que quer dizer a existência de melhores condições para suas atividades

O caráter dessas duas contribuições do imigrante e dos investimentos, do ponto de vista econômico e financeiro, é diferente, pois enquanto a primeira consistia em capital aqui realizado, o empreendimento permanecendo no país, a segunda transfere para o exterior lucros, amortizações e demais formas de remuneração, deixando de ser uma empresa nacional para se transformar numa simples filial de firma estrangeira

Não obstante essa diferença, não deixa de ser uma contribuição igualmente e que representa sem dúvida uma participação italiana no Brasil, principalmente em nosso Estado

Diante disso tudo, não podemos deixar de reconhecer que tem sido valiosa a ajuda dos filhos da pátria de Garibaldi para nossa formação e expansão industrial, particularmente a daqueles imigrantes pioneiros que, à custa de muito sacrifício e trabalho, plantaram as primeiras fábricas entre nós, as quais, desdobrando-se e progredindo, transformaram a nossa terra no maior parque manufatureiro do país e da parte sul do Continente — *Heitor Ferreira Lima*

ESTATÍSTICA NA ATUAÇÃO PEDAGÓGICA

O PAPEL da Estatística educacional é tão importante para a supervisão e execução pedagógica — acentua Guilefford — que de como se coloque ela num sistema de organização ou de administração educacional, ou do valor que a ela se reserve, pode-se interferir da maior ou menor capacidade científica e metodológica e mais ainda dos propósitos que inspiram essa mesma atuação supervisora. Essa afirmação tão categórica de um tratadista consagrado, que fazia exultar os modestos defensores das tendências de “planejamento integral” da Educação, representa uma antecipação de quase duas dezenas de anos na apreciação dos problemas fundamentais da supervisão educacional.

Talvez isso explique a ênfase exagerada que se tem encontrado nas ciências da Educação da utilização, estatística, sobretudo quando isso ocorre com os excessos que se têm registrado em alguns setores da psicologia ou mesmo da sociologia e biologia educacionais, em que se tem tentado substituir a expressão vigorosa do pensamento científico, sob a alegação de evitar-se o perigo da imprecisão do teorismo verbal, por uma pretenciosa exatidão estilística de imaginosas construções numéricas.

Mas, se isso pode ocorrer no extremo do exagero metodológico-estatístico, evidentemente não invalida a proposição de Guilford, quando se procura interpretá-la, com vistas a um “sistema de alarme”, desde que devidamente cuidado e situado na estrutura orgânica e administrativa da Educação.

Daí seja inerente à formação pedagógica nos cursos normais e superiores, ora como disciplina autônoma (estatística educacional) ora como parte de uma disciplina mais geral, com a Administração Escolar, ou mesmo como etapa metodológica de setores

mais especializados, como a Psicologia Educacional. Daí que, também, a estatística educacional tenha conquistado posição fundamental nas estruturas dos serviços de execução, como Ministérios, Secretarias, Institutos ou Comissões de Pesquisas, como é o caso do Brasil, da mesma sorte que ocorre em outros países, tanto do nosso como dos outros continentes.

E a estatística em educação passou a ser como que uma marca característica dos sistemas, como do pensamento ou da roupagem pedagógica, de tal sorte que realmente, por ela e por sua utilização e valorização, se pode aquiatar as excelências desses sistemas, ou o sentido realmente científico desse pensamento. Falar em educação, organizá-la, executá-la sem as luzes orientadoras da estatística educacional, salvo em raríssimas exceções, é mistificar ou comprometer o próprio pensamento em educação.

Feizmente, no Brasil vem se compreendendo isso e já se pode contar com uma mentalidade avançada em alguns setores, quer da esfera federal, como das esferas estaduais. Na Bahia, mesmo, ao tempo de Isaias Alves, pioneiro da nossa orientação científica em Educação, a estatística educacional teve sua fase de valorização, pouco depois interrompida, para somente ao tempo do sr Anísio Teixeira tentar recuperar-se, sem muito êxito. O tempo foi curto. Mas, em defesa deste último titular “técnico”, como se poderia dizer, está a evidência de que numa ação continuada de atuação administrativa, do INEP, ninguém melhor do que ele tem sabido usar com eficiência a estatística educacional para a cruzada de reforma do pensamento pedagógico de que se fez portabandeira, nesse mar de incompreensões. E em 1949, além do mais publi-

cou-se um importante trabalho de estatística educacional da Bahia.

Na verdade, a estatística educacional deveria ser a bússola da ação administrativa da educação. Um serviço ou um setor como o que existe, entre nós, por exemplo, atravessando momentos em que se exprime uma fase de idealistas ou especialistas, nos altos e baixos das tendências oficiais, deveria ser o mais bem aparelhado e o mais diretamente ligado à ação supervisora geral, para receber o prestígio "de cima para baixo", liberando-se dos obstáculos hierárquicos que possam torná-lo inadvertida ou propositadamente ineficiente.

É que supervisão educacional técnica sem o pé assentado na estatística é desfiguração terminológica. Isso, sem falar nos aspectos legais da natureza oficial obrigatória de sua execução, para atender ao entrosamento natural de articulação geral de serviços entre as esferas de competência cooperativa. o IBGE, o SEE do Ministério da Educação e o Departamento Estadual de Estatística.

Abra-se uma exceção para dois setores, daqueles que tive e tenho oportunidade de contactos, por circunstâncias que não vêm ao caso referir, nestes últimos anos de maior familiaridade com os problemas da educação; para dois setores subordinados que jamais deixaram de cuidar de suas estatísticas: o Colégio da Bahia e o Instituto Normal Isaias Alves. O atual Secretário, quando diretor do primeiro, jamais deixou de ter em sua pasta, como tinha em sua mesa, os quadros estatísticos da matrícula daquele Colégio e suas dependências, e no INIA é quadro que se renova anualmente, sobre a mesa do seu diretor, o da estatística da casa.

Mas, no geral dos demais serviços de atuação pedagógica o problema da estatística é esquecido, é omitido ou deixado para depois. Isso ocorre na capital e no interior, a despeito de algumas vezes serem solicitados ou recomendados pelo escalão imediatamente superior. Mas, a verdade é que a

posição ancilar do serviço, é próprio situado em nível de subordinação paritária às fontes que lhe deveriam suprir, naturalmente sofre os reflexos da inconsistência de tais solicitações.

O pouco que temos tido em estatísticas educacionais, como atuação vegetativa, diríamos do serviço competente, representa, para os mais familiares, um esforço sobre-humano, às vezes. Mas, a verdade é que quando pôsto em comparação com o que se pode encontrar em outras esferas ou em outras plagas é pouco lisonjeiro para a Bahia ou para seus educadores.

Sem instalações, sem pessoal, sem estímulo da utilização imediata, quer para divulgação, quer para auto-análise da atuação pedagógica, o serviço de estatística educacional não pode ser levado a sério pelos setores que lhe deveriam dar cooperação rotineira. E então a gente pode receber periodicamente trabalhos interessantes de Alagoas, de Pernambuco, de São Paulo, Rio, Minas, Paraná e Rio Grande do Sul, que oferecem uma verdadeira apresentação de raio X, da organização e supervisão pedagógica dominante, mas fica em dificuldade em coletar e retribuir com igual sentido esse trabalho de divulgação.

Por isso é que lutamos por um serviço de estatística educacional prestigiado, sem a errônea concepção de que é limitado a apenas um nível da atuação escolar. Um serviço de estatística educacional de um Estado deve ser geral, abrangendo todos os níveis de ensino, inclusive o universitário, porque só assim se poderá acabar com essa mania de dizermos que precisamos disto e daquilo sem base na realidade dos números, de modo a esclarecer o povo e aos homens do governo sobre o problema, em seu aspecto social total. Só assim fariamos ver seu erro aos que clamam por vagas em escolas superiores e secundárias, (e isso fazem escândalo até os jornais) por não saberem, por exemplo, que de 1946 a 55, enquanto o Estado triplicou sua matrícula nos ginásios oficiais, nem ao menos aumentou em 50% a matrícula das escolas primárias, também oficiais. E, além

do mais. só assim fará o povo meditar que no mesmo momento em que a demagogia clama por mais vagas nos ginásios porque se tenha um excedente teórico de meio milhar de crianças, nesta Capital, ficam 74 mil crianças sem lugar nas escolas primárias, e que, por exemplo, para cada criança na es-

cola existem na zona do S Francisco, 22 e no sul do Estado, 18, sem lugar nessas mesmas escolas.

E só a Estatística Educacional nos diz essas verdades — RAYMUNDO MATTA.

Publicado no "Diário de Notícias", de Salvador, Bahia, a 28-1-959

ESTATÍSTICA E PROGRESSO

O BRASIL é um país onde a estatística ainda não penetrou convenientemente nos diferentes setores de trabalho como um processo geral de decisão. Estatística ainda é, para a grande maioria, uma simples reunião de dados numéricos em imensas tabelas, cuja utilidade tem-se demonstrado extremamente reduzida, uma vez que o seu emprêgo fica limitado a casos esporádicos, e o seu manuseio é quase sempre feito sem método, por pessoas que nem sempre estão habilitadas a tirar daqueles dados o máximo que êles podem dar. O emprêgo do método estatístico em todos os setores de atividade humana é, antes de tudo, uma atitude específica com relação ao estudo dos problemas que se apresentam na vida diária visando as decisões mais eficientes para a obtenção dos resultados desejados. Só um espírito científico possui as condições básicas indispensáveis para tirar o máximo proveito do método estatístico nas suas mais variadas aplicações. A decisão pelo método estatístico exige também uma filosofia nova. enquanto os tipos clássicos de raciocínio lógico se preocupavam com a decisão de caráter absoluto, que não admitia erro, o processo estatístico admite que toda decisão implica em aceitar determinados riscos que podem ser controlados, não de maneira absoluta, mas apenas dentro de limites pre-fixados. O método estatístico permite controlar dois tipos de erros que se apresentam em todo processo de inferências: *o de aceitar uma hipótese falsa e o de rejeitar uma hipótese verdadeira*; é pois um método científico por excelência.

Alguns exemplos, tirados de trabalhos realizados durante a guerra, servem para ilustrar o caráter científico inerente à adoção da estatística como método de decisão. Escolhemos exemplos relacionados com a guerra, apesar do seu péssimo significado humanitário, porque durante esse período as decisões eram de extrema importância e exigiam a máxima rapidez de ação, pois disso dependia a vitória e o futuro do país. Todos os exemplos citados são absolutamente reais e foram extraídos, principalmente, do livro: "Method of operations research", de Philip M Morse, professor de física do Massachusetts Institute of Technology (M I T.) e George E. Kimpall, professor, de química da Columbia University. O primeiro foi, durante a guerra, diretor do "Research Weapons System Evaluation Group Office of the Secretary of Defense" e o segundo foi diretor do "Operations Evaluation Group of United States Navy".

Inicialmente, vamos considerar um caso trivial o nosso objetivo, ao escolher esse exemplo, reside no fato de que êle caracteriza vários aspectos básicos do problema da estatística aplicada como método de decisão. Em um acampamento de repasto, os soldados, depois da refeição, organizavam-se em filas espontâneas para lavar os pratos. Usavam duas bicas para lavar e duas para enxaguar. O resultado é que as filas eram imensas, parecendo, à primeira vista, que seria necessário instalar novas bicas. O Departamento de Pesquisas Operacionais enviou um estatístico do seu corpo para estudar o assunto e, depois de alguns dias de

observação, êle chegou à conclusão que o tempo necessário para lavar os pratos era o triplo do necessário para enxaguar. Feito o estudo, promoveu-se uma redistribuição das bicas deixando três para a primeira operação e uma para a segunda. Em pouco tempo, as filas desapareceram completamente e o tempo da "operação lava prato" ficou extremamente reduzido com grande vantagem para todos

Um segundo exemplo refere-se ao estudo relacionado com o equipamento anti-aéreo colocado, a título experimental, em alguns navios mercantes que trafegavam no Mediterrâneo durante a 2ª Guerra. O equipamento era caro e escasso de modo que tornava-se muito importante decidir se valia a pena equipar os navios mercantes com tais armas cujo manuseio ficaria a cargo de um pessoal pouco afeito ao seu emprêgo. Os primeiros resultados foram desanimadores porque verificou-se que *apenas em 4% dos ataques sofridos, um avião inimigo era derrubado*. Das discussões havidas durante longo tempo chegou-se mesmo a supor que talvez não valesse a pena manter aquêle equipamento pois as armas anti-aéreas eram exigíveis em vários outros setores importantes. Todavia, o Departamento de Pesquisas Operacionais encarregou a um dos seus técnicos de fazer uma análise estatística dos dados resultados de vários meses de experiência (o que deixamos de apresentar aqui) e a conclusão foi surpreendente, modificando totalmente o ponto de vista inicial. Realmente, a eficiência do equipamento, medida pelo número de aviões abatidos, era muito baixa; mas, o fato de dispor o navio de um equipamento e dêle se utilizar durante os ataques fazia com que a eficácia dos aviões inimigos ficasse consideravelmente reduzida em comparação com a dos ataques aos navios não equipados. Parece óbvio que êsse resultado era devido ao fato de que o equipamento anti-aéreo evitava uma maior aproximação das máquinas inimigas, reduzindo-lhes assim a eficiência do tiro

A conclusão final não deixava dúvida; a instalação de equipamento anti-aéreo foi estendida a todos os navios mercantes e, de acôrdo com os resultados numéricos posteriores, verificou-se ter-se reduzido a metade a chance de um navio ser pôsto a pique. Outro exemplo interessante se refere à distribuição do tempo que os aviões bombardeiros (B29) dedicavam a missões de treinamento. Um estudo estatístico realizado nas ilhas Marianas demonstrou que o aumento de 5 a 10% nas horas de treinamento melhorava consideravelmente a eficácia dos operadores, multiplicando por um fator superior a dois a proporção de alvos atingidos

Com o resultado dessa análise estatística foi possível determinar a distribuição ótima do tempo dedicado a cada missão

Um outro estudo estatístico extremamente importante foi realizado com o objetivo de determinar as condições ótimas de ataque aos submarinos inimigos. Examinados os resultados dos ataques durante um certo período experimental em que não se tinha ainda uma idéia precisa das condições mais favoráveis, foi o comando aéreo levado, finalmente, a modificar substancialmente as normas anteriores mediante o estabelecimento de uma nova regulação das bombas de profundidade (reduzida de 50 para 25 pés) e instruções rígidas aos operadores para que não lançassem bombas sempre que, ao chegar o avião ao local adequado, o submarino já tivesse submergido a mais de meio minuto. Em poucos meses verificou-se, pela análise dos resultados obtidos, que êsse novo procedimento apresentava uma eficiência consideravelmente mais elevada na destruição dos submarinos inimigos em comparação com todos os anteriores métodos de ataque

Podemos agora tirar algumas conclusões fundamentais dos exemplos escolhidos. O exemplo inicial, apesar da sua trivialidade, serve para caracterizar dois aspectos: o primeiro é que mesmo as soluções aparentemente triviais exigem um espírito científico para serem

encontradas, o segundo é que a solução científica apresenta sempre um alto rendimento. Em lugar de se gastar tempo e dinheiro instalando novas bicas no local, a operação lava-pratos foi resolvida, sem qualquer gasto, mediante uma simples redistribuição do equipamento existente; o rendimento foi quase infinito. O segundo exemplo reforça as conclusões anteriores e salienta ainda um aspecto importante (e por isso foi êle escolhido por nós). Ouve-se freqüentemente a acusação de que "tudo se pode provar com o auxílio da estatística", procurando-se inferir daí que a estatística de nada vale. Ora, no exemplo citado, um primeiro exame superficial e leigo parecia contraindicar a adoção do equipamento anti-aéreo nos navios mercantes. Foi necessário o exame *de um ponto de vista científico* para que se focalizasse o verdadeiro problema a ser resolvido.

Não importava que a proporção de aviões inimigos abatidos fôsse baixa como demonstravam os dados estatísticos. *O importante no resultado das estatísticas*, — e só o espírito científico pôde elucidar — era o fato de que o equipamento anti-aéreo *reduzia a*

eficiência do inimigo, o que constituia uma outra forma de aumentar o próprio rendimento. O leigo nem sempre percebe essas sutilezas e quando afirma que "tudo se pode provar com estatísticas" é porque tem em mente uma porção de pseudo-soluções mascarando a verdadeira solução.

Os dois exemplos seguintes mostram como o estudo científico de determinadas operações permite obter a solução de maior rendimento. Ora, êste é o problema fundamental dos países subdesenvolvidos: aumentar o rendimento, isto é, aumentar a produtividade da sua indústria, da sua agricultura, etc. e a eficiência do trabalho em geral, seja no setor público, seja no âmbito das atividades privadas.

Por fim devemos salientar que as soluções encontradas só se tornaram efetivas porque havia um órgão especial — o Departamento de Pesquisas Operacionais — de caráter estritamente científico mas suficientemente prestigiado para impor as suas soluções. —
JOÃO LYRA MADEIRA

Publicado no "Jornal do Comércio", do Rio de Janeiro, a 26-4-1959

RESOLUÇÕES DA JEC

RESOLUÇÃO N.º 592, DE 7 DE JANEIRO DE 1959

Dispõe sobre a distribuição do auxílio financeiro aos órgãos centrais regionais no exercício de 1959

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando de suas atribuições, e

considerando que no orçamento do Conselho Nacional de Estatística para 1959, aprovado pela Resolução JEC-590, foi destinada a importância de Cr\$ 20 364 000,00 (vinte milhões, trezentos e sessenta e quatro mil cruzeiros) a título de auxílio aos órgãos centrais de seu sistema regional,

RESOLVE

Art 1º — A distribuição do auxílio concedido pelo Conselho Nacional de Estatística aos órgãos de seu sistema regional, no exercício de 1959, será feita de acôrdo com a seguinte tabela:

Unidades da Federação	Importância (Em cruzeiros)
Rondônia	265 200,00
Acre	459 600,00
Amazonas	574 800,00
Rio Branco	265 200,00
Amapá	265 200,00
Maranhão	724 800,00
Piauí	643 200,00
Ceará	880 800,00
Rio Grande do Norte	633 600,00
Paraíba	758 400,00
Pernambuco	998 400,00
Alagoas	670 800,00
Sergipe	590 400,00
Bahia	1 236 000,00

Minas Gerais	1 772 400,00
Espírito Santo	643 200,00
Rio de Janeiro	846 000,00
Distrito Federal	1 836 000,00
São Paulo	1 850 400,00
Paraná	724 800,00
Santa Catarina	715 200,00
Rio Grande do Sul	1 120 800,00
Mato Grosso	574 800,00
Goiás	643 200,00
Total	20 364 000,00

Art 2º — A aplicação, pelos órgãos beneficiados, do auxílio de que trata o artigo precedente será feita de conformidade com o disposto nas Resoluções JEC-495, de 28 de dezembro de 1955, e AG-672, de 25 de agosto de 1956

RESOLUÇÃO N.º 593, DE 7 DE JANEIRO DE 1959

Dispõe sobre a aplicação dos recursos orçamentários consignados na rubrica 3 2 16 — Cooperação com os órgãos do sistema estatístico, da Tabela explicativa pertinente à Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando de suas atribuições, e

considerando a necessidade da distribuição, entre os órgãos centrais federais integrantes do sistema estatístico, dos recursos específicos previstos no Orçamento do Conselho Nacional de Estatística, de que trata a Resolução JEC/590, de 30-12-58, e tendo em vista que os responsáveis pelos referidos órgãos acordaram entre si, quanto aos quantitativos a lhes serem destinados;

RESOLVE:

Art. 1º — A parcela de Cr\$ 6 048 000,00 (seis milhões e quarenta e oito mil cruzeiros), da dotação atribuída à rubrica “3 2.16” — Cooperação com os órgãos do sistema estatístico, constante da tabela explicativa referente à Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística e pertinente ao orçamento em vigor, para atender a encargos específicos dos órgãos centrais federais, terá a seguinte distribuição:

— Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política (MJNI) . . .	800 000,00
— Serviço de Estatística Econômica e Financeira (MF) .. .	600 000,00
— Serviço de Estatística da Produção (MA) .	1 200 000,00
— Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho (MTIC)	1 200 000,00
— Serviço de Estatística da Educação e Cultura (MEC)	1 200 000,00
— Serviço de Estatística da Saúde (MS)	1 048 000,00

Art 2º — Os quantitativos fixados no artigo precedente destinar-se-ão ao custeio de serviços, à aquisição de material, à impressão de questionários ou trabalhos estatísticos, ao custo de passagens e diárias e, também, ao reforço de recursos financeiros estipulados em contratos celebrados com a Secretaria-Geral do Conselho cujos montantes se mostrarem insuficientes

Art 3º — A entrega dos quantitativos consignados no artigo primeiro desta Resolução será determinada pelo Secretário-Geral e fica condicionada às possibilidades financeiras do CNE.

Art. 4.º — A comprovação dos suprimentos de numerário, bem como dos adiantamentos concedidos, obedecerá aos prazos estabelecidos pelo Código de Contabilidade Pública da União:

RESOLUÇÃO N.º 594, DE 14 DE JANEIRO DE 1959

Declara a concordância da composição da Junta Executiva Regional de Estatística do Território Federal do Amapá com a Convenção Nacional de Estatística.

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando de suas atribuições, e

considerando que a Junta Executiva Regional de Estatística do Território Federal do Amapá, organizada pelo Decreto n.º 146, de 31-V-1958, está constituída de acôrdo com as normas que regulam o assunto, conforme consta do Processo 901.01/56, da Secretaria-Geral,

RESOLVE

Art 1º — Para os fins previstos na Resolução AG-608, de 9 de julho de 1954, e nos termos da Resolução JEC-495, de 28 de dezembro de 1955, fica declarada a concordância da organização vigente da Junta Executiva Regional de Estatística do Território Federal do Amapá com o disposto na cláusula Primeira, item X, da Convenção Nacional de Estatística

Art 2º — Esta Resolução produzirá seus efeitos a partir de 31 de maio de 1958

RESOLUÇÃO N.º 595, DE 14 DE JANEIRO DE 1959

Declara a concordância da composição da Junta Executiva Regional de Estatística do Estado da Paraíba com a Convenção Nacional de Estatística

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando de suas atribuições, e

considerando que a Junta Executiva Regional de Estatística do Estado da Paraíba, organizada pelo Decreto n.º 1085, de 9 de novembro de 1956, está constituída de acôrdo com as normas que regulam o assunto, conforme consta do processo n.º 901 15/56, da Secretaria-Geral,

RESOLVE

Art 1º — Para os fins previstos na Resolução AG-608, de 9 de julho de 1954, e nos termos da Resolução JEC-495, de 28 de dezembro de 1955, fica declarada a concordância da organização vigente da Junta Executiva Regional de Estatística da Paraíba com o disposto na cláusula Primeira, item X, da Convenção Nacional de Estatística

Art 2º — Esta Resolução produzirá seus efeitos a partir de 9 de novembro de 1956

**RESOLUÇÃO N.º 596, DE 28 DE
JANEIRO DE 1959**

Abre crédito especial para pagamento de gratificação pela execução de trabalho especial com risco de vida e saúde (Decreto n.º 43 186, de 6-II-58)

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando de suas atribuições, e

considerando que o Senhor Presidente da República, por despacho de 14 de novembro de 1958, exarado no processo protocolado sob o n.º 3 575/58, em que cinco servidores médicos da Secretaria-Geral deste Conselho pleiteiam os benefícios do Decreto número 43 186, de 6-2-58, autorizou seja concedida aos mesmos gratificação pela execução de trabalho especial com risco de vida e saúde, nos termos do artigo 145, item VI, da Lei n.º 1 711, de 28-10-52,

considerando a inexistência, no orçamento da Secretaria-Geral deste Conselho, de verba própria pela qual possa correr a despesa, a qual, calculada a partir da data da autorização presidencial até 31 de dezembro do ano findo, importa em Cr\$ 48 566,00 (quarenta e oito mil, quinhentos e sessenta e seis cruzeiros)

RESOLVE

Art 1º — Fica aberto, na Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística, o crédito especial de . . . Cr\$ 48 566,00 (quarenta e oito mil, qui-

nhentos e sessenta e seis cruzeiros), destinado ao pagamento, no exercício de 1958, de gratificação aos servidores médicos da Secretaria-Geral deste Conselho Elpidio Fernandes Praxedes de Oliveira, Gilberto Ferreira da Costa, Hermínio Cardoso da Silva, Leopoldo Braum e Clínio Pereira Lima, na conformidade da autorização do Senhor Presidente da República, exarada no processo sob n.º 3 575/58

Art 2º — A cobertura do crédito especial de que trata o artigo anterior será obtida mediante apropriação dos recursos existentes na conta "Convênios Nacionais de Estatística Municipal"

**RESOLUÇÃO N.º 597, DE 28 DE
JANEIRO DE 1959**

Autoriza a abertura de crédito especial para a construção, em Brasília, da sede provisória do Conselho Nacional de Estatística

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando de suas atribuições, e

considerando a necessidade de instalar-se um órgão do Conselho Nacional de Estatística, em Brasília, em face do grande desenvolvimento de suas atividades econômicas e de seu crescimento populacional,

considerando que foi adquirido o terreno, destinado à construção da sede provisória do referido órgão, no futuro Distrito Federal, e tendo em vista o que consta do processo número 20 330/56, da Secretaria-Geral do Conselho,

RESOLVE:

Artigo único — Fica o Presidente do Instituto autorizado a abrir, na Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística, um crédito especial de Cr\$ 7 000 000,00 (sete milhões de cruzeiros), à conta dos recursos da Caixa Nacional de Estatística Municipal, para atender às despesas com a construção da sede provisória do mesmo Conselho, em Brasília

**RESOLUÇÃO N.º 598, DE 4 DE
FEVEREIRO DE 1959**

Autoriza a emissão de "selos de estatística"

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando de suas atribuições, e

considerando o disposto no art 9º, letra *a*, do Decreto-lei n.º 4 181, de 16-5-942, e o que consta dos processos protocolados sob os ns 19 920/55 e 1 171/56, da Secretaria-Geral do Conselho,

RESOLVE

Art. 1º — Fica a Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística autorizada a emitir, no Serviço Gráfico do IBGE, "selos de estatística" das taxas e nas quantidades a seguir discriminadas

Cr\$	
0,30	27 000 000
0,40	30 000 000
0,50	100 000 000
0,70	12 000 000
0,80	60 000 000
0,90	13 000 000
1,00	98 000 000
1,20	34 000 000
1,50	130 000 000
2,00	129 000 000
3,00	1 200 000
	<hr/>
Total	634 200 000

Art 2º — As despesas decorrentes desta Resolução correrão à conta da dotação própria do Orçamento do Conselho Nacional de Estatística — Anexo 2 0 1 — Subanexo 2 01 1 1, do vigente exercício

**RESOLUÇÃO N.º 599, DE 10 DE
ABRIL DE 1959**

Aprova modificações na lista mínima de produtos para apuração do Registro Industrial

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições e,

considerando que, consoante o parágrafo único do art 2º da Resolução AG/648, de 8 de julho de 1955, cabe à Junta Executiva Central decidir quanto a modificações na lista mínima de produtos para apuração do Registro Industrial,

considerando que a experiência proporcionada pela apuração do Registro Industrial no triênio 1955/57 e as sugestões de Órgãos Centrais Regionais e Federais aconselham a revisão da lista aprovada pela Resolução AG/648, de sorte a adaptá-la às condições atuais da indústria nacional,

RESOLVE

Artigo único — Fica aprovada, para apuração da produção industrial brasileira, a lista mínima de produtos anexa, em substituição à fixada pela Resolução AG/648, de 8 de julho de 1955

LISTA MÍNIMA DE PRODUTOS INDUSTRIAIS, APROVADA PELA RESOLUÇÃO
Nº 599, DE 10 DE ABRIL DE 1959, PARA APURAÇÃO DO REGISTRO INDUSTRIAL

PRODUTO		UNIDADE DE MEDIDA
Código	Especificação	
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS MINERAIS		
Minérios metálicos		
00 01	Minério de alumínio (bauxita, etc)	Tonelada
00 02	Minério de berilo (berilo ou glucínio)	Tonelada
00 03	Minério de chumbo (galena, etc)	Tonelada
00 04	Minério de cromo (cromista, etc)	Tonelada
00 05	Minério de estanho (cassiterita, etc)	Tonelada
00 06	Minério de ferro	Tonelada
00 07	Minério de manganês	Tonelada
00 08	Minério de ouro	Tonelada
00 09	Minério de tungstênio	Tonelada
00 10	Minério de zircônio	Tonelada
Minerais industriais		
00 11	Amianto ou asbesto em bruto	Tonelada
00 12	Argilas cerâmicas	Tonelada
00 13	Barita	Tonelada
00 14	Calcário (pedra calcária, etc)	Tonelada
00 15	Caolim em bruto	Tonelada
00 16	Coríndon, esmeril e outros abrasivos minerais	Tonelada
00 17	Diamante (carbonados ou lavritas)	Quilate
00 18	Diatomita (terra diatomácea ou terra de infusórios)	Tonelada
00 19	Dolomita	Tonelada
00 20	Feldspato	Tonelada
00 21	Fosfatos naturais (exclusivo monazita)	Tonelada
00 22	Gesso (gipsita) em bruto	Tonelada
00 23	Grafita	Tonelada
00 24	Magnesita	Tonelada
00 25	Mica ou malacacheta em bruto	Tonelada
00 26	Ocre e outros pigmentos minerais em bruto	Tonelada
00 27	Quartzo (cristal de rocha)	Tonelada
00 28	Sal marinho ou sal gema	Tonelada
00 29	Talco em bruto	Tonelada
00 30	Terras de fundição	Tonelada
Materiais de construção		
00 31	Ardósia em bruto	Metro cúbico
00 32	Areia	Metro cúbico
00 33	Cascalhos	Metro cúbico
00 34	Granito em bruto	Metro cúbico
00 35	Mámore em bruto	Metro cúbico
00 36	Pedra em bruto	Metro cúbico
00 37	Saibos	Metro cúbico
Combustíveis e minerais físeis		
00 38	Carvão-de-pedra em bruto	Tonelada
00 39	Carvão-de-pedra lavado	Tonelada
00 40	Gás natural	Metro cúbico
00 41	Monazita (areia monazítica)	Tonelada
00 42	Petróleo bruto	Tonelada
00 43	Xisto betuminoso (folhelhos)	Tonelada
00 44	Águas minerais naturais	Litro

LISTA MÍNIMA DE PRODUTOS INDUSTRIAIS, APROVADA PELA RESOLUÇÃO N.º 599, DE 10 DE ABRIL DE 1959, PARA APURAÇÃO DO REGISTRO INDUSTRIAL

PRODUTO		UNIDADE DE MEDIDA
Código	Especificação	
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS VEGETAIS		
01 01	Borracha bruta	Tonelada
Plantas fibrosas		
01 02	Agave ou sisal	Tonelada
01 03	Caroá	Tonelada
01 04	Guaxima	Tonelada
01 05	Juta	Tonelada
01 06	Piaçava	Tonelada
01 07	Rami	Tonelada
Sementes oleaginosas		
01 08	Andiroba	Tonelada
01 09	Babaçu	Tonelada
01 10	Oiticica	Tonelada
Produtos alimentares		
01 11	Castanha-do-pará (com ou sem casca)	Tonelada
01 12	Guaraná (em sementes ou bagas)	Tonelada
Outros produtos		
01 13	Cascas tânicas	Tonelada
01 14	China vegetal	Tonelada
01 15	Lenha para fins industriais	Metro cúbico
01 16	Raiz de timbó	Tonelada
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO DE MINERAIS NÃO METÁLICOS		
Pedras preparadas para construção		
10 01	Granito aparelhado	Metro quadrado
10 02	Mármore e ardósia aparelhados	Metro quadrado
10 03	Paralelepípedos	Milheiro
10 04	Pedra britada	Metro cúbico
Cal		
10 05	Cal (exclusive cal de marisco)	Tonelada
10 06	Cal de mariscos	Tonelada
10 07	Cal extinta ou hidratada	Tonelada
Material de barro comum		
10 08	Telhas	Milheiro
10 09	Tijolos	Milheiro
10 10	Ladrilhos	Milheiro
Material cerâmico		
10 11	Aparelhos completos para serviço de chá, café e bôlo	Aparelho
10 12	Peças avulsas para serviço de chá, café e bôlo	Milheiro

LISTA MÍNIMA DE PRODUTOS INDUSTRIAIS, APROVADA PELA RESOLUÇÃO N.º 599, DE 10 DE ABRIL DE 1959, PARA APURAÇÃO DO REGISTRO INDUSTRIAL

PRODUTO		UNIDADE DE MEDIDA
Código	Especificação	
Material cerâmico (conclusão)		
10 13	Aparelhos completos para serviço de jantar	Aparelho
10 14	Peças avulsas para serviço de jantar	Milheiro
10 15	Outros artigos de porcelana ou de pó-de-pedra	Milheiro
10 16	Azulejos brancos e de côres	Metro quadrado
10 17	Isoladores elétricos para alta e baixa tensão	Milheiro
10 18	Ladrilhos e mosaicos cerâmicos (inclusive pastilhas)	Metro quadrado
10 19	Louça sanitária (inclusive pias e lavatórios)	Peça
10 20	Manilhas, tubos e conexões	Peça
10 21	Telhas	Milheiro
10 22	Tijolos (não incluir refratários)	Milheiro
10 23	Tijolos refratários	Milheiro
Cimento		
10 24	Cimento (exclusive cimento branco)	Tonelada
10 25	Cimento branco	Tonelada
Artefatos de cimento		
10 26	Caixas d'água (inclusive reservatório)	Peça
10 27	Chapas e telhas (com ou sem amianto)	Peça
10 28	Fossas sépticas	Peça
10 29	Ladrilhos e mosaicos	Metro quadrado
10 30	Manilhas, tubos e conexões	Peça
10 31	Moinhos	Peça
10 32	Postes	Peça
10 33	Tijolos	Milheiro
Cristal e vidro		
10 34	Ampolas (inclusive de vidro neutro)	Milheiro
10 35	Aparelhos de cristal para serviço de mesa	Aparelho
10 36	Peças avulsas de cristal para serviço de mesa	Milheiro
10 37	Outros artigos de cristal para uso doméstico	Milheiro
10 38	Aparelhos de vidro para serviço de mesa	Aparelho
10 39	Peças avulsas de vidro para serviço de mesa	Milheiro
10 40	Outros artigos de vidro para uso doméstico	Milheiro
10 41	Bulbos de vidro para lâmpadas, válvulas eletrônicas e semelhantes	Milheiro
10 42	Espelhos em geral	Metro quadrado
10 43	Frascos em geral	Milheiro
10 44	Garrafas, litros, meias-garrafas, mecos-litros, garrafas para refrigerantes	Milheiro
10 45	Garrações, bombonas e outros recipientes de vidro para transporte de mercadorias	Unidade
10 46	Vidro plano	Metro quadrado
10 47	Vidro de segurança	Metro quadrado
10 48	Vidro em tubo, barra e formas semelhantes	Tonelada
Outros produtos		
10 49	Caolim e outras argilas beneficiadas	Tonelada
10 50	Gesso calcinado ou beneficiado	Tonelada
10 51	Lixas de todos os tipos	Tonelada
10 52	Oxas e outros pigmentos minerais beneficiados	Tonelada
10 53	Talco beneficiado	Tonelada

LISTA MÍNIMA DE PRODUTOS INDUSTRIAIS, APROVADA PELA RESOLUÇÃO N.º 599, DE 10 DE ABRIL DE 1959, PARA APURAÇÃO DO REGISTRO INDUSTRIAL

Código	PRODUTO Especificação	UNIDADE DE MEDIDA
INDÚSTRIAS METALÚRGICAS		
11 01	Ferro-gusa	Tonelada
Ferro e aço		
11 02	Lingotes, tarugos, biletas, etc	Tonelada
11 03	Fundido em fôrmas e peças	Tonelada
11 04	Foijado em fôrmas e peças	Tonelada
Laminado:		
11 05	Chapas grossas	Tonelada
11 06	Chapas finas a frio (inclusive bobinas)	Tonelada
11 07	Chapas finas a quente (inclusive bobinas)	Tonelada
11 08	Chapas galvanizadas lisas e corrugadas	Tonelada
11 09	Barrias chatas, quadradas, redondas, etc	Tonelada
11 10	Fôlhas-de-flandres (tipo coque ou eletrolítico)	Tonelada
11 11	Veigalhões	Tonelada
11 12	Perfis (vigas "H" "I" "U" "T")	Tonelada
11 13	Cantoneiras (abas iguais e abas desiguais)	Tonelada
11 14	Tilhos	Tonelada
11 15	Acessórios para tilhos (talas e placas)	Tonelada
Canos e tubos (inclusive conexões):		
11 16	Centrifugados	Tonelada
11 17	Galvanizados com costura	Tonelada
11 18	Galvanizados sem costura	Tonelada
11 19	Outros tipos de canos e tubos	Tonelada
Arame (inclusive fio máquina):		
11 20	Comum (liso)	Tonelada
11 21	Galvanizado (liso)	Tonelada
11 22	Farpado	Tonelada
11 23	Grampos para cêta	Tonelada
11 24	Produtos relaminados	Tonelada
Ferro-ligas (em tôdas as formas):		
11 25	Ferro-cromo	Tonelada
11 26	Ferro-manganês	Tonelada
11 27	Ferro-níquel	Tonelada
11 28	Ferro-silício	Tonelada
11 29	Ferro-ligas não compreendidas anteriormente	Tonelada
Alumínio		
11 30	Lingotes, tarugos, etc	Tonelada
11 31	Chapas, discos, perfis, arames, etc	Tonelada
11 32	Canos, tubos (inclusive acessórios)	Tonelada
11 33	Utensílios domésticos (excluzive talheres)	Tonelada
11 34	Fundido em fôrmas e peças	Tonelada
11 35	Produtos relaminados	Tonelada

LISTA MÍNIMA DE PRODUTOS INDUSTRIAIS, APROVADA PELA RESOLUÇÃO N° 599, DE 10 DE ABRIL DE 1959, PARA APURAÇÃO DO REGISTRO INDUSTRIAL

PRODUTO		UNIDADE DE MEDIDA
Código	Especificação	
	Bronze	
11 36	Lingotes, etc	Tonelada
11 37	Chapas, perfis, arames, etc	Tonelada
11 38	Canos, tubos e acessórios	Tonelada
11 39	Fundido em fôrmas e peças	Tonelada
11 40	Produtos relaminados	Tonelada
	Chumbo	
11 41	Lingotes, etc	Tonelada
11 42	Lençol, chapas, disco, arame, etc	Tonelada
11 43	Canos, tubos e acessórios	Tonelada
11 44	Fundido em fôrmas e peças	Tonelada
11 45	Produtos relaminados	Tonelada
	Cobre	
11 46	Lingotes, etc	Tonelada
11 47	Chapas, perfis, arame, etc	Tonelada
11 48	Canos, tubos e acessórios	Tonelada
11 49	Fundido em fôrmas e peças	Tonelada
11 50	Produtos relaminados	Tonelada
11 51	Cromo	Tonelada
	Estanho	
11 52	Lingotes, etc	Tonelada
11 53	Outras formas	Tonelada
	Latão	
11 54	Lingotes, etc	Tonelada
11 55	Chapas, perfis, arame, etc	Tonelada
11 56	Canos, tubos e acessórios	Tonelada
11 57	Fundido em fôrmas e peças	Tonelada
11 58	Produtos relaminados	Tonelada
11 59	Mercúrio	Tonelada
11 60	Níquel	Tonelada
	Ouro	
11 61	Lingotes	Gramas
11 62	Outras formas	Gramas
	Prata	
11 63	Lingotes	Gramas
11 64	Outras formas	Gramas
11 65	Platina	Gramas
11 66	Zinco	Tonelada
	Outras ligas de metais não ferrosos	
11 67	Tombac, Zamac, etc.	Tonelada

LISTA MÍNIMA DE PRODUTOS INDUSTRIAIS, APROVADA PELA RESOLUÇÃO N.º 599, DE 10 DE ABRIL DE 1959, PARA APURAÇÃO DO REGISTRO INDUSTRIAL

PRODUTO		UNIDADE DE MEDIDA
Código	Especificação	
Outros produtos		
11 68	Aparelhos sanitários, inclusive banheiras, pias e lavatórios (fundidos ou estampados, estanhados ou esmaltados)	Peça
11 69	Cabos de aço	Tonelada
11 70	Cadeados	Peça
11 71	Canivetes	Peça
11 72	Colheres para uso doméstico	Milheiro
11 73	Correntes	Tonelada
11 74	Cromonas, ferrolhos e semelhantes	Peça
11 75	Dobradiças em geral	Par
11 76	Enxadas	Peça
11 77	Facas e facões para uso doméstico	Milheiro
11 78	Facas e facões para outros fins	Milheiro
11 79	Fechaduras, inclusive guarnições	Peça
11 80	Fechos e armações para bólsas	Peça
11 81	Ferramentas manuais para artífices	Peça
11 82	Garfos para uso doméstico	Milheiro
11 83	Latas de folha-de-flandres	Milheiro
11 84	Machados	Peça
11 85	Malhos e mairêtas	Peça
11 86	Parafusos	Tonelada
11 87	Pás	Peça
11 88	Picaretas	Peça
11 89	Portas e aneelas	Tonelada
11 90	Portas de aço	Metro quadrado
11 91	Portões, gradis, etc (esquadrias de metal)	Metro quadrado
11 92	Pregos, tachas, aristas, etc	Tonelada
11 93	Recipientes para embalagem de gases	Peça
11 94	Reservatórios para combustíveis e lubrificantes	Peça
11 95	Tambores de ferro	Peça
11 96	Telas de arame	Metro quadrado
11 97	Tesouras	Peça
11 98	Torneiras, válvulas e registros	Peça
11 99	Utensílios domésticos (fundidos ou estampados, esmaltados ou estanhados)	Tonelada
INDÚSTRIAS MECÂNICAS		
Motores de combustão interna e máquinas motrizes não elétricas		
12 01	Locomóveis com as respectivas caldeiras	Unidade
12 02	Motores estacionários de combustão interna	Unidade
12 03	Turbinas hidráulicas	Unidade
12 04	Turbinas a vapor	Unidade
Equipamentos para transmissão industrial		
12 05	Amplificadores e redutores de velocidade	Unidade
12 06	Fixos	Unidade
12 07	Mancais de todos os tipos	Unidade
12 08	Polias de todos os tipos	Unidade
12 09	Rolamentos	Unidade
Máquinas, aparelhos e equipamentos para instalações hidráulicas, térmicas e de ventilação		
22 10	Autoclaves e estufas não elétricas	Unidade
11 11	Balcões e câmaras frigoríficas	Unidade
12 12	Bombas centrífugas e rotativas	Unidade
12 13	Compressores de ar	Unidade
12 14	Exaustores, aspiradores e ventiladores industriais	Unidade
12 15	Fornos industriais não elétricos	Unidade

LISTA MÍNIMA DE PRODUTOS INDUSTRIAIS, APROVADA PELA RESOLUÇÃO N° 599, DE 10 DE ABRIL DE 1959, PARA APURAÇÃO DO REGISTRO INDUSTRIAL

PRODUTO		UNIDADE DE MEDIDA
Código	Especificação	
Máquinas industriais (exclusive para a lavoura e a indústria rural)		
Para madeira:		
12 16	Desempenadeiras	Unidade
12 17	Laminadores	Unidade
12 18	Plainas	Unidade
12 19	Serras para desdóbro de tocos	Unidade
12 20	Serras para outros fins	Unidade
12 21	Tornos	Unidade
12 22	Tupias	Unidade
12 23	Outras máquinas	Unidade
Para metais:		
12 24	Cortadeiras	Unidade
12 25	Fresa, máquinas de	Unidade
12 26	Prensas	Unidade
12 27	Tornos mecânicos	Unidade
12 28	Tornos de outros tipos	Unidade
12 29	Trens de laminação	Unidade
12 30	Outras máquinas	Unidade
Têxteis:		
12 31	Cardas de todos os tipos	Unidade
12 32	Estamparia de tecidos, máquinas para	Unidade
12 33	Fiação, máquinas para	Unidade
12 34	Fusos filatórios	Unidade
12 35	Maçaroqueiras de todos os tipos	Unidade
12 36	Pentadeiras	Unidade
12 37	Teares planos de alimentação manual	Unidade
12 38	Teares planos de alimentação automática	Unidade
12 39	Teares circulares	Unidade
12 40	Teares retilíneos	Unidade
12 41	Teares de outros tipos	Unidade
12 42	Urdideiras	Unidade
12 43	Outras máquinas	Unidade
Equipamentos para indústrias diversas		
12 44	Betoneiras	Unidade
12 45	Britadores	Unidade
12 46	Indústria do açúcar	Unidade
12 47	Indústria do álcool	Unidade
12 48	Indústria de bebidas	Unidade
12 49	Indústria da borracha	Unidade
12 50	Indústria do calçado	Unidade
12 51	Indústria do couro e de peles	Unidade
12 52	Indústria gráfica	Unidade
12 53	Indústria de laticínios	Unidade
12 54	Indústria de massas alimentícias	Unidade
12 55	Indústria de panificação	Unidade
12 56	Indústria do papel, do papelão e da cartanagem	Unidade
12 57	Indústria da olaria e da cerâmica	Unidade
12 58	Indústria do vidro	Unidade
12 59	Moinhos (exclusive para cereais)	Unidade
12 60	Prensas (exclusive para metais)	Unidade
12 61	Peças e acessórios para máquinas industriais	Tonelada

LISTA MÍNIMA DE PRODUTOS INDUSTRIAIS, APROVADA PELA RESOLUÇÃO
Nº 599, DE 10 DE ABRIL DE 1959, PARA APURAÇÃO DO REGISTRO INDUSTRIAL

PRODUTO		UNIDADE DE MEDIDA
Código	Especificação	
Máquinas e aparelhos para a lavoura e a indústria rural		
12 62	Arados de discos	Unidade
12 63	Arados de outros tipos	Unidade
12 64	Ceifadeiras	Unidade
12 65	Cultivadores	Unidade
12 66	Engenhos para cana	Unidade
12 67	Extintores de formiga	Unidade
12 68	Grades de discos	Unidade
12 69	Grades de outros tipos	Unidade
12 70	Incubadoras	Unidade
Máquinas para:		
12 71	Beneficiamento do algodão	Unidade
12 72	Beneficiamento do arroz	Unidade
12 73	Beneficiamento do café	Unidade
12 74	Beneficiamento do amendoim	Unidade
12 75	Beneficiamento da mamona	Unidade
12 76	Beneficiamento do milho	Unidade
12 77	Fecularias	Unidade
12 78	Moinhos para cereais	Unidade
12 79	Pulverizadores e polvilhadeiras	Unidade
12 80	Semeadeiras	Unidade
12 81	Trilhadeiras	Unidade
12 82	Peças e acessórios para aparelhos da lavoura	Tonelada
12 83	Peças e acessórios para máquinas de indústria rural	Tonelada
Máquinas, aparelhos e equipamentos diversos		
12 84	Balanças e básculas	Unidade
12 85	Bombas para gasolina	Unidade
12 86	Caldeiras geradoras de vapor	Unidade
12 87	Elevadores não industriais	Unidade
12 88	Fogões e aquecedores não elétricos	Unidade
12 89	Máquinas de costura (inclusive cabeçotes)	Unidade
12 90	Máquinas de escrever	Unidade
12 91	Máquinas registradoras	Unidade
12 92	Máquinas de somar e calcular	Unidade
12 93	Máquinas de fiação (para fios)	Unidade
12 94	Pontes rolantes	Unidade
12 95	Refrigeradores domésticos não elétricos	Unidade
12 96	Talhas e guinchos	Unidade
INDÚSTRIAS DO MATERIAL ELÉTRICO E MATERIAL DE COMUNICAÇÕES		
Material elétrico		
13 01	Acumuladores e baterias	Unidade
13 02	Bobinas de ignição	Unidade
13 03	Cabos de bateria	Unidade
13 04	Chaves elétricas	Unidade
13 05	Elétrodos	Tonelada
13 06	Fios e condutores isolados	Metro
13 07	Fios e condutores nus	Tonelada
13 08	Lâmpadas fluorescentes	Unidade
13 09	Lâmpadas incandescentes e luminescentes	Unidade
13 10	Pilhas e baterias secas	Unidade
13 11	Velas para veículos	Unidade

LISTA MÍNIMA DE PRODUTOS INDUSTRIAIS, APROVADA PELA RESOLUÇÃO N.º 599, DE 10 DE ABRIL DE 1959, PARA APURAÇÃO DO REGISTRO INDUSTRIAL

PRODUTO		UNIDADE DE MEDIDA
Código	Especificação	
Geradores de energia elétrica		
13 12	Dinamos para veículos	Unidade
	Para outros fins:	
13 13	Até 10 kW	Unidade
13 11	De mais de 10 kW a 25 kW	Unidade
13 15	De mais de 25 kW a 50 kW	Unidade
13 16	De mais de 50 kW	Unidade
Motores elétricos		
13 17	De partida para veículos	Unidade
13 18	Para máquinas de costura	Unidade
13 19	Para aparelhos domésticos	Unidade
	Para outros fins:	
13 20	Até 1 cv	Unidade
13 21	De mais de 1 cv a 10 cv	Unidade
13 22	De mais de 10 cv a 25 cv	Unidade
13 23	De mais de 25 cv a 50 cv	Unidade
13 24	De mais de 50 cv a 100 cv	Unidade
13 25	De mais de 100 cv	Unidade
Transformadores e reatores		
13 26	Para rádios e televisões	Unidade
13 27	Para aparelhos domésticos	Unidade
	Para outros fins:	
13 28	De corrente	Unidade
13 29	De distribuição	Unidade
13 30	De potencial	Unidade
13 31	Reatores	Unidade
Aparelhos elétricos		
13 32	Aspiradores de pó	Unidade
13 33	Aparelhos para ar refrigerado, condicionado, etc	Unidade
13 34	Batedeiras para uso doméstico	Unidade
13 35	Enceradeiras	Unidade
13 36	Fetras de engomar	Unidade
13 37	Medidores de corrente elétrica	Unidade
13 38	Chuveiros	Unidade
13 39	Fogões e aquecedores	Unidade
13 40	Fogareiros	Unidade
13 41	Esterilizadores	Unidade
13 42	Fornos industriais	Unidade
13 43	Liquidificadores	Unidade
13 44	Máquinas de lavar roupa	Unidade
13 45	Refrigeradores domésticos e comerciais	Unidade
13 46	Ventiladores domésticos (inclusive circuladores de ar)	Unidade
Material de comunicações		
13 47	Aparelhos de emissão e recepção de telégrafo sem fio	Unidade
13 48	Centrais telefônicas	Unidade
13 49	Mesas telefônicas	Unidade
13 50	Rádio receptores (inclusive eletrolas)	Unidade
13 51	Telefones	Unidade
13 52	Televisores	Unidade
13 53	Válvulas eletrônicas	Unidade

LISTA MÍNIMA DE PRODUTOS INDUSTRIAIS, APROVADA PELA RESOLUÇÃO
Nº 599, DE 10 DE ABRIL DE 1959, PARA APURAÇÃO DO REGISTRO INDUSTRIAL

PRODUTO		UNIDADE DE MEDIDA
Código	Especificação	
INDÚSTRIAS DO MATERIAL DE TRANSPORTE		
Embarcações e motores marítimos		
14 01	Balsas	Unidade
14 02	Batelões	Unidade
14 03	Cascos diversos	Unidade
14 04	Chatas	Unidade
14 05	Dragas	Unidade
14 06	Lanchas	Unidade
14 07	Motores marítimos	Unidade
14 08	Navios de todos os tipos	Unidade
14 09	Outras embarcações	Unidade
14 10	Peças e acessórios para embarcações	Tonelada
Veículos automóveis (inclusive montagem)		
14 11	Caminhões e ônibus (com ou sem carroçaria)	Unidade
14 12	Jipes	Unidade
14 13	Para passageiros	Unidade
14 14	Tratores e máquinas de tração	Unidade
14 15	Utilitários	Unidade
Auto-peças		
14 16	Amortecedores	Unidade
14 17	Anéis de segmento	Unidade
14 18	Árvores de manivela	Unidade
14 19	Bielas	Unidade
14 20	Blocos para motores (usinados)	Unidade
14 21	Bomba d'água	Unidade
14 22	Bomba de gasolina	Unidade
14 23	Bomba de óleo	Unidade
14 24	Buzinas	Unidade
14 25	Cabeçotes	Unidade
14 26	Caixas de mudança	Unidade
14 27	Caixas de satélites	Unidade
14 28	Carburadores	Unidade
14 29	Cargaças	Unidade
14 30	Cárteres	Unidade
14 31	Coletores de admissão e de escapamento	Unidade
14 32	Colunas de direção	Unidade
14 33	Cubos	Unidade
14 34	Diferenciais	Unidade
14 35	Distribuidores	Unidade
14 36	Eixos dianteiros e traseiros	Unidade
14 37	Embreagens	Unidade
14 38	Engrenagens diversas	Unidade
14 39	Filtros de ar	Unidade
14 40	Filtros de óleo	Unidade
14 41	Freios	Unidade
14 42	Motores completos	Unidade
14 43	Molas em lâminas (feixes)	Tonelada
14 44	Molas helicoidais	Unidade
14 45	Pistões	Unidade
14 46	Radiadores	Unidade
14 47	Rodas	Unidade
14 48	Rolamentos	Unidade
14 49	Acessórios diversos	Tonelada

LISTA MÍNIMA DE PRODUTOS INDUSTRIAIS, APROVADA PELA RESOLUÇÃO N.º 599, DE 10 DE ABRIL DE 1959, PARA APURAÇÃO DO REGISTRO INDUSTRIAL

PRODUTO		UNIDADE DE MEDIDA
Código	Especificação	
Material ferroviário		
14 50	Estrados para vagões	Unidade
14 51	Treios	Unidade
14 52	Páia-choques e engates	Unidade
14 53	Rodas	Unidade
14 54	Truques	Unidade
14 55	Vagões-frigoríficos	Unidade
14 56	Vagões-mistos	Unidade
14 57	Vagões para carga (fechados)	Unidade
14 58	Vagões para passageiros	Unidade
14 59	Vagões-plataformas	Unidade
14 60	Vagões-tanques	Unidade
14 61	Vagões de outros tipos	Unidade
14 62	Vagonetas	Unidade
Carroçarias para veículos a motor		
14 63	Cabines para caminhões	Unidade
14 64	Carroçarias para automóveis	Unidade
14 65	Carroçarias para caminhões	Unidade
14 66	Carroçarias para caminhões-tanques	Unidade
14 67	Carroçarias para ônibus, micro-ônibus e lotações	Unidade
14 68	Carroçarias de outros tipos	Unidade
14 69	Reboques de todos os tipos	Unidade
Bicicletas e motocicletas		
14 70	Bicicletas	Unidade
14 71	Motocicletas	Unidade
14 72	Motonetas de todos os tipos	Unidade
14 73	Triciclos motorizados ou não	Unidade
Veículos a tração animal		
14 74	Carroças de todos os tipos	Unidade
14 75	Carroções, carretelas, etc	Unidade
Aeronaves		
14 76	Aviões de todos os tipos	Unidade
14 77	Hélices	Unidade
14 78	Peças e acessórios	Unidade
Outros veículos		
14 79	Carinhos industriais de todos os tipos . . .	Unidade
INDÚSTRIAS DA MADEIRA		
Falquejamento, desdobramento e compensação de madeira		
15 01	Assoalhos	Metro quadrado
15 02	Caixas e engradados desarmados (aplainados)	Metro cúbico
15 03	Dormentes	Unidade
15 04	Fôrro de todos os tipos	Metro quadrado
15 05	Lenha para uso doméstico	Metro cúbico
15 06	Madeira compensada, folheada e laminada	Metro cúbico
15 07	Madeira serrada ou desdobrada em outras formas	Metro cúbico
15 08	Tacos para assoalhos	Metro quadrado

LISTA MÍNIMA DE PRODUTOS INDUSTRIAIS, APROVADA PELA RESOLUÇÃO N° 599, DE 10 DE ABRIL DE 1959, PARA APURAÇÃO DO REGISTRO INDUSTRIAL

PRODUTO		UNIDADE DE MEDIDA
Código	Especificação	
Peças e estruturas de madeira		
15 09	Casas de madeira pré-fabricadas, desarmadas.	Unidade
15 10	Esquadrias em geral (portas, janelas, etc)	Metro quadrado
15 11	Estruturas de madeira para construção civil	Metro quadrado
Artigos de tanoaria		
15 12	Aduelas	Milheiro
15 13	Barris, barricas, boiadasas, etc	Unidade
Outros produtos		
15 14	Cabos de vassouras	Milheiro
15 15	Cabos para ferramentas	Milheiro
15 16	Carretéis de madeira para todos os fins	Milheiro
15 17	Cepas para tamancos	Par
15 18	Espulas de madeira para indústria têxtil	Milheiro
15 19	Eucatex, Duratex, etc em chapas ou lâminas	Metro quadrado
15 20	Molduras em vara	Metro
15 21	Palitos	Milheiro
15 22	Rôlhas de cortiça, gordinha, etc.	Milheiro
15 23	Salto para sapatos	Par
INDÚSTRIAS DO MOBILIÁRIO		
Mobiliário de madeira para uso doméstico		
16 01	Conjuntos completos para copa e cozinha	Conjunto
16 02	Conjuntos completos para dormitórios	Conjunto
16 03	Conjuntos completos para sala de jantar	Conjunto
16 04	Conjuntos completos para sala de visita	Conjunto
16 05	Cadeiras de todos os tipos	Unidade
16 06	Camas (inclusive estrados)	Unidade
16 07	Poltronas-cama	Unidade
16 08	Sofás-cama	Unidade
16 09	Outras peças avulsas do mobiliário doméstico	Unidade
Mobiliário de vime, bambu, junco e similares, para uso doméstico		
16 10	Conjuntos completos para todos os fins ..	Conjunto
16 11	Peças avulsas	Unidade
Mobiliário de madeira para outros fins		
16 12	Carteiras e bancos escolares	Unidade
16 13	Conjuntos completos para escritório	Conjunto
16 14	Instalações comerciais (balcões, prateleiras, etc)	—
16 15	Peças avulsas do mobiliário de escritório	Unidade
16 16	Poltronas para cinema, teatros, auditórios, etc	Unidade
Mobiliário de metais		
16 17	Conjuntos completos para copa e cozinha	Conjunto
16 18	Conjuntos completos para outros usos domésticos	Conjunto
16 19	Camas, inclusive estrados	Unidade
16 20	Outras peças avulsas para uso doméstico	Unidade
16 21	Conjuntos completos para escritório	Conjunto
16 22	Arquivos e fichários	Unidade
16 23	Cofres	Unidade
16 24	Outras peças avulsas para escritório	Unidade
16 25	Instalações para estabelecimentos comerciais (prateleiras, etc)	—

LISTA MÍNIMA DE PRODUTOS INDUSTRIAIS, APROVADA PELA RESOLUÇÃO
N.º 599, DE 10 DE ABRIL DE 1959, PARA APURAÇÃO DO REGISTRO INDUSTRIAL

PRODUTO		UNIDADE DE MEDIDA
Código	Especificação	
Mobiliário recoberto com lâminas plásticas (Fórmica, Formiplac, etc.)		
16 26	Conjuntos completos para uso doméstico	Conjunto
16 27	Peças avulsas para uso doméstico	Unidade
16 28	Instalações comerciais	—
Outros produtos		
16 29	Colchões de molas	Unidade
16 30	Colchões de látex	Unidade
16 31	Colchões de outros materiais	Unidade
16 32	Travesseiros de látex	Unidade
16 33	Travesseiros de outros materiais	Unidade
16 34	Caixas ou gabinetes para máquinas de costura	Unidade
16 35	Caixas ou gabinetes para rádios e eletrolas	Unidade
16 36	Caixas ou gabinetes para televisores	Unidade
16 37	Geladeiras de madeira ou depósitos de gelo	Unidade
16 38	Persianas de qualquer material	Unidade
INDÚSTRIAS DO PAPEL E PAPELÃO		
17 01	Celulose e pasta de madeira, fibras, e outros materiais para a fabricação de papel e papelão	Tonelada
Papel		
17 02	Acetinado	Tonelada
17 03	Apergaminhado	Tonelada
17 04	Estiva e maculatura	Tonelada
17 05	Higiênico	Tonelada
17 06	Kraft	Tonelada
17 07	Manilha, manilhinha e H D	Tonelada
17 08	Para jornal	Tonelada
17 09	Para cigarros	Tonelada
17 10	Outros tipos de papel	Tonelada
Papelão		
17 11	Cartões	Tonelada
17 12	Cartolinas	Tonelada
17 13	Papelão de outros tipos	Tonelada
Artefatos de papel e papelão		
17 14	Caixas de papelão	Milheiro
17 15	Envelopes	Milheiro
17 16	Fitas adesivas e papel gomado	Tonelada
17 17	Sacos de papel	Milheiro
17 18	Outros produtos de papel e papelão	Tonelada
INDÚSTRIAS DA BORRACHA		
18 01	Borracha natural preparada (crepada, lavada, etc)	Tonelada
18 02	Borracha regenerada	Tonelada
18 03	Camel back	Tonelada
18 04	Látex centrifugado	Tonelada

LISTA MÍNIMA DE PRODUTOS INDUSTRIAIS, APROVADA PELA RESOLUÇÃO
N.º 599, DE 10 DE ABRIL DE 1959, PARA APURAÇÃO DO REGISTRO INDUSTRIAL

PRODUTO		UNIDADE DE MEDIDA
Código	Especificação	
Câmaras de ar		
18 05	Para automóveis de passageiros	Unidade
18 06	Para aviões	Unidade
18 07	Para bicicletas (com e sem motor)	Unidade
18 08	Para caminhões e ônibus	Unidade
18 09	Para motocicletas (exclusive motonetas)	Unidade
18 10	Para tratores e máquinas de terraplenagem	Unidade
18 11	Para outros fins	Unidade
Pneumáticos		
18 12	Para automóveis de passageiros	Unidade
18 13	Para aviões	Unidade
18 14	Para bicicletas (com e sem motor)	Unidade
18 15	Para caminhões e ônibus	Unidade
18 16	Para motocicletas (exclusive motonetas)	Unidade
18 17	Para tratores e máquinas de terraplenagem	Unidade
18 18	Para outros fins	Unidade
18 19	Recapuchutados	Unidade
Outros produtos		
18 20	Artigos de espuma de látex (exclusive colchões e travessieiros)	Tonelada
18 21	Bolsas ou sacos para gelo e água quente	Unidade
18 22	Caixas de monoblocos para acumuladores	Unidade
18 23	Calçados de borracha (inclui ve galochas e botas)	Par
18 24	Correias em V	Metro
18 25	Correias em outras formas	Unidade
18 26	Luvas de borracha para fins industriais e domésticos	Par
18 27	Mangueiras, tubos e mangotes	Metro
18 28	Passadeiras e tapetes	Metro quadrado
18 29	Salto para calçados	Par
18 30	Solas e solados para calçados	Par
18 31	Peças e acessórios para automóveis	Tonelada
INDÚSTRIAS DE COUROS E PELES E PRODUTOS SIMILARES		
Produtos de curtume (couros e peles)		
19 01	Atanados	Pé quadrado
19 02	Camuças	Pé quadrado
19 03	Carneiras	Pé quadrado
19 04	Cromos	Pé quadrado
19 05	De cabra	Pé quadrado
19 06	De porco	Pé quadrado
19 07	Pelicas	Pé quadrado
19 08	Raspa	Tonelada
19 09	Solas	Tonelada
19 10	Vaquetas	Pé quadrado
19 11	Verniz (couro)	Pé quadrado
Selaria e correaria		
19 12	Acessórios para arreios (peitoral, rabicho, barrigueira, etc.)	Unidade
19 13	Arreios para carroças	Unidade
19 14	Correias de transmissão	Metro
19 15	Correias para outros fins	Metro
19 16	Selas, selins, lombilhos e outros arreios	Unidade
19 17	Tacos de couros para teares	Unidade

LISTA MÍNIMA DE PRODUTOS INDUSTRIAIS, APROVADA PELA RESOLUÇÃO Nº 599, DE 10 DE ABRIL DE 1959, PARA APURAÇÃO DO REGISTRO INDUSTRIAL

PRODUTO		UNIDADE DE MEDIDA
Código	Especificação	
Outros produtos		
19 18	Malas, maletas e sacolas para viagens (inclusive de fibras e de outros materiais)	Unidade
19 19	Pastas, carteiras e congêneres para uso pessoal	Unidade
19 20	Viras para calçados	Metro
INDÚSTRIAS QUÍMICAS E FARMACÊUTICAS		
Produtos químicos orgânicos e inorgânicos		
20 01	Acetileno	Tonelada
20 02	Ácido clorídrico	Litro
20 03	Ácido nítrico	Tonelada
20 04	Ácido sulfúrico de todos os tipos	Tonelada
20 05	Amoníaco líquido ou em solução	Tonelada
20 06	Arsênico	Tonelada
20 07	Arsênico branco	Tonelada
20 08	Barrilha	Tonelada
20 09	Carbureto de cálcio	Tonelada
20 10	Cloro	Tonelada
20 11	Enxôfte	Tonelada
20 12	Gás carbônico	Metro cúbico
20 13	Glicerina	Tonelada
20 14	Oxigênio	Metro cúbico
20 15	Silicato de sódio	Tonelada
20 16	Soda cáustica	Tonelada
20 17	Sulfato de amônio	Tonelada
Materiais plásticos e fios artificiais		
20 18	Baquelite	Tonelada
20 19	Caseína	Tonelada
20 20	Celofane (papel)	Tonelada
20 21	Celulóide	Tonelada
20 22	Fioco	Tonelada
20 23	Galalite	Tonelada
20 24	Lucite (composto de resinas acrílicas)	Tonelada
20 25	Melmac (melamina-formaldeído)	Tonelada
20 26	Polietileno (phio-film)	Tonelada
20 27	Polistireno	Tonelada
20 28	Polopas (uréia-formaldeído)	Tonelada
20 29	Raion e "Nylon" em fios	Tonelada
20 30	Vinilite (composto de resina vinílica)	Tonelada
Explosivos, fósforos de segurança, pólvora e semelhantes		
20 31	Dinamites	Tonelada
20 32	Espolêtas de todos os tipos	Tonelada
20 33	Fósforos de segurança (palitos)	Milheiro
20 34	Munição para armas de fogo (exclusive as de guerra)	Tonelada
20 35	Pólvora de todos os tipos	Tonelada
Óleos e gorduras vegetais e matérias graxas animais		
Vegetais:		
20 36	Cêra de carnaúba	Tonelada
20 37	Cêra de licuri ou ouricuri	Tonelada
20 38	Manteiga de cacau	Tonelada

LISTA MÍNIMA DE PRODUTOS INDUSTRIAIS, APROVADA PELA RESOLUÇÃO N.º 599, DE 10 DE ABRIL DE 1959, PARA APURAÇÃO DO REGISTRO INDUSTRIAL

PRODUTO		UNIDADE DE MEDIDA
Código	Especificação	
	Vegetais (conclusão)	
20 39	Óleo de babaçu bruto (exclusive o destinado à alimentação)	Tonelada
20 40	Óleo de caroço de algodão (exclusive o destinado à alimentação)	Tonelada
20 41	Óleo de copaíba	Tonelada
20 42	Óleo de hoielã	Tonelada
20 43	Óleo de linhaça	Tonelada
20 44	Óleo da mamona	Tonelada
20 45	Óleo de murumuru	Tonelada
20 45	Óleo de oiticica	Tonelada
20 47	Óleo de pau-rosa	Tonelada
20 48	Óleo de sassaparilla	Tonelada
20 49	Óleo de tucum	Tonelada
20 50	Óleo de tungue	Tonelada
20 51	Óleo de ucuúba	Tonelada
	Animais:	
20 52	Óleo de balçia	Tonelada
20 53	Óleo de cação	Tonelada
20 54	Sebo industrial ou refinado	Tonelada
	Perfumaria, sabões e velas	
20 55	Águas-de-colônia	Litro
20 56	Dentífricos	Tonelada
20 57	Extratos e loções	Litro
20 58	Sabão para uso doméstico	Tonelada
20 59	Sabão para uso industrial	Tonelada
20 60	Sabonetes	Tonelada
20 61	Velas de côa, sebo, etc	Tonelada
	Esmaltes, tintas, vernizes e semelhantes	
20 62	Corantes	Tonelada
20 63	Esmaltes	Tonelada
20 64	Impermeabilizantes	Tonelada
20 65	Tintas à base de água e álcool	Litro
20 66	Tintas à base de óleo	Tonelada
20 67	Tintas para impressão	Tonelada
20 68	Tintas de outros tipos	Tonelada
20 69	Vernizes	Tonelada
	Desinfetantes, inseticidas e preparados para limpeza	
20 70	Côa para assoalho	Tonelada
20 71	Desinfetante em geral	Tonelada
20 72	Inseticidas, formicidas e fungicidas em geral	Tonelada
20 73	Pastas para calçados	Tonelada
20 74	Preparados para polimento	Tonelada
20 75	Saponáceos (em pasta, pó ou em flocos)	Tonelada
	Derivados do petróleo e do carvão-de-pedra	
20 76	Alcatrão	Tonelada
20 77	Benzeno	Tonelada
20 78	Coque	Tonelada
20 79	Gás de hulha	Metro cúbico
20 80	Gás de petróleo (liquefeito)	Tonelada
20 81	Gasolina	Litro
20 82	Naftaleno	Tonelada

LISTA MÍNIMA DE PRODUTOS INDUSTRIAIS, APROVADA PELA RESOLUÇÃO N.º 599, DE 10 DE ABRIL DE 1959, PARA APURAÇÃO DO REGISTRO INDUSTRIAL

PRODUTO		UNIDADE DE MEDIDA
Código	Especificação	
Derivados do petróleo e do carvão-de-pedra (conclusão)		
20 83	Nafta pesada	Litro
20 84	Óleo combustível	Tonelada
20 85	Óleo diesel	Tonelada
20 86	Óleo de antraceno	Tonelada
20 87	Óleo de creosoto	Tonelada
20 88	Óleo lubrificante mineral	Tonelada
20 89	Piche	Tonelada
20 90	Querosene	Litro
20 91	Solventes	Litro
20 92	Tolueno	Litro
20 93	Xilênio	Litro
Outros produtos		
20 94	Adubos de origem animal	Tonelada
20 95	Adubos químicos	Tonelada
20 96	Amido, fécula e outras gomas para fins industriais	Tonelada
20 97	Antibióticos em geral	Grama
20 98	Sulfas	Grama
20 99	Vitaminas	Grama
INDÚSTRIAS TÊXTEIS		
Beneficiamento e preparação de fibras		
21 01	Agavs ou sisal	Tonelada
21 02	Algodão em pluma	Tonelada
21 03	Caroá	Tonelada
21 04	Juta	Tonelada
21 05	Linho	Tonelada
21 06	Rami	Tonelada
21 07	Outras fibras beneficiadas	Tonelada
Fios e tecidos		
21 08	Fios de algodão cardado	Tonelada
21 09	Fios de algodão penteado	Tonelada
21 10	Fios de lã cardada	Tonelada
21 11	Fios de lã penteada	Tonelada
21 12	Fios de linho	Tonelada
21 13	Fios de sêda natural	Tonelada
21 14	Fios e linhas para coser e bordar	Tonelada
21 15	Tecidos de algodão (inclusive mescla com preponderância de algodão)	Metro
21 16	Tecidos de lã (inclusive mescla com preponderância de lã)	Metro
21 17	Tecidos de linho (inclusive mescla com preponderância de linho)	Metro
21 18	Tecidos de Raion, "Nylon" e outros fios artificiais, (inclusive mescla com preponderância de fios artificiais)	Metro
21 19	Tecidos de sêda natural, (inclusive mescla com preponderância de sêda natural)	Metro
21 20	Tecidos de outras fibras	Metro
Tecidos elásticos e artigos de malha		
21 21	Tecidos elásticos	Metro
21 22	Jogos de lingerie (jêsei, etc)	Jêgo
21 23	Peças avulsas de lingerie (calças, combinações, etc)	Peça
21 24	Maiôs	Unidade
21 25	Vestidos de malha	Unidade
21 26	Outros artigos de malha (exclusive meias)	Peça
21 27	Meias para crianças	Par
21 28	Meias para homens	Par
21 29	Meias para senhoras	Par

LISTA MÍNIMA DE PRODUTOS INDUSTRIAIS, APROVADA PELA RESOLUÇÃO N.º 599, DE 10 DE ABRIL DE 1959, PARA APURAÇÃO DO REGISTRO INDUSTRIAL

PRODUTO		UNIDADE DE MEDIDA
Código	Especificação	
Passamanaria, fitas e rendas		
21 30	Cadarços, cordões e artigos similares	Metro
21 31	Fitas	Metro
21 32	Rendas	Metro
Tecidos impermeáveis e de acabamento especial		
21 33	Encerados	Metro quadrado
21 34	Linóleos e similares	Metro quadrado
21 35	Lonas	Metro
21 36	Oleados e panos-couro	Metro
Outros produtos		
21 37	Barbantes	Tonelada
21 38	Cobertores	Unidade
21 39	Colchas	Unidade
21 40	Cordas (inclusive cabos)	Tonelada
21 41	Jogos completos para cama	Jôgo
21 42	Jogos completos para mesa	Jôgo
21 43	Jogos completos para banheiro	Jôgo
21 44	Peças avulsas para cama (lençóis, fronhas, etc)	Unidade
21 45	Peças avulsas para mesa (toalhas, guardanapos, etc)	Unidade
21 46	Peças avulsas para banheiro (toalhas: de banho, rosto, etc)	Unidade
21 47	Passadeiras	Metro quadrado
21 48	Rêdes para dormir	Unidade
21 49	Sacos de algodão	Unidade
21 50	Sacos de juta e outras fibras	Unidade
21 51	Tapetes	Metro quadrado
21 52	Telas para enfaidamento	Metro
INDÚSTRIAS DO VESTUÁRIO, CALÇADOS E ARTEFATOS DE TECIDOS		
Roupas brancas		
Para homens e meninos:		
22 01	Camisas	Unidade
22 02	Cuecas	Unidade
22 03	Pijamas	Unidade
Para senhoras e meninas:		
22 04	Anáguas	Unidade
22 05	Calças	Unidade
22 06	Camisolas	Unidade
22 07	Combinações	Unidade
22 08	Jogos completos de lingerie	Jôgo
22 09	Pijamas	Unidade
22 10	"Soutiens"	Unidade
Roupas para homens e meninos		
22 11	Blusões desportivos	Unidade
22 12	Calças	Unidade
22 13	Costumes e ternos	Unidade
22 14	Paletós	Unidade

LISTA MÍNIMA DE PRODUTOS INDUSTRIAIS, APROVADA PELA RESOLUÇÃO
Nº 599, DE 10 DE ABRIL DE 1959, PARA APURAÇÃO DO REGISTRO INDUSTRIAL

PRODUTO		UNIDADE DE MEDIDA
Código	Especificação	
Roupas para senhoras e meninas		
22 15	Blusas	Unidade
22 16	Calças desportivas e de passeio	Unidade
22 17	Costumes e vestidos	Unidade
22 18	Saias	Unidade
Uniformes e roupas de serviço para uso profissional		
22 19	Roupas de serviço (aventais para médicos, enfermeiros, barbeiros, etc)	Unidade
22 20	Uniformes para colegiais	Unidade
22 21	Uniformes para militares	Unidade
22 22	Uniformes para porteiros, copeiras, choferes, etc	Unidade
Agasalhos		
22 23	Capas	Unidade
22 24	Capotes e sobretudos	Unidade
22 25	"Manteaux"	Unidade
Chapéus		
22 26	Chapéus para homens	Unidade
22 27	Chapéus para senhoras	Unidade
22 28	Bonés e semelhantes	Unidade
Calçados (exclusivo de borracha e para fins esportivos)		
22 29	Chinelos	Par
22 30	Para crianças	Par
22 31	Para homens	Par
22 32	Para senhoras	Par
22 33	Sandálias e alpecatas	Par
22 34	Tamancos	Par
Acessórios do vestuário		
22 35	Bólsas e carteiras para senhoras	Unidade
22 36	Cintos, ligas, suspensórios e semelhantes para uso masculino	Unidade
22 37	Cintos de fantasia para senhoras	Unidade
22 38	Gravatas	Unidade
22 39	Guarda-chuvas	Unidade
22 40	Lenços	Unidade
22 41	Luvas	Unidade
22 42	Sombinhas	Unidade
Outros produtos		
22 43	Cobertores	Unidade
22 44	Colchas	Unidade
22 45	Jogos completos para cama	Jogo
22 46	Jogos completos para mesa	Jogo
22 47	Peças avulsas para cama (lençóis, fronhas, etc)	Unidade
22 48	Peças avulsas para mesa (toalhas, guardanapos, etc)	Unidade
22 49	Maôs	Unidade
INDÚSTRIAS ALIMENTARES		
Beneficiamento e moagem de café, cereais e produtos afins		
23 01	Arroz sem casca (beneficiado)	Tonelada
23 02	Aveia em lâminas	Tonelada
23 03	Café beneficiado	Tonelada

LISTA MÍNIMA DE PRODUTOS INDUSTRIAIS, APROVADA PELA RESOLUÇÃO N.º 599, DE 10 DE ABRIL DE 1959, PARA APURAÇÃO DO REGISTRO INDUSTRIAL

PRODUTO		UNIDADE DE MEDIDA
Código	Especificação	
Beneficiamento e moagem de café, cereais e produtos afins (conclusão)		
23 01	Café solúvel	Tonelada
23 05	Café torrado e moído	Tonelada
23 06	Chá	Tonelada
23 07	Farinha de mandioca	Tonelada
23 08	Farinha de milho (inclusive fubá)	Tonelada
23 09	Farinha de raspa de mandioca (inclusive para mistura panificável)	Tonelada
23 10	Farinha de trigo	Tonelada
23 11	Féculas diversas (exclusive de mandioca)	Tonelada
23 12	Mate beneficiado	Tonelada
23 13	Raspa de mandioca	Tonelada
Frutas e legumes em conserva		
23 14	Frutas em conserva (em calda, em pasta, sucos, etc.)	Tonelada
23 15	Legumes em conserva (palmito, ervilha, aspargo, etc.)	Tonelada
23 16	Massa de tomate (inclusive suco, etc.)	Tonelada
Carnes e seus derivados		
23 17	Aves abatidas (frescas ou frigorificadas)	Tonelada
23 18	Banha de porco, refinada ou não (inclusive em lama)	Tonelada
23 19	Carne de bovino verde	Tonelada
23 20	Carne de bovino (congelada ou frigorificada)	Tonelada
23 21	Carne de bovino, seca (charque), salgada ou de sol	Tonelada
23 22	Carne de bovino, enlatada	Tonelada
23 23	Carne de caprino (verde ou frigorificada)	Tonelada
23 24	Carne de ovino (verde ou frigorificada)	Tonelada
23 25	Carne de ovino, enlatada	Tonelada
23 26	Carne de ovino, seca (charque) salgada e de sol	Tonelada
23 27	Carne de suíno, verde	Tonelada
23 28	Carne de suíno (congelada ou frigorificada)	Tonelada
23 29	Carne de suíno, enlatada	Tonelada
23 30	Carne de suíno, seca (charque) salgada ou de sol	Tonelada
23 31	Carne de suíno, defumada	Tonelada
23 32	Couros e peles, salgados, secos e verdes	Tonelada
23 33	Presunto cru, cozido e defumado	Tonelada
23 34	Presunto enlatado	Tonelada
23 35	Produtos de salamaia (mortadela, salames, fiões, etc.)	Tonelada
23 36	Salsichas e linguças não enlatadas	Tonelada
23 37	Toucinho fresco, frigorificado e salgado	Tonelada
23 38	Toucinho defumado	Tonelada
23 39	Visceras e miúdos frescos (conservados ou enlatados)	Tonelada
Pescado		
23 40	Crustáceos e moluscos (conservados e enlatados)	Tonelada
23 41	Peixes enlatados (exclusive sardinhas)	Tonelada
23 42	Peixes secos e salgados	Tonelada
23 43	Sardinhas enlatadas	Tonelada
Laticínios		
23 44	Creme de leite	Tonelada
23 45	Doce de leite	Tonelada
23 46	Leite condensado	Tonelada
23 47	Leite em pó	Tonelada
23 48	Leite pasteurizado (inclusive congelado e resfriado)	Litro
23 49	Manteiga	Tonelada
23 50	Queijos (inclusive requeijões)	Tonelada

LISTA MÍNIMA DE PRODUTOS INDUSTRIAIS, APROVADA PELA RESOLUÇÃO
Nº 599, DE 10 DE ABRIL DE 1959, PARA APURAÇÃO DO REGISTRO INDUSTRIAL

PRODUTO		UNIDADE DE MEDIDA
Código	Especificação	
	Açúcar	
23 51	Açúcar de engenho ou bangüê	Tonelada
23 52	Açúcar de usina (cristal, demerara, somenos, etc)	Tonelada
23 53	Açúcar filtrado ou refinado	Tonelada
23 54	Rapadura	Tonelada
	Balas, bombons, caramelos e chocolates	
23 55	Balas e caramelos	Tonelada
23 56	Bombons	Tonelada
23 57	Chocolates em pó, barra ou tablete, etc	Tonelada
23 58	Gomas de mascar	Tonelada
	Pães, docas e sorvetes	
23 59	Doces de confeitaria (inclusive bolos e tortas)	Tonelada
23 60	Pães de todos os tipos	Tonelada
23 61	Sorvetes de todos os tipos	Tonelada
	Biscoitos e massas alimentícias	
23 62	Biscoitos e bolachas de todos os tipos	Tonelada
23 63	Massas alimentícias de todos os tipos (inclusive ravióli, capelêti, etc)	Tonelada
	Outros produtos	
23 64	Fermentos e leveduras	Tonelada
23 65	Gordura de côco	Tonelada
23 66	Margarinas e gorduras compostas	Tonelada
23 67	Óleo de amendoim refinado	Tonelada
23 68	Óleo de caroço de algodão refinado	Tonelada
23 69	Óleo de castanha de caju	Tonelada
23 70	Óleo de dendê refinado	Tonelada
23 71	Óleo de gergelim refinado	Tonelada
23 72	Óleo de milho	Tonelada
23 73	Óleo de mocotó	Tonelada
23 74	Óleos alimentares não especificados	Tonelada
23 75	Pasta de cacau	Tonelada
23 76	Rações e forragens para aves	Tonelada
23 77	Rações e forragens para o gado	Tonelada
23 78	Tortas para forragens	Tonelada
23 79	Farelo de torta, de trigo, de milho, etc, para forragens	Tonelada
23 80	Sal refinado e moído	Tonelada
23 81	Vinagre de todos os tipos	Tonelada
	INDÚSTRIAS DA BEBIDA	
24 01	Aguardente de cana	Litro
24 02	Aguardente de outras matérias-primas	Litro
24 03	Álcool anidro	Litro
24 04	Álcool hidratado	Litro
24 05	Cervejas e chopes	Litro
24 06	Champanha	Litro
24 07	Licores, conhaques, genebra e outras bebidas espirituosas (inclusive aguardente composta)	Litro
24 08	Refrigerantes e refrescoes (inclusive xaropes para refrescoes)	Litro
24 09	Vinho de uva	Litro
24 10	Vinho de outras frutas	Litro
24 11	Vinhos licorosos e compostos	Litro

LISTA MÍNIMA DE PRODUTOS INDUSTRIAIS, APROVADA PELA RESOLUÇÃO
Nº 599, DE 10 DE ABRIL DE 1959, PARA APURAÇÃO DO REGISTRO INDUSTRIAL

PRODUTO		UNIDADE DE MEDIDA
Código	Especificação	
INDÚSTRIAS DO FUMO		
25 01	Charutos	Milheiro
25 02	Cigarros	Milheiro
25 03	Fumo desfiado e em pasta	Tonelada
25 04	Fumo em corda ou em rôlo	Tonelada
25 05	Fumo em fôlha beneficiado	Tonelada
INDÚSTRIAS EDITORIAIS E GRÁFICAS		
Jornais, revistas e outros periódicos		
26 01	Jornais (inclusive Diários Oficiais)	Milheiro
26 02	Revistas e outros periódicos	Milheiro
Obras de texto		
26 03	Livros científicos	Milheiro
26 04	Livros didáticos	Milheiro
26 05	Livros literários	Milheiro
26 06	Outras obras de texto (manuais, catálogos, etc)	Milheiro
Material comercial e escolar		
26 07	Cadernos escolares	Milheiro
26 08	Impressos comerciais para todos os fins	Milheiro
26 09	Livros em branco	Unidade
Outros produtos		
26 10	Carteiras para cigarros	Milheiro
26 11	Chapas para "offset"	Centimetro quadrado
26 12	Clichês	Centimetro quadrado
26 13	Folhinhas e calendários (inclusive blocos)	Milheiro
26 14	Outros impressos litografados	Milheiro
INDÚSTRIAS DIVERSAS		
Aparelhos de medida		
27 01	Hidrômetros	Unidade
27 02	Medidores de gás	Unidade
27 03	Taxímetros	Unidade
Relógios		
27 04	Despertadoras	Unidade
27 05	Relógios de mesa e de parede	Unidade
27 06	Relógios de ponto	Unidade
Material cirúrgico, dentário e ortopédico		
27 07	Algodão hidrófilo	Tonelada
27 08	Aparelhos ortopédicos (membros artificiais)	Unidade
27 09	Ataduras e gazes	Metro
27 10	Camas articuladas para hospitais	Unidade
27 11	Dentes artificiais	Unidade
27 12	Equipos dentários	Unidade
27 13	Esparrapros	Metro
27 14	Fios de sutura	Quilo
27 15	Instalações completas para salas de cirurgia	Unidade
27 16	Preservativos de borracha	Milheiro
27 17	Toalhas higiênicas	Milheiro
27 18	Utensílios cirúrgicos de uso manual (bisturis, pinças, etc, inclusive para uso odontológico)	Unidade

LISTA MÍNIMA DE PRODUTOS INDUSTRIAIS, APROVADA PELA RESOLUÇÃO
Nº 599, DE 10 DE ABRIL DE 1959, PARA APURAÇÃO DO REGISTRO INDUSTRIAL

PRODUTO		UNIDADE DE MEDIDA
Código	Especificação	
Artigos fotográficos e de ótica		
27 19	Armações e aros para óculos	Unidade
27 20	Binóculos e lunetas	Unidade
27 21	Chapas fotográficas	Unidade
27 22	Filmes fotográficos (exclusive para Raio X)	Metro
27 23	Lentes óticas	Unidade
27 24	Máquinas fotográficas	Unidade
27 25	Papéis sensíveis, (inclusive fotostáticos e heliográficos)	Metro quadrado
27 26	Projetores cinematográficos	Unidade
Instrumentos musicais		
27 27	Acordeões, sanfonas e semelhantes	Unidade
27 28	Discos gravados para fonógrafos	Unidade
27 29	Instrumentos de corda (violões, cavaquinhos, violinos, etc)	Unidade
27 30	Instrumentos de percussão (bombos, tambores, cuicas, etc)	Unidade
27 31	Instrumentos de sopro (pistões, clarinetas, flautas, etc)	Unidade
27 32	Pianos de todos os tipos	Unidade
Escôvas, espanadores, pincéis e vassouras		
27 33	Brochas e pincéis	Unidade
27 34	Escôvas dentárias	Unidade
27 35	Escôvas metálicas	Unidade
27 36	Escôvas para toucador	Unidade
27 37	Escôvas para outros fins	Unidade
27 38	Espanadores	Unidade
27 39	Vassouras	Unidade
Material escolar e para escritórios		
27 40	Canetas-tinteiro	Unidade
27 41	Estêncil	Unidade
27 42	Fitas para máquinas	Unidade
27 43	G'z escolar e para alfaiates	Tonelada
27 44	Lápis de todos os tipos	Milheiro
27 45	Papel carbono	Milheiro
27 46	Réguas, transferidores e compassos	Unidade
Brinquedos, artigos para esporte e jogos recreativos		
27 47	Baralhos	Milheiro
27 48	Bolas de couro, pano e outros materiais	Unidade
27 49	Bonecas e bonecos	Unidade
27 50	Calçados para esporte	Par
27 51	Jogos infantis	Unidade
27 52	Outros brinquedos não especificados	Unidade
27 53	Velocípedes, carinhos, patinetes e outros veículos para crianças	Unidade
Outros produtos		
27 54	Abajures	Unidade
27 55	Artigos de matéria-plástica, planos (toalhas, lâminas, etc)	Metro quadrado
27 56	Artigos de matéria-plástica estampados e moldados (exclusive brinquedos)	Tonelada
27 57	Botões e aprestos para botões	Milheiro
27 58	Flâmulas	Milheiro
27 59	Gêlo	Tonelada
27 60	Painéis de anúncio luminoso	Metro quadrado

**RESOLUÇÃO N.º 600, DE 10 DE ABRIL
DE 1959**

Dá novo regimento à Comissão Técnica de Revisão e Aperfeiçoamento das Campanhas Estatísticas

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando que a Comissão Técnica de Revisão e Aperfeiçoamento das Campanhas Estatísticas (CTRACE), criada pela Resolução AG/705, de 20 de junho de 1957, teve a sua composição alterada pelas Resoluções AG/732, de 10 de julho de 1958, e JEC/585, de 3 de dezembro de 1958;

considerando que a adoção do Regimento aprovado pela Resolução JEC/550, de 6 de dezembro de 1957, recomenda a introdução de alterações que possibilitem o melhor funcionamento da citada Comissão,

RESOLVE:

Artigo único — Fica adotado o Regimento anexo para a Comissão Técnica de Revisão e Aperfeiçoamento das Campanhas Estatísticas (CTRACE), o qual entrará em vigor na data de sua publicação

**REGIMENTO DA COMISSÃO TÉCNICA
DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO
DAS CAMPANHAS ESTATÍSTICAS**

CAPÍTULO I

Da Finalidade

Art 1º — À Comissão Técnica de Revisão e Aperfeiçoamento das Campanhas Estatísticas (CTRACE) criada pela Resolução AG/705, de 20 de junho de 1957, incumbe estudar e aprovar o anteprojeto anual das Campanhas Estatísticas a cargo do Sistema Estatístico Nacional

Parágrafo único — O estudo de que trata este artigo compreende:

- I — o âmbito das pesquisas;
- II — os métodos para os levantamentos;
- III — a periodicidade dos inquéritos,
- IV — os instrumentos de coleta;
- V — a sistematização dos resultados

CAPÍTULO II

Da Composição

Art 2º — Integram a CTRACE os seguintes membros:

I — o Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística, na qualidade de seu Presidente nato,

II — o Diretor da Diretoria de Levantamentos Estatísticos,

III — a periodicidade dos inquéntimentação e Divulgação,

IV — o Diretor do Laboratório de Estatística,

V — Técnicos, representantes dos Órgãos Centrais Federais, um para cada órgão, designados pelos respectivos diretores,

VI — o Coordenador da Inspeção Técnica,

VII — o Chefe do Serviço de Inquéritos,

VIII — o Chefe do Serviço de Estatística para Fins Militares.

§ 1º — Os membros indicados nos itens II a IV e VI a VIII serão representados, em seus impedimentos eventuais, por seus substitutos designados, e os a que se refere o item V, por substitutos devidamente credenciados pelos diretores dos órgãos que representam

§ 2º — No impedimento eventual do Secretário-Geral, dirigirá as reuniões da CTRACE um de seus membros presentes, obedecida a ordem indicada no presente artigo, observando-se o critério de maior idade para os representantes de que trata o item V

Art 3º — Disporá a CTRACE de um Secretário, que será o Chefe da Seção de Campanhas Estatísticas, substituído, em seus impedimentos eventuais, por servidor designado pelo Presidente

CAPÍTULO III

Da Competência

Art 4º — Compete ao Presidente

I — presidir reuniões;

II — coordenar e orientar as atividades da CTRACE,

III — convocar técnicos estranhos à Comissão, para opinar sobre matéria específica,

IV — convocar as reuniões extraordinárias,

V — delegar competência;

VI — designar o substituto do Secretário e os auxiliares de que necessita a Secretaria,

VII — promover tôdas as providências necessárias à consecução dos objetivos da CTRACE

Art 5º — Compete aos membros da CTRACE:

I — exercer as atribuições inerentes à sua participação na CTRACE, bem assim quaisquer outras que lhes forem conferidas pelo Presidente, de interesse da mesma;

II — solicitar ao Presidente o pronunciamento de técnico ou entidade sobre matéria específica

Art 6º — Compete ao Secretário

I — dirigir os trabalhos da Secretaria,

II — escriturar as atas das reuniões,

III — redigir a correspondência da CTRACE,

IV — exercer tôdas as demais atribuições inerentes ao cargo cu em decorrência de determinação do Presidente, devendo prestar esclarecimentos quando solicitado

CAPÍTULO IV

Das Reuniões

Art 7º — A CTRACE reunir-se-á:

I — semanalmente, em reunião ordinária, com a presença da maioria dos representantes da Secretaria-Geral e dos representantes dos Órgãos Centrais Federais;

II — mediante convocação do Presidente, em reuniões extraordinárias, quando se fizer necessário, de acôrdo com o disposto no item anterior,

III — para aprovação do anteprojeto anual da Campanha Estatística a ser submetido à Assembléia Geral, com a presença de todos os seus membros ou dos respectivos substitutos credenciados, em primeira convocação, ou na forma do item I dêste artigo, em segunda

Parágrafo único — Salvo o disposto no item III não poderá ser votada tôda matéria inerente a determinado Órgão Central Federal na ausência do respectivo Representante ou de seu substituto

Art 8º — As deliberações da CTRACE serão tomadas por maioria simples de votos dos membros presentes, cabendo ao Presidente o "Voto de Minerva"

Parágrafo único — Por proposta de um dos membros, aprovada por dois terços dos presentes, poderá ser reaberta discussão sobre matéria já deliberada

Art 9º — As atas das reuniões serão redigidas em forma conclusiva, podendo contar as justificações de voto que forem formuladas

Art 10 — Na mesma reunião e sobre o mesmo assunto, cada membro só poderá fazer uso da palavra por duas vezes, limitando-se, cada uma, a dez minutos, prorrogáveis a critério do Presidente

Parágrafo único — Os apartes serão concedidos quando apresentados em forma concisa e desde que permitidos pelo orador

Art 11 — Salvo motivo de relevante interesse estatístico, as reuniões deverão ser realizadas fora do horário normal de serviço da Secretaria-Geral do CNE

CAPÍTULO V

Dos Prazos

Art 12 — Os membros da CTRACE deverão encaminhar, até o dia 30 de setembro, no máximo, a documentação necessária ao exame, por parte do plenário, tendo em vista o plano de pesquisa a ser apresentado à Assembléia Geral do ano seguinte

Art. 13 — O prazo para o estudo dessa documentação não poderá ultrapassar o último dia de janeiro do ano seguinte

Art 14 — Durante o mês de fevereiro o Secretário providenciará para que sejam remetidas cópias do novo plano às Juntas Executivas Regionais, de acôrdo com o que preceitua o art. 3º da Resolução AG/705.

Art 15 — Durante os meses de abril e maio de cada ano a Comissão estudará em definitivo, apreciadas as sugestões oferecidas pela JERE, todos os formulários integrantes das Campanhas Estatísticas, para a apresentação do anteprojeto de Resolução à Assembléia Geral, pela Junta Executiva Central

Art 16 — No caso de antecipação da data de reunião da Assembléia Geral serão antecipados igualmente os prazos fixados nos artigos 11, 12, 13 e 14

CAPÍTULO VI

Das Disposições Gerais

Art. 17 — Os casos omissos serão resolvidos pelo Secretário-Geral do Conselho

**RESOLUÇÃO N. 601, DE 15 DE ABRIL
DE 1959**

Transfere quantitativo do Plano de Inversões dos Recursos Disponíveis

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando que as aquisições feitas à conta do item I do Plano de Inversões dos Recursos Disponíveis de que trata a Resolução JEC-497/55, não obstante a suplementação das disponibilidades do aludido item feita pela Resolução JEC-535/57, quase que esgotaram os recursos ao mesmo consignados,

considerando a necessidade de serem efetuadas outras aquisições, visando a melhor aparelhar o Serviço Gráfico do Instituto,

considerando, finalmente, que o quantitativo atribuído ao referido item I pode ser suplementado mediante transferência de parte das disponibilidades existentes no item III do artigo 1º da citada Resolução nº 497, desta Junta,

RESOLVE

Art 1º — O quantitativo atribuído ao item I — Aquisição de máquinas para o Serviço Gráfico e melhoria de suas instalações — constante do Plano de Inversões dos Recursos Disponíveis, é suplementado com a importância de Cr\$ 7 000 000,00 (sete milhões de cruzeiros)

Art 2º — Os recursos necessários a essa suplementação serão obtidos mediante transferência, daquela importância, das disponibilidades existentes no item III da Resolução JEC-497/55

**RESOLUÇÃO N.º 602, DE 30 DE
ABRIL DE 1959**

Abre crédito especial e dá outras providências

A Junta Executiva do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando que, por força da Resolução JEC/577, de 17 de setembro de 1958, foram transferidos ao Núcleo de Planejamento Censitário os encargos relativos à apuração dos boletins de produção do Registro Industrial (modelo "A") referentes aos anos de 1955, 1956 e 1957;

considerando a conveniência de o referido órgão promover a sistematização dos resultados das apurações do Registro Industrial, na forma do Programa Mínimo fixado pela Resolução AG/590, de 11 de julho de 1953, e dos compromissos assumidos entre a Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística, o Serviço de Estatística da Produção e o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho,

considerando, finalmente, que a sistematização em apêço deve ser executada com urgência, em regime especial de trabalho,

RESOLVE.

Art 1º — Fica aberto, pelo Conselho Nacional de Estatística, ao Núcleo de Planejamento Censitário, o crédito especial de Cr\$ 840 000,00 (oitocentos e quarenta mil cruzeiros), destinado ao custeio dos trabalhos de sistematização dos resultados da apuração do Registro Industrial (Modelo "A") realizada por esse órgão na conformidade do disposto pela Resolução JEC/577, de 17 de setembro de 1958

Parágrafo único — Os encargos conferidos ao Núcleo de Planejamento Censitário serão cumpridos em regime especial de trabalho, no prazo de três (3) meses, de acordo com o programa mínimo fixado pela Resolução AG/590, de 11 de julho de 1953, e os compromissos firmados entre a Secretaria-Geral do CNE, o Serviço de Estatística da Produção e o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho

Art 2º — Os recursos necessários ao custeio dos encargos de que trata o artigo anterior serão obtidos mediante utilização de recursos da Caixa Nacional de Estatística Municipal

**RESOLUÇÃO N.º 603, DE 15 DE
MAIO DE 1959**

Autoriza o Presidente do Instituto a adquirir a casa onde nasceu Mário Augusto Teixeira de Freitas

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e,

considerando que a Junta Executiva Regional de Estatística do Estado da Bahia, por sua Resolução número 211, de 19 de fevereiro de 1959, dirigiu insistente apêlo a esta Junta no sentido de ser adquirida pelo IBGE a casa em que nasceu Mário Augusto Teixeira de Freitas,

considerando que as ponderações formuladas no preâmbulo da citada Resolução devem merecer a integral solidariedade desta Junta, máxime quando refletem o mesmo estado de ânimo e os anseios de todos os órgãos estatísticos do País ao se tratar de render mais uma homenagem à memória do ínclito fundador desta Casa;

considerando, portanto, que esta Junta não deve ficar indiferente à conclamação que lhe foi expressa em termos de tão justa e oportuna veemência,

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica o Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística autorizado a promover as negociações que se tornarem necessárias, com quem de direito, para a aquisição da casa onde nasceu Mário Augusto Teixeira de Freitas, situada à rua Mont Serrat número 11, na cidade de São Francisco do Conde, Estado da Bahia, a fim de que seja instalada no mesmo imóvel uma agência modelar de estatística, tal qual a imaginou o saudoso brasileiro.

Art. 2.º — Para atender à respectiva despesa é aberto um crédito especial de Cr\$ 300 000,00 (trezentos mil cruzeiros), por conta dos recursos disponíveis da Caixa Nacional de Estatística Municipal.

Art. 3.º — Fica fazendo parte integrante desta Resolução o texto da Resolução número 211, de 19-II-1959, da Junta Executiva Regional de Estatística do Estado da Bahia

**RESOLUÇÃO N.º 604, DE 20 DE
MAIO DE 1959**

Abre crédito especial de Cr\$ 163 565,70 para atender ao pagamento de diferença de vencimentos

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando que, por sentença judicial, foi reconhecido o direito ao enquadramento do servidor de que trata o protocolo n.º 18 405/58, no cargo de Assistente-técnico, padrão O, a partir de 1-XII-1952;

considerando que a despesa relativa à diferença de vencimentos de exercícios anteriores não poderá, obviamente, ser enquadrada na ementa específica do orçamento do Conselho Nacional de Estatística para o exercício em vigor,

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aberto na Secretaria-Geral do Conselho o crédito especial de Cr\$ 163 565,70 (cento e sessenta e três mil, quinhentos e sessenta e cinco cruzeiros e setenta centavos), destinado ao pagamento da diferença de vencimentos devida ao servidor Aylton Alves Coentro, em virtude de seu enquadramento no cargo de Assistente-Técnico do Quadro I da Secretaria-Geral, a partir de 1-XII-52.

Art. 2.º — Os recursos necessários a abertura do crédito a que se refere a presente Resolução serão obtidos mediante destaque dos fundos existentes na conta "Convênios Nacionais de Estatística Municipal".

**RESOLUÇÃO N.º 605, DE 20 DE
MAIO DE 1959**

Autoriza a emissão de “selos de estatística”

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando o disposto no art 9º, letra a, do Decreto-lei n.º 4181, de 16-V-1942, e o que consta dos processos protocolados sob os ns. 19 920/55 e 1 171/56, da Secretaria-Geral do Conselho,

RESOLVE

Art 1º — Fica a Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística autorizada a emitir, no Serviço Gráfico do IBGE, “selos de estatística” das taxas e nas quantidades a seguir discriminadas:

Cr\$	
0,10	9 000 000
0,30	10 000 000
0,70	15 000 000
0,90	20 000 000
3,00	3 000 000
	—————
Total	57 000 000

Art 2º — As despesas decorrentes desta Resolução correrão à conta da dotação própria do Orçamento do Conselho Nacional de Estatística — Anexo 2 0 1 — Subanexo 2 01 1 1, do vigente exercício

**RESOLUÇÃO N.º 606, DE 20 DE
MAIO DE 1959**

Concede a filiação do Departamento de Estatística da Conferência dos Religiosos do Brasil

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando de suas atribuições, e

considerando que a Conferência dos Religiosos do Brasil, por seu representante legal, requereu a filiação de seu Departamento de Estatística ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de acordo com o que prescreve o art 3º da Resolução n.º 226, da Assembléia Geral deste Conselho,

considerando que o parecer emitido pela Secretaria-Geral sobre o requerimento em causa, após declarar que foram atendidas as exigências mínimas enumeradas no art. 2º da citada Resolução n.º 226, conclui pela concessão da filiação pleiteada,

considerando, ainda, a excelente impressão colhida por ocasião da diligência realizada por membros desta Junta no aludido Departamento,

considerando, também, o disposto no art. 6º da mesma Resolução,

RESOLVE

Art 1º — É concedida a filiação do Departamento de Estatística da Conferência dos Religiosos do Brasil ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, nos termos de que dispõe o art 6º da Resolução número 226, da Assembléia Geral deste Conselho

Art. 2º — A lavratura do termo respectivo, na conformidade do Artigo 7º da mesma Resolução, terá lugar no prazo de trinta dias, a contar da comunicação a ser feita, a esse respeito, à Conferência dos Religiosos do Brasil

XIX ASSEMBLÉIA GERAL DO CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

COM a participação de todos os órgãos federais e regionais do IBGE, realizaram-se no Distrito Federal, de 1.º a 9 de junho, as Assembléias Gerais do Conselho Nacional de Estatística e do Conselho Nacional de Geografia

Teve a seguinte composição a representação federal à Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística: Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Sr Rubens Pôrto, Ministério da Marinha, Capitão de Mar-e-Guerra Paulo de Oliveira; Ministério das Relações Exteriores, Conselheiro Osvaldo Meira Penna; Ministério da Fazenda, Sr Augusto de Bulhões; Ministério da Viação e Obras Públicas, Sr. Antônio Fonseca Pimentel; Ministério da Agricultura, Sr. Paulo Rangel, Ministério da Educação e Cultura Senhor Alberto Martins; Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, Sr Nirceu da Cruz César, Ministério da Aeronáutica, Coronel-Aviador Fausto Amélio da Silveira Gerpe; Ministério da Saúde, Sr Rubens Gouvêa; Órgãos Filiados, Sr Domingos Sabóia de Albuquerque Filho

A representação regional ficou assim constituída: Rondônia, Sr Mário Monteiro; Acre, Sr. Oswaldo Pinheiro Lima; Amazonas, Sra Maria dos Remédios Varela de Oliveira; Rio Branco, Sr. Joaquim Neves Roberto, Pará, Pe José Cupertino Contente; Amapá, Sr. Clóvis Penna Teixeira, Maranhão, Sr. José Martins Dourado; Piauí, Senhor Artur Furtado Filho, Ceará, Senhor Thomaz Gomes da Silva, Rio Grande do Norte, Sr Agenor Bezerra de Araújo Lima, Paraíba, Sr Ronald Queiroz Fernandes, Pernambuco, Senhor Geraldo Peixoto de Melo; Alagoas, Sr. Miguel Alcides Filho, Sergipe, Sr. José Santiago Prudente, Bahia, Senhor Felipe Nery do Espírito Santo, Minas Gerais, Sr Romeu Jacob, Espírito Santo, Sr. Jaime Smith; Rio de Janeiro, Sr Jair Marinho; Distrito Federal, Sr Flávio Faria; São Paulo, Senhora Celeste Ângela de Souza Andrade; Paraná, Sr. Carlos E. Gradowsky, Santa Catarina, Sr. Walter Belo Wan-

derley; Rio Grande do Sul, Sr Heitor Silveira Campos; Mato Grosso, Senhora Horminda Pitaluga de Moura; Goiás, Sr. Geraldo Campos

Sessão de instalação — Sob a presidência do Prof. Jurandyr Pires Ferreira, realizou-se no dia 1.º, às 20 h e 30 m, a sessão solene de instalação das Assembléias Gerais dos dois Conselhos. Estiveram presentes todos os delegados federais e regionais de ambos os órgãos, altas autoridades e funcionários do IBGE. Após a abertura dos trabalhos, os Srs Sperião Faissol e Hildebrando Martins da Silva, Secretários-Gerais, respectivamente, do CNG e CNE, procederam à leitura da relação dos representantes credenciados. Fizeram-se ouvir, em seguida, os Senhores Carlos Delgado de Carvalho e Rubens Pôrto, em nome das respectivas bancadas federais, saudando os delegados regionais. Discursaram agradecendo as manifestações de boas-vindas, os Srs. Ernesto Cruz e Heitor Silveira Campos, pelas representações regionais dos dois Conselhos

Ao encerrar a solenidade o Professor Jurandyr Pires Ferreira, Presidente do IBGE, usou da palavra para tecer considerações sobre as atividades desenvolvidas pelas duas alas da entidade, ambas dedicadas aos interesses do Brasil

Discurso do Sr. Rubens Pôrto — Foi o seguinte o discurso do Sr Rubens Pôrto, que, em nome da bancada federal, saudou as delegações regionais:

“Já se terá observado que nada se assemelha tanto aos clarões indecisos de uma alvorada como os raios derradeiros com que, no crepúsculo, o sol se despede do dia que desmaia

Não há muito, nesta mesma Assembléia no ano passado, era pela minha pobre voz desautorizada que se manifestavam as nossas despedidas. Hoje é ela também que vos vem dizer, no bilho desta solenidade, as nossas boas vindas mais sinceras, mais acolhedoras, mais de coração

Crepúsculo suave das despedidas; mancha aurora dos reencontros: nem tanto se diferenciam elas, já que em tudo o que é humano, luz e sombras, alegrias e desenganos se misturam e se confundem



Sr Rubens Póito

Boas vindas alviçareiras, pois, que sejam, ensombram-se contudo nos tons crepusculares de um comovido adeus a companheiros nossos, muito queridos, que nesse decurso de tempo, de nós se apartaram.

A título definitivo lá se partiu Mário Carneiro Rego Mello, que de pé caiu, como no campo de batalha tomba o soldado que a morte encontra de armas nas mãos e de peito aberto desafiando as ciladas misteriosas do inimigo sutil

A grande Ceifadora, quando lhe bateu à porta, encontrou-o sentado à mesa de trabalho comendo na máquina o derradeiro artigo, com que sua juventude de 75 anos espalhava, no mesmo ardor de meio século passado, os seus entusiasmos de batalhador, as suas violências de polemista

Não lhe teremos partilhado muitas das idéias. Seria injusto, porém, negar-lhe a coesistência com que, mesmo no êro, se mantinha fiel ao que plegava, sem compromissos de habilidade nem transigências de oportunismo

Que a tolerância infinita do Senhor de Tóda Misericórdia lhe tenha proporcionado, no mistério insondável dos derradeiros momentos de vida, uma volta definitiva à coerência da infância que todos nós apudemos, na teitura cristã do coração de nossas mães

Num afastamento não permanente — pelo menos todos assim o desejamos e o esperamos — de nós também e afastou o Prof Moacyr Malheiros Fernandes Silva, companheiro de tantos anos de quem hoje estou herdando, sem méritos ou ufânias, o título honroso talvez, mas certamente melancólico, de decano do Conselho Nacional de Estatística

Como lhe havemos de sentir a falta da palavra eloquente e fácil, do saber extenso e profundo, de "humour" e de inteligência multiforme que se irisavam em cambiantes infinitos, como um raio de sol num prisma claro de cristal puíssimo

Que o poder de nossa saudade e a força de nossa amizade — ela também em plano mais baixo do que o do grande florentino, capaz de "mover o sol e outras estrelas", breve o tragam de volta ao nosso convívio amigo, são os votos de quantos aqui tivemos a fortuna e o privilégio de partilhar a companhia cordial e afável, da qual eu mesmo gozei uma década

Não estou, porém, senhores, a fazer aqui um censo de saudades: fôsse assim e outros nomes teria que recordar, não menos dignos, nem menos queridos. Basta buscar ainda o Prof Eugênio Vilhena de Moraes e o Coronel Edson de Figueiredo entre eles. Mas se não estou a tentar uma estatística de saudades, mal não será talvez, que vos fale um pouco de saudades da estatística, essa nossa velha, malsinada, caluniada estatística contra a qual se aguçam hoje as pontas sutis de tódas as ironias e de tódas as malquerenças

Nós, os que com ela privamos, bem lhes conhecemos as falhas e os tropeços. Que a vaidade orgulhosa dos fariseus sem culpas lhes atire, se quiser, a primeira pedra

Nós, habituados a tratar com a pobre fragilidade humana, bem sabemos como tudo que é do homem — e especialmente diríamos desse nosso homem brasileiro, ainda tão informe e impreciso — tudo que é humano é por isso mesmo incompleto e imperfeito

As nossas estatísticas terão, sem dúvida, erros que não são pequenos e deficiências que desejaríamos menores

Se forem, porém, bem manejadas, bem aproveitadas, bem sentidas, bem interpretadas, que mundo de cousas não poderão revelar, tão mais seguras, certamente do que os adjetivos fáceis e as objugatórias eloquentes do que as criticam e as malsinam.

Vale-nos a certeza e o consólo de que — como sabem quantos com ela pivam — o próprio erro é na estatística, um caminho para a verdade, uma vez que quando se sabe de quanto se erra, já muito se sabe do que se quer saber

Conhecer que se ignora — já o dizia um pensador prudente — é começar a conhecer

E supor que se sabe, não é muita vez senão ignorar a própria ignorância.

Que os nossos malevolentes críticos se contentem e se satisfaçam com essa meia ciência suficiente: nós outros na nossa modéstia, continuaremos a nossa obra obscura, seguros de que, por aproximações sucessivas, cada vez mais perto estaremos da inatingível verdade absoluta das coisas

A memória do que se teve conseguido no passado, anima-nos a romper a cortina de ferro — ou de sombras — do futuro

Tem oportunidade essa consideração se refletimos que estamos às vésperas do nosso censo decenal

Com tódas as falhas que as cassandras da estatística nacional nos apontam, ninguém poderá negar o sucesso e o êxito dos censos de 1940 e 1950

Que perspectivas se acham agora para o censo de 1960?

Se pusermos todos em comum o nosso esforço, o nosso entusiasmo, o nos. o amoi desinteressado às coisas do Brasil, creio que poderemos esperar não sei indignos da grave tarefa que pesa sobre nossos ombros assustados

Para compartilhar dessa obra difícil séde benvidos, vós todos que trazeis a esta solenidade o brilho e o conforto de vossa presença amiga

É que, Deus ajudando, contra o pessimismo dos céticos, havemos de triunfar com a fé tranqüila dos que sabem queerei, a esperança luminosa dos que têm sua força num amor desinteressado, fervoroso, eficaz, pela nossa gente e pela nossa terra "

Discurso do Sr Heitor Silveira Campos — Agradecendo a saudação da bancada federal, o Sr Heitor Silveira Campos, delegado do Rio Grande do Sul, proferiu as seguintes palavras

"Poi delegação honrosa de meus colegas, ocupo esta tribuna para agradecer as palavras do Dr Rubens Póito, que nos saudou, e as gentilezas recebidas de V Exa., Senhor Presidente, e de todos os funcionários do IBGE

Aqui chegamos, Senhor Presidente, de todos os Estados e Territórios da Pátria, do Olapoque ao Chui, como representantes dos Departamentos de Estatística dêste Brasil imenso

Aqui estão representados os filhos do colossal Amazonas, do progressista Pará, da terra de Iracema, da terra de Ruy Barbosa da gente de Guararapes, da rica Minas Gerais, do colossal São Paulo, do lindo Rio de Janeiro, das gentis terras dos pinheirais, da terra de Anita Garibaldi e do meu querido Rio Grande do Sul, a sentinela indormida da Pátria

Aqui estamos, Sr Presidente, para aprender. Aqui estamos, trazendo a solidarie-



Sr Heitor Campos



A mesa que presidiu os trabalhos da sessão de instalação da XIX Assembléa Geial do CNE

dade de nossa gente, trazendo o nosso apoio aos trabalhos desta Assembléa. Mas estamos, também, para criticar, para reinvidigar, para saber o que há de realidade e de positivo sobre o sistema de amostragem, para conhecermos as verdades sobre o censo de 1960. Para sabermos as novidades, para trocarmos opiniões.

Senhor Presidente, em nome dos Diretores de Estatística do Brasil, agradecemos a maneira cavalheiresca como fomos recebidos nesta Casa.

Desejamos esclarecer a Vossa Excelência que estamos imbuídos da melhor das intenções. Nossas críticas, nossas manifestações, representam, unicamente, a grande vontade de vermos a nossa Estatística numa posição elevada, cooperando com os governos de nossa Pátria.

Precisamos acabar com a situação contra a Estatística, como bem acentuou o Dr. Rubens Pôrto. Precisamos, unidos, colocá-la em evidência para a grandeza e o progresso de nossa Pátria.

Em nome dos Delegados presentes, o nos o muito obrigado e a certeza de querermos lutar pela grandeza do Brasil."

Encerramento da sessão — O Professor Jurandyr Pires Ferreira pronunciou o seguinte discurso, de improviso, por ocasião do encerramento da sessão solene de instalação.

"Ao encerrar a sessão solene de instalação, quero lembrar uma frase de um dos maiores gênios da nacionalidade, que foi André Gustavo Paulo de Frontin:

Frontin dizia, certa vez: "Quando se não pode fazer o que se deve, deve-se ao menos fazer o que se pode". Esta frase é o estímulo do relativo ante a impossibilidade do absoluto e marca, para atingir a relatividade do útil, a segurança inteira de nosso entusiasmo.

Esta frase de Frontin se ajusta de modo perfeito a esta Casa. Conceitos que elevam o nome desta Entidade são quase unânimes e é constante ouvir, com agrado e até com devo-tamento, a declaração em todos os quadrantes do Brasil de que a coisa mais séria que existe, entre nós, é sem dúvida o IBGE.

Isto satisfaz e encanta a família ibgeana que se engrena num amplexo nacional, desde a vida municipal, a estadual e a federal, arti-

culando todos aqueles que querem viver o futuro do Brasil. Mas, também, por vezes, críticas apressadas vêm à luz da publicidade. Permitam que lembre o conceito Comteano que diz: "saber para prever, a fim de prover".

Vamos buscar, realmente, no conhecimento das coisas, a base segura para a previsão dos acontecimentos. Estamos numa era nova: ontem dominavam os homens de espírito e de ciência o fatalismo das coisas: as leis naturais. A filosofia primeira nos dava o conteúdo que, manipulado na oficina de nossa preparação intelectual, nas deduções sucessivas, encadeou a formação científica de nossos dias. Esgotado, entretanto o manancial precioso daquele empirismo inicial, que tirava da simples queda de uma maçã toda uma vasta extensão de conhecimento científico; esgotado o patido que os gênios da humanidade tiraram de empirismos, de descobertas elementares, o necessário às deduções consequentes para a formação do arcabouço científico que domina tudo quanto é fatal na humanidade o espírito humano são se satisfaz, nem se conformou. Ficou ávido de penetra no casual e, então, os fenômenos aleatórios passaram ao primeiro plano. E o que são fenômenos aleatórios? O que é a manipulação dos valores que ontem se chamavam de sorte ou de azar? É a estatística, é o cálculo das probabilidades. Nós não queremos mais saber do absoluto, mas aspiramos conhecer ao mais provável.

Esta compreensão filosófica da estatística derruba, evidentemente, toda apreciação superficial que se faz, por vezes, sobre as falhas que as envolvem. Porque nós não nos propomos nunca chegar às verdades absolutas, nós apenas nos satisfazemos com a procura daquilo que é mais provável.

Há um livro, realmente notável, dos maiores que já tive ensejo de ler, um livro de matemática pura, onde não aparece um número, ou um símbolo, digo mesmo, é uma poesia este livro, porque ele é todo escrito em acróstico, onde o início de cada frase vai formar a filiação dos grandes vultos que iluminaram a humanidade.

Esse livro, que é a "Síntese Subjetiva", aprecia a imortalidade das frações ordinárias. E por quê? Porque há um ascendente moral das frações decimais sobre as ordinárias. Reside o ascendente no fato do egoísmo de se querer o absoluto nas ordinárias e nos satisfazeremos com o relativo da precisão necessária nas decimais.

Assim, nas ordinárias procuramos o valor absoluto, enquanto que nas decimais desprezamos aquilo que vai além das nossas necessidades. A precisão das decimais é imperfeita, mas é relativa ao rigor que desejamos: Podemos levar o rigor até a segunda, a terceira, a quarta, a quinta, a décima, a vigésima casa decimal, conforme a necessidade que tivermos, mas desprezamos o supérfluo em face do principal.

É este o ascendente moral que o filósofo viu. É de notar que esses conceitos são anteriores à época em que a estatística e a matemática aleatória tomaram a posição de relevo que tem nos dias de hoje. Sem elas não se chegaria à desintegração nuclear, sem elas não se chegaria ao lançamento de um satélite artificial. Há cinquenta anos atrás, nas escolas de engenharia, na cadeira de mecânica racional, era problema de rotina calcular-se o lançamento de um satélite artificial. Era um problema banal de força cental. O domínio do fatalismo, era completo. Mas poi que não se lançava? Porque ainda engatinhava a aleatória. Só depois da evolução da ciência estatística, só depois que as variedades numéricas pueram ser disciplinadas no estudo dos grandes números, é que foi possível a fixação do que é mais provável.

E notem, notem bem, que hoje o que se calcula é o mais provável, e daí não ser um fracasso quando se atrai um satélite artificial e êle não se encaixa na sua órbita. Porque não se lança um satélite artificial seguio desse encaixe, rigoroso na trajetória prevista. Lança-se, sim, com a máxima probabilidade possível diante dos elementos de que se dispõe para que se ajuste dentro do plano pré-estabelecido para sua posição no espaço.

É poi isto que a estatística assume nos dias de hoje um papel surpreendente e que foge da simples contagem de valores, na elementar apreciação dos fatos que se ordenam para manipular, em conclusões lógicas, toda a ciência, desde a sociologia e a biologia, a mecânica ou a física etc. Todas as ciências hoje trabalham à base de experimentações sucessivas, à base de investigações, amparadas na matemática aleatória, que é a estatística.

São estas considerações a primeira parte do relatório que me cabe apresentar a esta colenda Assembléia. Não descurou a Presidência deste Instituto de trabalhar pela aquisição de um cérebro eletrônico com amplitude para que a instituição possa cumprir a sua verdadeira missão, que é o trato, a manipulação dos elementos aleatórios, servindo de auxiliar, a toda investigação científica. E investigação científica fazemos, quando apuramos um fato estatístico. É a ciência social que nós estamos trabalhando, quando fornecemos elementos para conclusões sociológicas, políticas e morais. Mas, para que os problemas aleatórios possam ser solucionados ante o crescer constante de sua complexidade, é imprescindível o auxílio do cérebro eletrônico. A capacidade humana são vai além de um determinado limite.

Queio, a propósito disto, dai um depoimento que deve ser grato ouvir-se por todos aqueles que têm amor ao Brasil, e mais, ainda, pelos que têm amor a esta Casa.

É que temos estudado tipos de cérebro eletrônico. Vários representantes de fabricantes têm estado conosco em mesa redonda, onde, com os técnicos desta Casa, e sob a presidência pessoal do Presidente deste Instituto, foram estudadas falhas e necessidades que o cérebro eletrônico deve suprir para melhor realizarmos o Censo que se aproxima. Qual não foi a nossa surpresa quando, posteriormente, uma das firmas especializadas veio nos comunicar que não mais poderia fornecer o cérebro eletrônico que havia projetado conosco. É que os Estados Unidos da América do Norte o tinha requisitado, em face das alterações técnicas que haviam sido insinuadas pelo Brasil.

Esse fato, se poi um lado é empolgante, por outro lado perdemos uma possibilidade. Não importa, pois contribuirmos, de algum modo, para a evolução do processo estatístico universal.

Estou dando este depoimento, que considere de relevante importância, como, talvez, o ponto mais alto dos trabalhos que temos realizado neste período.

Devo, agora, fazer uma declaração que me parece necessária sobre a próxima operação censitária.

O Senhor Líder da Minoria procurara o Diretor do Censo, Dr. Vieira de Melo, declarando que o Presidente do Instituto, sendo um homem político, poderia sacrificar a sua execução em 1960, quando se realizam as eleições para a sucessão presidencial. Na realidade, o Presidente do IBGE ama aquela definição de Sócrates: "de que o homem deve ser essencialmente político". Por isso procurou o Deputado João Agripino, a quem lhe prendem laços de grande estima e de real admiração, pelas virtudes superiores que ornar o seu caráter e a sua atuação parlamentar e faço questão desta declaração. Disse-lhe, na presença do próprio Líder da Maioria, que o autorizava a que levasse ao Presidente da República a sua demissão, porque se pudesse, de qualquer modo, embaraçar a realização do censo de 1960, e o Brasil deixai de se enquadrar no conceito comparativo dos valores universais, preferia a minha ausência para que outro realizasse, sem sustos e sem percalços, o Censo, cuja execução estaria ameaçada.

Devo dizer que a resposta do Deputado João Agripino foi no sentido de não aceitar a minha proposta e recusou-a, dizendo que eu exprimia, sem dúvida, confiança na própria oposição. Mas, tudo isto que estou relatando é apenas para salientar a magnitude do censo de 1960, que considero o mais importante dos já realizados no Brasil. Não queio, com isto, desmerecer os outros de 1940 e de 1950, que foram realmente muito bem executados.

Além disso, o Censo de 1960 deve ser o continuador daqueles valores reais, mesmo porque não é possível se apreciar um fenômeno sem que se tenha uma série de pontos em seqüência a definiu a sua variação.

Estamos numa era revolucionária, ninguém pode esconder. Revolucionária em face da atuação dos processos. Se a descoberta da máquina a vapor criou a revolução industrial, o que diremos nós com a infinidade de conquistas dos nossos dias, desde a desintegração nuclear até a fabulosa conquista de tudo o que se faz hoje à base eletrônica?

É poi, grato dizer que o Instituto não ficou apenas nestas considerações, nestas cogitações abstratas como profundidade de problemas, que olham para o futuro. O Instituto realizou neste período alguns trabalhos que não podem deixar de ser apresentados. Realizou e terminou a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros na sua ala estatística, faltando apenas o Distrito Federal para ser impresso. Na ala geográfica, entretanto, quase tudo está pronto para impressão. É uma obra de vulto, é uma obra que o seu conteúdo principal são trinta e seis volumes, e volumes que qualquer um pode ler, folhear e sentir a quantidade de trabalho que neles estão condensados. Realizou o Atlas do Brasil, cuja receptividade foi a mais completa, primeiro subproduto da própria Enciclopédia. É claro que quando digo subproduto não queio dizer que não haja nesse trabalho muita contribuição nova. Os Senhores vão receber o primeiro volume de "A Geografia do Brasil", que, sem dúvida, é alguma coisa de grandioso e atualizado.

Falou em nome do Conselho Nacional de Geografia uma alta figura que todos nós reverenciamos como mestre, o Professor Delgado de Carvalho, pioneiro do novo método de ensino de geografia. Pioneiro que foi desta revolução da geografia nacional, hoje colabora conosco na feitura de uma obra que estamos

começando a realiza e cujo planejamento está empolgando a todos nós com a contribuição larga deste grande mestre Refiro-me ao Atlas Universal, onde se procura colocar o Brasil em foco, em relação a todos os aspectos de todos os países do Universo

Ao lado desses trabalhos (e eu seria fastidioso se fôsse relebrar algumas obras das várias que estamos executando), saliento o Registro Industrial, que muda a feição das nossas próprias apurações. Definem nos a orientação o sairmos da preponderância dos aspectos demográficos para entrarmos nos fundamentos econômicos. E vemos com satisfação que mais profundamente penetramos nas necessidades do Brasil, a cada passo que avançamos no desenvolvimento efetivo dos nossos trabalhos

A série de empreendimentos levados a efeito adicional, com satisfação, o Atlas de bôlso, que será uma obra de extrema divulgação do Brasil

Espero, em pouco tempo, ter a ventura de vê-lo difundido amplamente entre os que são ávidos desses conhecimentos, como prova o Atlas do Brasil, que em pouco mais de três meses teve esgotada sua edição de 10 mil exemplares. Isso é, de um lado, auspicioso, de outro lado obriga-nos à meditação. É que, como disseram no seu discurso o representante do Pará e o Professor Delgado de Carvalho, o Brasil entra numa fase nova, inclusive internacional. Não pode mais ficar dentro de suas fronteiras apreciando os seus problemas isoladamente

O Brasil tem responsabilidades hoje de alto sentido e o próprio discurso do Prof Delgado de Carvalho é um exemplo disso. O assunto dêle é um pouco explosivo, é verdade, mas foi apresentado na simplicidade de um homem que é dono da matéria; um assunto explosivo, é verdade, mas que foi apresentado por quem tem tanto de diplomata

Sem dúvida, definiu um dos pontos que já havia sido apontado por ocasião do Congresso Internacional de Geografia e para tratar do qual, em companhia do Secretário-Geral de Geografia, Prof Speriadião Faissol, tive ensejo de ir a uma conferência em Santa Cruz de la Sierra, exata e precisamente, com o General Canas Montalva, Presidente do Instituto Pan-americano de Geografia e História. Nessa conferência o General Montalva proferiu uma frase que bem poderia ser gravada numa pedra, pelo seu valor excepcional: "se a história separa os homens pelas desavenças do passado, a geografia os une pela conciliação efetiva dos seus interesses"

O que há na geografia continental é que a linha dos Andes como que ceica o sulco que é murado do lado do oriente

Além disso, os nossos principais cursos d'água nascem nas proximidades do Atlântico, na Serra do Mar, e caminham para o oeste como que indo para atender a solicitações daqueles que habitam a encosta oriental dos Andes. Tudo nos está a dizer da espontânea civilização que nascerá amparada no suto industrial, advindo do aproveitamento hidrelétrico dos desníveis desses cursos d'água e desenvolvida por uma agricultura mecanizada aos estímulos do petróleo boliviano

Na apreciação destes problemas, no estudo desses rios, na navegabilidade desses cursos d'água, no aproveitamento hidrelétrico dos desvios de nossos rios, ganha o Brasil a posição impar na América Meridional, como centro industrial para atender ao desenvolvimento agrícola de todo o centro da América do Sul. E este o aspecto não explosivo da questão. Esse aspecto é aquele que vem no bôjo de ouro de que nos falou o nobre representante do Pará

A conquista de nossas fronteiras, a penetração de nosso "hinterland", a fixação sucessiva dos homens, desde as penetrações do Paraná às investidas românticas da Bahia em

busca das esmeraldas, até a dominação e a fixação da Amazônia, é um espetáculo impressionante, inclusive do ponto de vista piático nas formações das cidades que surgiram naqueles pontos estratégicos. Desde o avanço dos bandeirantes pelo Tietê, seguindo o Paraná, subindo o rio Pardo, virando para o Coxim, pegando o Taquari e dominando a Baía do Paraguai. Esta foi a avançada heróica em busca do ouro, mas desta ficou alguma coisa de real nos fundamentos econômicos de nossa fundação. Os próprios ciclos do açúcar, do gado e do café são conseqüências destas avançadas. São conseqüências destas penetrações, são conseqüências destas definições, que deixaram alguma coisa de concreto e de objetivo

É por isso que o discurso feito pelo Professor Delgado de Carvalho e do nobre representante do Pará, têm, no dia de hoje, uma significação especialíssima. Nós vimos o quadro pincelado pelo bilhantismo do representante gaúcho e pelo nobre representante do Ministério da Justiça

Se nós vimos o brilhantismo das expressões, sentimos realmente que exprimiram dentro do otimismo de sua tendência uma realidade concreta. Como o Brasil sofre, e sofre no momento presente uma tremenda crise na sua produção agrícola! Mas nós recebemos os dados da FAO, que nos dizem que do crescimento universal dos produtos da lavoura de subsistência, aí o Brasil está em 3º lugar no crescimento de após-guerra, só sendo superado pela América do Norte e pelo Canadá e em situação superior ao Reino Unido

Isto significa alguma coisa que estimula o sentimento nacional. É claro, evidente, transparente, que nós não estamos seguindo o ritmo das nossas necessidades crescentes porque os povos crescem em ambição à medida que se superam economicamente

As ambições humanas são cada vez mais marcantes. Nobres ambições, porque se pode dizer que se mede o grau de civilização de um povo pelo índice de seu consumo. Os povos crescem e se desenvolvem e se alteiam precisamente pela angústia em que ficam ante o crescimento contínuo de suas próprias ambições. O Brasil ao crescer nas ambições para ampliar a dignidade humana, o Brasil se mostra ante às nações do mundo moderno em posição que se vai elevando na tendência de igualar-se aos primeiros países do planeta

Referiu-se o nobre Prof Delgado de Carvalho ao Embaixador Macedo Soares. Seu nome é profundamente grato nesta Casa: foi ele o seu primeiro Presidente e foi, mesmo, o seu mais longo Presidente; quase que cada passo da vida desta Casa está ligado ao seu nome. Deixo de exaltar-lhe mais a personalidade, porque sou suspeito em relação a grande figura de imortal, de intelectual, de geógrafo e historiador, porque me ligam a eles laços de profunda estima e crescente admiração

Mas, como na psicologia profunda se diz que o afeto nasce da admiração, sem dúvida pode-se medir pelo afeto que lhe dedico a extensão de minha admiração

Quero terminar, porque já me estendi mais do que devia no relatório que devo a esta Assembléa, o qual não é mais do que pinceladas largas de quem preside esta Casa, porque a ação executiva cabe aos nobres Secretários-Gerais. De um lado, Hildebrando Martins, repleto de virtudes, daquelas virtudes mineiras, cuidadosas, firmes, prudentes, mas bravas e inovadoras

Minas é sempre considerada como o exemplo de prudência, mas lá é que se taciou a Inconfidência Mineira, e foi de lá que veio a Aliança Liberal. Minas não tem os arroubos dos gaúchos. Pinheiro Machado, que era uma das figuras impressionantes da nossa vida política, dizia certa vez que: quando encontrar dois mineiros brigando, vá de pé ante pé, que eles estão se acariciando

Na realidade é esta a figura do mineiro Hildebrando tem essas virtudes: Uma laiga inteligência, uma compreensão profunda dos problemas e de sua ordem de grandeza, que é o mais importante

Do lado geográfico, nós temos o Prof Speridião Faissol: essa mocidade exuberante, talvez pelo sangue que lhe corre nas veias advindo de algumas origens nômades de manejadores de alfanges e seguidores de caravanas, que ampliaram, na antiguidade, o horizonte geográfico do mundo. Ele tem realmente, de origem, essa atividade intelectual que não pára, e está em permanente ebulição. É um môço já envelhecido, por vêzes, mas que se lança aos problemas que tem que enfrentar com o entusiasmo do jovem e o cuidado dos velhos. Eles dois irão relatar. Não cabe a mim, por conseguinte, enveredar em seara alheia; eles vão, amanhã, lhes dar conta da atividade administrativa. Coube a mim daí-lhes conta da atividade política desta Casa.

Estamos, realmente, procurando dar tudo de nosso esforço. A mística ibgeana está de pé, por ela lutam todos os que aqui mouream e é, realmente, um exemplo dêste valor de equipe, a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, onde mais de 2 000 ibgeanos têm o seu nome gravado nela, dando realmente o máximo de seu esforço para que a obra represente nitidamente a fotografia do Brasil e o seu ideal de exprimir, no conteúdo das nações, o papel que lhe cabe pelo destino e pela mercê de Deus."

Reuniões plenárias — Sete reuniões plenárias foram realizadas no decorrer da XIX Assembléia Geral do CNE, a primeira, a 1º de junho e a última, no dia 9. Dos vinte e um projetos apresentados, vinte foram convertidos em Resoluções.

Na primeira reunião plenária, o Sr Hildebrando Martins da Silva, Secretário-Geral do CNE procedeu à leitura do seguinte relatório:

"Menos de um ano faz que aqui vos reunistes em Assembléia-Geral, ocasião em que me coube o agradável encargo de fazer-vos o relato das atividades da Secretaria-Geral no interregno das duas últimas reuniões dêste conclave. Hoje, volto a experimentar a satisfação de, nesta primeira reunião plenária, dar-vos conta, embora de forma sucinta, do que tem realizado o órgão executivo do Conselho, de julho do ano findo a esta data.

Investido nas altas funções de Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística por desvanecedora confiança do digno e ilustre Presidente do IBGE, o eminente Professor Jurandyr Pires Ferreira, dêle venho recebendo a orientação e inspiração indispensáveis ao desempenho dos graves e importantes encargos que me são atribuídos.

Se nos múltiplos setores da atividade do Conselho Nacional de Estatística se tem revelado perfeita identidade de pontos de vista entre o Senhor Presidente do IBGE e o Secretário-Geral, essa identidade mais se manifesta e se acentua na preocupação e no propósito de prestar, da maneira mais ampla, clara e completa, informações e esclarecimentos sobre as iniciativas, realizações, providências e assuntos da administração. Este relatório constitui, pois, o balanço das atividades desenvolvidas nos diferentes setores de trabalho da ala estatística do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e se reveste do caráter de verdadeira prestação de contas.

Inicialmente, cabe salientar — e o faço com a mais viva satisfação — os assinalados e profícuos resultados alcançados pela última reunião da Assembléia-Geral do Conselho Nacional de Estatística, cujas decisões, recomen-

dações, indicações e sugestões vieram trazer valiosa e decisiva contribuição aos serviços afetos à Secretaria-Geral.

Tais resultados transformam em certeza a expectativa de que, da atual reunião, resultarão novas medidas e iniciativas tendentes ao aperfeiçoamento dos serviços e ao cientescente aprimoramento dos métodos e normas adotados nas tarefas confiadas ao Sistema Estatístico Nacional.

O órgão de deliberação coletiva do Conselho, que, durante o recesso da Assembléia-Geral, estabelece as normas gerais de condução de seus trabalhos é a Junta Executiva Central. No período compreendido entre a última e a presente sessão desta Assembléia, realizou a Junta Executiva Central 52 sessões, das quais 21 ordinárias e 31 extraordinárias. Foram discutidas e votadas, nessas reuniões, proposições de mais alta importância, quer na órbita das matérias estritamente técnicas, quer no âmbito das de natureza administrativa, sobresaindo-se, dentre estas últimas, as econômico-financeiras. Da apreciação dessas proposições resultou a aprovação de 35 Resoluções, ora submetidas à vossa homologação, de conformidade, aliás, com as normas previstas na legislação estrutural do Conselho.

Não se limitou a Junta Executiva Central, porém, apenas à discussão, votação e aprovação das diferentes disposições normativas da vida da entidade, por isto que, sendo também um órgão de orientação dos trabalhos técnicos do Conselho, não pequena foi sua atuação no equacionamento e solução dos complexos problemas ligados à execução do programa de trabalho especializado dos diversos órgãos da Secretaria-Geral.

Neste último interregno das sessões da Assembléia-Geral, verificaram-se algumas alterações na composição da Junta Executiva Central, impondo-se-me como dever de justiça render homenagem aos que dela se afastaram, após emprestar-lhe o bilho de sua inteligência nos assinalados serviços que dedicadamente prestaram, como o saudoso Coronel-Aviador Dionísio de Cerqueira Taunay, o Professor Moacyr Malheiros Fernandes Silva, o Coronel Edson de Figueiredo, o Dr Altino de Vasconcelos Alves e o Cônsul Ivan Veloso da Silveira Batalha.

A Secretaria-Geral procurou dar cumprimento às determinações e recomendações emanadas desta Assembléia-Geral. Assim, foi atendida a recomendação contida na Resolução número 712, no sentido de que, na elaboração dos planos da XXIV Campanha Estatística, se tivesse presente a redução dos levantamentos estatísticos durante o ano de 1960, considerando-se que está prevista a utilização, nos trabalhos censitários, da rede permanente de coleta do Conselho. Também no que concerne à recomendação de que trata a Resolução número 713, não descurou a Secretaria-Geral do estudo dos diversos processos de apuração mecânica, com vistas a possível centralização da qual decorriam maior rendimento dos serviços, bem como a utilização de equipamento eletrônico nos trabalhos do próximo recenseamento, através do exame de diferentes processos empregados em outros países em operações de vulto como essa. Foi constituída Comissão Especial para o estudo do problema, encontrando-se a mesma entregue aos seus trabalhos.

Quanto à Resolução n.º 715, procurou a Secretaria-Geral tomar as providências necessárias à sua concretização, não tendo, contudo, conseguido efetivá-las em virtude de dificuldades de ordem financeira. Todavia, tendo em vista a proximidade do recenseamento, recomendou a Secretaria-Geral ao Núcleo de Planejamento Censitário providências tendentes ao aproveitamento, no Censo de 1960, da contribuição até agora trazida para o levantamento cadastral referido.

A prorrogação do mandato das Comissões Técnicas, determinada pela Resolução número 716, impôs à Secretaria-Geral a realização

de estudos para a reorganização desses órgãos, de modo a atender às necessidades do desenvolvimento das investigações estatísticas. Esses estudos resultou projeto de resolução específico, a ser submetido ao plenário desta Assembléia-Geal.

Em face da recomendação contida na Resolução n.º 726, determinou a Secretaria-Geral ao Laboratório de Estatística que desse prioridade, em seus estudos, às análises estatísticas de dados econômicos, o que se tem processado normalmente, embora persistam dificuldades de ordem administrativa que impossibilitam a ampliação desse órgão técnico.

Esses óbices de ordem administrativa, que resultam do fato de não se achar ainda concluída a revisão dos Quadros de Pessoal do Instituto, embora aprovados por decreto, respondem, também, pelas dificuldades à execução da recomendação inserta na Resolução número 729.

No que tange à realização da presente Assembléia-Geal em Brasília, cuja possibilidade recomendou a Resolução n.º 728, fôsse estudada, verificou a Secretaria-Geal, após minucioso exame precedido por comissão para esse fim especialmente designada, a inconveniência da medida, dada a complexidade dos assuntos a serem tratados e à necessidade permanente de consulta a arquivos da Secretaria-Geal e dos órgãos ministeriais.

A Secretaria-Geal, atendendo ao que dispõe a Resolução n.º 735 da Assembléia-Geal, está realizando estudos para a adoção de medidas de controle de qualidade de dados coletados através da rede de agências municipais de estatística.

Em cumprimento ao disposto na Resolução n.º 736, foi dada nova estruturação ao Serviço Econômico Financeiro da Secretaria-Geal, com benéfico resultado para os serviços. No que concerne, todavia, à Resolução n.º 738, não foi possível dar-lhe execução, em virtude de despacho exarado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República em exposição de motivos do Departamento Administrativo do Serviço Público. A administração do Instituto adotou, na condução do assunto, medidas em plena harmonia com a Junta Executiva Central.

No que respeita, propriamente, às tarefas levadas a termo pela Secretaria-Geal, devo esclarecer-vos que, não obstante persistirem as dificuldades decorrentes da insuficiência de pessoal técnico e administrativo — fato que se deve às restrições impostas pela política de compressão de gastos do Governo —, têm os seus diversos órgãos enviado o melhor dos esforços no sentido de manter a continuidade dos trabalhos programados, procurando aprimorar os processos de execução, com vistas, sempre, a alcançar o máximo de rendimento sem prejuízo de sua perfeição e da aplicação das modernas técnicas recomendáveis.

No âmbito dos levantamentos estatísticos, merece referência a atuação desenvolvida pela Comissão Técnica de Revisão e Aperfeiçoamento das Campanhas Estatísticas, que, ampliando o campo de suas atividades, tem se dedicado ao estudo aprofundado não somente dos planos das campanhas estatísticas, mas, também, dos demais inquéritos regulares levantados pelo Conselho Nacional de Estatística, inclusive o Registro Industrial e os Inquéritos Econômicos. O projeto de planificação da XXIV Campanha Estatística foi detidamente estudado pela CTRACE, tendo sido por ela aprovado em fevereiro deste ano, a tempo, portanto, de ser remetido aos órgãos regionais de estatística.

Os questionários da XXIII Campanha, cujo plano foi aprovado na última sessão desta Assembléia-Geal, foram encaminhados às Inspetorias Regionais dentro do prazo previsto, o que permitiu a par de redobrados esforços dos órgãos de coleta, conseguir-se expressivo resultado nas apurações. Pode-se mesmo dizer

que se acham praticamente concluídos os trabalhos da XXIII Campanha Estatística, tendo-se em vista que aproximadamente 95% do total previsto de questionários já foram remetidos aos órgãos regionais e federais interessados.

O levantamento do Registro Industrial foi outro problema que teve sua solução reclamada pela importância de que se reveste. Com efeito, a apuração desse inquérito nos anos de 1955 a 1957 foi atribuída à Secretaria-Geal por força do convênio firmado com o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho e o Serviço de Estatística da Produção, de cujo instrumento resultou a criação da Equipe de Apuração do Registro Industrial.

A Secretaria-Geal, com a decisiva colaboração do Núcleo de Planejamento Censitário, concluiu a apuração desses três anos, encontrando-se os trabalhos, no momento, em fase de sistematização dos dados para breve divulgação. Todavia, não tendo sido renovado o convênio com os órgãos federais interessados, voltou o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho a responsabilizar-se pelas apurações subsequentes, promovendo a Secretaria, desde logo, a impressão e distribuição dos questionários, instruções e demais peças indispensáveis ao levantamento. No momento, encontra-se o registro industrial de 1958, em fase de coleta em todo o País.

Quanto aos inquéritos econômicos, cujos dados se divulgam mensalmente e têm tido invulgar procura por parte de técnicos e instituições especializadas, vale assinalar que, já em abril deste ano, eram publicados os resultados de todos os meses de 1958, revelando, assim, expressivo índice de atualização estatística. Para 1959, permaneceu inalterado o corpo de informantes, introduzindo-se algumas alterações na série de salários dos questionários de pessoal da indústria e do comércio, a fim de melhor adaptá-las aos atuais níveis de remuneração nesses dois ramos de atividade. A apuração dos dados de comércio interestadual por vias internas do Distrito Federal prosseguiu em ritmo acelerado, tendo sido divulgados os resultados dos três primeiros trimestres de 1958 e encontrando-se os do último trimestre já em fase de tabulação mecânica. Boa receptividade teve, por outro lado, e apêlo feito pela Secretaria-Geal aos órgãos centrais regionais de estatística, no sentido de atualizarem a base das apurações dos resultados do movimento do comércio interestadual, o que permitiu maior índice de recebimento dessas apurações. É bem verdade que a complexidade do assunto não tem, infelizmente, possibilitado a alguns dos órgãos regionais de estatística o pleno atendimento do encargo de apuração desses dados. A Secretaria-Geal espera, entretanto, sejam essas dificuldades superadas, a fim de que disponha o Conselho de informações estatísticas que possibilitem a a execução de estudos comparativos entre as diferentes Unidades da Federação.

Como inquérito especial de grande significação para a previdência social dos servidores públicos, merece referência o que foi lançado pela Secretaria-Geal, em colaboração com o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, como resultante do acórdão celebrado em 23 de maio de 1958. Trata-se do Censo do Servidor Público Federal, que abrangeu um corpo de informantes, em todo o País, da ordem de 280 mil, encontrando-se os trabalhos, atualmente, em fase final de apuração.

De conformidade com os compromissos que decorrem da aplicação do plano de execução da estatística para fins militares, elaborou a Diretoria de Levantamentos Estatísticos, através de seu órgão especializado, 590 tabelas de apuração das Campanhas Estatísticas, referentes a assuntos de interesse das Forças Armadas, as quais foram enviadas aos Estados-Maiores do Exército, Marinha e Aeronáutica. Ainda no campo da estatística militar, foram

concluídos os trabalhos "Pecuária, Avicultura, Agricultura e Sericultura"; "Carnes, Subprodutos e Derivados"; "Produção Industrial, Extrativa Mineral e Vegetal" e "Produção Agrícola", todos estes com discriminação segundo as Unidades Territoriais Militares e os Municípios, além de outros, como "Corpo de Bombeiros", "Feiras de Animais" e "Principais Proprietários de Equinos e Muares" Divulgou a Secretaria-Geral, recentemente, o volume das Tábuas Itinerárias Brasileiras, em edição completamente refundida e atualizada.

Quanto à coleta no Distrito Federal, que se processa sob a responsabilidade direta da Secretaria-Geral, a situação é bem animadora, apesar dos óbices de natureza administrativa que teve que vencer. Assim é que foi concluída integralmente a coleta dos questionários "Q" e fôlhas "A" da XXIII Campanha Estatística e distribuídos mais de 60% dos boletins de produção do Registro Industrial de 1958. Concluída também se encontra a coleta dos inquéritos econômicos referentes aos meses de janeiro e fevereiro de 1959.

A apuração mecânica dos levantamentos estatísticos atingiu, no período, um volume de, aproximadamente, 3 milhões de cartões perfurados, 2 milhões de conferidos, 38 milhões de separados e 6 milhões de tabulados, após o que foram os respectivos dados divulgados através de 25 publicações, das quais 13 de resultados dos Inquéritos Econômicos e 12 do comércio interestadual.

O órgão da Secretaria-Geral que procede, mediante tratamento técnico conveniente, a análise demográfica, econômica e social dos dados estatísticos é o Laboratório de Estatística. No campo das estatísticas demográficas, as análises elaboradas visaram, em princípio, a caracterizar quantitativa e qualitativamente a população, ressaltando as variações por ela apresentadas, ou que nela se processam, por efeito de fenômenos econômicos ou sociais. Nesse setor, foi preparado o volume 24 da série "Estatística Demográfica", que enfeixa estudos especializados sobre a mortalidade da população em todos os Estados do Brasil, estudos esses que só se tornaram possíveis, inclusive com o cálculo da vida média da população, graças à publicação, pela Organização das Nações Unidas, de tábuas-padrão de mortalidade. Também divulgado foi o número 25 dessa série, no qual foram devidamente coordenados e ilustrados os estudos relativos à sobrevivência dos filhos de mulheres domiciliadas nas zonas urbanas, suburbanas e rurais de todos os Estados da Federação.

Continuou o Laboratório de Estatística a série de análises sobre a fecundidade da mulher no Brasil, bem como a de estudos sobre as migrações interiores no País, a fim de, coordenados e ilustrados com gráficos, constituírem o volume 26 dessa série. Além desses, outros importantes, os que tratam da previsão demográfica se elaboraram, destacando-se, pela sua importância, os que tratam da previsão demográfica e da previsão econômica.

Prosseguiu-se, igualmente, na série de estudos sob o título "A população brasileira: crescimento, composição e tendências", já tendo sido publicados, em edição mimeográfica, vários capítulos.

No campo das estatísticas econômicas, as análises efetuadas destinaram-se à interpretação dos resultados dos censos econômicos, bem como de outros levantamentos estatísticos produzidos pela Secretaria-Geral. Nesse particular, foi elaborado, a fim de ser submetido à elevada apreciação desta Assembléia-Geral, um projeto de resolução que dispõe sobre o plano de aplicação de processos de apuração e cálculo mecânico na elaboração de números índices, o que deverá trazer, se aprovado, reais vantagens para a análise econômica dos dados estatísticos.

O Laboratório de Estatística concluiu, também, um estudo sobre as características das indústrias de transformação e outro sobre o desenvolvimento e localização da indústria

extrativa de produtos minerais no Brasil, bem como deu seqüência à série de estudos sobre as quantidades e os preços das mercadorias produzidas ou negociadas e, ainda, à da "Estatística da Produção", cujo volume 4 foi divulgado.

Como continuação especial do Laboratório de Estatística, foi elaborada uma monografia comemorativa da visita do Presidente da República da Itália ao nosso País, versando sobre a imigração italiana para o Brasil nos últimos cem anos, bem assim uma comunicação denominada "La population du Brésil dans le passé, le présent et l'avenir", apresentada à XXXI Sessão do Instituto Internacional de Estatística.

A preparação do Recenseamento Geral do Brasil, a ser realizado no ano próximo, é outra tarefa de grande vulto que tem merecido particular atenção da Secretaria-Geral. O fato mais importante, ocorrido no processo da Assembléia-Geral e ligado à operação censitária de 1960, é, sem dúvida, a instalação da Comissão Censitária Nacional, que tem estudado e deliberado sobre importantes questões relacionadas com o próximo recenseamento, dentre as quais a adoção de providências para elaboração de mapas municipais para fins censitários e a sugestão de medidas tendentes ao imediato provimento de cargos e funções na rede de coleta do Conselho Nacional de Estatística. É de assinalar-se que o projeto de lei que dispõe sobre a realização do Recenseamento Geral do Brasil encontra-se na Câmara dos Deputados, já tendo merecido parecer favorável das diversas Comissões Técnicas daquela Casa do Congresso.

A parte executiva da preparação do Censo de 1960 está afeta ao Núcleo de Planejamento Censitário, que se tem ocupado de múltiplas tarefas de experimentação, como, por exemplo, a realização, em alguns Municípios do Estado do Rio de Janeiro, de experiência destinada a testar o projeto de "Instruções aos Agentes Municipais", para enriquecimento dos mapas municipais e conseqüente delimitação dos setores rurais. Foram concluídos e submetidos à apreciação da Comissão Censitária Nacional os estudos referentes ao "Âmbito do Recenseamento", "Dados de Referências e Prazos de Execução", "Estimativa Geral da Despesa", "Profundidade do Censo Demográfico" e "Profundidade de Censo Demográfico" e "Profundidade do Censo Agrícola". Projetados foram, igualmente, os questionários gerais dos Censos Demográficos e Agrícola.

O Núcleo de Planejamento Censitário ultimou os preparativos para a realização do Censo de Brasília, em colaboração com a Companhia Urbanizadora da Nova Capital. Tal operação está se processando no momento de acordo com o plano traçado, devendo constituir-se em excelente teste da execução do Censo Demográfico. O início do Censo Experimental de Brasília foi dado pessoalmente pelo Secretário-Geral, em nome do Senhor Presidente do IBGE. Estudos técnicos têm sido realizados com o objetivo de fixarem-se os conceitos, critérios e classificação dos tópicos a serem investigados no Censo de 1960, bem como de possibilitar a aplicação do processo de amostragem, para o que se tem contado com o concurso de técnico norte-americano, que aqui se encontra em decorrência dos compromissos assumidos no acordo firmado entre o IBGE e a United States Operation Mission.

No que concerne à documentação e divulgação estatísticas, processaram-se os respectivos trabalhos com a desejável regularidade, tendo sido entregue ao público, dentro do prazo previsto, a edição de 1958 do "Anuário Estatístico do Brasil", para a qual se compilaram perto de 1.400 páginas de tabelas manuscritas e se criticaram outras tantas, além de se proceder à revisão tipográfica de cerca de 2.000 páginas impressas. Também com regularidade foram divulgados três números do "Boletim Estatístico", impressos pelo sistema "offset" tendo sido dadas à publicidade, ainda, 40 monografias municipais que abrangem cerca de 900 páginas impressas.

Bem expressivo foi no período, o movimento de venda de publicações pela Secretaria-Geral, atingindo, em conjunto 20 mil volumes no valor total de 4 milhões de cruzeiros. As remessas para o interior totalizaram perto de 34 mil volumes, no valor total de 13 milhões de cruzeiros.

Revelando o crescente interesse, por parte de órgãos especializados e do público em geral pelos dados estatísticos levantados pelo Instituto, elevou-se para perto de 2 mil o número de pedidos de informações estatísticas formulados, sendo que 70% foram atendidos na hora, com predominância dos de natureza econômica, especialmente os relacionados à produção industrial.

Quanto à documentação estatística, também promissores foram os resultados, tendo sido analisados 5 981 exemplares de 351 periódicos, elaboradas 3 682 fichas, classificadas 1 435, datilografadas 9 107 e efetuadas 364 pesquisas bibliográficas. Arquivaram-se 8 321 recortes e 305 leis de divisão territorial, bem como se analisaram 8 998 resenhas municipais, atualizando-se, por outro lado, o fichário de legislação estatística até dezembro de 1958. O Ponto Focal Nacional prosseguiu em suas tarefas normais de preparar e enviar informações anuais, trimestrais e mensais destinadas às organizações internacionais, além de proceder à tradução e análise de documentos estatísticos em língua estrangeira.

O movimento da Biblioteca da Secretaria-Geral foi assinalado pelo recebimento de 5 806 publicações, das quais 3 471 foram incorporadas ao seu acervo, que se eleva, no momento, a 16 023 volumes. Além dos demais trabalhos de rotina, atendeu a Biblioteca a 3 342 leitores, no total de 6 203 consultas.

A Diretoria de Documentação e Divulgação tem a seu cargo, também, a publicação da Revista Brasileira de Estatística e da Revista Brasileira dos Municípios, tendo sido divulgado, no ano findo, um número de cada uma dessas revistas especializadas. No que diz respeito à divulgação de estatísticas brasileiras através da imprensa falada e escrita, o trabalho foi intenso, com resultados plenamente satisfatórios. Assim, foram distribuídos aos jornais e revistas do Rio, bem como a sucursais de São Paulo e, por intermédio das Inspetorias Regionais, a todo o País, nada menos de 127 "Comunicados", afora 87 "Notícias para a Imprensa". Especialmente para a Agência Nacional prepararam-se 56 notícias e reportagens diferentes, além de 44 notas para irradiação na "A Voz do Brasil". Mediante o aproveitamento adequado dos comunicados distribuídos à imprensa, lançou a Secretaria-Geral mais 3 volumes dos "Flagrantes Brasileiros", cuja tiragem atual, atendendo ao interesse que tem despertado, se elevou para dez mil exemplares.

Dando prosseguimento à publicação da "Enciclopédia dos Municípios Brasileiros", lançou o IBGE, através de seus dois Conselhos, mais 10 volumes dessa importante obra, de iniciativa e realização do Professor Juandyr Pires Ferreira, a qual atinge, assim, o total de 25 volumes até agora publicados.

A receptividade que a "Enciclopédia" tem encontrado da parte da opinião pública e dos meios culturais do País se evidencia ante a grande demanda da obra. As ofertas vêm sendo reduzidas ao mínimo, enquanto que tem sido dos mais expressivos o movimento das vendas, tanto na Capital da República como nos Estados.

Cabe especial referência pelo significado que se reveste, o recebimento da "Medalha de Ouro", com que foi premiado o IBGE, na "Exposição Internacional de Bruxelas", no ano findo, pelas publicações ali apresentadas, notadamente a "Enciclopédia dos Municípios Brasileiros".

É de justiça assinalar, também, o excelente trabalho desenvolvido pelo Serviço Gráfico do Instituto, departamento mantido e orientado pela Secretaria-Geral.

Graças à orientação que vem sendo impida aos trabalhos a seu cargo, pôde o Serviço Gráfico atender às necessidades de impressão

do material de coleta, bem como ao lançamento das publicações de interesse do Conselho, tanto as de iniciativa da Secretaria-Geral como as oriundas dos órgãos centrais federais de estatística.

A Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística, embora seja um órgão técnico, assume encargos administrativos os mais variados, cujo volume bem expressa a multiplicidade e complexidade dos assuntos tratados. Assim, o Serviço de Comunicações, que se incumbem da redação e expedição de correspondência e de diversos impressos, bem como da protocolização e arquivo de documentos, expediu, no período de referência, cerca de 12 mil peças de correspondência, imprimiu 900 fôlhas em mimeógrafo, despachou 90 mil volumes para diferentes pontos do território nacional, protocolizou 20 mil documentos e elaborou e divulgou 44 Boletins de Serviço.

O Serviço de Pessoal assinalou acentuado desempenho em todas as suas atividades, quer na Secretaria-Geral, quer nas Inspetorias Regionais e nas Agências Municipais de Estatística, zelando, permanentemente, pelo comportamento da máquina administrativa no que se refere à sua atribuição específica. Vale ressaltar, por oportuno, a atuação do Serviço de Pessoal no planejamento e elaboração do projeto dos Quadros de Pessoal do Conselho, no atendimento de exigência legal. A complexidade do assunto e as justas razões para se lograr a aprovação rápida dos referidos Quadros exigiram, como não poderia deixar de ser, um esforço extraordinário para atender às contínuas solicitações do Departamento Administrativo do Serviço Público, órgão incumbido de seu estudo final. Entretanto, embora já aprovados por Decreto executivo, encontram-se os Quadros de Pessoal do IBGE sofrendo uma revisão geral, autorizada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com a finalidade de sanar falhas que se verificaram em sua estruturação. Essa revisão encontra-se quase concluída no DASP, esperando-se, dentro de breves dias, a republicação definitiva dos quadros do pessoal. Ainda no que tange ao pessoal do Instituto, vale assinalar a recente concessão, pelo Decreto número 46 101, de 20 de maio último, do abono de 30 por cento aos seus funcionários, cujos atrasados, a partir de janeiro deste ano, já foram pagos aos servidores da Secretaria-Geral, tendo sido, outrossim, colocados à disposição das Inspetorias Regionais os recursos necessários ao pagamento do referido benefício aos funcionários das Inspetorias, inclusive agentes municipais de estatística.

Em seus trabalhos de rotina, o Serviço de Pessoal examinou perto de 7 mil processos, criticou cerca de 170 prestações de contas e informou 16 processos de aposentadoria. Quanto à assistência social aos servidores da Secretaria-Geral, foram dadas 6 mil consultas médicas, aproximadamente, além da prestação de assistência de enfermagem e dos exames de saúde efetuados.

No que se refere ao Serviço de Material, prosseguiu ele na tarefa de abastecer de material permanente e de consumo todos os órgãos do Conselho, inclusive grande número de Inspetorias Regionais, procurando zelar pela conservação de todo o patrimônio da entidade e estabelecer o controle geral da movimentação de material. Ressalvada a competência da Consultoria Jurídica, opinou o Serviço de Material sobre a locação de imóveis para sede das Inspetorias Regionais e Agências Municipais de Estatística, tendo sempre presente, quanto a estas últimas, que o ônus cabe às Prefeituras Municipais, por força dos Convênios, e que só excepcionalmente deve a Secretaria-Geral assumi-lo. Não obstante, em inúmeros Municípios se encontram as Agências instaladas às expensas do Conselho, com despesa anual superior a 2 milhões de cruzeiros. Concretizaram-se, no período, algumas doações de prédios e terrenos para instalação de Agências Municipais, bem como se estudaram diversas propostas de compra de sede própria para as Inspetorias Regionais de Estatística.

As atividades do Serviço Econômico e Financeiro desenvolveram-se com apreciável rendimento, valendo ressaltar que muitas delas, como, por exemplo, a prestação de contas do Conselho e a elaboração da proposta orçamentária e do orçamento, têm prazos certos e fatais. Muito contribuiu para a melhoria do rendimento dos encargos afetos ao Serviço a instalação de setores especializados, que em boa hora, foram criados por ato desta Assembléia-Geral, em sua última reunião. Para ter-se pávida idéia do volume de trabalho de rotina do Serviço Econômico e Financeiro, basta se diga que, no curso do período em exame, foram emitidos 3 322 empenhos de despesa, processadas 2 118 faturas, examinadas 205 prestações de contas, efetuados 23 749 lançamentos de documentos de caixa e extra-caixa, bem como informados 428 pedidos de isenção de taxa de estatística. As atividades do Serviço Econômico e Financeiro são apreciadas pela Comissão de Tomada de Contas da Assembléia-Geral, que examina a vida econômica e financeira do Conselho, trazendo freqüentemente valiosas sugestões e observações tendentes ao aprimoramento do referido Serviço.

A Consultoria Jurídica, que se incumbem, não apenas de emitir pareceres jurídicos de caráter administrativo, mas, também, de coordenar e dirigir os trabalhos dos procuradores da Secretaria-Geral, pronunciou-se no período focalizado através de 45 pareceres sobre aplicação da taxa de estatística, 178 sobre matéria de pessoal e 84 sobre assunto de material, principalmente relacionado a locação ou aquisição de imóveis. Acompanhou, por outro lado, o andamento de diferentes ações propostas nos tribunais, representadas por 23 ações ordinárias e 31 mandados de segurança, atuando em todas as suas fases e instâncias.

Prosseguindo o trabalho junto aos governos estaduais, por intermédio dos Senhores Diretores de Departamento Estadual de Estatística, no sentido de adaptação das Juntas Regionais a normas padronizadas, a Secretaria-Geral, através de sua Inspeção Técnica, examinou e encaminhou à consideração da Junta Executiva Central os processos de composição das Juntas Executivas Regionais dos Estados de Sergipe, Maranhão, Ceará, Mato Grosso, Paraíba, e Território do Amapá, as quais foram declaradas em concordância com a Cláusula Primeira, item X, da Convenção Nacional de Estatística, para os fins previstos no artigo 2º da Resolução número 608, de 9 de julho de 1954, da Assembléia-Geral. No período focalizado, ratificaram o Convênio os Municípios de Ubirajara, em São Paulo, Atalaia do Norte, no Amazonas, e Penha, em Santa Catarina, havendo-o denunciado os Municípios de Piratininga e Bocaina, em São Paulo, e o de Pirapora, em Minas Gerais.

Em decorrência da recomendação da XVIII Assembléia-Geral, procedeu a Secretaria-Geral ao exame das conclusões a que chegou a Comissão Especial designada para estudar a federalização dos Departamentos Estaduais de Estatística, no sentido da suplementação dos auxílios atribuídos a esses órgãos, para atendimento de melhoria de seus servidores.

Após o parecer da aludida Comissão Especial, foi o assunto submetido à apreciação da Junta Executiva Central, que, através do respectivo Conselheiro-Relator, lhe ofereceu subsídios, voltando êle, então, ao exame dos órgãos técnicos da Secretaria-Geral, em virtude de envolver matéria financeira e jurídica de alta relevância. Não obstante o interesse com que o tem estudado, não pôde a Secretaria-Geral encaminhá-lo, ainda, a uma solução definitiva, tendo em vista a complexidade dos aspectos que envolvem o problema.

No âmbito internacional, merece especial referência a participação do Conselho Nacional de Estatística na 31ª Sessão Extraordinária do Instituto Internacional de Estatística, realizada, em Bruxelas, em setembro de 1958. Além do Secretário-Geral do Conselho, compareceram àquela conclave, os Conselheiros da Junta Executiva Central, Senhores Rubens Pôrto, Paulo Rangel, Alberto Martins, Augusto de

Bulhões, Rubens Gouvêa, Altino Alves, Coronel-Aviador Fausto Geipe, bem como o professor João Lira Madeira, da Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Como contribuição da Secretaria-Geral à 31ª Sessão do Instituto Internacional de Estatística, foram oferecidos alguns estudos elaborados por técnicos brasileiros, entre os quais "La Population du Brésil dans le passé, le présent e l'avenir", de iniciativa do Laboratório de Estatística; "Sobre a sistematização de alguns estudos demográficos", de João Lira Madeira; "Breve notícia sobre os aspectos a serem considerados no plano do Recenseamento de 1960", de Ovidio de Andrade Júnior; e "Produtividade — Aspectos Técnicos", de Olavo Baptista Filho.

Ao concluir esta exposição, dezojo manifestar meu profundo reconhecimento pelas reiteradas provas de confiança, apreço e estímulo que tenho recebido de parte do eminente Professor Jurandyr Pires Ferreira, muito digno Presidente do Instituto, bem como pela cooperação dos ilustres membros da Junta Executiva Central e Diretores dos Órgãos Regionais de Estatística, cujo decidido apoio às iniciativas da Secretaria-Geral tem constituído, inegavelmente, incentivo ao desenvolvimento do programa de trabalho indispensável à consecução dos pesados e complexos encargos e dos elevados objetivos do Conselho Nacional de Estatística.

E a contribuição que ides dar a esta Assembléia-Geral, como produto do vosso patriótico esforço em prol do engrandecimento da Estatística Brasileira, se transformará, sem dúvida, no combustível reclamado por aquela máquina a serviço do desenvolvimento nacional, de que nos fala o ilustre Professor Jurandyr Pires Ferreira, ao definir, em magistral fase, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística "

Comissões — De acordo com as normas regimentais, as Comissões destinadas a apreciar as matérias em debate, das quais participa, como membro nato, o Secretário-Geral do CNE, ficaram assim constituídas:

Organização Técnica (por eleição) — Srs. Rubens Gouvêa e Capitão de Mar-e-Guerra Paulo de Oliveira, representantes dos Ministérios da Agricultura e da Marinha, e Srs. Artur Furtado Filho, Carlos E. Gradowsky e Walter Belo Wanderley, delegados do Piauí, Paraná e Santa Catarina; **Redação final** (livre escolha) — Srs. Rubens Pôrto e Alberto Martins, representantes dos Ministérios da Justiça e da Educação e Cultura, e Srs. Ronald Queiroz Fernandes, José Martins Dourado e Jair Marinho, delegados dos Estados da Paraíba, Maranhão e Rio de Janeiro; **Comissão de Tomada de Contas** para a XX Assembléia Geral (por sorteio) — representantes dos Ministérios da Viação e da Guerra, e delegados de Minas Gerais, Acre, Bahia, Goiás e Alagoas para membros efetivos, e para suplentes os representantes dos Órgãos Filiados e do Ministério da Marinha, e os delegados de Mato Grosso, Distrito Federal e do Rio de Janeiro.

Mesas-Redondas — Com a participação das delegações regionais, realizaram-se, a exemplo das Assembléias

anteriores, as mesas-redondas dos serviços federais.

A primeira mesa-redonda, reunida no dia 2, foi a do Serviço de Estatística Demográfica Moral e Política. O ato foi presidido pelo Sr Rubens Pôrto, Diretor do citado Serviço, tendo sido examinados e debatidos assuntos relacionados com as estatísticas de crimes e contravenções, com as apurações dos questionários das Campanhas Estatísticas e com os levantamentos do Registro Civil. O Sr. Rubens Pôrto teve ocasião de salientar as dificuldades com que luta o órgão a seu cargo para a obtenção de certas informações essenciais e justificou o relativo atraso com que são divulgados os resultados dos inquéritos, dirigindo um apêlo no sentido de que sejam conjugados esforços para remover aquelas dificuldades. O Sr. Jorge Alves Pimenta, Chefe da Seção Moral e Política encareceu a necessidade de serem enviadas dentro do menor prazo possível, pelos Departamentos Estaduais, as apurações das estatísticas compreendidas no seu setor, depois de serem estas submetidas a uma crítica bem orientada.

Na mesa-redonda do Serviço de Estatística da Educação e Cultura, que teve lugar no dia 3, o seu Diretor Senhor Alberto Martins, depois de explicar os objetivos da reunião, aludiu ao êxito alcançado quanto à atualização dos inquéritos e à difusão dos respectivos resultados. Os debates, de que participaram vários delegados, focalizaram diversos aspectos das estatísticas educacionais. Referindo-se ao projeto de Resolução apresentado ao plenário, o Diretor do SEEC esclareceu que o mesmo visava à simplificação do plano de apuração das estatísticas do ensino primário, como um primeiro passo para posteriores aperfeiçoamentos que levariam em conta tanto os instrumentos e métodos de coleta como a divulgação dos resultados.

Na mesa-redonda do Serviço de Estatística da Previdência do Trabalho, realizada dia 4, o Sr Nirceu da Cruz César fez uma exposição das atividades desenvolvidas pelo órgão que dirige, destacando os problemas com que se defronta, principalmente pela escassez de recursos e número insuficiente de funcionários especializados. Referiu-se, a seguir, aos resultados satisfatórios obtidos no tocante às estatísticas industriais depois que foi concluído, com a Secretaria-Geral, um acordo para a apuração dos dados relativos ao período de 1955 a 1957. A propósito, o Sr Hildebrando Martins, Secretário-Geral do CNE, esclareceu que se achava em estudo um plano para a divulgação dos inquéritos industriais, esperando-se para breve a pri-

meira publicação. Depois de frisar a importância das apurações do Registro Industrial para as análises de conjuntura, o Sr Nirceu da Cruz César teve ocasião também de aludir à utilidade do aproveitamento das declarações da Lei dos Dois Terços e à necessidade de apurar e divulgar as informações nelas contidas.

Na mesa-redonda do Serviço de Estatística da Saúde, reunida no dia 5, foram focalizados aspectos interessantes dos levantamentos médico-sanitários e das estatísticas de óbitos. O Senhor Rubens Gouvêa, Diretor do Serviço, disse das dificuldades por que passa o órgão a seu cargo, cuja regulamentação ainda não fora aprovada, circunstância que estava impedindo maiores iniciativas por parte dos que ali trabalham. Contudo, — acrescentou — o SES pôde lançar, no corrente ano, três publicações e novos esforços estavam sendo empreendidos para editar outros volumes.

Na mesa-redonda do Serviço de Estatística Econômica e Financeira, que teve lugar no dia 8, o seu Diretor, Sr Augusto de Bulhões, fez breve exposição sobre as atividades do SEEF, destacando as melhorias observadas nas apurações das estatísticas do comércio exterior. Mencionou, ainda, a atualização dos resultados das estatísticas do comércio de cabotagem. O Sr Mário Alves, Chefe da Seção de Comércio Interno, agradeceu a cooperação que vem recebendo dos diretores dos órgãos regionais na remessa das apurações mensais do comércio por cabotagem e dirigiu um apêlo para que sejam cumpridos os prazos e evitadas algumas falhas ainda observadas na crítica, para que se atinja um mais elevado nível técnico nessas estatísticas. Antes do encerramento da reunião, o Senhor Augusto de Bulhões comunicou que já se acha adiantada a elaboração do "Dicionário de Mercadorias", apresentando parte dos trabalhos efetuados.

A última mesa-redonda — da Diretoria de Levantamentos Estatísticos — realizou-se no dia 9. Depois de aberta a reunião pelo Sr Hildebrando Martins, Secretário-Geral do CNE, que proferiu algumas palavras de saudação aos diretores dos órgãos regionais, o Sr Sylvio de Miranda Ribeiro, diretor da DLE, passou a relatar as atividades de seu setor. Referiu-se aos trabalhos da Comissão Técnica de Revisão e Aperfeiçoamento das Campanhas Estatísticas (CTRACE) durante o ano de 1958 e solicitou aos presentes o exame dos projetos de questionários para a XXIV Campanha. O Sr Nelson de Queiroz, chefe interino do Serviço de Estatística para Fins Militares, fez

uma resenha das atividades a seu cargo, tratando dos critérios necessários à apuração dos vários levantamentos

A parte final da reunião foi dedicada à apreciação de questões relacionadas com as apurações do Registro Industrial

Votos — pelo plenário foram aprovados os seguintes votos

de congratulações — com o Sr Roberto Silveira, Governador do Estado do Rio, pela realização do Censo do Servidor Público, com o Sr Clóvis Salgado, Ministro da Educação e Cultura, pela inauguração em Leopoldina, Minas Gerais, de um Centro de Educação Rural, com o Sr Mario Pinotti, Ministro da Saúde, pela publicação de sua obra "Vida e Morte do Brasileiro", com o Sr Lucas Lopes, Ministro da Fazenda, pela elaboração do plano econômico-financeiro apresentado ao Governo Federal, com o Governo do Rio Grande do Norte e com os funcionários do Departamento de Estatística desse Estado, pelos serviços prestados ao sistema estatístico, com o Prof Jurandyr Pires Fedreira, Presidente do IBGE, pela escolha dos Srs Sylvio de Miranda Ribeiro e Adolfo Frejat para os cargos de Diretor de Levantamentos Estatísticos e Superintendente do Serviço Gráfico; com o Sr Valdemar Cavalcanti, Diretor de Documentação e Divulgação do CNE, pelas realizações de sua Diretoria e, particularmente, pela publicação do "Anuário Estatístico", com o Sr Rubens Gouvêa, pelo zelo e eficiência com que dirige o Serviço de Estatística da Saúde

de aplausos — ao Sr Presidente da República, aos Governadores dos Estados Nordesteiros e ao Sr Celso Furtado, pela realização da "Operação Nordeste", ao Sr Presidente da República, pela maneira esclarecida e acertada com que está dirigindo os destinos da Nação, ao Governador Muniz Falcão, pelo apoio que vem dando ao Departamento de Estatística do Estado de Estatística do Estado de Alagoas, ao Prof Jurandyr Pires Ferreira, por sua atuação à frente do IBGE, à administração do Sr Hildebrando Martins da Silva, Secretário-Geral do CNE, ao Senhor Colombo Etienne Areguy, pela conferência realizada no auditório do CNE, à Diretoria do Clube dos Ibeanos, pelo êxito da homenagem prestada aos membros da XIX Assembléia

de aprêço — ao Governador do Estado de Goiás, pelo apoio material e moral dado ao Departamento de Estatística

de reconhecimento — a Mário Augusto Teixeira de Freitas, pelos trabalhos legados ao sistema estatístico bra-

sileiro, ao Sr Cirilo Junior, Ministro da Justiça, por suas demonstrações de prestígio ao IBGE; ao Prefeito de Salvador, Bahia, pela doação de um terreno para a sede dos serviços de estatística; ao Sr. Aldemar Alegria, pelos bons serviços prestados ao sistema estatístico; ao Prof Jurandyr Pires Ferreira, Presidente do IBGE, pela cordialidade com que foram recebidos em sua residência de recreio os membros da XIX Assembléia; ao Sr Pedro Baltazar de Almeida, pelos trabalhos prestados à Comissão de Redação Final

de felicitações — ao casal Thimoteo da Costa, pelo 25º aniversário do seu casamento

de louvor — ao Sr Hildebrando Martins da Silva, Secretário-Geral do CNE, pelo seu Relatório apresentado à XIX Assembléia Geral, ao DGE do Distrito Federal por sua publicação "Nomenclatura dos Logradouros Públicos", aos funcionários do CNE, pelo entusiasmo com que se dedicam às tarefas administrativas e técnicas nos diversos órgãos da entidade e, destacadamente, aos funcionários que participaram dos trabalhos da XIX Assembléia Geral, ao Sr Francisco Steele, pelo seu devotado trabalho quando no cargo de Inspetor Regional do Estado do Rio; aos servidores lotados no Serviço de Comunicações, pela rápida divulgação dos textos das Resoluções aprovadas durante a Assembléia, ao Sr Luiz de Abreu Moreira, por sua atuação quando no exercício do cargo de Secretário-Geral do CNE

de apoio — ao Prof Jurandyr Pires Ferreira, Presidente do IEGE, pelos esforços despendidos para a aquisição de um cérebro eletrônico para o IBGE

de homenagem — à memória do Padre José de Anchieta, à memória do Senador Georgino Avelino

de pesar — pelo falecimento dos Senhores Capitão Pitaluga de Moura, Coronel-Aviador Dionísio Cerqueira de Taunay, General Magalhães Barata, Mário Melo, Nestor dos Santos Lima, SS o Papa Pio XII, Senador Joaquim Pires Ferreira, Luiz Periquito, Gastão Cruis, Augusto Tavares de Lira, pelo desastre ferroviário ocorrido em São Paulo

Personalidades presentes — Acontecimento digno de registro, na XIX Assembléia Geral do CNE foi o comparecimento às sessões plenárias de numerosas figuras representativas da vida nacional, entre outros os dos Deputados Valério Caldas Magalhães, Lino Braun, Rui Ramos e Dyrno Pires Ferreira, Senador Fernandes Távora e Governador Parsifal Barroso, muitos

dos quais usaram da palavra para ressaltar os êxitos do sistema estatístico brasileiro

O Sr Parsifal Barroso, Governador do Estado do Ceará, proferiu perante o plenário o seguinte discurso

"Na vida de um homem público que governa um Estado pobre, subdesenvolvido, apesar do imenso esforço que faz para superar este subdesenvolvimento, na vida do Governador do Ceará, somente de onde em onde é que se abrem hiatus deliciosos como este

Nunca me iludi quando, ao deixar o Ministério do Trabalho, candidatei-me ao governo do Estado, nunca me iludi de que realmente iria pôr aos ombros uma pesada cruz e que, do ponto de vista prático e utilitário, estava de fato fazendo o mais errado negócio da minha vida. Mas, longe de me arrependeu, porque perdi o mandato de Senador garantido até 1963 e deixei de ser Ministro de Estado, longe de me arrepender eu agradeço a Deus a oportunidade que me concedeu de sofrer esse decesso na vida, para mais de perto poder sofrer e lutar com o povo que me elegeru

Sou há muitos anos ibgeano honoriário. Esse título me veio no ano de 1952, quando era deputado Federal, não pelo fato de haver sido o relator orçamentário da Presidência da República que tivesse sobre si a missão ou dever de lutar e defender as verbas do IBGE. A razão é outra, e já está esquecida

Em 1951, na vida desta instituição benemérita ocorreu uma incompreensão acerca das suas finalidades, e o governo criou correspondente a essas mesmas finalidades. E se pretendeu — diga-se a verdade — não apenas liquidar a autonomia do IBGE, mas reduzi-lo a uma simples unidade administrativa do Ministério da Justiça. Não foi, assim, por mero acaso que hoje, requeitando em gentilezas, a Mesa escolheu dois Representantes de Ministérios que valem muito para o meu coração, mas, ao tempo, são representantes de dois Ministérios com que estive lutando. Em 1951 e 1952, enfrentei, sozinho, valendo-me do mandato de Deputado Federal e da qualidade que aquele tempo tinha de Relator da Presidência da República, na antiga Comissão de Finanças da Câmara, enfrentei o DASP, que estava no propósito firme e decidido de liquidar com a autonomia do IBGE transformando-o e reduzindo-o a uma simples unidade administrativa do Ministério da Justiça. E, também — porque o meridiano político de há muito não está mais passando pelo Ministério da Justiça — aqueles que impulsionam e têm sobre seus ombros a responsabilidade de dinamizar o Ministério da Justiça e Negócios Interiores e sentiram-se como que seduzidos com aquela idéia que era defendida pelo meu caro Amigo, hoje distante, Ministro Arísio Viana. De modo que a batalha foi áspera. Para ser completo nessa reconstituição histórica, quando obtive do inesquecível Presidente Getúlio Vargas liberdade para defender na Câmara e dentro da Comissão de Finanças a autonomia do IBGE, contra as idéias do Senhor Arísio Viana, eu, ao ganhar essa batalha, tive necessidade de enfrentar de imediato uma outra, a que foi lembrada pelo meu caro amigo Nirceu da Cruz César — a batalha da defesa das dotações orçamentárias, porquanto o DASP, derrotado na primeira fase, entrou na segunda já com o propósito de deixar o orçamento do IBGE por tal forma modificado e adulterado que seria difícil à Instituição, mesmo com a sua autonomia, atingir os seus objetivos com aquela nova discriminação orçamentária que o DASP fez questão de impor

Vem daí a minha ligação com o IBGE, e desde esse tempo citei raízes nesta Casa, a tal ponto que, quando Ministro do Trabalho e procurado por meu caro amigo Professor Nirceu da Cruz César, para a realização do Convênio que iria pela primeira vez possibilitar a rea-

lização do Cadastro Industrial, eu lhe, disse que ele, sem que o percebesse, estava somente me causando uma das poucas alegrias que eu poderia ter como Ministro do Trabalho, de vez que o exercício daquele Ministério é tão ingrato quanto o exercício do Governo do Ceará. Sempre considere o Ministério do Trabalho como o Ministério do Trabalho e da Angústia, e não da Indústria, porque a Indústria e o Comércio, até que tenhamos o Ministério da Economia, estão com o seu meridiano passando por outro Ministério — o da Fazenda —, assim como o meridiano político hoje passa mais pelo Ministério do Trabalho do que pelo da Justiça

Ainda estamos longe da reforma administrativa, de modo que é bem que relembremos estes fatos, para nos compenetrarmos de que essa reforma é urgentíssima. Mas a minha alegria hoje é maior, porque recebo nesta sessão, das mãos do meu caio e eminente amigo Professor Jurandyr Pires Ferreira, um volume, o XVI da "Enciclopédia dos Municípios Brasileiros", dedicado ao Estado que ora governa. Ainda hoje, providenciarei a remessa deste volume para o Ceará, a fim de que o Governador em exercício o conheça e o torne divulgado, tanto quanto lhe seja possível, porque realmente é uma homenagem que o nosso Estado recebe ao ensejo da celebração da XIX Assembléia-geral do IBGE

O Ceará deve aqui estar retratado com o máximo de fidelidade. Verifiquei as primeiras páginas e até o cuidado de uma apresentação do que somos, através de uma publicação de Gustavo Barroso, de caráter histórico. Acredito que a "Enciclopédia" efetivamente mostre estes índices, que realmente estamos procurando desenvolver nesta tentativa que é homérica, de superação de nosso subdesenvolvimento

Acredito, também, que o Ceará esteja representado como o Estado cujo subgrupo nacional, na minha opinião, é aquele que mais se parece com o próprio Brasil, porquanto o cearense adquiriu, com o tempo, características tais como subgrupo étnico, com especificidade de civilização e cultura que nós hoje estamos efetivamente em condições de dizer que guardamos muita coisa da unidade brasileira ou dos traços da unidade brasileira na nossa própria fisionomia cearense. Não é sem razão que o cearense é considerado o judeu brasileiro, o mais regional, o mais cosmopolita. Como equilibramos lá o cosmopolitismo, o judeu brasileiro com o regionalismo que se expressa nesse esforço constante revelado nos índices dessa "Enciclopédia", é um mistério que só se explica como também se explica o mistério da nossa unidade nacional

Somos no Ceará, efetivamente, marcados por traços tão incisivos que realmente nos podemos dizer, como já observou Gilberto Freyre, que como subgrupo nacional quase que constituímos uma raça. Porque a miscigenação negra foi mínima no Ceará. Em compensação, todos os judeus ciganos, que fugiram do Sul e não puderam ficar no litoral, na civilização da cana-de-açúcar, porque ali se iam apanhados, procuraram e se fixaram no Ceará, que era aquele tempo a única província com civilização do sertão, com civilização do boi, de couro, inteiramente desprovida de qualquer civilização litorânea. Daí essa miscigenação diferente que tivemos e daí não se aplicar a nossa área a sociologia da cana-de-açúcar do mestre Gilberto Freyre. Somos outro nordeste, e como outro nordeste acredito que estejamos muito perto deste espírito que anima a unidade nacional e preservei tudo quanto se constrói de grande no nosso querido Brasil. Sofridos muito, mas sempre lutando, recebemos recompensas e prêmios como este que ora agradeço em nome de todos os cearenses, reconhecido, esmagado diante da perdulária bondade dos ibgeanos que não só concordaram em me receber nesta sessão, como, ainda, a solenizaram com a entrega do XVI volume da "Enciclopédia dos Municípios Brasileiros"

Com êsses agradecimentos, quero declarar que, esteja onde estiver, continuo o mesmo ibgeano. E ainda agora, quando ouvi pela imprensa rumores de que se pretendia adiar o recenseamento do próximo ano por motivos inconcebíveis, eu me tomei de revolta e comecei a desenvolver nos círculos onde atuo uma campanha tão firme, tão forte, tão decidida quanto aquela outra que em 1951 e 1952 tive de realizar contra a quase onipotência que naquele tempo tinha o meu caro amigo de hoje Arísio Viana. Relembro todos êsses fatos porque estamos em família e é bom sempre recordarmos as dificuldades e as lutas desta instituição, no justo momento em que há de fato desenhada a perspectiva de que se pretende perturbar o ritmo natural que ela está desenvolvendo para dar conta, como efetivamente pode dar, das tarefas do recenseamento, no próximo ano de 1960.

Nunca o Brasil teve tanta necessidade desse recenseamento quanto agora. Acredito mesmo que a formulação da política do futuro governo vai estar em função dos resultados que sejam apurados no recenseamento de 1960. E não é admissível, nem de longe, que por motivos injustificados e inconfessáveis se pretenda adiar a realização dessa magna tarefa do IBGE.

Com êstes sentimentos de gratidão e solidariedade, eu me despeço da Assembléa ibgeana, renovando a cada um a mesma certeza de que, como deputado que fui, como Ministro, como Senador, e hoje, como Governador, continuarei ligado a esta Casa, sentindo que essas raízes que aqui deixei plantadas desde o ano de 1951 me enobrecem, constituem para mim um biazão de honra, e por isso, com as luzes e as forças que Deus me concedeu, eu sempre estarei ao lado do IBGE, custe o que custar, para o que vier, desejoso de que êle continue com a sua autonomia, com o seu fortalecimento, para servir como sempre serviu, desinteressadamente, ao Brasil e aos brasileiros."

Na impossibilidade de comparecer às sessões da Assembléa, o Governador do Estado do Rio, Sr. Roberto Silveira, enviou a seguinte mensagem:

"Niterói, 9 de junho de 1959

Por exigência de compromissos anteriormente programados, vejo-me privado de comparecer a essa Assembléa de técnicos, cujos trabalhos têm grande significação para a vida nacional e também continental.

Aquilo que vos poderia dizer pessoalmente resumio nesta singela mensagem gratulatória pelo que representa de patriótica a obra que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística vem realizando, no território fluminense.

O meu governo repousa as suas iniciativas mais importantes nos ditames estatísticos, decisão que, cada vez mais, se fortalece na lição dos fatos. Aprendi a louvar-me na experiência da estatística, desde os dias de expectativa da campanha eleitoral que dirigi no Estado do Rio de Janeiro, onde senti e vi demonstrado, na prática, quanto "é pobre e pouco satisfatório o conhecimento que se não pode expressar em números", como disse Kelvin.

Envio-vos, pois, por intermédio do Delegado Fluminense, os nossos aplausos e reconhecimento pela vossa notável missão de ensinar em números o verdadeiro patriotismo, aquêle que pouco tem de simples ufanias, mas muito de consciência e objetividade.

Saudações, a) Roberto Silveira, Governador do Estado do Rio de Janeiro."

Conferência — No auditório do CNE, realizou-se, dia 3, uma conferência do Prof. Colombo Etienne Arreguy, Coordenador da Campanha Nacional de Educação Rural, que discorreu sobre tema de sua especialidade.

Ao abrir a sessão especial, o Professor Jurandyr Pires Ferreira, Presidente do IBGE, pronunciou breves palavras de apresentação do orador, ressaltando as suas qualidades intelectuais e o alto conceito técnico em que é tido.

O conferencista focalizou com nitidez os problemas relacionados com a educação nos meios rurais, salientando os resultados obtidos em todo o território nacional, graças a um sistema de acordos e convênios e mediante o aproveitamento dos métodos de cooperação.

Almôço — O Presidente do IBGE, Prof. Jurandyr Pires Ferreira, ofereceu, dia 5, aos participantes da XIX Assembléa Geral um almôço no sítio "Remanso", de sua propriedade, em Magé, Estado do Rio de Janeiro. Esse encontro decorreu num ambiente de grande cordialidade.

Visitas — No dia 4, os membros da Assembléa foram homenageados pelo Núcleo de Planejamento Censitário. Foi-lhes oferecido um almôço na churrascaria "A Camponesa", sendo saudados, nessa oportunidade, pelo Sr. Antônio Vieira de Melo, Diretor do NPC e pelo Sr. Hildebrando Martins da Silva, Secretário-Geral do CNE.

Em seguida, verificou-se a visita à sede do Núcleo de Planejamento Censitário, onde o seu Diretor teve ocasião de fazer uma exposição sobre os aspectos fundamentais do próximo Recenseamento, passando a palavra aos seus assessôres para abordarem outros pontos relacionados com os trabalhos do Censo.

No dia 9, foi realizada uma excursão a Cabo Frio, tendo os participantes da Assembléa ocasião de visitar as instalações da Companhia Nacional de Alcalis.

Sessão Cinematográfica — Oferecida à XIX Assembléa Geral pelo Senhor Ministro da Educação e Cultura realizou-se no Clube Ginástico Português, dia 5, uma sessão cinematográfica. Foram exibidos filmes especiais sobre as cidades históricas de Minas Gerais, em particular sobre Ouro Preto.

Coquetel Dançante — Desenvolveu-se em ambiente agradável o coquetel dançante promovido pelo Clube dos Ibgeanos, em homenagens aos membros da XIX Assembléa, e realizado dia 4, em sua sede. Estiveram presentes vários delegados e grande número de associados.

Publicações — Aos representantes dos órgãos federais e regionais foram

distribuídas, no decorrer das reuniões plenárias, as seguintes publicações:

Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, vols XXVI, XXVII e XXXIV, *Flagrantes Brasileiros* n° 13; *Monografias* de Ituberá, Garanhuns, Minduri, Caxias do Sul, Valença, Joinville, Barreirinhas e Belo Horizonte, *Relatórios* dos DEE do Acre, Amazonas, Rio Branco, Pará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás; da JERE de Minas Gerais, dos Serviços de Estatística Demográfica, Moral e Política, Econômica e Financeira, e da Produção *Relatório* do Secretário-Geral do CNE, *Regimento Interno* da Assembléia Geral, *Resoluções* da Junta Executiva Central (1958), da Assembléia Geral (1958); *Exportação de Sergipe por vias Internas* — 1957 (DLE), *Finanças Municipais* (DDD), *Tábuas Itinerárias Brasileiras* (DLE), *Normas de Apresentação Tabular da Estatística Brasileira* (DDD), *Desenvolvimento e Localização da Indústria Extrativa* (Laboratório de Estatística), *Pesquisas sobre a mortalidade no Brasil* (Laboratório de Estatística), *Características das indústrias de transformação* (Laboratório de Estatística), *Boletim Estatístico* n° 65 (DDD), *A DDD da Secretaria-Geral do CNE como centro de documentação especializada* (DDD), *Ângulos práticos do municipalismo* (DDD), *Anuário Estatístico de Pernambuco* (DEE), *Produção Agrícola do Espírito Santo* (DEE); *Assistência Médico-Sanitária*, Rio Grande do Sul (DEE), *Movimento Geral do Ensino Primário em Mato Grosso* (DEE), *Sínteses de Alagoas* (DEE); *Situação Politico-Administrativa*, Espírito Santo (DEE); *Estatística Eleitoral*, Rio Grande do Sul (DEE), *Gado abatido*, Espírito Santo (DEE), *Produção de charque*, Espírito Santo (DEE), *Produção de charque*, Espírito Santo (DEE); *Nomenclatura dos Logradouros Públicos do Distrito Federal* (DGE), *Manifestações da JERE de Minas Gerais a respeito da nacionalização da estatística brasileira*; *Movimento bancário*, *Intercâmbio Comercial 1956/58*, Espírito Santo (DEE), *Estatísticas Educacionais*, Rio de Janeiro (DEE), *Calendário Agrícola do Brasil*, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, (Ministério da Agricultura); *Cadastro das empresas produtoras de óleos, gorduras vegetais e subprodutos* (SEP), *Óleos e gorduras vegetais 1958* (SEP), *Produção extrativa vegetal* (SEP); *Produção agrícola 1957*, (SEP), *Cadastro das empresas de cimento* (SEP), *Cadastro das empresas*

siderúrgicas e metalúrgicas, (SEP); *Cadastro dos estabelecimentos agropecuários*, (SEP); *Cadastro das empresas extratoras de carvão mineral*, (SEP); *Estatística do Pescado*, (SEP); *Do quintal à cozinha*, ABC da Cooperação, *Parque Nacional de Itatiaia*, *Alimentos Indispensáveis* (Ministério da Agricultura), MEC-15, MEC-16, (Ministério da Educação e Cultura); *Sinopse Estatística do Ensino Superior — 1958* (SEEC); *Estatística do Ensino Médio*, (SEEC), *A revolução tecnológica da automação*, *A árvore da vida*, *Bibliografia de Assuntos Trabalhistas*, *Direitos do Trabalho e Mudança Social*, *A Previdência Social e o Instituto dos Comerciantes*, *os Pioneiros do Trabalho Livre*, *O Ministro do Trabalho*, *Indústria e Comércio perante o Senador Federal*, *O Acidente do Trabalho como Acidente Social*, *Planejamento alimentar para o trabalhador rural*, *Salário-Caloria*, *História da Participação nos lucros*, *Breve Introdução ao estudo da inflação* (Ministério do Trabalho), *Resenha Estatística* (Caixa de Amortização); *Alguns Aspectos da Estatística Médico-Sanitária — 1951/54* (SES), *Alguns Aspectos da Estatística Médico-Sanitária — 1955* (SES), *Assistência Médico-Sanitária* (SES); *Armamento Hospitalar do Brasil*, *Melhoramentos Urbanos — 1957* (SES); *O ensino da biblioteconomia no Brasil*, *Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União* (IPASE); *Manual de Treinamento de Chefes*, *Revista IPASE*, *Os Seguros de Vida do IPASE*, *Benefícios de família*, *Manual do Segurado do IPASE*, *O Servidor Público*, *Homem de Letras* (IPASE), *Circulares da Secretaria da Presidência da República — 1958*, *Almidante Baltazar da Silveira* (DASP); *Brasília* (NOVACAP); *I Seminário de Estatística — Recomendações Finais* (Confederação Nacional da Indústria); *Brasil Constrói* (Ministério da Viação), *Relatório da Diretoria* (Cia Nacional de Alcalis)

Resoluções — A XIX Assembléia Geral do CNE aprovou vinte Resoluções, cujo ementário é apresentado a seguir

- 741 — Consigna aplausos ao Presidente do Instituto e ao Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia, pela publicação do "Atlas do Brasil"
- 742 — Homologa as Resoluções das Juntas Executivas do Conselho, e dá outras providências
- 743 — Recomenda a criação do Registro Central de Informantes (RCI) na Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística.

- 744 — Recomenda providências para atualização das estatísticas do comércio interestadual por vias internas.
- 745 — Dá nova organização à Secção de Expediente do Serviço de Comunicações da Secretaria-Geral do CNE
- 746 — Recomenda a adoção do processo mecânico de cálculos na elaboração dos números-índices do comércio internacional e de cabotagem
- 747 — Revoga dispositivos das Resoluções AG-672, de 25 de agosto de 1956 e JEC-495, de 28 de dezembro de 1955
- 748 — Institui a "Semana da Estatística".
- 749 — Aprova as contas do Conselho Nacional de Estatística, relativos ao exercício de 1958
- 750 — Registra a realização do I Seminário de Estatística e recomenda suas conclusões
- 751 — Altera o plano de apuração da estatística do ensino primário geral
- 752 — Faz recomendação à JEC sobre o auxílio financeiro aos órgãos centrais regionais.
- 753 — Consigna aplauso pelo levantamento do "Balanço Alimentar do Brasil"
- 754 — Formula recomendações sobre a sistematização e divulgação de resultados estatísticos, por municípios, segundo as zonas fisiográficas
- 755 — Louva a IR do Rio Grande do Sul, por motivo de "superavit"
- 756 — Dispõe sobre a gratificação de presença em órgãos coletivos do CNE, e dá outras providências.
- 757 — Formula apelo aos governadores dos Estados, no sentido de que assegurem os meios necessários à execução das estatísticas do comércio interestadual por vias internas
- 758 — Fixa a gratificação de representação dos Membros da Junta Executiva Central e dos Delegados Regionais presentes à XX Assembléia-Geral do CNE, e dá outras providências
- 759 — Dispõe sobre a realização da XXIV Campanha Estatística
- 760 — Modifica a organização e composição das Comissões Técnicas e elege seus membros

Sessão de encerramento — A sessão solene de encerramento dos trabalhos das Assembléias Gerais do CNG e CNE realizou-se no dia 9 de junho, sob

a presidência do Prof Jurandyr Pires Ferreira, Presidente do IBGE.

Pelos Srs Hildebrando Martins e Speridião Faissol, Secretários-Gerais, respectivamente do CNE e do CNG, foi efetuada a leitura dos relatórios das atividades desenvolvidas nas duas sessões

Em nome das delegações regionais falaram os Srs Ronald Queiroz Fernandes, pela ala estatística e Carlos Buchele Junior, pela ala geográfica, e em nome das delegações federais, os Srs Rubens Gouvêa, pelo CNG e Nirceu da Cruz César, pelo CNE.

Encerrando a reunião, o Prof. Jurandyr Pires Ferreira usou da palavra para discorrer sobre o êxito alcançado nos trabalhos e a importância cada vez maior assumida pelas atividades do sistema estatístico-geográfico na vida brasileira

Relatório — Estava vazado nos seguintes termos o relatório lido pelo Senhor Hildebrando Martins da Silva, Secretário-Geral do CNE

"O dia de hoje marca o término dos trabalhos da XIX Assembléia-Geral do Conselho Nacional de Estatística, a que chegamos após breve e agradável convívio. Aqui estivemos reunidos como se fôramos uma grande família, a tratar de seus problemas maiores. E a mim, como membro da família que fica, cabe-me resumir, por força do dispositivo regimental, os assuntos abordados e resolvidos, a fim de que os que se vão possam levar consigo, com esta síntese, a lembrança dos contatos mais estreitos mantidos com seus irmãos de todos os Estados

A importância dos trabalhos realizados, e elevado espírito de abnegação dos Senhores Delegados, que, dentro da escassez de tempo de que dispunham, emprestaram à votação das matérias em pauta, a contribuição de sua inteligência e cultura, bem como a repercussão que as atividades estatísticas têm tido na solução dos magnos problemas nacionais, mereceram a presença, neste recinto, durante as sessões solenes e as reuniões plenárias, de eminentes personalidades da vida pública do País, que vieram, prestigiando nossos trabalhos, trazer sua palavra de estímulo e de confiança nos destinos da Estatística Brasileira

Assim, tivemos a grata satisfação de receber a visita do ilustre Governador Paisifal Barroso, bem assim a dos Senhores Senador Fernandes Távora e Deputados Lino Braun, Valério Magalhães, Rui Ramos, Humberto Lucena e Dirno Pires Ferreira, figuras das mais expressivas do Congresso Nacional, os quais enalteceram a tarefa verdadeiramente ciclópica que vem realizando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em prol do soerguimento nacional. Não menos grata para nós foi a participação, em nossos trabalhos, de delegação especial da Assembléia-Geral do Conselho Nacional de Geografia, traço de união que é, por sem dúvida, o apanágio de nossa instituição e que constitui a pedra de toque do êxito que vem alcançando os trabalhos estatísticos e geográfico em todo o País

O expressivo resultado conseguido pela XIX Assembléia-Geral do Conselho Nacional de Estatística deve-se, em grande parte, ao trabalho infatigável das Comissões de Organização Técnica e de Redação Final, cujos membros, não raro, permaneciam até altas horas da noite, a examinar e discutir, os projetos e emendas que lhes eram presentes

Além dos dez projetos de Resolução elaborados pelos grupos técnicos e de assessoria da Secretaria-Geral, nada menos de onze outros foram apresentados pelos Senhores Delegados, durante as reuniões desta Assembléa, o que nos traz a convicção de que as Delegações das diversas Unidades da Federação não se afastam do seu objetivo de contribuir, de forma eficaz, para a solução dos mais complexos problemas da Estatística.

Da discussão, votação e aprovação desses projetos, resultaram 20 Resoluções, que irão enriquecer a codificação de atos normativos sobre que se assenta a estrutura do Sistema Estatístico Nacional.

Dos projetos de Resolução propostos pela Secretaria-Geral, vale ressaltar o que recomenda a organização do Registro Central de Informantes, cujo funcionamento representará enorme passo para a segurança e melhoria dos levantamentos estatísticos. A importância e complexidade de que se reveste o projeto de Resolução que dispõe sobre a realização da XIV Campanha Estatística, que decorreu de exaustivos estudos da Comissão Técnica de Revisão e Aperfeiçoamento das Campanhas Estatísticas, mereceu do plenário desta Assembléa a constituição de uma Comissão Técnica Especial para seu exame, que, em seu fundamentado parecer, houve por bem tomar como ponto de partida o princípio consagrado pela última Assembléa-Geral, e fielmente seguido pela Secretaria-Geral, de que, em face da próxima operação censitária, se deviam reduzir os inquéritos, a fim de não só evitar a duplicidade de indagações, como, ainda, de não sobrecarregar a rede de coleta do Instituto.

Também importante, do ponto de vista da técnica estatística, foi o projeto aprovado por esta Assembléa-Geral que recomenda a adoção de processo mecânico de cálculos na elaboração dos números-índices do comércio internacional e de cabotagem. A aprovação deste projeto vem trazer inúmeras vantagens para a realização dos estudos que ora se processam no Laboratório de Estatística da Secretaria-Geral, além de constituir a aceitação de técnica mais avançada no que respeita à cálculo de números-índices, instrumento, sem dúvida, de mensuração fidedigna dos fenômenos econômicos e sociais.

Acolhidos foram, ainda, os projetos de iniciativa da Secretaria-Geral, recomendando providências para atualização das estatísticas do comércio interestadual por vias internas; alterando dispositivos da Resolução n.º 495 da Junta Executiva Central; modificando a organização e composição das Comissões Técnicas e elegendo seus membros; dispondo sobre a instituição da "Semana da Estatística"; e dando nova estrutura à Seção de Expediente do Serviço de Comunicação da Secretaria-Geral.

Dentre os projetos de Resolução apresentados pelos Senhores Delegados e aprovados de referir-me ao que consigna aplausos ao Presidente do Instituto e ao Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia, pela publicação do "Atlas do Brasil". Com efeito, à projeção que tem tido a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, monumental obra idealizada e efetivada pelo ilustre Presidente, Professor Jurandyr Pires Ferreira, vem juntar-se agora mais esta excelente contribuição para a cultura geográfica do País, obra, sem dúvida alguma, que honra a tradição do Conselho Nacional de Geografia, em cuja Secretaria-Geral se encontra, hoje, o ilustre Professor Speridião Faissol.

Desejo destacar, também, o projeto de resolução que aprova as contas do Conselho Nacional de Estatística, relativas ao exercício de 1958. Este projeto resultante do estudo peuciente da douta Comissão de Tomada de Contas, que, desde 30 dias antes do início desta Assembléa, já vinha se dedicando ao exame contábil de toda a vida financeira da entidade.

No que se refere à divulgação dos trabalhos da Assembléa-Geral, vale assinalar que

foram publicados oito boletins informativos diários, contendo, além da súmula das sessões anteriores, o andamento dos projetos nas Comissões, a relação das publicações distribuídas, o noticiário dos assuntos tratados nas mensagens e a ordem-do-dia dos trabalhos da reunião seguinte.

No decorrer das reuniões plenárias numerosas publicações foram distribuídas, convindo ressaltar a divulgação de mais 4 volumes da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros Afirma as obras da Secretaria-Geral, distribuíram-se os Relatórios dos Departamentos Estaduais de Estatística, bem como trabalhos de grande importância e oportunidade, elaborados pelos órgãos federais e regionais.

No que tange à parte social programada à margem das reuniões, não poderia deixar de referir-me ao almôço oferecido pelo Núcleo de Planejamento Censitário, seguido de visita àquele órgão, onde os Senhores Delegados tiveram oportunidade de conhecer, *in loco* o que se tem realizado em relação ao planejamento da grande operação censitária de 1960. Ainda como acontecimento de grande repercussão social, cabe destacar o almôço íntimo aos Senhores Delegados, oferecido pelo Professor Jurandyr Pires Ferreira e Senhora, em seu apazível sítio denominado "Remanso", no Município de Magé, ocasião em que nos foi proporcionada a oportunidade de, como parênteses aos trabalhos da Assembléa-Geral, manter-nos um contato mais estreito e afável. Haverá, amanhã, como parte final do programa, a viagem a Cabo Frio, com visita à Fábrica Nacional de Alcais.

Ao concluir este rápido relato das atividades desta Assembléa-Geral, desejo manifestar aos Senhores Delegados o meu reconhecimento pela forma elevada e patriótica com que conduziram os debates dos diversos assuntos e proposições submetidos à Assembléa-Geral e dos quais resultaram medidas e iniciativas de mais transcendente alcance para o Conselho Nacional de Estatística. Ao retornarem aos seus Estados, poderão os senhores delegados regionais levar consigo a certeza plena do dever cumprido, bem como a convicção de que a seus nobres companheiros da Junta Executiva Central está bem entregue a tarefa de prosseguir na orientação traçada pela Assembléa-Geral no tocante ao encaminhamento dos importantes assuntos afetos ao Conselho Nacional de Estatística.

Particularmente ao nosso caso e eminente Presidente, o Professor Jurandyr Pires Ferreira, que, com inteligência, cultura, dedicação e patriotismo, vem conduzindo o IBGE aos seus alevantados destinos, crescendo-lhe com novas e grandiosas realizações e iniciativas e soberbo patrimônio construído à custa do trabalho, e perseverança impessoal de todos aqueles que nas diversas fases de sua existência lhe emprestaram as luzes do seu saber, e sacrifício de sua pertinácia e a sinceridade do seu devotamento, ao digno Professor Jurandyr Pires Ferreira, repito, os nossos agradecimentos mais vivos e afetuosos pela maneira com que se identificou com a instituição, inbuído-se daquele famoso "espírito ibgeano" que, para nós, constitui motivo de orgulho e braço de nobreza."

Discurso do Sr. Ronald de Queiroz Fernandes — Foi a seguinte a oração proferida pelo Sr. Ronald de Queiroz Fernandes, na sessão solene de encerramento.

"Aqui estamos no fim. Por nove dias ficamos reunidos numa tarefa comum e a posse da unidade espiritual num grupo íntegro, a alegria da compreensão generalizada fizemos esquecer, por algum tempo, a aidez ou a solidão, o negativismo ou as resistências mudas que, tantas vezes, interrompem de amargas nosso trabalho cotidiano.



Sr. Ronaldo Q.
Fernandes

morada sôbre o valor dos contatos humanos aqui estabelecidos, todos importantes e ricos de novas mensagens, contribuições de experiências distintas mas igualmente conduzidas por inteligências dedicadas ao serviço de nosso País

A repercussão dêste convívio permanecerá. Não é sem alegria que podemos registrar, ao término dêste programa, sua execução fiel, nos limites do tempo que nos coube, sem dilações prejudiciais, sem debates estéreis, sem desarmonias vaidosas, sem pompa oratória, nem mesmo com um mínimo de lirismo e pouquíssimas sentenças épicas. O quanto pudemos, operamos aqui a correção de alguns vícios brasileiros ameaçadores da eficiência de tôdas as assembléias. Sem desfigurar as características do patrimônio de nossa cultura vamos perdendo, aos poucos, aquela tendência às digressões com que a imaginação indígena abria caminho ao pragmatismo alienígena.

Ninguém mais do que nós tem necessidade dêste critério de conduta. Responsáveis pela missão de dotar o Brasil de seu melhor instrumento de auto-interpretação cabe-nos orientar o roteiro de nosso exercício funcional entre o autêntico ceticismo do cientista e a verdadeira fé do patriota. Temos que ser, ao mesmo tempo, fiéis e ardorosos, para que nosso airdo assegure a continuidade de uma frieza corretiva permanente dos exageros de nosso airdo.

Foi esta uma lição proveitosa dos trabalhos desta XIX Assembléia do Conselho Nacional de Estatística que não figurou no expediente nem constou da ordem do dia mas esteve presente em tôdas as intenções.

Somos detentores, nesta hora, senhores representantes dos órgãos federais presentes a esta Assembléia, do mandato de nossos companheiros delegados dos governos regionais, no sentido de que pronunciemos nossas despedidas ao lado do reconhecimento pela acolhida que nos dispensastes no período de atividades que nos reuniu. Dêde guardamos a mais grata lembrança enriquecida do relato de vossas experiências.

Esta reunião se desfaz sob o signo de duas grandes esperanças. Primeiro a de que nosso reencontro se realize na metade do ano censitário. Segundo, a de que voltemos a trabalhar reunidos no centro geográfico do País.

São dois anseios que é nosso dever estimular. O censo de 1960 dirá ao Brasil grandes verdades. Teremos de conquistá-las a coragem de enfrentá-las, a alegria de possuí-las, a tenacidade de modificá-las. Os responsáveis por seu adiantamento mutillarão o mais completo e constante critério de medida da evolução nacional. Senhor Presidente Junandyr Pires Ferreira — Para a conquista dêsse desiderato contamos com a vossa liderança amadurecida no combate e vosso entusiasmo que se não corrompeu do fastio das vitórias obtidas.

Brasília será o início de um novo espírito bandeirante. Deixaremos o domínio dos ca-

languijos cujo passo lento já nos enfastia e iremos espantar daquelas matas as onças esquivas e tomá-lhes do salto felino o segredo da agilidade que imprimiremos ao avanço surpreendente que tomará doravante a economia brasileira.

Companheiros — Até o Ano Censitário
Até Brasília
Se Deus quiser!"

Discurso do Nirceu da Cruz César
— Foram as seguintes as palavras pronunciadas pelo Sr. Nirceu da Cruz César, em nome da delegação federal do CNE

"Ouvi, com a máxima atenção e profundo encantamento, os belíssimos discursos que se pronunciaram nesta tribuna, alusivos a esta data, que reputo das mais importantes para o Sistema Geográfico e Estatístico do Brasil.

Ouvi a cultura dos dignos oradores que me antecederam, esta cultura que nos levou à meditação muito séria a respeito da responsabilidade que nos pesa nos ombros como condutores da Estatística e da Geografia. Ouvi, também, senhores, com grande desvanecimento e entusiasmo cívico, as belíssimas preleções que se fizeram no decurso dos trabalhos da XIX Assembléia-Geral de Estatística, neste plenário que representa verdadeiro estuário para onde confluem todos os caudalosos rios representativos dos grandes Estados componentes desta Federação, e em cujo centro verifiquei — em voz uníssona do Oiapoque ao Chui — que apenas uma preocupação dominava a todos, e que outra não era senão a de servir, sincera e honestamente, à causa da Estatística Brasileira.

Verifiquei mais, senhores: verifiquei o entusiasmo com que todos os Senhores Delegados participaram dos trabalhos realizados nesta Assembléia e, mais ainda, senhores, o acendrado espírito e o elevado amor à causa pública, com que procuraram conduzir os seus debates, os seus estudos, confinantes com um único ideal: servir bem ao Brasil.

Estamos diante de um quadro que considero de maior relevo. Quando compareceu a esta tribuna o primeiro orador, representando o Conselho Nacional de Geografia, ao ouvi-lo, fixei-lhe bem o pensamento, um pensamento que expressa, com segurança e convicção, essa verdadeira renovação de estrutura por que atravessa a Humanidade contemporânea. Com efeito, estamos perdendo no tempo e também no espaço estas pegadas que nos deixa a Humanidade do II Milênio, no momento preciso em que nos encaminhamos para os umbrais do III Milênio. É que, senhores, caminhamos para uma era absolutamente nova, com costumes absolutamente reformados, com reformas radicais, enfim, que partirão da base para o cimo, reestruturando, em todo o curso de seu processo, não apenas os costumes e os hábitos, mas, sobretudo, mentalidade. É a marcha, gloriosa e sublime, para o III Milênio. E esta evolução é conhecida, antecipadamente, pelo estudo dos números, que nos conduzem à percepção lúcida e incontida dos fenômenos sociais que se avizinham.

Dento em pouco, estaremos diante do Recenseamento Geral de 1960. E que nos dirá o Recenseamento Geral de 1960? Talvez aquilo que alguns homens não têm coragem de dizer a outros homens: a realidade brasileira. No balanço geral que se aproxima, vamos ver o que, de 1950 a 1960, os homens construíram em bem da Civilização Brasileira. Através dêsse Recenseamento, dessa obra homérica a enfrentarmos em 1960, verificaremos não apenas quantos somos, mas, em especial, o que fizemos neste decênio. E pergunto, então: êsse entusiasmo com que vimos realizando, honestamente, as nossas tarefas, por acaso não se justificará em 1960, quando verificarmos que o Brasil de 1950 está muito distante do Brasil



Si Nirceu da Cruz César

de 1960? E, mais ainda, quando verificarmos, de outro lado, que, a despeito de todos os esforços, caminhamos lentamente no campo da ocupação humana para o domínio pleno do território imenso de 8 525 000 quilômetros quadrados?

Sábmos que, numa população de 63 milhões de habitantes — quando a calculei —, apenas 20 milhões trabalhavam, representando, pois, a população economicamente inativa nada menos de 43 milhões. Pergunto,

então: qual seria a proporção em 1960? Quantos estariam trabalhando, desses 43 milhões, em 1960? Qual seria a participação dessa população na estrutura social, com reflexos de consumo, com definições de passivo? De outra parte, não se contém o desejo de saber que setores estariam se desenvolvendo mais? Para que lados, para que setores voltariam os responsáveis pelo País mais detidamente suas vistas, emprestando seu esforço pessoal com mais interesse?

Meus senhores, 1960 nos dirá tudo isto. Trata-se, como se vê, não apenas de uma reforma de sentido material, mas, sobretudo, de uma reforma de cunho fundamentalmente espiritual. Sim, porque o homem de nossos dias se mentalizou de forma inteiramente outria à daquele que revestia o homem de 10 anos atrás. Em apenas 10 anos, houve verdadeira reforma de mentalidade do brasileiro. Daí, porque, hoje, não nos basta saber quantos somos; queremos saber o que somos.

Dentro deste espírito, dirigimos os nossos trabalhos na Assembléia-Geral de Estatística. E, assim como, no curso deste decênio, vimos informando as autoridades responsáveis pela condução dos destinos deste País, sobre todos os aspectos estatísticos necessários ao planejamento de suas atividades, assim também, em 1960, iremos mensurar a grandeza da colheita e, ao mesmo tempo, conheci até que ponto foram úteis essas informações e quando deixaram de ser utilizadas.

Confesso, entretanto, sentir-me, de certa forma, um tanto apreensivo ante a magnitude do problema que se equaciona para a solução em 1960. Estaríamos suficientemente organizados, ante o volume de trabalho, para atender, com precisão matemática, às solicitações que teremos em 1960? É uma preocupação que me assalta. Todavia, ante o manifesto desejo de bem servir à causa estatística, e, por outro lado, face às providências que vêm sendo tomadas pelo digno Presidente deste Instituto, meu particular amigo, Professor Juandyr Pires Ferreira, confio no esforço conjunto dos ilustres Delegados, aqui presentes, em perfeita sintonia, aliás, com os órgãos centrais de estatística, a fim de que, mais uma vez, o lema —

Trabalhar pelo Brasil — seja coroado de êxito. Daí, o apelo que me permite fazer aos meus amigos Delegados Regionais — aqui reunidos, geograficamente, como bem acentuou o nobre Representante da Paraíba —, no sentido de darem o máximo que lhes for possível ao engandecimento do Recenseamento Geral de 1960, porque este será, sem sombra de dúvida, muito mais importante do que todos os outros anteriormente realizados.

Meus senhores! Não participo da tese nem da melancolia do abraço de despedida. Não há despedida, hoje, como não houve, também, no ano passado. Há, tão-somente, um hiato de um ano estatístico, de um ano técnico, entre esta Assembléia que hoje termina os seus trabalhos e a XX Assembléia-Geral, a Assembléia-Geral de 1960, a instalar-se, provavelmente, em outro ponto geográfico do País.

Parece certo, senhores, que o nosso próximo encontro, será no coração do Brasil! No Chapadão Central, no Espigão-Mestre da Nacionalidade, trocaremos, em 1960, abraços e impressões, num perfeito intercâmbio de cordialidade e realização superiores. Disto, dá-nos a notícia, neste instante, o Senhor Presidente do Instituto, ao passar às mãos do Senhor Representante de Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, os resultados preliminares do Recenseamento de Brasília. Exatamente, senhores, 1/10% da população nacional — se mantivermos fixos os nossos olhos numa população de 65 milhões de habitantes para este ano —, exatamente 1/10% da população brasileira, em apenas três anos, se acumulou nesta cidade que surge como uma esperança nova para os destinos da nacionalidade. Provavelmente, senhores, em Brasília nos encontraremos para mais um contato, para mais um breve convívio e, se me permitirem uma expressão própria do interiorano, para mais um mutirão, como esse que acabamos de fazer aqui. Um mutirão, senhores, em benefício da Estatística, em benefício do Brasil, em benefício de nós mesmos. E em Brasília, futura e gloriosa Capital da República, e taremos, em 1930, para daí prosseguimento aos nossos trabalhos de grupo, aos nossos trabalhos coletivos e, ao mesmo tempo, nos preparando para enfrentar, com serenidade, a clássica pergunta: Quantos somos?

Deixo-lhes, neste instante, e ao terminar estas palavras de saudação cordial, o meu abraço, não de despedida, mas o meu abraço de amigo, o meu abraço de companheiro de trabalho. Ao fazê-lo, porém, rogo-lhes que, ao regressarem aos seus Estados natais, levem no peito, mais viva do que nunca, aquela convicção que os estimula ao trabalho e trazem por princípio de formação: servir ao Brasil, servir à Pátria, em quaisquer circunstâncias. E, mais ainda, a certeza de que, no Rio de Janeiro — que, dentro em pouco, deixará de ser a famosa Capital do País, mas, nem por isto, deixará de ser a gloriosa Cidade de São Sebastião —, no Rio de Janeiro, repito, continuamos hoje, como ontem, a esperar a oportunidade, feliz, de poder servi-los. Levem, senhores, o nosso abraço, os nossos cumprimentos e, sobretudo, este voto que formulo: Que Deus, senhores, que Jesus, senhores, abençoe todo o trabalho edificado que vêm realizando; sejam grandes as messes e farta a produção. Porque, aqueles que lançam as sementes desses trabalhos, num verdadeiro apostolado estatístico, são lavadores de alta capacidade que colhem, necessariamente, as bênçãos santificantes do Senhor.

Permita Deus, meus amigos, seja o trabalho de cada um, de junho de 1959 a junho de 1960, de alta produtividade. Que todos colham os melhores resultados de seus esforços pessoais. E, particularmente, me dirijo àqueles companheiros novos no Sistema Estatístico, pedindo-lhes levem a certeza de que todos nós possuímos um objetivo comum e de alto nível: manter acesa aquela chama que os fundadores do Instituto lançaram para aquecer os nossos corações, para enobrecer nossa alma, para nos conduzir, caminho afora, em perfeita identificação com os grandes ideais do Brasil.

Congratulo-me, pois, com os senhores pela realização de mais esta Assembléia-Geral e peço a Deus uma bênção toda especial para aqueles que dela participaram."

Discurso do Presidente — No encerramento das Assembléias Gerais dos dois Conselhos, o Prof. Jurandyr Pires Ferreira, Presidente do IBGE, fez o seguinte discurso:

"Ao encerrar a sessão solene com que se coroam os trabalhos que vêm sendo realizados, reproduziria, apenas, uma frase de Lagrange, que dizia: "nada havia de mais di-

fácil de que achai-se o que é constante na mutação perpétua da variedade" Este conceito de Lagrange se reveste, neste momento, de alta significação para definir o quadro que nos antolha a civilização contemporânea. É que se descobriu esta constante na variedade, como que a pintura algébrica deste fenômeno, fenômeno de nosso progresso.

Realmente, torna-se difícil poder enquadrar-se melhor de que numa forma hiperbólica o movimento ascendente do progresso humano, pois tendemos para uma assintota vertical. Ontem, os pessimistas nos diziam — uma lei que se tornou clássica — que, enquanto os meios de produção cresciam em forma aritmética, as necessidades humanas cresciam em forma geométrica, e, em consequência, a miséria fatal como que se apresentava aos olhos da humanidade, pintando-lhe o quadro de seu futuro.

Mas as revoluções se sucedem. Ontem, foi a máquina a vapor, abindo realmente todo o panorama industrial de nossa era, hoje é a energia nuclear, são todas as transformações da vida moderna, que vão abrindo novos horizontes para destruir os presságios de Cassandra, dos pessimistas de ontem. Mas, há que reconhecer que mesmo esses pessimistas eram donos de uma parcela de verdade. Apenas, dentro dos elementos de que dispunham no quadro geométrico do momento.

É por isso que se destaca — e acentuadamente — a responsabilidade que vamos assumir. É a responsabilidade que advém do Censo que se aproxima. Eis a razão por que quero as minhas primeiras palavras sejam de adveniência ao Dr. Vieira de Melo, Diretor do Núcleo de Planejamento Censitário, para dizer-lhe da responsabilidade que assume, neste momento, em que se dão os primeiros passos para realização de tão importante batalha estatística.

O quadro futuro do Brasil será assentado sobre a moldura deste Censo. Por ele é que se poderão, realmente, efetuar, como disse o Dr. Nicceu da Cruz César, as previsões para a continuidade do progresso alarmante em que vive o Brasil. E digo progresso alarmante, porque é em angústia que vive a nossa geração, constantemente martirizada por todas as dificuldades de sua própria existência, pelo aumento fabuloso das ambições humanas, que crescem em dignidade em razão da ampliação de suas próprias aspirações.

Este quadro, sem o andamento dos processos de produção no mesmo ritmo, pela impossibilidade de o ato material acompanhar o caminho e a velocidade do pensamento humano, realmente traz este estado de angústia que nós sentimos no interior de nossas famílias, no conjunto e em todos os momentos. Mas, devemos contar o acréscimo de bens que cada um obtém, dia a dia, o aumento de padrão de vida do povo brasileiro, que cresce em dignidade a cada instante, ampliando os fatores que lhe vão dando um campo muito mais largo para a satisfação de suas necessidades, embora, ao mesmo tempo, sofrendo a angústia do crescimento do custo das utilidades. Assim, esse crescimento corresponde como a um índice de real e efetivo progresso da Nação.

Este paradoxo, da angústia que se refere ante a grandeza de que nos fala a euforia do desenvolvimento e do progresso nacional, este contraste — frisante, sem dúvida — como que martiriza a geração contemporânea. Este martírio, sofriemo-lo porque crescemos em ambições. Permitam-me buscar exemplo no nosso velho sertanejo, que ontem se deslocava a pé levando a títacolo um pouco de farinha de pau e um pedaço de rapadura, pisando descalço pelo interior afora, e hoje desloca-se nas bóléias motorizadas dos caminhões que circulam pelas estradas cortadas no interior do Brasil. Nas cidades, passaram a representar necessidades vitais da vida contemporânea, desde a galadeira até o rádio, como necessidades elementares da vida humana. E, de um padrão de

vida crescente, subiu realmente, ampliou-se a dignidade do homem. Mas, ampliando-se essa dignidade, ampliou-se também o campo largo de suas aspirações. É por isso que me tocaram vivamente as palavras do Dr. Carlos Bucier Júnior, quando se referia às necessidades do encaminhamento das conquistas humanas, em bem da própria humanidade.

Lembro-me que essa aspiração data do velho Egito, quando, nos templos de Setáfis, se aprisionavam aqueles que se dedicavam aos estudos intelectuais, para que o conhecimento da ciência não pudesse ser mobilizado em malefício da humanidade, mas sim em bem da felicidade coletiva. Só depois da purificação pelos quatro elementos da natureza é que se lhes permitia terem a felicidade de aplicar o que sonhavam, em benefício de todos.

Quero, da mesma forma, mostrar o alto sentido que a estatística passou a ter na vida moderna.

Já no discurso que proferi por ocasião da abertura desses trabalhos, tive ensejo de advertir que a estatística não é mais hoje um simples somatório de fatos. Ela exprime diretrizes e previsões, porque, do domínio de tudo que é fatal, que o arcabouço científico do século passado como que dominou por completo, vamos hoje, na curiosidade sem fim do pensamento humano, perscrutar e dominar o casual, não dando mais para a sorte ou para o azar o conjunto dos elementos aleatórios que apatecem, mas ofusca, no cálculo das probabilidades, a segurança da diretiva a seguir, a mais provável das soluções. O provável, por conseguinte, substitui o ilgoi de ontem, mas amplia profundamente o quadro geral do panorama.

Eu me permito ainda, nesta oportunidade, dizer e advertir que os trabalhos realizados por esta Assembléia tiveram, realmente, objetivo concreto, metas a atingir. Como que olhando e seguindo a orientação traçada no governo da Nação por Sua Excelência e Senhor Presidente da República, de forma a acompanhar-lhe os passos neste programa de recomposição do Brasil, restabelecendo, na velocidade acelerada de um ritmo de realizações, a perspectiva efetiva de um progresso iminente. E hoje nós o estamos sentindo na própria carne, e é nela que vemos o resultado desta atividade febil, que vemos o Brasil no seu extraordinário crescimento, provocado pelo dinamismo da ação governamental, trazendo, sem dúvida, todo o cortejo das ambições crescentes que se desenvolvem paralelas ao próprio progresso da humanidade.

Se olhássemos para o índio e verificássemos que as suas necessidades se resumem às flechas e aos arcos, e o comparássemos com o homem requintado em civilização, veríamos que a gama de valores entre um e outro vai definindo o grau da evolução.

Não se deve sequer indagar qual dos extemos pode exprimir o anseio de um povo. Não é sobre a paz calma de segurança do índio que deve residir o anseio de uma Nação; não é eliminado, mas ampliando as suas necessidades, porque civilizar é criar necessidades. Esse criar constante de necessidade, cada vez mais impondo novas dificuldades de vida, exprime os passos lançados na direção do progresso humano. Mas, atingir esse progresso, não se consegue mais à base de uma simples vontade, ao livre arbítrio dos homens. Hoje o crescimento das civilizações se realiza à sombra do Intangível. É na base da ciência — e da ciência aleatória — é na manipulação dos dados, que se vai coodenando o fundamento em que pode assentar um programa efetivo de realizações. É nisto que se eleva a figura do Presidente Juscelino Kubitschek, o primeiro, talvez, na história da República, que fugiu das programações copiadas, das fórmulas feitas de organismos estrangeiros, para fixar, dentro dos dados concretos das estatísticas, as necessidades futuras que tinha que atingir, nas metas que estabeleceu para realização em seu governo.

Pode-se dizer que o governo do Presidente Kubitschek é um governo numérico, fixado em números, definido por uma orientação em que a qualquer instante se pode saber o grau a que atingiu, na evolução de sua atividade pública. Isto como que prestigia a nós, e prestigia de modo acentuado, porque sentimos que não fica num lençol de números e resultados de nosso esforço de colhêr a fotografia dinâmica da Pátria, mas, ao contrário, nosso trabalho laborioso de cada instante está servindo realmente para a programação superior da ação do governo. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, então, foge daquela pena que figurava no tempo da velha Grécia como a mais tremenda de todas, para se afirmar num trabalho de útil aplicação.

Hoje se sente toda a grandeza de nosso esforço, aproveitado até o mínimo dos detalhes. Ainda há pouco, em uma sessão plenária, nós ouvimos aqui a exaltação dos trabalhos que se planejam na Operação Nordeste, com fundamento exato e precisamente na realidade de base (e, então, a geografia, que ontem ela apenas uma enumeração de nomes, como que um catálogo de cidades e de acidentes geográficos, hoje, é o auxiliar imprescindível, imediato, para qualquer obra que possa realmente ter eficiência na vida contemporânea, é o resultado do conhecimento das necessidades da região). É que ontem se desprezava o supérfluo, apenas se aproveitava aquilo que mais aparecia no momento como necessário. Hoje, é o rendimento de trabalho humano o

que importa. Media-se o valor de uma Nação pela sua produção geral; hoje, pelo rendimento do trabalho humano de cada elemento desta Nação. Os povos eram grandes como a Rússia, a China, a Índia, mas os povos eram miseráveis como a China e como a Índia. Hoje, o que se aspira é fazer uma Nação grande pela integração da riqueza de seus filhos. Não é a Nação rica o que se vê, como aspiração contemporânea, mas a riqueza dos povos, mas a riqueza dos filhos desta Nação que a integram e que forma a felicidade individual, integrando a felicidade coletiva. Este, o conceito da humanização dos povos, humanizando-os e apreciando-os sob o aspecto da felicidade individual, para dar, na soma das felicidades individuais, o conjunto e o aspecto superior da felicidade coletiva. Seja, pois, este aspecto e grande ascendente que nós passamos a ter no momento presente da vida das Nações.

Eu desejo, antes de considerar esta sessão encerrada, dar a palavra, que me havia sido solicitada, ao representante do Senhor Presidente da República, quebrando uma praxe, uma tradição, deixando que Sua Excelência encerre de fato os trabalhos, para demonstrar, assim, o superior sentimento que votamos pelo Chefe da Nação e, principalmente, o entusiasmo crescente que alimentamos pela grandeza permanente do Brasil, que o Presidente Juscelino Kubitschek vem impulsionando com tão alta segurança e com tão firme pulso, para colocar nosso país na posição de destaque que lhe cabe no cenário das Nações contemporâneas."

ATIVIDADES DA JEC

★ 7 de janeiro, sessão ordinária — Atendendo a pedidos de informações, o sr Secretário-Geral prestou esclarecimentos sobre o “Manual dos Agentes de Estatística,” em preparo pelo professor Joaquim Ribeiro Costa, e sobre a aquisição de sede para a IR do Pará

A Junta tomou as seguintes deliberações a) formulou voto de congratulações pelo retorno à Casa do sr Domingos Saboia, como representante dos Órgãos Filiados, b) baixou as Resoluções ns 592 e 593, c) aprovou as contas da Secretaria-Geral, relativas ao 3º trimestre de 1957, d) homologou a Resolução nº 141 da JERE de Minas Gerais

Foram eleitos os srs Rubens Gouvêa, coronel Edson de Figueiredo e Alberto Martins membros das Comissão de Orçamento e Tomada de Contas, para o exercício de 1959

Publicações distribuídas Nilópolis, monografia municipal (DDD), *Comércio exterior do Brasil, por mercadorias, segundo os portos (SEEF), Pesquisas sobre a fecundidade das mulheres e a sobrevivência dos filhos no Brasil (LE), Mensário estatístico nº 89 (SEEF), Profissionais, segundo algumas características, 1951/1955 (DLE), Exportação do Distrito Federal por vias internas, 1958 (DLE),*

★ 14 de janeiro, sessão extraordinária Foi lido um memorial dos bacharelados da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, e, em seguida, uma resposta formulada pelo sr Alberto Martins Falaram sobre o assunto vários dos senhores Conselheiros

O sr cônsul Ivan Batalha apresentou despedidas, tendo em vista sua substituição na Junta pelo cônsul Raul de Sá Barbosa, na qualidade de representante do Ministério do Exterior

A Junta resolveu a) baixar as Resoluções ns 594 e 595, b) homologar a Resolução nº 123 da JERE de Pernambuco, c) formular voto de pronto restabelecimento ao prof Jurandyr Pires Ferreira, d) formular voto de louvor e reconhecimento ao sr Sílvio de Miranda Ribeiro, pela colaboração prestada à JEC como seu Secretário-Assistente

Publicações distribuídas. A contribuição das diversas unidades da Federação e Regiões Fisiográficas para a população do Distrito Federal (LE), Tocantinópolis, monografia municipal (DDD),

★ 21 de janeiro, sessão ordinária — A Junta debateu alguns aspectos da revisão dos Modelos A e B do Registro Industrial Compareceram à sessão os novos representantes do Ministério das Relações Exteriores e dos Órgãos Filiados, respectivamente srs cônsul Raul Barbosa de Sá e Domingo Saboia de Albuquerque Filho

Foi formulado um voto de pesar pelo falecimento do engenheiro Bernardo Sayão, ocorrido em Brasília

Publicações distribuídas *A indústria e o comércio atacadista 1958 (DLE), Flagrantes brasileiros nº 12 (DDD), Censo da cidade de Itaituba, (NPC), Passos ou travessias do Brasil, 1956 (CNE)*

★ 28 de janeiro, sessão extraordinária — A Junta baixou as Resoluções números 596 e 597, concedeu isenção da taxa de Estatística a espetáculos beneficentes no interior do País e impôs multas a várias firmas comerciais pela não observância de prazo na entrega de questionários dos Inquéritos Econômicos

Publicações distribuídas Macaé, monografia municipal (DDD), *Estudos sobre as quantidades e os preços das mercadorias produzidas ou negociadas, nº 83 (LE)*

★ 4 de fevereiro, sessão ordinária — O sr Augusto de Bulhões trouxe ao conhecimento da Junta, para as providências cabíveis, o fato de que a Resolução nº 383 da JEC não estava sendo cumprida regularmente por todos os Departamentos Estaduais de Estatística

A Junta formulou os seguintes votos de louvor e agradecimento, bem como de congratulações, com o sr Dino Pires Ferreira, pelo trabalho que realizou durante sua gestão como Superintendente do Serviço Gráfico, e pela sua investidura como Deputado Federal, de louvor ao Presidente do

IBGE e ao Secretário-Geral do CNG pela publicação do "Atlas do Brasil", extensivo a todos os que colaboraram na referida obra; de congratulações com o sr Presidente da República, pelo transcurso do terceiro aniversário de seu governo; de pronto restabelecimento à Sra Hildebrando Martins, acidentada quando viajava em companhia do sr Secretário-Geral

A Junta tomou ainda as seguintes deliberações: a) baixou a Resolução n.º 598; b) aprovou as contas do auxílio de 1957 dos DEE do Rio de Janeiro e do Piauí, c) homologou as Resoluções ns 208 e 113, respectivamente das JERE do Espírito Santo e de Alagoas

Publicações distribuídas *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, vols XV, XXII, XXV e XXXIII, *Atlas do Brasil, As atividades do Laboratório de Estatística do ano de 1958; Comunicado para imprensa* (SEEC), *Itaguaí, Corumbá e Camaçari*, monografias municipais (DDD)

★ 18 de fevereiro, sessão ordinária — A Junta homologou as seguintes Resoluções das JERE 150, do Rio Grande do Sul, 28, de Rondônia, 192 da Paraíba, 126 de Mato Grosso, 168 do Paraná, 142 de Minas Gerais Concedeu, ainda, abatimento para a impressão do "Anuário dos Religiosos do Brasil" no Serviço Gráfico

O Sr Nirceu da Cruz César fez um relato da viagem que realizou aos Estados de São Paulo e Minas Gerais, elogiando a atuação das IR e Agências de Estatística que visitou

Publicações distribuídas Monografia Municipal de *Belo Horizonte, A indústria e o comércio atacadista, setembro de 1958* (DLE), *Estudos sobre as quantidades e os preços das mercadorias produzidas ou negociadas*, n.º 81 (LE), *Nova Petrópolis*, monografia municipal (DDD), *Revista Brasileira de Estatística*, ns 73-74

★ 13 de fevereiro, sessão extraordinária — O sr Paulo Rangel fez um relato sobre sua viagem ao Rio Grande do Sul e pronunciou-se sobre sua viagem ao Rio Grande do Sul e pronunciou-se sobre a divulgação mínima dos resultados do Registro Industrial

A Junta tomou as seguintes deliberações a) formulou voto de regozijo pela instalação, em São Paulo, do Instituto Latino-Americano de Criminologia, b) homologou as seguintes Resoluções das JERE n.º 137, do Distrito Federal; 166, do Ceará; n.º 190, da Paraíba; c) aprovou as contas do auxílio especial concedido à Diretoria de Estatística e Divulgação da Prefeitura de Salvador

Falaram sobre as atividades da Comissão encarregada de programar as homenagens póstumas ao Dr Teixeira de Freitas os srs Rubens Gouvêa e Rubens Pôrto

★ 25 de fevereiro, sessão extraordinária — O Sr Presidente saudou os Srs. Antonio Fonseca Pimentel, que substituiu o sr Moacir Malheiros como representante do Ministério da Viação, e Edésio Assunção, que compareceu aos trabalhos como suplente do representante do Ministério da Saúde

A Junta aprovou um voto de tristeza pelo afastamento do sr Moacir Malheiros, designado para cursar a Escola Superior de Guerra, e um voto de louvor ao sr. Marcelo Aroucha, pelos esforços realizados em prol das estatísticas judiciárias, na Bahia

Foi homologada a Resolução número 127 da JERE de Goiás e foi concedida isenção do Selo de Estatística para espetáculos beneficentes

Publicações distribuídas: *Produção extrativa vegetal, 1957* (SEP), *Estudos demográficos n.º 246* (LE), *Joinville*, monografia municipal (DDD), *Orçamento para o exercício de 1959*, CNE

★ 4 de março, sessão ordinária — A Junta formulou votos de pesar pelo falecimento dos srs ministro Arthur Marinho, presidente do Tribunal Federal de Recursos e professor da ENCE, do Capitão Pitaluga de Moura e do coronel Sidônio Dias Correia, estes dois últimos mortos num desastre aéreo, no qual também foi vitimado o coronel-aviador Dionísio Cerqueira de Taunay, antigo representante do Ministério da Aeronáutica na JEC

O sr Rubens Pôrto referiu-se à personalidade do coronel Cerqueira de Taunay, e a Casa, depois de formular voto de profundo pesar pelo seu desaparecimento, suspendeu seus trabalhos em homenagem à memória do extinto

★ 6 de março, sessão extraordinária — A Junta aprovou uma Indicação do senhor Paulo Rangel, no sentido de ser feito um apêlo aos srs comerciantes, industriais e demais fornecedores de dados primários para que observem a pontualidade e exatidão no preenchimento dos formulários de coleta Foi eleito o sr Rubens Gouvêa para substituir o sr Moacir Malheiros como representante da JEC junto ao CNG

Publicações distribuídas *Estudos sobre as quantidades e os preços das mercadorias produzidas ou negociadas*, n.º 82 (LE), *Flagrantes Brasileiros números 13* (DDD), *Mensário Estatístico n.º 90* (SEEF), *Sobral*, monografia municipal (DDD), *Programa Internacional* (NPC), *Produção Mineral, 1957* (SEP)

★ 11 de março, sessão extraordinária — O sr Alberto Martins comunicou que será realizado no Brasil, em 1960, um Seminário de Estatística Educacional, patrocinado pela UNESCO, e esclareceu que um expediente oficial sobre o assunto estava sendo encaminhado ao sr Presidente do IBGE.

O sr Rubens Pôrto leu uma mensagem do prof Moacir Malheiros F Silva, a propósito de seu afastamento da Junta. Em seguida fez entrega ao senhor Presidente do Instituto do pedido de filiação do Departamento de Estatística da Conferência dos Religiosos do Brasil.

A Junta homologou a Resolução n° 144 da JERE de Minas Gerais e deliberou sobre isenção da Taxa de Estatística para espetáculos beneficentes.

Publicações distribuídas *Normas de apresentação tabular da estatística brasileira (CNE), Antônio Prado, monografia municipal (DDD); Sinopse retrospectiva do ensino no Brasil, 1933/1958 (SEEC), A indústria e o comércio atacadista, outubro de 1958 (DLE)*

★ 18 de março, sessão ordinária — O sr Rubens Pôrto leu seu parecer sobre a representação do Diretório Central do CNG na Junta.

Depois de debatido o assunto, o senhor Presidente indeferiu requerimento no sentido de ser concedido desconto sobre o preço da impressão de um "Guia de Teresina", pelo Serviço Gráfico.

A Junta concedeu isenção da Taxa de Estatística a espetáculos beneficentes, indeferindo requerimentos no mesmo sentido que não atendiam às condições mínimas.

Publicações distribuídas *Boletim bibliográfico, vol I, n° 11/12 (DDD), Estudos demográficos n° 248 (LE), Óleos e gorduras vegetais, 1957 (SEP), Exportação do Ceará por vias internas, 1956 (DLE), Caxias do Sul, monografia municipal (DDD)*

★ 30 de março, sessão extraordinária — O sr Coronel Edson de Figueiredo formulou requerimento sobre a inclusão, no "Anuário Estatístico", de dados de interesse militar e geral. O sr Rubens Gouvêa agradeceu à Secretária-Geral e à DLE a colaboração no preparo de um trabalho sobre a assistência médico-sanitária, publicado na *Revista Brasileira de Municípios*.

A Junta aprovou um voto de pesar pelo falecimento do sr Sizenando Costa, antigo diretor do DEE da Paraíba.

Publicações distribuídas *Revista Brasileira dos Municípios, n° 41/42 (DDD), Boletim Estatístico n° 46 (DDD), Sinopse Estatística do Ensino Médio, 1958 (SEEC)*

★ 1° de abril, sessão ordinária — O sr Coronel Edson de Figueiredo apresentou despedidas, por se afastar da representação do Ministério da Guerra na Junta. O sr Presidente e os senhores Conselheiros ressaltaram a cooperação prestada pelo sr Coronel Edson de Figueiredo aos trabalhos da JEC.

Publicações distribuídas *Estudos demográficos n° 249 e 250 (LE)*

★ 10 de abril, sessão extraordinária — Foram aprovados votos de congratulações com o sr Diretor do SEDMP pelo 10° aniversário de sua gestão à frente daquele órgão, e um voto de profundo pesar pelo desaparecimento do Sr Tales da Rocha Viana, elemento de ligação entre o IBGE e a Presidência da República.

Foram examinados pelos seis Conselheiros aspectos relacionados com a situação dos interinos e do quadro de pessoal do Conselho.

A Junta baixou a Resolução número 599 e aprovou o parecer contrário à inclusão, na sua composição de um representante do CNG, por impedimento de ordem legal.

Publicações distribuídas *Alguns dados sobre a emigração italiana para o Brasil (LE); Ituberá, monografia municipal (DDD), Atividade e produtividade da RFFSA, Estudos sobre quantidades e os preços das mercadorias produzidas ou negociadas n° 86 (LE), A indústria e o comércio atacadista, novembro/1958 (DLE), Tábuas itinerárias brasileiras, 1956*

★ 15 de abril, sessão extraordinária — A junta tomou as seguintes deliberações: a) aprovou a substituição do representante do Estado de São Paulo pelo do Estado de Minas Gerais na Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Geral, em virtude de estar a diretora do DEE do primeiro Estado impossibilitada de exercer suas funções naquela Comissão, b) baixou a Resolução número 601, c) concedeu isenção da taxa de Estatística a espetáculo patrocinado pelas Pioneiras Sociais.

Publicações distribuídas *Os salários nas estradas da RFFSA, Despesa orçada para 1958, comparada com o movimento das estradas em 1957 (RFFSA), Estudos sobre as quantidades e os preços das mercadorias produzidas ou negociadas, n° 86 (LE), Exportação do Rio Grande do Norte por vias internas, 1957 (DLE), Produção de carnes, derivados e subprodutos, segundo os Órgãos Territoriais Militares, 1956/57 (SEFM); O ensino no Brasil em 1956, vol II (SEEC)*

★ 22 de abril, sessão ordinária — A Junta tomou as seguintes deliberações a) homologou as Resoluções 187, 188 e 189 da JERE de Sergipe, b) homologou a Resolução n.º 170 da JERE do Paraná, c) aprovou a designação dos senhores Paulo Rangel e Coronel-aviador Fausto Amélio da Silveira Gerpe para substituir, na Comissão de Tomada de Contas da Assembléia-Geral, os representantes do Ministério da Viação e da Guerra; d) aprovou voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Maria Vitória Gonçalves Arruda, espôsa do dr Alcides de Andrade Arruda, Consultor técnico do Conselho, e) aprovou voto de congratulações com os srs Hildebrando Martins da Silva, Sílvio de Miranda Ribeiro e Ailton Alves Coentro, pela atualização dos Inquéritos Econômicos

Publicações distribuídas *A indústria e o comércio atacadista, dezembro de 1958* (DLE); *Sinopse estatística do ensino superior* (SEEC), *Matança nos frigoríficos, 1957/58* (SEP)

★ 29 de abril, sessão extraordinária — A Junta homologou as Resoluções números 103, da JERE de São Paulo, 178, da JERE do Amazonas, e 212, da JERE da Bahia

O sr Alberto Martins falou sobre a reunião da Comissão de Tomada de Contas da Junta cujos trabalhos estavam quase concluídos

★ 30 de abril, sessão extraordinária — O sr Alberto Martins pediu e obteve informações sobre um projeto de aquisição, pelo Instituto, da casa onde nasceu Teixeira de Freitas, na Bahia

A Junta aprovou a prestação de contas do Serviço Gráfico do Instituto, relativas ao quarto trimestre de 1958, e a prestação de contas da Secretaria-Geral, relativa a 1958, tendo baixado ainda a Resolução n.º 602

Publicações distribuídas: *Exportações do Paraná por vias internas, 1957* (DLE); *Comércio de cabotagem do Brasil, 1955/7* (SEEF), *Garanhuns*, monografia municipal, 2ª edição (DDD); *Crimes e Contravenções, Distrito Federal, 1955* (SEDMP); *Relação dos Municípios instalados até 31-I-1959, segundo as Unidades da Federação* (SEP).

★ 6 de maio, sessão ordinária — Atendendo a um pedido de informações do sr Rubens Gouvea, o sr Secretário-Geral prestou esclarecimentos sobre o andamento de uma poliantéia sobre Teixeira de Freitas

A Junta aprovou, com uma salva de palmas, um voto de congratulações com o prof Jurandyr Pires Ferreira pelo transcurso do 3º aniversário de

sua gestão à frente do IBGE, bem como voto idêntico com o sr Presidente da República, por ter reconduzido o professor Jurandyr Pires Ferreira à presidência do Instituto

A Junta homologou as Resoluções ns. 209, da JERE do Espírito Santo, 125, da JERE de Pernambuco, 152, da JERE do Rio Grande do Sul e 130, da JERE de Mato Grosso

★ 15 de maio, sessão extraordinária — A Junta tomou as seguintes deliberações: a) Baixou a Resolução n.º 603, b) aprovou voto de satisfação pela promoção do sr Conselheiro Meira Penna a ministro, c) aprovou voto de congratulações com a ABI pelo transcurso do Dia da Imprensa; d) aprovou voto de pronto restabelecimento ao sr Mário Ritter Nunes, chefe da Seção de Estatística Militar da Secretaria-Geral

Publicações distribuídas *Minduri*, monografia municipal (DDD), *Mensário Estatístico n.º 92*, (SEEF); *Estudos sobre as quantidades e os preços das mercadorias produzidas ou negociadas, n.º 84* (LE); *Exportação do Espírito Santo por vias internas, 1957* (DLE)

★ 20 de maio, sessão ordinária — A Junta baixou as Resoluções ns 604, 605 e 606, aprovou votos de pesar pelo falecimento do sr João José Elias Faissol, pai do prof Speriônio Faissol, secretário-geral do CNG, e de congratulações com a Polícia Militar do Distrito Federal pelo transcurso do seu sesquicentenário

A Junta aprovou, ainda, o calendário dos trabalhos da XIX Assembléia Geral do CNE

Publicações distribuídas: *Resoluções da Assembléia Geral, XVIII Sessão Ordinária, Estudos sobre as quantidades e os preços das mercadorias produzidas ou negociadas, n.º 85* (LE)

★ 27 de maio, sessão extraordinária — A Junta formulou votos de profundo pesar pelo falecimento do sr John Foster Dulles, ex-secretário de Estado dos Estados Unidos, e do sr Mário Mello, antigo membro da Assembléia Geral do CNG

A Junta aprovou ainda um voto de congratulações com o Presidente do Instituto pela designação do Prof Delgado de Carvalho para substituí-lo em seus impedimentos eventuais, g) a homologação das Resoluções ns 128, da JERE de Goiás, 148 da JERE do Pará, 165 da JERE do Acre, 30 da JERE de Rondônia e 136 da JERE do Rio Grande do Norte

Publicações distribuídas *Resoluções da Junta Executiva Central, 1958* (DDD), *Resoluções da Assembléia Geral, tomo XVIII* (DDD), *Boletim Esta-*

tístico n.º 47 (DDD), Assistência Médico-Sanitária (SES), Armamento Hospitalar no Brasil (Divisão de Organização Hospitalar do MS)

★ 17 de junho, sessão ordinária — Compareceu à sessão em visita especial à Junta, o sr Jean de la Roche, representante do Bureau de Assistência Técnica da ONU, e o sr Jaime Balcázar, representante adjunto do mesmo Bureau, que foram saudados pelo sr Germano Jardim, suplente do representante do Ministério da Educação e Cultura

O sr Jaime Balcázar fez uma exposição sobre o Seminário de Estatísticas Educacionais, que se deverá realizar no Brasil

A Junta formulou voto de congratulações com os srs Presidente do Instituto e Secretário-Geral do Conselho pela organização da XIX Assembléia Geral

O Sr Presidente comunicou ter sido o IBGE condecorado com a Medalha do Mérito de Tamandaré, pela Marinha de Guerra, fato que demonstra o apreço em que é mantido o Instituto

Publicações distribuídas *Japaituna*, monografia municipal (DDD), *Estudos sobre as quantidades e os preços das mercadorias produzidas ou negociadas*, n.º 80 (LE); *Características*

das indústrias de transformação no conjunto do Brasil, nas regiões fisiográficas e nas Unidades da Federação (LE)

★ 24 de junho, sessão extraordinária — O sr Nirceu da Cruz César referiu-se à oportunidade de um convênio entre o Conselho e o SEPT para a apuração dos dados do Registro Industrial relativos a 1958, tendo a Junta autoidêntica, em princípio, essa providência

A Junta aprovou os seguintes votos a) de regozijo pela inauguração da Casa do Brasil, em Paris, b) de congratulações — com a Universidade Católica, pela aquisição de um cérebro eletrônico, e com a Diretoria de Documentação e Divulgação pelo esforço no sentido de atualizar a publicação da REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, e pela qualidade do material por esta divulgado

Publicações distribuídas *Caruaru*, monografia municipal, 2ª edição (DDD), *Mensário Estatístico* n.º 94 (SEFF), REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, ns 75/76 (DDD), *Pesquisas sobre a mortalidade no Brasil*, 4ª série (LE), *A importação brasileira, segundo grandes grupos de mercadorias, nos anos de 1953 a 1957* (LE)

SÃO PAULO E O CENSO DE 1960

GOVERNADOR de São Paulo, Sr Carvalho Pinto, considerando a importância dos levantamentos estatísticos decenais promovidos pelo IBGE, oficiou, em 21 de março, ao Presidente da República, informando-o do grande interesse desse Estado na realização do Censo de 1960. Nesse documento, o chefe do executivo paulista esclarece que o Governo estadual constituiu um Grupo de Planejamento cuja incumbência expressa será elaborar o plano de atividades de sua gestão, durante o próximo exercício, trabalho que não poderá prescindir dos dados para a configuração exata da realidade econômica e social daquela Unidade da Federação

São os seguintes os termos do referido ofício:

“Tenho a honra de me dirigir a vossa excelência a fim de manifestar o interesse especial com que o governo do Estado aguarda a realização do Censo Nacional do próximo ano. Não desconhece vossa excelência a importância inquestionável dos levantamentos estatísticos decenais promovidos pelo IBGE e, neste momento, dadas as condições de nossa vida social e econômica, peço vênias para encarecer a relevância de que o Censo se reveste para o Estado de São Paulo

Os últimos dez anos assistiram a grandes transformações na vida brasileira, de modo especial na de São Paulo, e assumem papel básico na programação das atividades sociais e econômicas para o futuro, não apenas nos setores da economia privada como também, e de modo relevante, na Administração Pública. Aliás, nesta linha de interpretação, acaba o governo do Estado de constituir um Grupo de Planejamento, cuja incumbência expressa será elaborar o Plano de Ação de meu governo, durante o próximo quadriênio. Bem compreenderá vossa excelência que não poderíamos prescindir, a fim de que a programação das atividades estaduais não se afaste dos dados da realidade social e econômica, dos levantamentos e estudos que serão realizados com base no Censo de 1960

Deste modo, tenho a honra de solicitar se digne vossa excelência de transmitir ao IBGE nosso mais profundo interesse em relação ao Censo de 1960. Confiamos que venha a ser um trabalho que corresponda às graves exigências do País, na conjuntura sócio-econômica que atravessa

Na oportunidade, aproveito o ensejo para apresentar a vossa excelência os meus protestos de elevada estima e consideração (a) *Carlos Alberto A. de Carvalho Pinto*, Governador do Estado”

O LIONS CLUB E O RECENSEAMENTO DE 1960

O LIONS Clube do Rio de Janeiro (Lagoa) tomou a iniciativa de propor aos demais núcleos brasileiros da conhecida organização internacional uma expressiva manifestação de estímulo e apoio aos trabalhos do Recenseamento Geral de 1960

No dia 15 de abril, realizou-se, no Clube Monte Líbano, um jantar que, na forma do ritual, teve as características de uma Assembléia Geral. Dêse jantar, presidido pelo Senhor Ildeu Ramos de Lima e que contou com a presença de vários associados, participaram, como convidados especiais, os Srs Prof Jurandy Pires Ferreira, Hildebrando Martins da Silva, Valdemar Cavalcanti e Atilio Geraldo Vivacqua, respectivamente Presidente do IBGE, Secretário-Geral do CNE, Diretor de Documentação e Divulgação e Professor de Estatística. Os convidados foram saudados pelos Srs Ildeu Ramos de Lima e Armando de Oliveira Pinto, que ressaltaram a importância da obra do IBGE, havendo agradecido a manifestação o Prof Jurandy Pires Ferreira, num breve improviso, em que pôs em relevo o desenvolvimento das atividades preparatórias do Recenseamento Geral de 1960.

Foi lida nessa oportunidade a moção que o Lions da Lagoa iria submeter à VI Conven-

ção Nacional de Lions Clubes do Brasil, marcada para maio, em Fortaleza.

A moção em apreço, aprovada unanimemente na referida Convenção, é do seguinte teor:

"Considerando ser o Recenseamento Geral da República uma necessidade vital para medir o crescimento do potencial humano e econômico do País;

Considerando encontrar-se o Brasil na liderança da Comunidade de Nações que possuem serviços especializados de levantamentos censitários;

considerando ser dever do Lions Clube prestar todo o apoio às organizações oficiais ou particulares que visem à busca de elementos básicos que proporcionam o bem-estar da humanidade;

Resolve o plenário da VI Convenção Nacional de Lions Clubes aprovar a seguinte Moção:

a) prestar ao Serviço Nacional de Recenseamento todo o apoio para a execução do Recenseamento Geral da República, em 1960; e

b) oferecer ao Serviço Nacional de Recenseamento a cooperação dos leões para participarem como Membro das Comissões Locais de Assistência ao Recenseamento "

O Presidente Jurandy Pires Ferreira ao agradecer a iniciativa do Lions Clube da Lagoa



CENSO EXPERIMENTAL DE BRASÍLIA

Sob os auspícios do Conselho Nacional de Estatística, foi levado a cabo, a 17 de maio, como parte dos trabalhos preparatórios da operação censitária de 1960, o Censo Experimental de Brasília, cuja execução esteve a cargo de um grupo dirigido por funcionários do Núcleo de Planejamento Censitário e da Inspeção Regional de Estatística de Goiás, com a participação de duzentos servidores

A contagem preliminar da população recenseada, na data em apêço, acusou o total de 65 228 pessoas, com a inclusão dos não moradores presentes, para todo o território do futuro Distrito Federal, encavado no Planalto Central, com áreas originárias dos municípios de Formosa, Luziânia e Planaltina. O recenseamento habitacional abrangeu o total de 10 152 domicílios

É digna de registro a rapidez com que aumentam os efetivos populacionais de Brasília: entre 22 de julho de 1957 a 12 de março de 1958, a população brasiliense aumentou de 12 823 para 28 804 habitantes, e de 12 de março de 1958 a 17 de maio de 1959, cresceu de mais de 35 510 pessoas, o que equivale a um

incremento de 123,3% em quatorze meses. Em menos de dois anos, por conseguinte, quintuplicou a população de Brasília

Observa-se que, embora o número de habitantes do sexo masculino seja ainda muito elevado em relação ao feminino, como de resto acontece na maioria dos núcleos pioneiros, já se apresenta bastante inferior ao registrado em 1958, quando alcançava 70%

O Censo Experimental abrangeu, além dos acampamentos e dos núcleos provisórios, os núcleos estáveis: a cidade de Planaltina (2 245 hab.) e os povoados de Taguatinga (3 677 hab.) e de Brasília (355 hab.). A área considerada é a do futuro Distrito Federal, que se comporá de território desmembrado do atual Município de Planaltina (já acrescido de áreas desanexadas de Luziânia e de Formosa)

As maiores concentrações humanas estão presentemente localizadas no Núcleo Bandeirante (11 565 hab.) e no Plano Piloto — Zona Sul (11 007 hab.), que inclui o conjunto da Fundação da Casa Popular

XXIII ANIVERSÁRIO DO IBGE

Foi comemorado com diversas solenidades no Rio, o XXIII aniversário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, transcorrido a 29 de maio

A missa votiva realizada na Igreja de Nossa Senhora do Carmo seguiu-se a Páscoa dos Estatísticos e Geógrafos, sendo, depois, oferecido um lanche aos comungantes na sede do Conselho Nacional de Estatística

Realizou-se no auditório do Conselho uma sessão solene, sob a presidência do Professor Jurandyr Pires Ferreira, Presidente do IBGE, e com a presença de altas autoridades civis, militares e eclesiásticas, dos membros da Junta Executiva Central do CNE e do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, além do funcionalismo das duas alas do Instituto. Discursaram, nessa oportunidade, o engenheiro Castelo Branco, em nome da ala geográfica, e o Coronel-Aviador Fausto Gerpe, em nome do CNE

Foi assinado, a seguir, o termo de filiação do Departamento de Estatística da Conferência Nacional dos Religiosos ao sistema estatístico

nacional. Sobre o fato fez-se ouvir o Sr. Rubens Pôrto, Diretor do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Firmaram o documento o presidente do IBGE, o Sr. Hildebrando Martins, Secretário Geral do CNE e os membros da Junta Executiva Central

Na parte da tarde, foi inaugurada, na Livraria Civilização Brasileira, a Exposição do Livro Geográfico, sob os auspícios da mesma livraria e do Conselho Nacional de Geografia. Discursaram, no ato, os Srs. Ênio Silveira, diretor da firma editora e o Professor Jurandyr Pires Ferreira, havendo ambos destacado a importância do empreendimento

À noite, realizou-se um jantar comemorativo promovido pelo Clube dos Ibeanos, associação dos servidores do IBGE

A maneira do que se verifica todos os anos, a passagem da data máxima dos estatísticos e geógrafos foi comemorada nas demais Unidades da Federação com atos solenes e festivos

ATIVIDADES DO INSTITUTO JOAQUIM NABUCO

O INSTITUTO Joaquim Nabuco, órgão do Ministério da Educação e Cultura, sediado em Recife, vem realizando um amplo programa de pesquisas de laiga profundidade. As atividades de caráter didático que esta instituição efetuou até o ano passado, por meio de suas equipes de pesquisadores e sociólogos, incluem diversas ligadas a levantamentos estatísticos, prestando grande colaboração à Escola de Serviço Social de Pernambuco. A cátedra de Pesquisa Social ficou a cargo de membros do Instituto, os professores Paulo Maciel, perito em temas econômicos, e Carolino Gonçalves, chefe do Departamento de Estatística e Cartografia.

Partindo deste ponto, ficaram estruturadas as seguintes investigações: 1) readaptação social dos torocoplastados egressos do Hospital Osvaldo Cruz, de Recife; 2) pesquisa no Sanatório Otávio de Freitas; 3) trabalho sobre existência e condições de funcionamento dos estabelecimentos de assistência social a menores, com internamento, na cidade do Recife; 4) colaboração na coleta, crítica e apuração do material de uma pesquisa sobre o nível econômico dos escolares da capital pernambucana. Na parte de Estatística assinalaram-se: a) crítica e complementação, tôdas as vêzes que necessárias, de 452 questionários de um estudo sobre mobilidade social em Recife; b) estudo sobre natalidade e a mortalidade infantil em Água Preta, Gameleira, Palmares e Ribeirão,

de 1951, com a construção, em conjunto, das respectivas tábuas de sobrevivência e de desemparecimentos; c) um curso de Estatística Educacional para o Instituto Pernambucano de Estudos Pedagógicos.

Os problemas de contactos sociais e raciais, desde 1952, centralizam os integrantes de equipes de Antropologia, havendo grande cooperação da UNESCO. Assim uma pesquisa minuciosa foi feita partindo dos cultos religiosos praticados pelas populações nordestinas. A orientação geral deste trabalho ficou com o antipólogo René Ribeiro, sendo os dados colhidos enviados ao Escritório Central daquele órgão das Nações Unidas, em Roma. Quanto ao inquérito social promovido pela extinta Comissão do Bem-Estar Social, visando ao fornecimento de uma amostra estratificada dos padrões de vida da população urbana de Recife e dos municípios pernambucanos de Caruaru, Catende, Moreno e Pesqueira, o Instituto Joaquim Nabuco colheu vasto material e os resultados foram publicados pela própria instituição. Além deste setor, as equipes do Instituto estão sendo lançadas em pesquisas de profundidade nos mais variados campos da Economia, da Sociologia, da Ciência Estatística, da História Social e da Geografia Humana, buscando elementos seguros para a sistematização de planos que ofereçam melhores condições de vida aos habitantes do Nordeste. Dirige o Instituto o prof. Mauro Mota.

POPULAÇÃO DA CAPITAL PAULISTA

A Divisão de Estatística Demográfica do Departamento de Estatística do Estado de São Paulo elaborou estudo estimativo da população do Município da Capital, recorrendo, para isso, ao método de cálculo que considera o saldo vegetativo e migratório, com base nos coeficientes médios encontrados no último período intercensitário.

Conforme o estudo em apêço, a população paulista atingiu, em 1º de janeiro de 1959, 3 543 464 habitantes, os quais se distribuíam pelo distrito de São Paulo, com seus 39 subdistritos e distritos de Guianases Itaquera, Jaguaá, Pariheiros, Perus, São Miguel Paulista, excluído o antigo distrito de Osasco, que, pela Lei n.º 5 285 de 18 de fevereiro, passou a município.

Cumpre observar que a população do Município de São Paulo continua em crescimento, pois, pela estimativa realizada pela Divisão de Estatística Demográfica daquele órgão, em 1º de janeiro de 1958, foi-lhe atribuída uma população de 3 417 208 habitantes, inclusive Osasco, que na ocasião ainda lhe pertencia e possuía 77 518 pessoas, enquanto a 1º de janeiro do corrente ano atingiu 3 543 464. Ocorreu, portanto, aumento de 126 256 habitantes

Entre as atuais 39 subdistritos do distrito de São Paulo, o de Tatuapé é o mais populoso, visto que, a 1º de janeiro último teve os seus habitantes estimados em número de 253 359, seguido do subdistrito da Saúde com 202 944. Esses dois subdistritos foram os únicos a apresentar população superior a 200 mil habitantes, maior, portanto, que a de muitas cidades do interior de São Paulo e de outros Estados. O subdistrito de menor população foi, na mesma data de Capela do Socorro, com 7 644 habitantes. E entre todos os subdistritos e distritos o que menor contingente populacional apresentou foi o distrito de Jaraguá, com 4 352 moradores.

Para o cálculo da população dos distritos e subdistritos foi aplicado o critério da extrapolação retilínea da taxa que, nos dois últimos censos representava o efeito demográfico de cada uma dessas unidades, sobre o da unidade imediatamente maior. Como medida de prudência nos cálculos, o processo retilíneo, para os subdistritos, foi retardado através de coeficientes médios encontrados com base no censo de 1950 e nos pontos extremos extracensitários.

NÚCLEO DE PLANEJAMENTO CENSITÁRIO

EMPOSSOU-SE, a 12 de março, no cargo de Diretor do Núcleo de Planejamento Censitário, órgão do Conselho Nacional de Estatística incumbido dos trabalhos relacionados com o Recenseamento Geral de 1960, o Sr Antônio Vieira de Melo, antigo servidor da estatística brasileira e nome bastante conhecido nos meios intelectuais do País. O ato solene verificou-se na Secretaria Geral do referido Conselho, com a presença de altas autoridades, senadores e deputados e grande parte do funcionalismo.

Discursaram, sucessivamente, os Srs Hildebrando Martins, Secretário-Geral do CNE, e Alberto Blois, Diretor de Administração, formulando votos pelo êxito de suas atividades à frente do Núcleo. O Sr Vieira de Melo, após agradecer as referências feitas à sua pessoa, teceu uma série de considerações sobre as responsabilidades que lhe foram atribuídas, declarando o seu empenho de bem cumprir a missão.

Para encerrar o ato, o Professor Juandyri Pires Ferreira, presidente do IBGE, ressaltou as qualidades morais e intelectuais do empossado, afirmando estar certo de que, graças à experiência, capacidade e tato do Sr Vieira de

Melo, o Recenseamento Geral de 1960 viria a realizar-se em excelentes condições de eficiência.

Prosseguiram, em ritmo intensivo, os trabalhos relacionados com a implantação de novos processos de apuração mecânica a serem adotados no próximo Recenseamento Geral da República. Tem-se em vista a adoção de equipamento eletrônico moderno, de sorte a assegurar maior rapidez aos trabalhos de apuração dos dados censitários.

No Núcleo de Planejamento Censitário, realizaram-se, no primeiro semestre de 1959, sucessivas reuniões de técnicos e servidores especializados, sob a presidência do Prof Juandyri Pires Ferreira, com o objetivo de apreciarem os diversos aspectos do plano de trabalho em execução.

Reuniu-se semanalmente, na sede do Conselho Nacional de Estatística, a Comissão Censitária Nacional, com a participação de todos os seus membros integrantes, tendo sido examinados diversos problemas que dizem respeito ao programa de atividades do NPC.

PEQUENAS NOTÍCIAS

★ Na Exposição Internacional realizada em Bruxelas, Bélgica, o Brasil conquistou 45 prêmios, além da Estrela de Ouro a que fez jus o Pavilhão brasileiro, obra do arquiteto Sérgio Bernardes. O IBGE, que participou daquele certame com um "stand", foi agraciado com um dos três diplomas conferidos a entidades nacionais.

★ Prossegue a Inspeção Regional de Estatística da Bahia na iniciativa de reuni, em diversas zonas daquele Estado, os chefes de Agências de Estatística, a fim de debater problemas relacionados a métodos e técnicas de distribuição, preenchimento e arrecadação dos questionários da Campanha Nacional de Estatística. Visam tais reuniões, sobretudo, ao aprimoramento das informações e servem ao mesmo tempo como um treino para o Censo de 1960. No decorrer do mês de fevereiro, verificaram-se concentrações de estatísticos em várias cidades do interior.

★ Encontra-se em tramitação no Congresso Nacional projeto do Poder Executivo relacionado com os trabalhos do Recenseamento de 1960. O referido projeto autoriza a concessão de cerca de dois bilhões de cruzeiros para a realização do Censo.

★ A Assembléia Legislativa do Estado da Bahia aprovou projeto que autoriza a abertura de crédito especial de 1 milhão de cruzeiros para instalação imediata, em Salvador, da Escola de Ciências Estatísticas, criada pelo Governo baiano, em julho de 1958, como seção do Colégio Estadual.

★ Por ato do chefe do Executivo fluminense, foi a Junta Executiva Regional de Estatística investida da condição de órgão coordenador do sistema estatístico no Estado do Rio de Janeiro, cabendo-lhe resolver, com plena autonomia, o que constitui matéria de economia interna. Competirá à Junta, além de outras atribuições, fazer cumprir a Convenção Nacional de Estatística e as deliberações de caráter geral emanadas da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística e da Junta Executiva Central do mesmo Conselho.

★ Faleceu, a 15 de março, no Estado da Paraíba, o professor Sizenando Costa, que por muitos anos foi diretor do Departamento de Estatística desse Estado. O professor Sizenando Costa prestou assinalados serviços à causa da Estatística brasileira, havendo representado o seu Estado, em 1943, na Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística.

★ O Conselho Nacional de Estatística está adotando providências para a construção de uma sede provisória em Brasília.

★ Estão sendo preparados no IBGE, de acordo com as mais modernas técnicas, mapas de todos os Municípios do País, destinados a constituírem documentação fundamental e elementos indispensáveis à elaboração do plano de trabalho do Recenseamento Geral da República, em 1960.

★ Em reunião realizada no correr do mês de abril, a Junta Executiva Central do CNE aprovou resolução modificando a lista mínima de produtos para apuração do Registro Industrial.

PUBLICAÇÕES

Encontram-se à venda na Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística
(Secção de Intercâmbio: Av Franklin Roosevelt, 146-A) as seguintes publicações:

A — ESTUDO DA ESTATÍSTICA	
Estatística Geral e Aplicada — Croxton e Cowden	500,00
Vocabulário Brasileiro de Estatística — Milton da Silva Rodrigues	150,00
Teoria dos Levantamentos por Amostragem — Madow	120,00
Curso Elementar de Estatística Aplicada à Administração — Mortara	80,00
Fórmulas Empíricas — Running	40,00
B — RESULTADOS ESTATÍSTICOS	
Anuário Estatístico do Brasil — 1958	250,00
Anuário Estatístico do Brasil — 1957	220,00
O Mundo em Números	100,00
Brsil d'aujourd'hui	80,00
Estatística do Comércio Exterior: cada trimestre	60,00
Recenseamento Geral de 1950:	
Censo Demográfico — Brasil	50,00
— São Paulo e Minas Gerais, cada	40,00
— Outros Estados e Territórios, cada	20,00
Censo Agrícola — Brasil	50,00
— São Paulo e Minas Gerais, cada	50,00
— Outros Estados, cada	20,00
Censos Económicos — Estados, cada	20,00
Censo Industrial — Brasil	50,00
Censo Comercial e dos Serviços — Brasil	50,00
Censo de Transportes e Comunicações — Brasil	50,00
C — PUBLICAÇÕES DIVERSAS	
Enciclopédia dos Municípios Brasileiros — cada volume	400,00
Tábuas Itinerárias Brasileiras	200,00
Bibliografia Geográfico-Estatística Brasileira — 1936/50	130,00
Ferrovias do Brasil	100,00
Nomenclatura Brasileira de Mercadorias — 1958	100,00
A Fecundidade da Mulher no Brasil — Giorgio Mortara	90,00
Vida e Morte nas Capitais Brasileiras — Lincoln de Freitas	80,00
Análise Matemática do Estilo — Tulo Hostílio Montenegro	80,00
Geografia dos Preços — Moacyr Malheiros da Silva	80,00
Divisão Territorial do Brasil — 1-VII-1955	70,00
Técnica da Chefia e do Comando — Celso Magalhães	60,00
Brazilian Commodity Nomenclature	50,00
D — PERIÓDICOS	
Revista Brasileira de Estatística (trimestral)	
Assinatura anual	100,00
Número avulso	25,00
Número atrasado	30,00
Revista Brasileira dos Municípios (trimestral)	
Assinatura anual	100,00
Número avulso	25,00
Número atrasado	30,00
Boletim Estatístico (trimestral)	
Assinatura anual	100,00
Número avulso	25,00
Número atrasado	30,00

DESCONTOS: 50% para os servidores do sistema estatístico; professores e alunos de cursos oficiais de estatística; sócios quites da Sociedade Brasileira de Estatística
30% para livreiros, revendedores, pagamento à vista, sem consignação
Não são concedidos descontos na venda e assinatura de periódicos e do "Anuário Estatístico do Brasil".

VENDAS PARA O INTERIOR: São efetuadas vendas pelo Serviço de Reembolso Postal ou mediante a remessa da importância, em cheque ou ordem bancária, a favor do Conselho Nacional de Estatística (Av Franklin Roosevelt, 166, Rio de Janeiro, DF)

No mesmo local são distribuídas diversas publicações, dentre as quais as seguintes:

- ★ Inquéritos Económicos
- ★ Exportação por vias internas
- ★ Produção Industrial
- ★ Problemas de Base do Brasil
- ★ Flagrantes Brasileiros
- ★ Monografias Municipais

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

PRESIDENTE
JURANDYR PIRES FERREIRA

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, criado pelo Decreto n.º 24 609, de 6 de julho de 1934, é uma entidade de natureza federativa, subordinada diretamente à Presidência da República. Tem por fim, mediante a progressiva articulação e cooperação das três ordens administrativas de organização política da República e da iniciativa particular, promover e fazer executar, ou orientar tecnicamente, em regime racionalizado, o levantamento sistemático de todas as estatísticas nacionais, bem como incentivar e coordenar as atividades geográficas dentro do País, no sentido de estabelecer a cooperação geral para o conhecimento metódico e sistematizado do território brasileiro. Dentro do seu campo de atividades, coordena os diferentes serviços de estatística e de geografia, fixa diretrizes, estabelece normas técnicas, faz divulgação, propõe reformas, recebe, analisa e utiliza sugestões, forma especialistas, prepara ambiente favorável às iniciativas necessárias, reclamando, em benefício dos seus objetivos, a colaboração das três órbitas de Governo e os esforços conjugados de todos os brasileiros de boa vontade

ESQUEMA ESTRUTURAL

A formação estrutura do Instituto compreende dois sistemas permanentes — o dos Serviços Estatísticos e o dos Serviços Geográficos, — e um de organização periódica — o dos Serviços Censitários

I — SISTEMA DOS SERVIÇOS ESTATÍSTICOS

O Sistema dos Serviços Estatísticos compõe-se do Conselho Nacional de Estatística e do Quadro Executivo.

A — CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, órgão de orientação e coordenação geral, criado pelo Decreto n.º 24 609, de 6 de julho de 1934, consta de:

1. Um "ÓRGÃO ADMINISTRATIVO", que é a Secretaria-Geral do Conselho.

2. "ÓRGÃOS DELIBERATIVOS", que são: a *Assembleia Geral*, composta dos membros da Junta Executiva Central, representando a União, e dos Presidentes das Juntas Executivas Regionais, representando os Estados, o Distrito Federal e o Território do Acre (reúne-se anualmente no mês de julho); a *Junta Executiva Central*, composta do Presidente do Instituto, dos Diretores das cinco Repartições Centrais de Estatística, representando os respectivos Ministérios, e de representantes designados pelos Ministérios da Viação e Obras Públicas, Relações Exteriores, Guerra, Marinha e Aeronáutica (reúne-se ordinariamente no primeiro dia útil de cada quinzena e delibera "ad referendum" da Assembleia-Geral); as *Juntas Executivas Regionais*, no Distrito Federal, nos Estados e no Território do Acre, de composição variável, mas guardada a possível analogia com a J. E. C. (reúne-se ordinariamente no primeiro dia útil de cada quinzena)

3. "ÓRGÃOS OPINATIVOS", subdivididos em *Comissões Técnicas*, isto é, "Comissões Permanentes" (estatísticas fisiográficas, estatísticas demográficas, estatísticas econômicas etc) e tantas "Comissões Especiais" quantas necessárias, e *Corpo de Consultores-Técnicos*, composto de 36 membros eleitos pela Assembleia Geral

B — QUADRO EXECUTIVO (cooperação federativa):

1. "ORGANIZAÇÃO FEDERAL", isto é, as seis Repartições Centrais de Estatística — Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política (Ministério da Justiça), Serviço de Estatística da Educação e Saúde (Ministério da Educação), Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho (Ministério do Trabalho), Serviço de Estatística da Produção (Ministério da Agricultura), Serviço de Estatística Econômica e Financeira (Ministério da Fazenda) e Serviço de Estatística da Saúde (Ministério da Saúde); e órgãos cooperadores: Serviços e Seções de estatística especializada em diferentes departamentos administrativos.

2. "ORGANIZAÇÃO REGIONAL", isto é, as repartições Centrais de Estatística Geral existentes nos Estados — Departamentos Estaduais de Estatística, e no Distrito Federal e no Território do Acre — De-

partamentos de Geografia e Estatística, mais os órgãos cooperadores: Serviços e Seções de estatística especializada em diferentes departamentos administrativos regionais

3. "ORGANIZAÇÃO LOCAL", isto é, as Agências Municipais de Estatística, existentes em todos os Municípios, subordinadas administrativamente à Secretaria-Geral do C. N. E., através da respectiva Inspeção Regional das Agências Municipais e, tecnicamente, ao Departamento Estadual de Estatística

II — SISTEMA DOS SERVIÇOS GEOGRÁFICOS

O Sistema dos Serviços Geográficos compõe-se do Conselho Nacional de Geografia e do Quadro Executivo

A — CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA, órgão de orientação e coordenação, criado pelo Decreto n.º 1 527, de 24 de março de 1937, consta de:

1. Um "ÓRGÃO ADMINISTRATIVO", que é a Secretaria-Geral do Conselho

2. "ÓRGÃOS DELIBERATIVOS", ou sejam a *Assembleia Geral*, composta dos membros do Diretório Central, representando a União, e dos presidentes dos Diretórios Regionais, representando os Estados e o Território do Acre (reúne-se anualmente no mês de julho); o *Diretório Central*, composto do Presidente do Instituto, do Secretário-Geral do C. N. G., de um delegado técnico de cada Ministério, de um representante especial do Ministério da Educação e Saúde pelas instituições do ensino da Geografia, de um representante do Governo Municipal da Capital da República e de um representante do C. N. E. (reúne-se ordinariamente no terceiro dia útil de cada quinzena); os *Diretórios Regionais*, nos Estados e no Território do Acre, de composição variável, mas guardada a possível analogia com o D. C. (reúne-se ordinariamente uma vez por mês).

3. "ÓRGÃOS OPINATIVOS", isto é, *Comissões Técnicas*, tantas quantas necessárias, e *Corpo de Consultores-Técnicos*, subdividido em Consultoria Nacional, articulada com o D. C., e 21 Consultorias Regionais, articuladas com os respectivos D. R.

B — QUADRO EXECUTIVO (cooperação federativa):

1. "ORGANIZAÇÃO FEDERAL", com um órgão executivo central, — o Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica — e órgãos cooperadores — Serviços especializados dos Ministérios da Agricultura, Viação, Trabalho, Educação, Fazenda, Relações Exteriores e Justiça, e dos Ministérios Militares (colaboração condicionada)

2. "ORGANIZAÇÃO REGIONAL", isto é, as repartições e institutos que funcionam como órgãos centrais de Geografia nos Estados.

3. "ORGANIZAÇÃO LOCAL", os Diretórios Municipais, Corpos de Informações e Serviços Municipais com atividades geográficas.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

QUADRO EXECUTIVO DO CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
(Repartições Centrais em 31-XII-1937)

ORGANIZAÇÃO FEDERAL:

Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política — Ministério da Justiça e Negócios Interiores

Diretor — *RUBENS D'ALMADA HORTA PORTO*

Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda

Diretor — *AUGUSTO DE BULHÕES*

Serviço de Estatística da Produção — Ministério da Agricultura

Diretor — *PAULO DE JESUS MOURÃO RANGEL*

Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

Diretor — *NIRCEU DA CRUZ CÉSAR*

Serviço de Estatística da Educação e Cultura — Ministério da Educação e Cultura

Diretor — *ALBERTO MARTINS*

Serviço de Estatística da Saúde — Ministério da Saúde

Diretor — *RUBENS GOUVEA*

ORGANIZAÇÃO REGIONAL:

Território do Acre	— Departamento de Geografia e Estatística	Diretor — <i>Oswaldo Pinheiro Lima</i>
Território do Amapá	— Serviço de Geografia e Estatística	Diretor — <i>João Braga de Farias</i>
Território de Rondônia	— Serviço de Geografia e Estatística	Diretor — <i>Cirilo Arruda</i>
Território do Rio Branco	— Serviço de Geografia e Estatística	Diretor — <i>José da Silva Pereira Campos</i>
Amazonas	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Maria dos Remédios V. de Oliveira</i>
Pará	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>P. Cupertino Contente</i>
Maranhão	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>José Martins Dourado</i>
Piauí	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>José Lopes dos Santos</i>
Ceará	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Thomas Gomes da Silva</i>
Rio Grande do Norte	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Maria Silva Carrizo</i>
Paraíba	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Adalberto de Araújo Barreto</i>
Pernambuco	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Geraldo Pezoto de Melo</i>
Alagoas	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>José Maria de Carvalho Veras</i>
Sergipe	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Ruy Eloy dos Santos</i>
Bahia	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Felippe Nery do Espírito Santo</i>
Minas Gerais	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Romeu Jacob</i>
Espírito Santo	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Jayme Smith</i>
Rio de Janeiro	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Aldemar Alegria</i>
Distrito Federal	— Departamento de Geografia e Estatística	Diretor — <i>Flávio Faria</i>
São Paulo	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Celeste Angela de Souza Andrade</i>
Paraná	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Jahyr Leal</i>
Santa Catarina	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Walter Belo Wanderley</i>
Rio Grande do Sul	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Adalberto Tostes</i>
Goiás	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Geraldo Campos</i>
Mato Grosso	— Departamento Estadual de Estatística	Diretor — <i>Horminda Pitaluga de Moura</i>

Nota — Colaboram com essas repartições aproximadamente 2 300 Agências Municipais de Estatística, além de numerosos órgãos de estatística especializada, da União, dos Estados e dos Municípios.